

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NÍVEL MESTRADO

MARILUCI CARDOSO DE VARGAS

**DESLOCAMENTOS, VÍNCULOS AFETIVOS E POLÍTICOS, CONQUISTAS E
TRANSFORMAÇÕES DAS MULHERES Opositoras À DITADURA CIVIL-MILITAR:**

A trajetória do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979)

SÃO LEOPOLDO

2010

MARILUCI CARDOSO DE VARGAS

**DESLOCAMENTOS, VÍNCULOS AFETIVOS E POLÍTICOS, CONQUISTAS E
TRANSFORMAÇÕES DAS MULHERES Opositoras À DITADURA CIVIL-MILITAR:**

A trajetória do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em História na área de concentração em Ideias e Movimentos Sociais na América Latina.

Orientadora: Dr^a. Marluza Marques Harres

SÃO LEOPOLDO

2010

MARILUCI CARDOSO DE VARGAS

DESLOCAMENTOS, VÍNCULOS AFETIVOS E POLÍTICOS, CONQUISTAS E
TRANSFORMAÇÕES DAS MULHERES Opositoras à Ditadura Civil-Militar:

A trajetória do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em História na área de concentração em Ideias e Movimentos Sociais na América Latina.

Orientadora: Dr^a. Marluza Marques Harres

Aprovada com recomendação para a publicação em 23 de julho de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr^a. Carla Simone Rodeghero - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Ficha Catalográfica

V297d Vargas, Mariluci Cardoso de

Deslocamentos, vínculos afetivos e políticos, conquistas e transformações das mulheres opositoras à ditadura civil-militar: a trajetória do movimento feminino pela anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979). / por Mariluci Cardoso de Vargas. – 2010.

320 f. : il. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2010.

“Orientação: Prof^a. Dr^a. Marluza Marques Harres, Ciências Humanas”.

1. Ditadura militar – Rio Grande do Sul – Mulher. 2. Movimento feminino – Anistia – Rio Grande do Sul. 3. Ditadura militar – História – Rio Grande do Sul. I. Título.

CDU 321.64(816.5)

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Camila Rodrigues Quaresma - CRB 10/1790
Revisão: Jaqueline Thies da Cruz Koschier

*Para os meus Pais, Mara e Paulo,
meus primeiros incentivadores, por
terem me mostrado o caminho da
riqueza maior: o conhecimento.*

*Para todas as mulheres que, como
minha avó Doralice (1919-2001),
vivenciaram as revoluções culturais
do século XX, superaram opressões e
provocaram em mim o desejo de
remontar suas histórias.*

*Aos que optaram viver
corajosamente por liberdade,
dignidade e justiça durante a
ditadura civil-militar no Brasil e não
ficaram apáticos frente aos insanos
pelo poder.*

AGRADECIMENTOS

Os vínculos afetivos, os deslocamentos e as transformações, tão importantes para o MFPA-RS, também fizeram parte da minha trajetória acadêmica. Nesta finalização de mestrado me é necessário nomear e agradecer às instituições, à família, e a todas e todos os que estiveram na torcida durante esses dois anos.

À minha família camaquense, pais, dindos, primas e sobrinhos, por sempre me receberem com carinho. Aos meus pais por terem entendido o meu desejo de seguir estudando, por reformarem um quarto para mim quando retornei para Camaquã, por realizarem minhas mudanças (foram 5 neste período!), por me “patrocinarem” na falta de emprego. Ao meu irmão Pablo Vargas por ser meu grande amigo e por sua leveza contagiante!

Ao meu companheiro Marcus Conde, por ter se aventurado comigo nos projetos profissionais, mesmo sendo em áreas diferentes; por ter dividido as etapas que vão do final da graduação, da seleção do mestrado até então; por ter conseguido realizar brilhantemente a sua dissertação ao mesmo tempo em que eu “surtava” com a minha. Obrigada pelo incentivo, pelo carinho e cuidado, por ser um rico “namorado”, e por ter me feito viver além do trabalho, por me dar energia para realizar tantos outros prazeres da vida. Simplesmente amo-te!

Os meus deslocamentos foram aventuras neste período, muitos foram os que me acolheram e não me deram apenas um “posso”, mas fizeram disso momentos de reencontro e alegrias: à minha família de Niterói-Canoas, amados por mim que fazem da sua casa a minha, tia Marli, tio Marciano, Lucinha e familinha, muito obrigada! Às queridas com quem dividi apartamento: Diesa Oliveira, Débora Clasen, Dalila Hallal, Dalila Müller e Aline Mattos. E as que me receberam por tantas vezes: Aline Lima, Angela Pomatti, Fernanda Silva, Renata Matos e Diego, Raphaela Franceschi, Manoela Py e Suellen Nazari, algumas de vocês estiveram muito perto em alguns momentos difíceis e demonstram-se solidárias, atenciosas, verdadeiramente amigas, e por isso terão sempre um lugar especial na minha lista.

Pelo lado “satolepense” quero agradecer aos que fazem da minha vida mais divertida e que foram sempre tão atenciosos e sinceramente torcedores para a concretização desta dissertação. À Elizabeth Muniz e ao Justino Conde por, em suas visitas, trazerem de Bagé sempre uma bagagem de carinho e generosidade! Ao Pablo Conde pela amizade e alegria! À Anátalia Postal, Iolanda e Felipe pelas ótimas energias sempre! À Dieni Rodrigues e Cristina Altmann por não me deixarem desanimar e por me inspirarem com suas determinações! À Anelize Cardoso por me orgulhar com sua força! À Verônica Lisboa, Carol Meggiato e Inácio Oliveira por estarem sempre na torcida desde os tempos da graduação!

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ-Brasil) por ter me proporcionado a possibilidade de realizar o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, os quais foram imprescindíveis para o desenvolvimento deste estudo. Estendo este agradecimento institucional a Comissão de Seleção de Mestrado 2008/1 composta pelos doutores: Eliane Cristina Deckmann

Fleck, Flávio Madureira Heinz (Coordenador do PPG em 2008), Luiz Fernando Medeiros Rodrigues e Martin Norberto Dreher por terem acolhido minha proposta investigativa e terem me selecionado como aluna bolsista. À Marluza Marques Harres que ao fazer parte da banca de seleção confiou neste estudo e aceitou orientá-lo dando-me liberdade e autonomia para amadurecer algumas limitações e tantos desafios. Meu obrigada também à Janaína Trescastro por estar do início ao final do mestrado disponível para ajudar e solucionar tantas dúvidas nos assuntos burocráticos.

Agradeço de maneira especial ao convênio de “misión de estudios” entre a UNISINOS e a Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, que me proporcionou a incrível experiência de conhecer, pesquisar e vivenciar trinta dias nas cidades de Tandil, La Plata e Buenos Aires. Aqui o meu carinho fica depositado em minha “co-directora de tesis”, Monica Blanco, e na coordenadora daquele convênio, Andrea Reguera, por tão gentilmente terem me mostrado o funcionamento da UNICEN-Tandil, não se esquecendo das belezas naturais e gastronômicas oferecidas por aquela encantadora cidade. Aos “hermosos” Victória, Valéria, Juan, Yesica e Luciano por terem paciência com o “portunhol” e pelos momentos de descontração. Certamente a nova “mirada” construída nesta viagem foi uma das felizes transformações nesta trajetória. Compartilhando desses momentos esteve comigo a colega Carina Martiny, a qual já cultivava grande admiração por sua dedicação e determinação na pesquisa, a viagem fez como que passássemos a construir uma amizade que não será de curta data. Obrigada pela grande parceria, pela alegria, pela singularidade! O PPG em História da Unisinos também me oportunizou conhecer um Doutor-Professor que foi uma feliz descoberta: ao Cláudio Pereira Elmir, muito obrigada! Por ter em sua natureza o cuidado e a criticidade de um pesquisador ao mesmo tempo a sensibilidade e o humor de um amigo! A nossa semana em Tandil foi muito proveitosa, alegre, e fez com que eu pudesse conhecer a tua humanidade!

Aos Doutores do PPG em História da UFRGS, Carla Simone Rodeghero e Benito Bisso Schmidt, que me permitiram participar de suas disciplinas e me trouxeram novas e importantíssimas contribuições para as análises que foram realizadas aqui. Aos professores das disciplinas cursadas na UNISINOS e às sugestões indispensáveis dadas na Banca de Qualificação pelos já citados Marluza Harres, Cláudio Elmir e Carla Rodeghero.

Aos colegas das disciplinas da UFRGS, e também aos colegas das disciplinas da UNISINOS, em especial ao Jônatas Caratti e à Melina Perussatto pelos questionamentos, pelas trocas, pelas discussões! À Ana Carla por entre outras coisas me acompanhar no trajeto Pelotas-São Leopoldo e a Caroline Von Muhlen por sua simplicidade e alegria.

Às Psicólogas que me ajudaram a avançar quando me encontrava fragilizada emocionalmente e foram essenciais para o tratamento destas questões: Ana Elizabeth Mautone Gomes (Núcleo de Saúde-UFRGS) e Rosária Sperotto (UFPel).

Aos anônimos funcionários do Arquivo Histórico do RS, que atualmente é responsável pelo antigo Acervo de Luta contra a Ditadura, o qual foi rebatizado de

Centro da Memória Documental da Ditadura Militar no Rio Grande do Sul. Aos funcionários da Biblioteca do Solar dos Câmara, e da Biblioteca da Câmara Municipal de Porto Alegre, muito obrigada pela atenção!

Não posso deixar de citar todos aqueles que contribuíram para me encorajar nesta pesquisa, obrigada ao meu primeiro “laboratório” de pesquisa, o Núcleo de Documentação Histórica da UFPel e seus funcionários, bolsistas, professores, em especial aos amigos Beatriz Ana Loner, Lorena Almeida Gill e Paulo Koschier. Obrigada à Jaqueline Koschier pela revisão final do texto. Ao Mário San Segundo pelo incentivo e à Daniela Conte que me apresentou ao Acervo de Luta contra a Ditadura; à Debora Clasen, Jaime Mansan e Caroline Bauer por terem me passado seus projetos de mestrado para que eu me inspirasse; aos que me atenderam em seus gabinetes o Deputado Raul Pont, sua Assessora Rossana Silveira, e o Advogado Lúcio Costa; ao Doutor Solon Eduardo Annes Viola; aos que, mesmo sem me conhecer, atenderam aos e-mails de forma tão atenciosa, como os eternos Militantes do Movimento de Justiça e de Direitos Humanos, Jair Krischke e Sérgio Bittencourt.

Obrigada às entrevistadas, por permitirem que suas memórias passassem às fontes históricas, e por dividirem comigo alguns sentimentos particulares. Um forte abraço à Ignez Serpa, Lícia Peres, M.G., Naia Oliveira, Elida Rubini, Enid Backes, Mila Cauduro e a afilhada Zulmira e a amiga Regina, à Patrícia Coelho, à Márcia Rotta, à Cláudia Rodrigues. As histórias narradas por vocês foram, indubitavelmente, a inspiração necessária para a minha escrita!

Mariluci Cardoso de Vargas

Outono de 2010

A luta pela anistia, que era aberta e legal, contou desde a primeira hora com a participação das mulheres que se uniram à batalha, como mães, irmãs, esposas e amigas de atingidos e também como militantes até então clandestinas. O lugar de mãe, de esposa e de irmã são lugares, em si, que se qualificam pela sua condição subjetiva inquestionável: a história de Antígona, que lutou pelo sepultamento do irmão Polinices apesar da proibição de Creonte; a da mãe que diante de Salomão não permitiu dividir seu filho ao meio; a de Ifigênia, filha de Agamenon, que aceitou ser sacrificada pela causa da Grécia, entre outras, são figuras que fazem parte do imaginário cultural milenar como defensoras de entes queridos ou de seu país.

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha
Arantes – 2009

RESUMO

O Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul (MFPA-RS) foi constituído como objeto de análise deste trabalho. Caracterizado aqui como um movimento social, este grupo de mulheres foi pioneiro na luta pública pela anistia, transformando o projeto distensionista do governo Geisel, o que nos sugere a afirmativa de que a Lei da Anistia aprovada em 1979 é resultado de um embate e não pode ser encarado como uma simples concessão. O MFPA-RS foi analisado em duas fases: nos primeiros anos (1975, 1976, 1977) o movimento se apresentava pela “pacificação da família brasileira”, momento em que as ações se resumiam em conseguir adesões e alcançar a política formal; a segunda fase do MFPA-RS (1978-1979) se classifica pelos anos mais efervescentes de luta na qual a presença das mulheres do MFPA-RS nos Congressos, Reuniões e Encontros Nacionais pela Anistia fez com que estas modificassem seu discurso de “pacificação pela família brasileira”, radicalizando-o pela “Anistia ampla, geral e irrestrita”, como sugerido pelos CBA’s. Os deslocamentos das mulheres e os vínculos construídos por elas durante a trajetória do MFPA-RS foram essenciais para compreendermos suas transformações e o quanto as associações da sociedade civil interferiram, direta ou indiretamente, nos avanços e recuos do movimento. Assim, reconstruímos a trajetória política do MFPA-RS e de suas lideranças utilizando como fontes o acervo organizado pelas ex-presidentes do grupo, disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, além de algumas entrevistas realizadas com protagonistas do grupo ou familiares próximas a elas, embasadas na metodologia de História Oral Temática. A hipótese que traçamos é a de que este movimento deve ser valorizado como o precursor da resistência pública que contribuiu, juntamente com os demais movimentos que se formaram pelas liberdades democráticas, para a formação de uma cultura política democrática no estado do Rio Grande do Sul. É possível identificar os protagonistas da luta pela anistia na capital e no estado gaúcho, e com isto preencher algumas ausências do período ditatorial na historiografia rio-grandense.

Palavras-chave: Movimento Feminino pela Anistia. Rio Grande do Sul. Ditadura. Oposição. Mulheres.

RESUMEN

El Movimiento Femenino por la Amnistía en Rio Grande do Sul (MFPA-RS) constituye el objeto de análisis de este trabajo. Caracterizado aquí como un movimiento social, este grupo de mujeres fue pionero en la lucha pública en favor de la amnistía, transformando el proyecto distensionista del gobierno Geisel. Lo que nos sugiere que la afirmativa a la “Lei da Anistia” aprobada en 1979 es resultado de un embate y no puede ser analizado como una simple concesión. El MFPA-RS fue analizado en dos períodos: en los primeros años (1975, 1976, 1977) el movimiento se presentaba defendiendo la “pacificación de la familia brasileña”, momento en el cual las acciones se resumían a conseguir adhesiones y alcanzar la política formal. La segunda fase del MFPA-RS (1978-1979), se caracteriza como los años más efervescentes de la lucha, cuando la presencia de las mujeres del MFPA-RS en los Congresos, Reuniones y Encuentros Nacionales por la Amnistía hizo que éstas modificasen su discurso de “pacificación por la familia brasileña”, radicalizándolo hacia la “Amnistía amplia, general e irrestricta”, como lo fue sugerido por los CBA’s. Los traslados de las mujeres, y los vínculos construidos por ellas durante la trayectoria del MFPA-RS, fueron esenciales para comprender sus transformaciones y hasta que punto las asociaciones de la sociedad civil interfirieron, directa o indirectamente, en los avances y retrocesos del movimiento. Así, se reconstruyó la trayectoria política del MFPA-RS y sus líderes, las fuentes utilizadas fueron: la colección organizada por las ex presidentes del grupo, disponible en el Archivo Histórico do Rio Grande do Sul, junto con algunas entrevistas basadas en la metodología de la historia oral, realizada a las protagonistas o a parientes cercanos a ellas. La hipótesis que desarrollamos, es que este movimiento debe ser valorado como el precursor de la resistencia pública que contribuyó, junto con los demás movimientos que se formaron por las libertades democráticas, a la formación de una cultura política democrática en el estado de Rio Grande do Sul. Será posible identificar a los protagonistas de la lucha por la amnistía en la capital y en el estado gaúcho, y con ello cubrir algunas ausencias del periodo dictatorial en la historiografía riograndense.

Palabras-clave: Movimiento Femenino por la Amnistía. Rio Grande do Sul. Dictadura. Oposición. Mujeres.

LISTA DE SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa

AI- 5: Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968

AMPLA: Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Atingidos por Ato Institucional

AMT-PDT: Ação da Mulher Trabalhista (Partido Democrático Trabalhista)

ARI: Associação Riograndense de Imprensa

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEN: Comissão Executiva Nacional

CBA: Comitê Brasileiro pela Anistia

CBA-RS: Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio Grande do Sul

CEMDP: Comissão Especial de familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos

CEB's: Comunidades Eclesiais de Base

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONADEP: Comisión Nacional sobre la desaparición de personas

CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DCE: Diretório Central dos Estudantes

DHBB: Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro

DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS: Departamento de Ordem Política e Social

F.E.R.: Federação dos Estudantes Revolucionários

IEPES: Instituto de Estudos Políticos e Sociais

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MFPA: Movimento Feminino pela Anistia

MFPA-RS: Movimento Feminino pela Anistia do Rio Grande do Sul

M.L.N.: Movimento de Libertação Nacional

NDH-UFPel: Núcleo de Documentação Histórica da UFPel

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN: Operação Bandeirantes

ONU: Organização das Nações Unidas

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PRT-ERP: Partido Revolucionário de los Trabajadores – Exercito Revolucionário del Pueblo

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PVP: Partido por la Victoria del Pueblo

RS: Estado do Rio Grande do Sul

SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SNI: Serviço Nacional de Informações

SP: São Paulo

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNE: União Nacional dos Estudantes

UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA NO RS E A CONQUISTA DA POLÍTICA FORMAL (1975-1976-1977)	46
1.1 “A ANISTIA É UM INSTITUTO DO DIREITO, TEM DE SER FEITA À LUZ DO SOL”: A GÊNESE DO MFPA.....	53
1.2 O MANIFESTO DA MULHER BRASILEIRA CHEGA A PORTO ALEGRE: FORMAÇÃO DO GRUPO E OS APOIOS NO RS	60
1.3 1975 – O ANO INTERNACIONAL DA MULHER E SUAS REPERCUSSÕES NA POLÍTICA	79
1.4 A FAIXA BRANCA DA ANISTIA COM LETRAS EM VERMELHO: OBJETO DE CAMPANHA DO MDB E MENSAGEM SOBRE O PRESIDENTE MORTO	92
1.5. ATO REPRESSIVO CONTRA O POVO E CASSAÇÃO DOS VEREADORES: ASSIM COMEÇOU 1977!	103
2 O MFPA E OS REFLEXOS DO SEU ENGAJAMENTO: A FASE POPULAR 1978-1979	124
2.1 A CONTRIBUIÇÃO DO MFPA-RS PARA A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA SOCIAL.....	128
2.2 O MFPA-RS E A FORMAÇÃO DO COMITÊ UNITÁRIO PELA ANISTIA NO RS.....	135
2.3 “NINGUÉM É MAIS INJUSTIÇADO NESTE PAÍS DO QUE A MULHER”: O MFPA-RS E A AUTONOMIA DAS MULHERES.....	149
2.4 O ENVOLVIMENTO DO MFPA-RS PARA O RETORNO DOS “FLÁVIOS”	169
2.5 A MOVIMENTAÇÃO PELA ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA E O REPÚDIO AO PROJETO GOVERNISTA	191
2.6 A ANISTIA PARCIAL DE AGOSTO E SENSAÇÃO DE VITÓRIA BASEADA NO RETORNO DOS EXCLUÍDOS.....	204
3 O PERFIL DO COMITÊ CENTRAL DO MFPA-RS	220
3.1 A HISTÓRIA ORAL DE VIDA: POSSIBILIDADES E LIMITES	222
3.2 TRAJETÓRIAS PÚBLICAS E PRIVADAS.....	231
3.2.1 Lícia Margarida Macedo de Aguiar Peres	231
3.2.2 Mila Cauduro por Zulmira Bertucci	237
3.2.3 Francisca Brizola Rotta por Márcia Prado Rotta.....	242
3.2.4 Lygia De Azeredo Costa por Patrícia Coelho De Souza	245
3.2.5 Cláudia Maria Porto Rodrigues	251

3.2.6 Angelina Guaragna	255
3.3 APROXIMAÇÕES E SINGULARIDADES: OS TRAÇOS PÚBLICOS DESENHADOS POR ELAS	256
CONSIDERAÇÕES FINAIS	264
REFERÊNCIAS	270
1. ARQUIVOS CONSULTADOS	270
2. FONTES PRIMÁRIAS	270
2.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO ACERVO PARTICULAR LÍCIA PERES E MILA CAUDURO (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL):	270
2.2. PERIÓDICOS (RECORTES DE JORNAIS REFERENTES AO ACERVO LÍCIA PERES E MILA CAUDURO):.....	273
3. FONTES PRIMÁRIAS INDEPENDENTES DO ACERVO.....	279
3. 1. ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	279
3.2. Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul	280
3.3. Jornais	281
3.4. Livros	282
4. FONTES ATUAIS	282
4.1. Entrevistas	282
4.2. Páginas da Internet.....	283
4.3. Bibliografia Geral	285
ANEXO A - LEI Nº 6.683 - DE 28 DE AGOSTO DE 1979 - DOU DE 28/8/79 – LEI DA ANISTIA..	295
ANEXO B - DECRETO Nº. 84.143 - DE 31 DE OUTUBRO DE 1979.....	299
ANEXO C – LISTA DE GAÚCHOS DE ACORDO COM O RELATÓRIO BRASIL NUNCA MAIS “QUE TIVERAM CASSADO O MANDATO EFETIVO E/OU SUSPENSOS OS DIREITOS POLÍTICOS NO PERÍODO DE 1964 A JUNHO DE 1978”.....	307
ANEXO D - DECRETO Nº 82.960, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1978.....	308
ANEXO E - DOCUMENTO DISTRIBUÍDO A POPULAÇÃO PORTO-ALEGRENSE DURANTE O ATO POLÍTICO DE VIGÍLIA PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA DURANTE A APRECIÇÃO DOS DEPUTADOS E SENADORES DO PROJETO ELABORADO PELO GOVERNO FIGUEIREDO. DATA DA VIGÍLIA: 10, 11, 12, 13 E 14 DE AGOSTO DE 1979.....	310
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	313

INTRODUÇÃO

Criatividade, sensibilidade e imaginação tornam-se fundamentais na busca de pistas que permitam transpor o silêncio e a invisibilidade, que perduram por tão longo tempo quanto ao passado feminino. (PEDRO; SOIHET, 2007, p.296)

A dissertação que se apresenta tem como propósito reconstruir a trajetória do Núcleo do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul (MFPA-RS) durante os quatro anos e meio em que esteve em atividade, de 1975 a 1979. Este movimento de resistência à ditadura brasileira contou com a singularidade de ser organizado e liderado especialmente por mulheres. Atuou na conjuntura de liberalização do regime militar, e pode ser interpretado na perspectiva dos novos movimentos sociais que tiveram como mérito a reorganização da sociedade civil em contraponto à cultura política autoritária estabelecida.

Para este estudo foi utilizada, basicamente, uma variada documentação organizada e deixada pelas presidentes do movimento e as memórias de lideranças e filiadas, além de recorrer à memória de alguns parentes que acompanharam o movimento e que auxiliaram na recomposição da participação das que não puderam narrar. O cruzamento destas fontes nos possibilitou compreender, entre tantas variáveis, a importância do MFPA-RS no contexto político autoritário, as relações desse movimento com os seus similares e com os seus contrários e o significado da inserção nessa luta para algumas das mulheres integrantes.

O interesse em trabalhar com a História Oral e História das Mulheres dentro do período da Ditadura civil-militar¹ no Rio Grande do Sul surgiu durante a minha

¹ Para citar alguns trabalhos gaúchos, que trataram das mulheres em tempos de ditadura, embora muitas vezes estendessem suas análises a nível nacional como o caso de COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997.; e PINTO, Céli Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p.; MACHADO, Vanderlei. Está faltando ela: a história da resistência feminina ao regime militar nos livros didáticos de História. **Anais IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. Seção RS – ANPUH-RS**. UFRGS: Porto Alegre, 2008.; MÉNDEZ, Natália Pietra. **Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982)**. UFRGS: Porto Alegre: 2004.

trajetória investigativa iniciada no curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Federal de Pelotas, sobretudo nos projetos de pesquisa do Núcleo de Documentação Histórica (NDH-UFPEL). Durante a graduação tive a oportunidade de trabalhar com o tema da militância feminina que atuou nos movimentos de esquerda dos anos de 1960.

A partir das entrevistas realizadas para aquele trabalho monográfico foi possível tecer algumas questões introdutórias que posteriormente deram base para esta dissertação. Através de suas caracterizações concluiu-se que: a ocupação das militantes engajadas nas organizações de esquerda no RS, era em sua maioria de estudantes; a origem social era de alta renda; vivenciaram um momento de contracultura, influenciadas pelas transformações dos anos 1960; o motivo que as levou ao engajamento político foi intelectual, incentivadas pelas leituras e discussões promovidas pelo movimento estudantil; as relações que tinham com os companheiros de militância e as tarefas desempenhadas por elas nos grupos, passavam por um crivo ambíguo ao mesmo tempo em que os homens lhes ofereciam o conhecimento político, por serem mais experientes nesse segmento, lhes passavam tarefas que tivessem menor importância, deixando-as em posições secundárias para que a liderança fosse desempenhada por eles; por fim as consequências geradas em suas vidas pessoais pela opção à resistência não foram positivas devido aos traumas gerados por perseguições, prisões e torturas, além do entrave profissional posteriormente ao período da ditadura (VARGAS, 2007).

É relevante destacar que as avaliações feitas por essas mulheres, sobre os tempos duros dos *Anos de Chumbo*, contam com um sentimento nostálgico em relação aos valores daquela juventude como solidariedade, humanismo e ideologia. Ao mesmo tempo revelam a preocupação de que as novas gerações não explicitam

Dissertação de Mestrado em História.; VARGAS, Mariluci Cardoso de. **“Eu tenho orgulho de nós mulheres daquela época!”**. *Memórias da militância feminina contra a Ditadura Militar no Rio Grande do Sul* (1968-1973). UFPel: Pelotas, 2007. Monografia de Licenciatura Plena em História. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/acervo/acervo_monografias_5.html>; VIEIRA, Sonia Bressan. **O “abre-alas” do Movimento de Mulheres no Rio Grande do Sul 1910-1990**. Disponível em: <http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_3_32.pdf> Acesso em março de 2010.

um encantamento revolucionário, ou mesmo uma preocupação com a política. Juntamente com as mulheres das organizações, que foram indicadas por terceiros para que eu pudesse entender a resistência feminina à ditadura², estava a Socióloga Lícia Peres, a primeira presidente do Movimento Feminino pela Anistia do RS, que também atuava na Comissão do Acervo de Luta Contra a Ditadura e realizava trabalhos didáticos de preservação da memória da resistência ao regime de exceção para os mais jovens. Nesta entrevista, realizada em 2005, tive conhecimento da existência do Acervo do MFPA-RS cuidadosamente organizado pelas ex-presidentes do movimento, Lícia Peres e Mila Cauduro, que foram doados quando a Lei de Anistia completou 21 anos, em agosto de 2000, e encontrava-se à disposição para pesquisa.

A partir da curiosidade intelectual, algumas questões muito gerais foram formuladas sobre o MFPA-RS:

- Após a experiência dolorosa e traumática das mulheres que se engajaram na resistência à ditadura civil-militar de forma clandestina de qual maneira estas ou outras mulheres retornaram ao espaço político?
- Por meio de quais espaços elas atuaram politicamente?
- Como elas avaliam essas atuações? E o que recordam dessa atividade política?

O período cronológico de análise está entre os anos de 1975, ano de fundação do MFPA no RS, ao ano de 1979, ano em que o ditador-militar sanciona a Lei 6.683, Lei da Anistia política. A temática explorada está inserida no período da Ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), especialmente nos anos em que se pretendia uma “abertura” política. O Movimento Feminino pela Anistia surgiu no

² A publicação mais recente a este respeito: SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Orgs.). **Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010. Trata especialmente dos casos das 45 mulheres brasileiras mortas por resistirem à ditadura, além de 27 narrações de sobreviventes das violências. Dentre as mulheres brutalmente assassinadas estão as duas militantes gaúchas: Alceri Maria Gomes da Silva (1943-1970); Sônia Maria de Moraes Angel Jones (1946-1973).

Rio Grande do Sul numa conjuntura em que o governo Geisel, empossado em março de 1974, se propôs a desenvolver um projeto caracterizado por uma distensão “lenta, segura e gradual”, no qual se mostravam mais dispostos a, no limite, promover uma liberalização do que uma redemocratização propriamente dita. Em realidade, dos cinco anos em que Geisel esteve na presidência, o ditador-militar apenas deu sinais concretos de que se pretendia uma abertura no final de 1978 quando se deram as revogações do AI-5 (substituído pelas “salvaguardas constitucionais”) e do Decreto-Lei nº 477³, dispositivos que tanto castigaram os cidadãos politizados. A partir daí o projeto de abertura foi interpretado pela sociedade como um caminho viável para pressionar fervorosamente as instituições políticas a tornarem real a Lei de Anistia. Atentamos que o projeto de Anistia foi elaborado no governo do ditador-militar João Batista Figueiredo pelos seus Ministros Petrônio Portella e Golbery do Couto e Silva⁴. A lenta abertura se concretizaria somente quando em 1989 foi eleito de forma direta um presidente civil.

Inserido neste contexto de lenta transição política, como bem observado por Castro, D’Araújo e Soares (1995, p.09) “um momento especialmente tenso e difícil: aquele em que a abertura foi desenhada e implementada, envolvendo um longo processo de marchas e contramarchas”, o MFPA-RS se mostrou como uma oposição ao Estado de exceção de maneira singular, utilizando-se da pacificação como arma de luta. Diferentemente da tática oposicionista das organizações de esquerda⁵ que optaram pela *guerrilha urbana* ou *rural* e em consequência ao endurecimento dos militares se obrigaram a viver na clandestinidade, o MFPA

³ O DECRETO-LEI Nº 477 - de 26 de fevereiro de 1969 definiu as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, cerceando as liberdades democráticas e impedindo qualquer articulação de oposição por parte dos frequentadores de instituições de ensino.

⁴ De acordo com Geisel o seu sucessor Figueiredo e seus Ministros da Justiça, Petrônio Portella, e o Ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, principal ideólogo político do Estado de Segurança Nacional (MOREIRA ALVES, 2005, p.318), iniciaram a gestão com o comprometimento de liberalizar a política. Ver D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p.517.

⁵ Sobre as organizações de esquerda e a formação da guerrilha urbana e rural brasileira ver: GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987; RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

buscou espaço nos próprios canais institucionais, de forma pública, burlando a censura, negociando com autoridades, abrindo caminhos para outras organizações da sociedade civil. Todavia, a memória da resistência⁶ tende a estar muito mais ligada aos militantes que optaram pelas estratégias radicais do que aos movimentos pacificadores ou pelos Direitos Humanos que tiveram tanta importância para o desgaste dos militares no poder quanto os militantes anteriores.

A Anistia política utilizada como instrumento apaziguador ao final de situações de conflitos políticos em uma determinada região foi aplicada inúmeras vezes na história da humanidade⁷ e no Brasil desde os tempos da Colônia em 1654 (MARTINS, 1978; MEZAROBBA, 2003). A concepção de anistia utilizada no Brasil associa-se aos escritos de Rui Barbosa, especialmente na obra *Anistia Inversa – Caso de Teratologia Jurídica*, datada de 1896. De acordo com Rui Barbosa a anistia ordena o esquecimento do fato ou dos acontecimentos de um determinado período em situação de conflito. O significado taxativo de anistia como pacificação, a qual promove o esquecimento, a amnésia, a desmemória gera tradicionalmente uma positividade na sua interpretação, e como observa Rodeghero (2009 (b)) esta concepção foi adequada aos termos jurídicos brasileiros até a atualidade. Em outra vertente esta designação serve como alvo de críticas, sobretudo por grupos em prol dos direitos humanos, que a partir do final do século XX defendem a imprescritibilidade da tortura como prática estatal, e com isso passaram a exigir uma reinterpretação do instituto da anistia. Deste modo a anistia passou a integrar

⁶ Neste caso estamos nos referindo à produção memorialística que se tem por parte dos que resistiram à ditadura civil-militar. Estas memórias podem ser classificadas como memórias da repressão, memórias de sobreviventes, memórias da resistência, memórias do exílio, literatura de testemunho ou relatos autobiográficos. Utilizamos essas classificações para definir as narrativas elaboradas em torno das experiências vivenciadas pela ditadura civil-militar baseada nas memórias – produzidas por mediadores ou pelas próprias testemunhas. Ver melhor sobre esse assunto em CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História - Brasil, 1954-1964**. São Paulo, ANPUH-Marco Zero, v.14, n.27, 1994. p.179-196.; MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, UFMG, n.28, dezembro 2002.; REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe militar e a ditadura 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004. p.29-52. SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o Golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90 (UFRGS)**, v.14, 2007. p.127-156; ELMIR, Cláudio Pereira. A palavra como um bisturi. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p.191-207.

⁷ Para melhor síntese ver verbete Anistia. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), pós 1930.

a agenda política dos movimentos das vítimas dos regimes repressivos, entrando na discussão sobre a necessidade de manter a memória do abuso cometido pelos Estados autoritários, e dessa forma recorrer à verdade para se fazer justiça⁸.

Os estudos investigativos acerca das Leis de Anistia instituídas no Brasil confirmaram que até 1979, ano em que foi sancionada a última anistia política até o presente momento, o “instituto conciliador” foi utilizado por quase uma centena de vezes desde o Brasil Colonial. Todavia ainda falta investir no conhecimento dos processos de luta⁹ que foram desenvolvidos por parte de alguns agentes políticos, homens e mulheres, visando à concessão deste “benefício” por parte do Estado ou de seus representantes. Sendo assim o estudo da trajetória do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul se faz presente tanto para entender a (re)tomada das questões políticas de forma pública afrontando a conjuntura autoritária, como a retomada das mulheres frente a estas questões, considerando também a maneira ativa como se deu o processo da anistia de 1979 no Estado gaúcho, a fim de caracterizar esta concessão como um embate e não como um benefício simplesmente.

Portanto este estudo se situa no entendimento de que o projeto de distensão do governo Geisel foi transformado em processo de liberalização na medida em que teve que contar com a intervenção da sociedade civil. Esta

⁸ “Outros países do Cone Sul que passaram por regimes ditatoriais semelhantes, atingindo, no caso argentino, a cifra trágica de 30 mil mortos e desaparecidos, estabeleceram diferentes mecanismos de apuração das violações de direitos humanos no contexto da repressão política. Torturadores, chefes militares e até autoridades dessas ditaduras foram levados ao banco dos réus, envolvendo acirradas controvérsias políticas e judiciais. O Brasil não encetou procedimentos semelhantes para examinar as violações ocorridas em seu regime de exceção, mesmo tendo oficializado – com o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, a Lei no 9.140 sobre mortos e desaparecidos políticos, de 1995, e a Lei no 10.559, de 2002, que criou a Comissão de Anistia – o reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre estas.” (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010, p.24-25). Acredita-se ser a Argentina o país mais avançado, dos que sofreram com as ditaduras no cone sul, no sentido de punir os militares e responsáveis pela violação dos Direitos Humanos. Os ex-ditadores têm sido condenados há, em média, 20 anos de prisão, e o trabalho de pressão de grupos como as Madres e Abuelas da Praça de Mayo são essenciais para a investigação sobre os 30.000 desaparecidos e a punição dos responsáveis que estiveram no governo de 1976 a 1983. Para Seligmann-Silva (2007) “para reforçar-se a democracia e para a construção de um verdadeiro Estado de Direito, cabem, antes de mais nada, um dever e memória e um dever de justiça.”

⁹ No decorrer do estudo serão discutidos os trabalhos que trataram da Lei de Anistia como objeto de estudo, tanto como os que trataram dos processos de luta, como os que trataram da memória; como os que trataram das concessões de Anistia ao longo da história brasileira.

abordagem de o projeto de abertura ter se transformado em processo a partir das interferências dos movimentos, foi elaborada, segundo Rodeghero (2009 (a), p. 05), por Werneck Viana e incorporada por trabalhos como o de Araújo (2007) e pelos organizadores de *A volta aos quartéis* Castro; D'Araújo; Soares (1995).

Atentamos para o fato de que o Movimento Feminino pela Anistia foi a primeira entidade de oposição¹⁰ às práticas de exclusão impostas pelos ditadores a se colocar legalmente em favor de uma demanda que objetivava romper com a cultura política autoritária em vigência. É importante que se diga que a demanda da anistia não foi requisitada apenas a partir de 1975 quando constituído o MFPA, mas esse grupo foi o primeiro a se organizar tendo como objetivo específico a aprovação da Lei de Anistia.

Antes do MFPA houve pedidos dispersos que se referiam ao instituto da anistia, ainda que individualmente, como por exemplo, no mesmo ano do golpe,

¹⁰ Para citar os estudos que analisaram a atuação das mulheres durante a ditadura nos demais estados brasileiros: ALVAREZ, Sônia. "Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia", in STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. 315-380.; BASTOS, Natália de Sousa. **Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro**. <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos>; CARDOSO, Elizabeth da P.. **Imprensa feminista Brasileira pós-1974**. USP: São Paulo, 2004. Dissertação de Mestrado em Jornalismo.; CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.; COSTA, Albertina de Oliveira et al. **Memórias das mulheres do exílio**. (Memórias do Exílio vol. II). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.; FERREIRA, Elisabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.; GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância – Notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. **Cadernos Pagu** (8/9) 1997: pp.319-342.; GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante**. Rio de Janeiro, UFRJ. (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 1997.; GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militantes. **Revista Estudos Feministas**. Ano 5, n.2, 1997, pp. 349-364.; GUERRA, Fabiana de Paula. **Araguaia: desvelando silêncios (a atuação das mulheres na guerrilha)**. UFB: Uberlândia, 2006. Monografia de Bacharelado em História.; LIMA, Ruth Ribeiro de. Mulher: Brasileira e Guerrilheira. **Diálogos DH/UEM**, v. 4. n. 4, 2000.; MORAES, João Luiz; AHMED, Azis. **O calvário de Sônia Angel**. Narrativa a Azis Ahmed, colaboração de Sonia Ilha. Rio de Janeiro: Mec, 1994.; MORAES, Maria Lygia Quartim de. **A experiência feminista nos anos setenta**. UNESP: Araraquara, 1990.; MORAIS, Maria Lígia Quantim. **A imprensa Feminista dos anos setenta**. Araraquara: UNESP, 1990.; NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; TRINDADE, Zeidi Araújo; AMÂNCIO, Lígia. Mulheres Brasileiras e militância política durante a ditadura militar brasileira: a complexa dinâmica dos processos identitários. **Interamerican Journal of Psychology**, año/vol.41, número 003. Austin, Latinoamericanistas, 2007. 359-370.; PATARRA, Judith Liebllich. **Iara**: reportagem biográfica. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.; PEDRO, Joana Maria. Narrativas Fundadoras do Feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006. p. 249-272.; RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, 1990.

Alceu de Amoroso Lima, líder da renovação católica, jornalista que desde 1919 assinava os seus escritos com o pseudônimo de “Tristão de Athayde”, fez um apelo em uma rádio carioca (MARTINS, 1978, p.122; MEZAROBBA, 2003, p.13). Mais tarde, esse escritor católico ofereceu apoio ao MFPA. Em 1965 o jornalista Carlos Heitor Cony foi taxativo ao dizer que a anistia era a resolução viável para contornar o dilema no qual tinham se metido os militares desde o golpe (MARTINS, 1978, 122-23; DEL PORTO, 2002, p.23-4). Em 1966 a manifestação favorável à anistia partiu do general Peri Constant Bevilacqua que ainda inserido no Supremo Tribunal Militar, “em 1966, em entrevista à revista *Manchete*, havia se manifestado a respeito da necessidade da decretação da anistia para pacificar os espíritos dos brasileiros.” (RODEGHERO, 2009 (b), p.134). Posteriormente a isso o general foi cassado e passou à oposição emedebista, se engajando na luta pela anistia durante a formação do Comitê Brasileiro pela Anistia. Também ao lado dos setores golpistas o general Olímpio Mourão Filho disse ser “a concessão da anistia uma atribuição exclusiva do Poder Legislativo” (MARTINS, 1978, p.123), ao se colocar favorável à anistia sugeriu que já na campanha para 1967 os deputados deveriam, obrigatoriamente, se posicionar a favor ou contra a anistia.

Em 1967 o consenso sobre a necessidade da anistia esteve até mesmo entre os rivais políticos históricos Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart (os três morreriam cassados nos seus direitos políticos antes mesmo de ser concedida a Lei de Anistia de 1979) deram origem a Frente Ampla (MEZAROBBA, 2003, p.13), uma espécie de oposição alternativa que durou um ano e terminou com Lacerda cassado, este que por sua vez foi a favor do golpe. A Frente Ampla defendia no seu programa a Anistia geral. Em 20 de agosto de 1968 uma proposta de Anistia política, elaborado pelo Deputado Paulo Macarini (MDB-SC), foi votada durante o governo Costa e Silva. Embora o projeto tenha sido derrotado por 198 votos contra 145 a favor, surpreendentemente dos parlamentares que deram carta branca para a anistia, 35 eram da Arena (MARTINS, 1978, p.125).

Após o AI-5, sugestões aos militares ou qualquer posicionamento reivindicativo tornaram-se motivos suficientes para receber um “convite”, nada amigável, para comparecer aos órgãos repressivos a fim de prestar esclarecimentos. Na elaboração da nova Constituição que foi outorgada pela emenda constitucional nº1, em 17 de outubro de 1969, a questão da Anistia não foi ignorada. Como foi referido, desde a Carta de 1946 a concessão da Anistia pertencia a uma decisão do Poder Legislativo, mas a partir da emenda de 1969 houve um retrocesso à Constituição de 1937 “estado novista”, na qual a Anistia “passou a depender de iniciativa do presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e a lei votada no Congresso ficou sujeita a sanção ou veto presidencial (arts. 57 e 43, VIII).” (MARTINS, 1978, p.127; VERBETE ANISTIA in DHBB¹¹)

Diante do impasse oferecido pela centralização do poder, restava à oposição investir na resistência por meios legais. A diversidade dos partidos políticos que caracterizava o multipartidarismo já não podiam atuar desde o AI-2, em 1965. Sob o sistema bipartidário dividido entre a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Schmitt nota o quanto foi peculiar esta modalidade brasileira, visto que:

Os partidos de apoio e de oposição ao regime militar não foram somente as únicas agremiações partidárias a ocuparem os cargos eletivos disponíveis; foram também as únicas a disputarem as próprias eleições. Este caráter artificial e arbitrário do sistema bipartidário no Brasil tornava-o muito diferente do bipartidarismo democrático (como, por exemplo, os casos americano e britânico), no qual há plena liberdade de organização partidária e de acesso às urnas, mas há somente dois partidos com relevância política. (SCHMITT, 2000, p.09)

Com o fechamento total dos canais de manifestação, com a censura aos meios de comunicação e o desmonte das organizações de esquerda coube à oposição legalizada, o MDB, por meio de seus parlamentares, tentarem forjar modificações dentro do sistema político militar. Mas esta possibilidade se mostrou viável apenas após as eleições de 1974, na qual o MDB teve uma significativa vitória,

¹¹ Ver mais na base de dados integrada do acervo do CPDOC, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), pós 1930. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>.

demonstrando ter ampliado sua base de apoio civil. É importante salientar que embora a “anistia geral para todos os civis e militares punidos após 1964” (KINZO, 1988, p.62) fosse um dos pontos programáticos do MDB, não eram todos os deputados ou senadores que defendiam a bandeira da anistia fervorosamente. Kinzo (1990) observa que o MDB se caracterizava muito mais como uma frente ampla de oposição do que como um partido político, e por isso contou com a singularidade de unir pessoas que tinham as mais diferentes origens ideológicas “desde conservadores, liberais, sociais-democratas e reformistas, até as várias tonalidades da esquerda” (idem, p.56). Não obstante, estes grupos demarcaram uma dualidade entre os emedebistas que, amiúde, dependia da forma como exerciam seu papel enquanto oposição e poderiam ser classificados ou como radicais (conhecidos como *autênticos*, em 1971 que passaria a *neo-autêntico* em 1975), ou como moderados (ala mais conservadora).

Foi nesse contexto, que parecia caminhar para uma recomposição da resistência à ditadura, que o MFPA se originou em 1975, sendo apontado como um marco na luta pela anistia já que “deixa de ser apenas reivindicação e se constitui em movimento organizado” (MARTINS, 1978, p.130). O grupo ainda aproveitou o Ano Internacional da Mulher para constituir sua luta sob o argumento de estar em busca da paz, um dos princípios a ser desenvolvidos pelas mulheres segundo a Organização das Nações Unidas (ONU).

Reconstruir a trajetória do MFPA no Rio Grande do Sul significa esboçar o processo de luta pela liberdade que se desencadeou naqueles anos, em que um movimento de mulheres se organizou pioneiramente e buscou apoiadores para levar ao ditador-militar a demanda da anistia como uma necessidade plural dos brasileiros. Neste processo muitos foram os protagonistas que estabeleceram relações políticas e se dividiram entre consensos e dissensos, entre aproximações e distanciamentos, entre diálogo e descaso, entre desacordos e negociações. Estes vínculos foram essenciais na análise da trajetória do MFPA no RS, na compreensão de que há uma movimentação tangencial que interfere direta ou indiretamente nos avanços ou recuos do MFPA. Nessa correlação de forças, as associações da

sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, o movimento estudantil (mesmo que sufocado), grupos pelos Direitos Humanos que se aliaram a alguns setores da Igreja, e alguns políticos do MDB, foram elementos essenciais para dar o “tom” do andamento do MFPA. Em síntese o Movimento de Mulheres pela anistia foi pioneiro, mas só foi possível usufruir da liberdade por meio desses canais de disseminação da anistia que fortaleceram e legitimaram esta luta.

* * * * *

Esta investigação optou por fazer uma leitura sociológica e cultural daquele período em que a noção de sociedade civil gramsciana se faz essencial para a compreensão do funcionamento de um novo movimento social¹², integrado por alguns “mediadores” (SCHERER-WARREN, 1993) que servem para dar o encaminhamento de algumas ações. Este movimento será considerado como precursor para a recuperação da “capacidade ativa do povo” (SADER, 1988; DOIMO, 1995), para a conquista de espaços políticos, o que nos permite trabalhar com a hipótese de que contribuiu para a formação de uma nova cultura política (MOISÉS, 1995; GOMES, 2005) em contraponto àquela que se apresentava autoritária. A

¹² A interpretação dada neste trabalho de que o Movimento Feminino pela Anistia no RS pode ser classificado como um novo movimento social se distingue da discussão proposta por Greco (2003) que, embora estivesse tratando do CBA, propôs, a partir da lógica arendiana, a luta pela anistia como um movimento político, uma vez que traz em seu cerne a construção do espaço político de ação e não do social. Sendo assim, embora os movimentos tenham em comum a construção de um espaço político, autônomo e independente, a partir da sociedade civil e não do Estado, os mesmos se diferenciam, pois segundo Arendt, na qual Greco se baseia, o lócus da questão social está em melhorar as condições de vida e de trabalho, enquanto que para o caso analisado “a dimensão do político é qualificada pelo investimento na construção de um espaço de contrapoder a partir do enfrentamento direto a ditadura militar” (GRECO, 2003, p.112). O Movimento Feminino pela Anistia no RS, embora faça parte da sociedade civil, não iniciou o seu movimento buscando construir um espaço político autônomo e independente das instituições formadas pelo estado, pelo contrário em alguns momentos o movimento se mostrava como parte do partido de oposições, o MDB, pelo fato de algumas líderes serem vinculadas ao mesmo. E quanto ao confronto direto à ditadura as militantes também utilizaram a pacificação como estratégia e nos seus discursos diziam que o movimento vinha na intenção de apoiar o projeto de distensão do governo Geisel. Entretanto o MFPA-RS foi modificando estas práticas até se tornar mais crítico, sobretudo a partir do slogan anistia ampla, geral e irrestrita, e passou a reivindicar junto a anistia muitas questões dos movimentos sindicais, apoiaram estudantes, exigiram um espaço feminino no partido de oposições, se colocaram junto a greves operárias e favoráveis a luta pela terra, como será visto no capítulo 2. Por essas razões o MFPA-RS ampliou a demanda da anistia e nessas condições deve ser visto como um novo movimento social.

compreensão a respeito das relações da sociedade civil com o Estado acompanha a dialética proposta por Moreira Alves (2005) em que coloca Estado e Oposição em constante tensão, o que surpreendentemente não significa um conflito dicotômico, mas uma relação não resolvida que está em permanente redefinição e rearticulação. A sociedade político-militar (Dreifuss, 1989 apud Viola, 2008) sobretudo ao longo da abertura, não pôde se dar ao luxo de governar de acordo com os projetos que eram determinados de forma linear, simultaneamente a oposição não pode traçar uma resistência que seguisse uma linha de ascensão sem recuos ou limitações.

Sendo assim, traçar a forma política desse embate, que não se quer inteiramente autônomo e dicotômico, significa, muitas vezes, entender as razões pelas quais os representantes daquele Estado se colocaram na obrigação de recuar por algumas situações em que a sociedade civil os impediu de avançar ao seu modo, e que, por outro lado e ao mesmo tempo, tinham poder suficiente para regular os passos tomados pela oposição. Não obstante, a **sociedade civil** alcançou alguns aspectos essenciais para a formação dos novos **movimentos sociais**, tais como: práticas políticas que os forçaram a reinventar suas **identidades e representações coletivas**; o **trabalho** de construção de uma **memória social** que pôde fazer frente à memória militar¹³; e por fim a possibilidade de investirem numa **cultura política antiautoritária** que deu um passo importante para a virada da ordem política vigente ao longo do sistema tradicional brasileiro. Dito isto passemos aos conceitos que embasam a reflexão teórica deste trabalho.

A Sociedade Civil gramsciana está inserida na teoria do Estado ampliado que é constituída pela sociedade civil e pela sociedade política. De modo

¹³ A disputa entre a memória social e a memória militar sugerida por nós não quer dizer que as versões, as experiências narradas estejam tão polarizadas a ponto de se dividirem, no caso do período analisado, entre a resistência que estaria associada a constituição de uma memória social, e os militares que estaria associados a memória oficial. Para Alberti (2005) uma das grandes riquezas proporcionadas pela História Oral é a sua capacidade de ampliar as possibilidades de interpretação do passado e, desse modo, “reconhecer a existência de múltiplas histórias, memórias e identidades em uma sociedade” (p.158). Sendo assim devemos estar cientes que “há uma multiplicidade de memórias em disputa” (p.167) e, por fim, reconhecemos que há uma diversidade, uma multiplicidade de memórias e que, “a melhor alternativa para evitarmos a polaridade simplificadora entre ‘memória oficial’ e ‘memória dominada’ é realizarmos uma análise mais rica dos testemunhos obtidos em nossa pesquisa. (p.168)”

simplificado podemos dizer que a primeira é entendida especificamente como as organizações sociais que se preocupam com a politização da sociedade e têm por responsabilidade disseminar uma ideologia. São exemplos notáveis as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, e até mesmo os meios de comunicação. A segunda se define pelo exercício de coerção, moldados nos aparelhos estatais, onde se configuram os governos.

Para Alfred Stepan “a sociedade civil tornou-se a celebridade política” de muitas transições latino-americanas recentes do regime autoritário (STEPAN, 1988:5 apud ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p.38). O conceito foi bem apropriado pelos investigadores nas décadas de 1970, sobretudo o de matriz gramsciana, já que o modelo revolucionário baseado no marxismo-leninismo enfrentava uma profunda crise. Assim, houve uma receptividade positiva sobre a discussão da hegemonia política e da inclusão da cultura nesse horizonte¹⁴.

Numa conjuntura de repressão e de coerção dos espaços institucionais das ditaduras, somente a revitalização dos movimentos sociais permitiu formar espaços alternativos de discussão política, num exercício de dinamização da sociedade civil. Para Dagnino “o fortalecimento da sociedade civil foi considerado fundamental para a construção da democracia.” (2000, p.69). Muito embora a relação que permeia a sociedade civil dentro da lógica estatal pareça dicotômica, Nogueira relativiza o embate:

A sociedade civil gramsciana não se sustenta fora do campo do Estado e muito menos em oposição dicotômica ao Estado. (...) ela [sociedade civil] se articula dialeticamente no Estado e com o Estado, seja este entendido como “expressão jurídica de uma comunidade politicamente organizada”, como “condensação política das lutas de classe” ou como aparato de governo e intervenção. (2003, p.2222-223)

Para Viola (2008, p.49), inspirado em Dreifuss (1989), o conceito gramsciano de sociedade política não parece suficiente para enfatizar a militarização que se configurou no específico período da ditadura civil-militar. Para explicar o modelo militar-autoritário a frente do poder governamental, deve-se

¹⁴ Ver a discussão sobre o pensamento político brasileiro na década de 1970 em Chauí e Nogueira (2007).

acrescentar a noção de sociedade política o “adjetivo” militar. O historiador ainda argumenta que a ruptura primeiramente entre a sociedade político-militar e a sociedade civil, e posteriormente, entre a sociedade político-militar e a sociedade política, proporcionou uma mudança qualitativa em relação aos princípios dos direitos humanos, objeto do seu estudo.

A partir desses entendimentos sobre a sociedade civil e colocando-a como constituinte dos “novos” movimentos sociais, julgamos necessário definir o que entendemos por esse conceito. Em primeiro, ressaltamos que dentre a diversidade teórica que envolve a discussão dos movimentos sociais está presente o lugar que estes se colocam em relação à autonomia e a institucionalização. Assim como desejamos relativizar a dicotomia que sofrem as noções de sociedade civil e sociedade política, e como estas se colocam em relação ao Estado, que se constitui pelas próprias esferas, desejamos o mesmo em relação ao problema referido acima que polemiza o comportamento dos movimentos sociais. Pretende-se não utilizar a rigidez para interpretar este impasse novamente.

Voltamos o nosso olhar para o movimento social, a fim de caracterizar o MFPA, objeto desse trabalho, como tal, de forma a perceber seus aspectos essenciais como suas ações políticas e sociais, seus projetos, seus vínculos ideológicos, suas lideranças. Ao fazer uma leitura sociológica desse movimento buscamos o aparato em Scherer-Warren que contribuiu imensamente para sintetizar a idéia complexa de definição os movimentos sociais que se caracteriza:

Como uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção). (1987, p.20)

A mesma pesquisadora, em outro momento diferencia as organizações reivindicativas dos movimentos sociais na medida em que o primeiro é o que cimenta o segundo, ou seja, as organizações se preocupam em incorporar uma demanda específica, enquanto que o movimento como um todo ultrapassa esta

demanda não a excluindo, mas proporcionando o elo entre esta e as demais necessidades, portanto ampliando o campo de luta. Sendo assim, o:

Movimento Social deve ser entendido como uma rede que conecta sujeitos e organizações de movimentos, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas, em permanente constituição, que buscam reconhecimento na sociedade civil. (SCHERER-WARREN, 2003, p.30, grifo da autora)

Nesse sentido se torna válido explicitar a forma como o Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul passa de uma organização de mulheres em busca da “pacificação da família brasileira” para um movimento que se assemelha com diversas associações, entidades, organizações que com demandas tangenciais específicas deram o caráter de movimento ao MFPA-RS. A necessidade da anistia política transbordou diante das demandas específicas dos estudantes, que reprimidos, queriam a revogação da Lei 477; dos familiares de exilados, presos e banidos que lutavam pelo retorno da normalidade para os seus entes queridos; e assim de maneira sucessiva as demandas formadoras das organizações construíram o Movimento Feminino pela Anistia que somado a outras entidades do gênero deram corpo ao processo de luta por essa medida.

Entendemos que esses movimentos sociais estariam integrados por “mediadores”, agentes sociais que são identificados por Scherer-Warren como “portadores da experiência política e conhecimento formal trazidos ‘de fora’ para atuar junto ao grupo-base do movimento.” (1993, p.49). Ao visualizar as lideranças do MFPA-RS com estreita relação com intelectuais e líderes políticos buscamos entender as influências que estes agentes acabaram exercendo nas práticas políticas.

Verificado que o movimento social saiu do status de organização para se ampliar como um “guarda-chuva” para as reivindicações mais específicas, e que os encaminhamentos e negociações são práticas influenciadas pelos “mediadores”, devemos entender a vertente para a qual o movimento se ampliou, as práticas exercidas para a realização desse projeto, e de que maneira agem os mediadores desse processo.

Priorizando também não apenas os aspectos sociológicos, mas fazendo uma análise cultural que faz parte dos aspectos formadores dos novos movimentos sociais, podemos analisar por essa ótica as práticas sociais, as ações políticas e o modo como os agentes se identificavam, queriam e desejavam ser vistos no seu cotidiano. Para esta análise utilizamos as categorias de representações coletivas, que são permeados pela noção de identidade coletiva, e de memória social que se constrói de maneira mais resistente frente à memória coletiva.

De acordo com os estudos de Roger Chartier o conceito de representação:

Permite designar e ligar três realidades maiores: primeiro, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; em seguida, as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e "performances" simbólicas através da imagem, do rito ou daquilo que Weber chamava de "estilização da vida"; finalmente, a "presentificação" em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade. (CHARTIER, 1994, p. 08).

A compreensão das representações coletivas deixadas a ver pelas mulheres do MFPA-RS aproxima-nos da maneira pela qual elas entendiam e classificavam a realidade em que viviam, de que forma se mostravam para essa realidade e como queriam ser interpretadas. Muitas das classificações normativas culturais e sociais não estão *tête-à-tête* às nossas percepções, e por isso captá-las não é tarefa fácil, mas o que seria o trabalho da historiadora se não, agregar os sinais, marcas, vestígios e pistas, e tudo aquilo que venha a contribuir para desembaçar a nossa míope visão de investigadora?

É neste mesmo propósito de captar as omissões que o conceito de memória social, definido por Fentress e Wickham (1992), se torna utilitário, ainda mais para a memória da resistência à ditadura. Os pesquisadores enaltecem o poder de seleção que impera no registro e na articulação das memórias e que apenas se perpetua no momento em que passa a fazer sentido num dado grupo que se faz existente por um vínculo de identidade, e passa a se orientar de acordo com a

autonomia individual de forma a dialogar e confrontar com diversos aspectos e limites que insistem em ser impostos pela sociedade que nos rodeia.

É necessário salientar que o historiador Chartier utiliza como matriz para a elaboração do conceito de representações coletivas os clássicos sociólogos Durkheim e Mauss. Diante de um conceito que se calcifica quando passa a atuar como uma instituição social, distanciando-se de uma forma dinâmica, na nossa interpretação o francês Chartier avança quando aconselha os pesquisadores a buscarem os desvios nas práticas sociais que se dão a tarefa de burlar códigos sociais pré-estabelecidos, que acabam por moldar identidades de forma a ser incorporadas pelas representações.

Aproximam-se de Chartier o historiador Wickham e o antropólogo Fentress, na busca pelas práticas que desviam das determinações sociais, quando elaboram o conceito de memória social a partir de uma crítica ao conceito de memória coletiva inaugurada por Halbwachs pertencente à escola durkheimiana. Os teóricos buscam na memória social justamente a sua autonomia frente a uma consciência coletiva dominante. O que parece ser o maior desafio é compreender que nas relações sociais de dominação e resistência, as posições de indivíduos ou de um grupo podem se alternar. No caso das mulheres do MFPA-RS há os desvios que as colocam na posição de dominantes, especialmente as que estão em posição de liderança em relação ao restante do grupo; ao mesmo em que reforçam estereótipos determinados como papéis femininos ideais, na posição de mãe, companheira, que age pelo zelo, pela paz, e que por isso não sugere embate, pois age com sua sensibilidade.

A hipótese desta dissertação gira em torno da possibilidade que o movimento feminino pela anistia, no decorrer de sua luta, teve de contribuir não só para a aprovação da Lei de Anistia, razão de ser do movimento, mas também para a formação de uma cultura política antiautoritária, especialmente por meio da sua prática pública de enfrentamento enquanto oposição, conseguindo ampliar e manter viva esta reivindicação tanto em nível estadual, como nacional.

O que entendemos por cultura política democrática está vinculado à indignação da oposição ao continuísmo daquela cultura política que se apresentava: tradicionalmente autoritária (JACOBI, 1987; SCHERER-WARREN, 1993). Frente a isto a esquerda brasileira durante o golpe já tinha forjado uma experiência revolucionária que foi abafada pela Doutrina de Segurança Nacional¹⁵, após a desestruturação do bloco oposicionista, coube aos resistentes a crença na democracia, a volta do Estado de direito¹⁶ (MOISÉS, 1995; DAGNINO, 2000). Para isso não necessariamente deveria se recorrer ao foco revolucionário, mas sem este horizonte, ao menos se deveria romper com a cultura política autoritária vigente. A diferença dos novos movimentos sociais está justamente no fato de tentarem romper com as práticas autoritárias e excludentes da política tradicional, neste sentido:

É significativo que os movimentos sociais que surgiram da sociedade civil na América Latina ao longo das duas últimas décadas tenham desenvolvido versões plurais de uma cultura política que vão muito além do (re)estabelecimento da democracia formal liberal. Assim, as redefinições emergentes de conceitos como democracia e cidadania apontam para direções que confrontam a cultura autoritária por meio da atribuição de novo significado às noções de direitos, espaços públicos e privados, formas de sociabilidade, ética, igualdade e diferença e assim por diante. (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p.29)

O horizonte democratizante faz com que se amplie a política, para que a cultura, as práticas e os conceitos, como o de cidadania, sejam rearranjados diante do que estaria por vir, na pós-ditadura. Na perspectiva de Moisés (1995) a cultura política não é vista como um fator que independe completamente da eficácia das

¹⁵ De acordo com o Projeto Brasil Nunca Mais (1985) para constituir uma síntese da ideologia empregada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) a melhor fonte é o livro do principal articulador político Golbery do Couto e Silva em **Geopolítica do Brasil**. A partir de uma bipolarização do mundo em que o “perigo comunista” assolava os países latino-americanos, era necessário se precaver fortalecendo as instituições militares para a “defesa nacional”, no entanto a DSN considerava ameaça não apenas o inimigo externo, caracterizado com as práticas políticas da União Soviética, como também as “forças internas de agitação”. Ver mais em ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p.53-66.

¹⁶ É importante destacar o clima de apreensão dos movimentos que se articulavam, Moisés sustenta que “as transições de regimes ‘não-democráticos’ nos anos 70 e 80 caracterizaram-se, precisamente, pelo enorme grau de ‘incerteza’ a respeito dos seus resultados possíveis. Elas começaram como transições do autoritarismo para alguma ‘outra coisa’, mas não há nada que assegure que essa ‘outra coisa’ seja necessariamente um regime democrático.” (MOISÉS, 1995, p.23)

instituições que fazem avançar a máquina política para a democratização. Por outro lado, mesmo sendo a cultura política insuficiente para sozinha levar à mudança de um regime político, este elemento tende a ser indispensável para a sua construção social.

A hipótese que levantamos neste trabalho também encontra apoio nas colocações de Scherer-Warren (1993) quando aponta que:

Os novos movimentos sociais apenas iniciaram, no caso brasileiro, o processo de criação de um novo modelo cultural. Nem por isso torna-se menos importante verificar para que direção aponta esta nova cultura política e que papel assumem os mediadores em seu fortalecimento. (p.53)

Destacados os conceitos que constituem o embasamento teórico é importante atentarmos para a literatura que se constituiu acerca da temática da Lei de Anistia de 1979, sobretudo os trabalhos produzidos na academia, teses e dissertações que estão a explorar a documentação daqueles anos e de documentos atuais, visto que o processo de luta referente à Lei 6.683 não está concluído¹⁷.

A bibliografia produzida acerca da temática da ditadura não se limita ao campo da História, esta última por sua vez concorre com a Ciência Política, a Sociologia, a Psicologia e o Jornalismo. No que se refere à produção científica acerca das mulheres como agentes históricas no período ditatorial as questões estão ligadas, majoritariamente, aos estudos feministas e à discussão teórica de gênero¹⁸. Além dessas questões conceituais, diante da invisibilidade feminina comprovada historicamente nas fontes documentais, consideradas como

¹⁷ Atualmente estão ancoradas no processo de luta da Lei de Anistia de 1979 pesquisadoras que fazem avançar a leitura historiográfica acerca da continuidade da luta por uma anistia que preze por justiça e que haja o conhecimento e o julgamento dos militares-torturadores que trabalharam para o Estado contra os princípios dos Direitos Humanos. Ver sobre essa discussão em Greco (2003), Mezarobba (2003), Rodeghero (2009).

¹⁸ “A ideia de gênero, diferença de sexos baseada na cultura produzida pela história, secundariamente ligada ao sexo biológico e não ditada pela natureza, tenta desconstruir o universal e mostrar a sua historicidade.” Ideia desenvolvida por COLLING, 2004, p.172. A categoria gênero, utilizada como teoria para questionar a diferença sexual, das relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, passou a ser bastante valorizada após a publicação do artigo de SCOTT no BR. Ver: SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

convencionais ao trabalho de pesquisa até a década de 1970 no Brasil, atualmente a história oral tem sido a metodologia privilegiada para recompor algumas trajetórias.

Sem a pretensão de analisar detalhadamente cada trabalho, mas na intenção de construir um panorama da historiografia, apresentar-se-á um breve esboço dos estudos que foram realizados desde a década de 1970 que trata da temática da Anistia, enquanto processo de luta, da militância feminina à ditadura militar, e finalmente do Movimento Feminino pela Anistia que se espalhou pelo Brasil na forma de núcleos estaduais.

Os estudos que analisam a atuação das mulheres durante a ditadura civil-militar no RS são poucos, a base dos pesquisadores que pretendem se engajar nessa temática ainda advém dos estudos elaborados principalmente no sudeste do país. No entanto, acredita-se que num panorama geral sobre a temática, a partir principalmente da comemoração dos 40 anos do golpe em 2004, o interesse em consolidar uma historiografia que analise os 21 anos de ditadura têm se elevado no Estado. O estudo feito por Rodeghero (2008) acerca da história e da historiografia da ditadura militar no RS constatou que um levantamento bibliográfico acerca da temática num plano mais geral não é fácil de ser realizado. O que incentivou a historiadora a dar continuidade a essa busca foi justamente o que havia sido produzido sobre os opositores do regime militar. Inspirada nos estudos de Moreira Alves (2005), Rodeghero (2007) entende que a relação entre o Estado de Segurança Nacional com a oposição deve ser vista permeada por tensões que mediaram o aprofundamento ou retrocesso do projeto de institucionalização da ideologia militar. Assim uma divisão temporal foi feita para caracterizar o tipo de oposição organizada frente ao Estado repressivo, para isso três foram os momentos: de 1964 até o AI-5 em 1968, período de instalação do regime, foi chamado de “operação limpeza”; de 1968 até o governo Geisel em 1974, “os Anos de Chumbo”; a partir de 1975 então, o período de distender para a abertura. O MFPA-RS, portanto, está colocado nesse último período em que atuou a oposição. Ao mesmo tempo, a atuação do MFPA está inserida numa discussão interpretativa de via dupla. Pois, ao dedicar-se a pesquisa sobre os movimentos pela Anistia Rodeghero (2009 (a), p.

04.) nota que os estudos que se dedicam à anistia de 1979 complementam-se de acordo com duas diferentes abordagens:

Aquele que enfatiza a luta pela anistia como uma oportunidade de canalização de um conjunto amplo de demandas de transformação mais radical; e aquela que situa o projeto governamental no quadro da abertura lenta, gradual e segura, que acabou garantindo uma transição conservadora do regime militar para o civil em consonância com a tradição de conciliação da política brasileira.¹⁹

Começamos por situar esta dissertação na produção que se localiza próxima a data comemorativa dos 30 anos da sanção da Lei de Anistia de 1979, portanto agosto de 2009. De forma geral foi identificado no período de rememoração dos 30 anos um silêncio e ou um “esquecimento” referentes à conquista da Lei de Anistia que apenas se configurou no décimo quinto ano ditatorial, e que pode ser classificado como um passo importante para a posterior democratização. Somos levados a crer que mais do que desinteresse intelectual ou cidadão o assunto da anistia é permeado por um embate político que vai muito além de um simples fato a ser rememorado, pois está diretamente relacionado com as feridas não cicatrizadas por uma anistia “limitada, restrita e recíproca” (DEL PORTO, p.46) que foi aprovada em 1979, vencendo o projeto de anistia “ampla, geral e irrestrita” que passou a ser exigida pelos movimentos sociais desde 1978.

No âmbito governamental as discussões mais acirradas em torno dos 30 anos da Lei de Anistia se iniciaram a partir do final do ano de 2009, após a divulgação do Programa Nacional de Direitos Humanos nº3²⁰, elaborado pela

¹⁹ Segundo a historiadora “Na primeira abordagem estão: MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1987; GRECO, Heloísa. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Belo Horizonte: UFMG, 2003 (Tese de Doutorado em História); ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000; ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. **Lutas democráticas contra a ditadura**. REIS FILHO, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge. **As esquerdas no Brasil**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. No caso da segunda abordagem: KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982; ARTURI, Carlos S. **Transição política e consolidação da democracia: notas a partir da experiência brasileira**. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia; FRY, Peter (Orgs.). **Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Hucitec, 1996; LEMOS, Renato. **Anistia e crise política no Brasil pós-64**. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 287-313.” (RODEGHERO, 2009, p. 04).

²⁰ “O Programa Nacional de Direitos Humanos – 3, lançado no dia 21 de dezembro de 2009 pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, inclui, entre as 521 ações recomendadas aos

Secretaria Especial dos Direitos Humanos do governo petista. Esta discussão que está para ser superada da agenda política ainda no ano de 2010, de início já gerou uma crise política entre os Ministros Militar, da Justiça e dos Direitos Humanos e o Presidente Lula que acabou por optar pelo apaziguamento interno reiterando o desfecho de 1979.

Em âmbito acadêmico, o sudeste paulista saiu na frente na divulgação de materiais que acabam por subsidiar as pesquisas de outras regiões. O portal da Fundação Perseu Abramo²¹ apresentou uma exposição virtual de documentos referentes ao processo de luta pela anistia repetindo a iniciativa que foi disponibilizada durante a comemoração dos 20 anos da Lei de 1979. Também destacamos a obra publicada pela parceria da Editora UNESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo e impresso pela Imprensa Oficial, baseada no resultado do Seminário Internacional “A luta pela Anistia: 30 anos”. O livro de 488 páginas organizado por Haike R. Kleber da Silva, intitulado “A luta pela Anistia” além de trazer uma série de artigos elaborados pelos pesquisadores brasileiros que inseriram essa temática²² no campo historiográfico, o trabalho se enriquece por um amplo material iconográfico e por um guia de fontes sobre a anistia possibilitando a referência de documentos para subsidiar futuras pesquisas.

No Rio Grande do Sul o assunto dos 30 anos teve pouca repercussão nos espaços de discussão política na imprensa corrente²³ do Estado e no âmbito acadêmico²⁴ foram verificados dois eventos específicos. Além desta dissertação,

ministérios, o envio de um anteprojeto de lei ao Poder Legislativo para instituir uma Comissão Nacional da Verdade que supere essa lacuna.” (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010)

²¹ Ver mais em Exposição Virtual Anistia 30 anos – Por Verdade e Justiça. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/node/5514#node-5514>>. Acesso em março de 2010. E ainda ver a exposição virtual 20 anos: anistia não é esquecimento. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/node/5547#node-5547>>. Acesso em março de 2010.

²² Dentre os artigos que compõe a obra estão os trabalhos das primeiras pesquisadoras a trabalharem com a temática da anistia no Brasil. Ver in Silva (2009) Del Porto, Greco, Mezarobba.

²³ Ver artigo de Rodeghero publicado em 28 de agosto de 2009. Disponível em <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2633504.xml&template=3898.dwt&edition=13008§ion=1012>>. Acesso em março de 2010.

²⁴ Dois eventos acadêmicos trataram especialmente da questão da anistia: O Programa de Pós-Graduação em História e o Curso de Graduação em História da UNISINOS promoveram no dia 21 de

que trata especificamente do caso no RS, a pesquisa da luta pela Anistia no Estado coordenada pela Professora/Pesquisadora Carla Simone Rodeghero (UFRGS), resultou na organização de um livro²⁵ que está para ser publicado. Em se tratando de pesquisa regional a tese de doutorado de Duarte (2009) também elaborada próxima a data comemorativa, tratou das memórias em disputa e das subjetividades moldadas pelas protagonistas do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará²⁶.

Ainda que a anistia seja assunto silenciado na historiografia brasileira é fato que os estudos dessa temática tenham passado por uma ascensão, sobretudo nos últimos dez anos. Após os trabalhos produzidos no calor dos acontecimentos, os estudos realizados em torno das lembranças dos 20 anos da Anistia formam os trabalhos precursores desta temática²⁷. Entre estes trabalhos acadêmicos, que se dividem entre dissertações e teses²⁸, na maioria das vezes os Movimentos

outubro de 2009, uma mesa redonda com Historiadores sobre “Os usos do passado e a anistia no Brasil”. O Núcleo de Pesquisa em História (NPH) da UFRGS, promoveu no dia 07 de dezembro de 2009 o Seminário “Anistia, 30 anos” realizando o debate entre pesquisadores da temática e convidados especiais, protagonistas da época, que contribuíram para a pesquisa sobre a luta pela anistia no Rio Grande do Sul coordenada pela Professora Doutora Carla Simone Rodeghero.

²⁵ Tivemos acesso apenas às aulas ministradas por Rodeghero em que discutíamos assuntos relativos ao trabalho que está para ser publicado. Ver: RODEGHERO, C.S.; DIENSTMANN, G.; TRINDADE, T. **Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa**. Porto Alegre. 2009. [no prelo].

²⁶ No contexto dos 30 anos ainda estão: CARBONI, Maria Cecília Conte. **Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979**. São Paulo: PUC-SP, 2008. Dissertação de Mestrado em História Social. 98 p.; DUARTE, Ana Rita Fonteles. A descoberta do feminismo pelas militantes do MFPA no Ceará. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**, 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_40.html>. Acesso em março de 2010.; DUARTE, Ana Rita Fonteles. Em guarda contra a repressão: as mulheres e os movimentos de resistência à ditadura na América Latina. **Anais XXIV Simpósio Nacional de História**, São Leopoldo: UNISINOS, 2007.; DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Tese de Doutorado em História Cultural.

²⁷ O primeiro trabalho produzido 17 anos depois da sanção da Lei, o qual não tivemos acesso, tratou do núcleo mineiro do MFPA. Ver: LANNA, Anna Flávia Arruda. **O Movimento Feminino pela Anistia: a esperança do retorno à democracia**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

²⁸ Na ordem de produção: LANNA, Anna Flávia Arruda. **Mulheres e Anistia: entre bandeiras e fuzis**. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpco405.htm>>. (2001) Acesso em março de 2010.; DEL PORTO, Fabíola Brigante. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2002. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. 134 p.; CIAMBARELLA, Alessandra. As mulheres pedem paz: um olhar sobre o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). **Anais do X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ**, 2002.; RAMOS, Andressa Maria Vilar. A liberdade permitida. **Contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia: 1975-1980**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002 (não foi possível o acesso); GRECO, Heloísa

Femininos pela Anistia são tratados de forma tangencial, visto que os trabalhos são dedicados ao processo de luta pela Anistia no Brasil num geral, ou pelos documentos elaborados pelos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA's). Todavia esta historiografia tende a reconhecer que as mulheres do MFPA foram protagonistas e pioneiras, além de terem proporcionado um fértil terreno para os tantos movimentos que se articulariam posteriormente pelas liberdades democráticas. Enaltecemos alguns fragmentos desses estudos:

Para Lanna (2001) “o MFPA foi pioneiro na campanha pela anistia política, abrindo espaço para novas formas de manifestações e reivindicações.”

Para Del Porto (2002, p.37) “o movimento era pioneiro não apenas na luta sistemática pela anistia, mas era também o ‘primeiro movimento legalmente constituído para o enfrentamento direto do regime militar’.”

Na análise de Ciambarela (2002, p.05) “o MFPA surgia em um momento político ímpar da história nacional, caracterizado pela reestruturação das relações Estado e sociedade.”

Para Greco (2003, p.69): “Cabe, às mulheres, portanto, o pioneirismo na luta pela anistia. (...) O MFPA acumula forças e abre espaço para a constituição dos Comitês Brasileiros pela Anistia.”

Para Ramos (2008, p.142): “O MFPA foi a primeira forma organizada de lutas pela Anistia, onde se pretendia a “pacificação da família brasileira, que seria indispensável preliminar à recomposição do pacto social.”

O Movimento Feminino pela Anistia visto como um salto de qualidade e com as mulheres como pioneiras foi salientado já nos primeiros escritos que versou

Amélia. **Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. Tese de Doutorado em História. 559 p.; MEZAROBBA, Glenda. Um acerto de contas com o futuro. **A anistia e suas conseqüências – Um estudo do caso brasileiro**. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. 213 p.; RAMOS, Andressa Maria Villar. **Ação e Paixão Política: A Dimensão Afetiva da luta pela Anistia (1975-1980)**. **Projeto História**. São Paulo: EDUC. N°29 – tomo 1, dez. 2004. P. 291-301.; RAMOS, Andressa Maria Villar. **As sensibilidades coletivas nas Ações Políticas: A dimensão afetiva no movimento pela Anistia (1975-1980)**. São Paulo: PUC-SP, 2008. Tese de Doutorado em História Social. 346 p.

sobre as concessões de anistia ao longo da história brasileira e foi lançado justamente em meio à efervescência da luta pela anistia em 1978. O livro de Roberto Ribeiro Martins *Liberdade para os brasileiros – anistia ontem e hoje* serviu como um documento precioso para endossar ainda mais a luta pela anistia visto que esta medida esteve presente nos momentos decisivos da história política brasileira. O escritor esteve inclusive no Rio Grande do Sul para o lançamento em 1978. Consideramos este livro fonte primária junto ao de Therezinha Godoy Zerbini, *Anistia – semente da liberdade*, oportunidade em que a líder do MFPA-SP expôs muitas de suas falas proferidas em discursos, palestras ou mesmo entrevistas cedidas durante os quase cinco anos de em que esteve à frente do Movimento Feminino pela Anistia.

Além da revisão bibliográfica foram utilizados três grupos de fontes documentais: o Acervo Particular Lícia Peres e Mila Cauduro; os Anais da Assembleia Legislativa do RS e os Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre; e as entrevistas realizadas com integrantes ou parentes próximas das lideranças do MFPA-RS.

Quanto ao primeiro grupo salientamos que a reconstrução da trajetória do MFPA-RS foi possibilitada inicialmente pelo material arquivado pelas ex-presidentes no núcleo gaúcho Lícia Peres e Mila Cauduro. A documentação, anteriormente localizada no “Acervo de Luta contra a Ditadura” passou, em 2008, a integrar o “Centro da Memória Documental da Ditadura Militar no Rio Grande do Sul”, sob a responsabilidade do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.

É interessante notar que a constituição do acervo do Movimento Feminino pela Anistia não foi motivada apenas para alimentar uma auto consagração, ou para ficar restrito ao espaço privado, da família. Na medida em que o acervo foi doado para o espaço público, a função ultrapassa a intenção de preservação de uma memória individual das organizadoras, acerca do coletivo, no caso o grupo do MFPA-RS. Ao atentarmos para os cuidados das ex-presidentes em construir esta documentação levantamos a hipótese de que, além de tratar-se de uma documentação pré-selecionada por elas, houve uma preocupação com a produção dos vestígios para a posteridade, não apenas com a disposição de deixar a história

da resistência à ditadura para a formação de uma memória social, mas também por uma questão de auto localização diante da efervescência de outros movimentos que passaram a lutar pela anistia, como o Comitê Brasileiro pela Anistia, por exemplo. O MFPA-RS demonstrou a intenção de ser reconhecido como pioneiro no ano de 1978, ano de fundação dos CBAs em que formalizou a sua existência registrando-se como entidade civil em cartório. Os estatutos, compostos por vinte artigos elaborados em São Paulo pelas fundadoras do Movimento Feminino pela Anistia nacional, foram reconhecidos pelo Tabelionato Castilhos de Porto Alegre em 29 de junho de 1978, assinado por Zulmira Cauduro, Lícia Peres, Francisca Brizola, Lygia de Azeredo e Angelina Guaragna. Especula-se que o MFPA-RS apenas registrou firma em cartório a fim de formalizar sua existência, diante do surgimento de outro movimento similar que tinha como bandeira a anistia, para assegurar o reconhecimento de seu pioneirismo. Temos razões para pensar que as atas de reuniões começaram a ser escritas de modo formal somente a partir de 1978, e não em 1975, ano da fundação e das primeiras reuniões. Dois elementos nos dão essas suspeições: a primeira está relacionada a um erro da escritã da ata de nº2 que ocorreu aos cinco dias de dezembro de 1975 e foi escrito: “5 de dezembro de 1978. digo, 1975.”. O segundo indício é que a advogada e comunicadora pelotense Cláudia Rodrigues (na época assinava Behrensdoorf) entrou em contato com o movimento em julho de 1975, quando o MFPA-RS fez a divulgação do movimento em nove de julho na cidade de Pelotas. Todavia a assinatura de Cláudia aparece já na primeira reunião registrada em ata, em 20 de junho de 1975, antes, portanto, da visitação do grupo à Pelotas.

O segundo grupo de fontes, os Anais da Assembleia Legislativa dos anos de 1975 a 1977 foram pesquisados na Biblioteca do Solar dos Câmara. Os Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizados na própria Câmara também foram consultados, também referentes a 1975 e 1977. Sobre este segundo grupo as observações a serem feitas são de que quanto aos primeiros anais além de a coleção disponível para pesquisa estar incompleta (não possui todos os meses dos anos de 1975 a 1979 o tempo de atuação do MFPA-RS), o ano de 1978 é

representado por uma lacuna sendo que não possui nenhum volume à disposição. Observamos que o ano de 1978 é um ano de muita movimentação, nele se dá: a Criação do Comitê Brasileiro pela Anistia e seus núcleos estaduais; último ano do governo Geisel; ano de Campanha pelo retorno dos “Flávios”; ano de campanha eleitoral; e por fim, ano do sequestro dos uruguaios Lílian Celiberti, Universindo Díaz e duas crianças, em Porto Alegre, fato que escandalizou o Brasil, sobretudo o Rio Grande do Sul, prova cabal do envolvimento da polícia política brasileira no Plano Condor. Já nos Anais da Câmara Municipal a repercussão do Movimento Feminino pela Anistia é menor que na Assembleia Legislativa, considerando que os vereadores mais engajados a essa luta, Glênio Peres e Marcos Klassmann tiveram seus mandatos cassados em 1977. Por esses motivos exploramos estas fontes apenas nos três primeiros anos, para entendermos o envolvimento do MFPA-RS com esses espaços formais e como isso apareceu nos discursos políticos.

No terceiro grupo estão as entrevistas que num primeiro momento tiveram uma abordagem temática, mas não isolavam também os vários aspectos das trajetórias de vida das entrevistadas. As integrantes do MFPA-RS, Elida Rubini Liedke e Enid Diva Marx Backes foram as únicas encontradas em uma lista de 45 filiadas no RS. Motivo pelo qual decidimos aprofundar mais a História Oral de Vida das lideranças que compunham o Comitê Central. A procura seguiu pelas que assinavam como diretoria como apontado pelas votações realizadas em reuniões e relatadas nas atas do grupo, e como aparecia em documentos e nas publicações de notas de jornais.

Como referimos, a segunda etapa das entrevistas foi de investimento nas trajetórias de Lícia, Mila, Quita, Lygia, Cláudia, Angelina. Embora Lícia já tivesse cedido uma entrevista em 2005 foi indispensável realizar um novo encontro em 2009 na intenção de aprofundarmos o conhecimento sobre a elaboração da narrativa que Lícia construiu para si e para os outros, já que pode ser considerada a guardiã da memória do MFPA-RS, e por isso se acostumou a dividir com os pesquisadores a trajetória do grupo. Quanto às demais lideranças, foram realizadas entrevistas com suas parentes próximas, pois duas delas já faleceram (Quita e

Lygia), e Mila se afastou por completo da vida pública. Por isso netas e sobrinha-afilhada²⁹ foram contatadas e deram um tom ainda mais familiar às lembranças. A busca mais difícil e surpreendente foi a de Cláudia Rodrigues, pelo fato de Lícia não ter nenhum indício do seu paradeiro e pelo nome Behrens Dorf ter desaparecido da sua assinatura, já que era nome de casada na época. Angelina Guaragna não foi localizada.

No objetivo de realizar uma leitura crítica das fontes, utilizando a História das Mulheres (Perrot, 2005) e a História Oral (Portelli, 1997), a ponto de alcançarmos não apenas uma história linear, mas atentando para as contradições e as omissões, aprendemos com Le Goff (1996) que o exercício da crítica aos documentos é tradicionalmente realizado de forma externa e interna. A crítica externa se refere a uma avaliação da fonte que nos leva a caracterizá-la como um documento verdadeiro ou “falso”, ou seja, se foi realmente produzido na época que corresponde aos fatos ou posteriormente, de maneira forjada, o que não o torna inválido, pois a própria intenção de manipular o documento deve ser considerada. A crítica interna se define pelo “significado dos documentos, avaliar a competência de seu autor, determinar sua sinceridade, medir a exatidão do documento, controlá-la através de outros testemunhos” (LE GOFF, 1996, p.110). Nesta lógica o historiador nos alerta que:

Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. (*Idem, grifo do autor*)

²⁹ No caso de Quita, Márcia Prado Rotta que me recebeu numa manhã de setembro no cafezinho da Assembleia Legislativa do RS, local que serviu de palco para muitas das lutas do MFPA, essa conversa-entrevista não contou com gravação; No caso de Lygia, Patrícia Coelho de Souza foi muito solícita nos e-mails e nos encontramos no Mercado Público de Porto Alegre numa tarde de setembro. Já no caso de Mila Cauduro, sua sobrinha-afilhada Zulmira me recebeu, após muitas conversas travadas ao telefone, em uma tarde chuvosa de sábado, na bela residência da “Dona Mila”. Zulmira me permitiu ainda conhecer a doçura de mulher, que aos 93 anos além de vaidosa foi muito receptiva. Esses encontros só foram possíveis graças a algumas pistas fornecidas por Lícia Peres (menos no caso de Mila que é sua comadre). Para encontrar Márcia e Patrícia contei com a colaboração de funcionárias da Câmara Municipal de Porto Alegre– bancada do PT, e Assembleia Legislativa do RS. A estas “informantes” estendo o meu agradecimento.

Seguindo esses ensinamentos tentamos explorá-las conscientes das seguintes observações:

1º) as fontes documentais foram selecionadas pelas próprias presidentes, ou seja, provavelmente foram arquivados os documentos que demonstravam uma visão positiva sobre o grupo ou as ações das mesmas;

2º) dentre estes documentos é importante salientar que não faz parte deste emaranhado uma única tipologia, mas diversas, que vão desde minutas de cartas, cartões pessoais, até moções e teses aprovadas em encontros, recortes de jornais. Embora a seleção estivesse, provavelmente, focada numa visão favorável ao grupo o importante para as mulheres era preservar a sua visibilidade para a posteridade. Na medida em que se mostram presentes na imprensa ou nas ações o grau de importância tende a aumentar fazendo com que seja criada uma compreensão das suas atividades e não passividade diante dos fatos.

3º) as entrevistas realizadas já revelam uma outra leitura, pois além de ter passado quase trinta anos do início das suas atuações, o tempo diferenciado do tempo da ação faz com que as narradoras tenham um reencontro com o fato, e ainda mediado por quem realiza a entrevista. É possível que a rememoração tenha provocado sentimentos que acabe por influenciar as narrações das entrevistadas.

* * * * *

A dissertação está estruturada em três capítulos que contam com subdivisões. No primeiro capítulo intitulado **A formação do Movimento Feminino Pela Anistia no RS e a conquista da política formal (1975-1976-1977)** traz os primeiros três anos do grupo que dá conta desde a sua gênese em São Paulo, a vinda do Manifesto da Mulher Brasileira para Porto Alegre, a estruturação do grupo como um movimento social, os apoios conseguidos, as ações políticas e as relações com os espaços formais da política. Os três primeiros anos de atividade das mulheres foram de intenso trabalho e marcados por acontecimentos inesperados, como a morte do Presidente golpeado João Goulart que se encontrava no exílio; e as

cassações dos Vereadores do MDB, Glênio Peres e Marcos Klassmann, apoiadores importante do grupo pela anistia. Os anos de 1975 até o final de 1977 estão classificados como a primeira fase do MFPA-RS que teve como bandeira a “pacificação da família brasileira”.

O capítulo 2 intitulado **O MFPA-RS e os reflexos do seu engajamento: a fase de popular (1978-1979)** trata da segunda fase do MFPA-RS, momento de efervescência da luta pela anistia em que a base de apoio se amplia, sobretudo após a fundação do Comitê Unitário pela Anistia em Porto Alegre e da seção do Comitê Brasileiro pela Anistia no RS. A demanda pela anistia passa a ser uma demanda plural dos movimentos sociais que começam a se rearticular, o que promove uma popularização da medida, contribuindo assim para a formação de uma cultura política antiautoritária, impulsionando a retomada dos espaços informais da política pela sociedade civil. Episódios como os Encontros, Reuniões e Congressos Nacionais pela Anistia, as articulações dos movimentos pela anistia e pelos Direitos Humanos, a campanha pelo retorno dos gaúchos presos nos países vizinhos Flávia Schilling e Flávio Tavares no Uruguai e Flávio Koutzii na Argentina, o sequestro da família uruguaia em Porto Alegre, o alcance da Lei de Anistia e o retorno de brasileiros e brasileiras foram situações vivenciadas pelas integrantes do MFPA-RS. Nesta segunda fase de atividades o MFPA-RS esteve rodeado de movimentos pelas liberdades democráticas que lutaram pelo slogan “Anistia ampla geral e irrestrita.”

E por fim o capítulo 3 que tem como título **O Perfil do Comitê Central do MFPA-RS** apresenta as integrantes do movimento gaúcho. As trajetórias públicas e políticas das seis mulheres que lideraram o grupo foram criadas a partir do cruzamento das entrevistas com a documentação, o que possibilitou traçar um breve perfil dessas mulheres que estiveram tão presentes na história da resistência à ditadura civil-militar no RS. Buscamos as semelhanças e as singularidades destas mulheres que construíram uma parte importante da história política durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 no Rio Grande do Sul.

1 A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA NO RS E A CONQUISTA DA POLÍTICA FORMAL (1975-1976-1977)

A luta pela Anistia não é de guerra, é de paz; não é de desordem, é de ordem; não é de violência, é de persuasão; não é de ódio, é de amor – de amor ao direito, à paz, à grandeza de nosso país, à felicidade de nosso povo. (MFPA-RS, 08/10/1975)³⁰

O Movimento Feminino pela Anistia surgiu com o intuito de “pacificar a família brasileira” após onze anos de Ditadura civil-militar³¹ como o primeiro movimento organizado, público que tinha como bandeira a libertação dos atingidos pelos atos de exceção. As mulheres, protagonistas dessa demanda, aproveitaram o projeto do ditador-militar Ernesto Geisel de “distensão lenta, segura e gradual” para incluírem a Anistia na agenda política daquele governo.

Vamos explorar neste capítulo a primeira fase do MFPA-RS que se refere, para fins metodológicos, aos seus três primeiros anos de atividades no RS. Esse período de formação também foram anos de busca de legitimação onde se deram as relações construídas com os opositores ao regime, em que se constroem os espaços frequentados pelas mulheres, como também os lugares que elas queriam pertencer, as limitações do grupo e suas contradições. Caracterizado como um movimento social (SCHERER-WARREN, 1987), identificamos no grupo suas práticas políticas, o objetivo central a ser alcançado, seus valores ideológicos, e suas lideranças.

O projeto de distensão pode ser interpretado como uma estratégia do governo para segurar a sua legitimidade após os anos mais duros do ditador-militar Emílio Médici, e qualquer movimentação por parte dos civis era difícil de ser

³⁰ Mensagem do MFPA-RS ao criticar um artigo escrito por um contribuinte do jornal *Diário de Notícias*, 08/10/1975.

³¹ A Ditadura brasileira estava inserida no contexto da Guerra Fria em que diversos países da América Latina foram assaltados por golpes militares que contaram com um investimento financeiro dos Estados Unidos a fim de impedir o avanço da ideologia revolucionária de esquerda que se estabeleceu em Cuba a partir de 1959. No Cone Sul as ditaduras militares se instalaram pelo Paraguai (1954), Brasil (1964), Bolívia (1964), Argentina (1966-1976), Uruguai (1973), Chile (1973).

articulada em função do Estado de Terror e Medo que se instaurou com tantas arbitrariedades repressivas. Durante os quatro anos em que o MFPA atuou no Brasil (de 1975 a 1979), mesmo com a possibilidade de abertura para uma liberalização calcado no discurso de afrouxamento do regime, trinta foram os casos de morte, dentre os quais treze os desaparecidos, dos quais um argentino, e mais os casos não esclarecidos de nove³² pessoas (BRASIL, 2007). Esses acontecimentos somados ao desconforto e a preocupação com tantas pessoas presas e exiladas provocou em algumas mulheres a necessidade de estabelecer outro tipo de relação com o Estado. Essa organização da sociedade civil, por sua vez inovou na forma de se colocar como oposição, de maneira defensiva, e modificou a relação com o meio institucional em busca do exercício de cidadania plena.

O Movimento Feminino pela Anistia será analisado como um Movimento Social de resistência ao regime ditatorial. No entanto, essa oposição não segue uma linearidade na sua trajetória, de forma que não está em um embate constante com o Estado, pelo contrário, se utiliza de brechas sinalizadas por este para negociar, ou como entendido por Scherer-Warren (1993, p.49-50):

A ideia é de que têm surgido “novos movimentos sociais” que almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: do governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.

Os indícios dessa relação não dicotômica são verificados nos próprios Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e dos Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre onde encontramos apoiadores que têm clara ligação com as mulheres do MFPA e que transmitem as ações do movimento social para os canais institucionais.

Ainda de acordo com Scherer-Warren (1993), os novos movimentos sociais, para superarem as adversidades da nova conjuntura cultural em que se

³² Dados contabilizados a partir do relatório organizado em 2007 pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

estruturaram, devem superar algumas limitações como: a heterogeneidade que se dá dentro de um mesmo movimento; os entraves para se consolidarem como movimento, se inserirem e serem reconhecidos pela sociedade civil; o distanciamento entre a ideologia política e a ação concreta, trabalho que deve ser realizado pelos mediadores; a falta de consenso entre os novos movimentos sociais e os partidos que, na maior parte das vezes, não encurtam o caminho para as ações efetivas dos primeiros. Frente a esses desafios os mediadores desses novos movimentos sociais se deslocam emparedados pelo paradoxo de modificarem a situação política e cultural, muitas vezes exercendo antigas práticas políticas, ou reproduzindo um “fazer político” tradicional (Scherer-Warren, 1993, p.59).

As ações do Movimento Feminino pela Anistia foram realizadas no sentido de transformar a própria prática da resistência utilizada até os primeiros anos do governo Geisel. A resistência à ditadura civil-militar foi dividida por Viola em duas fases: a primeira teve sua estruturação baseada em “ações clandestinas (algumas armadas); a segunda, mediante a defesa dos direitos humanos, em busca da redemocratização.” (2008, p.17). Como bem definiu Capelato, a tomada de posição contrária aos que estão no poder vai além do simples fato de resistir, pois “assume o significado de luta, mas também de independência, autonomia, liberdade de conduta e de expressão.” (1996, p.03)

É nessa conjuntura da resistência à ditadura militar dos anos 1970 que nascem os novos movimentos sociais, gerados na crise das instituições políticas e do marxismo ortodoxo, cientes das consequências repressivas vivenciadas pelos revolucionários, o que fez as oposições elaborar novos mecanismos de sobrevivência. Esta inovação se associa ao fato de que as mobilizações não eram geradas somente pela exploração classista, mas os descontentamentos e questionamentos tocavam outros segmentos sociais ligados a política e a cultura. De acordo com o pensamento gramsciano, a cultura é um dos segmentos que constituem a política e esta foi exaltada na teorização dos movimentos sociais a partir de meados de 1970. Sendo assim definimos que o movimento social enquanto articulador da sociedade civil trabalhou para a construção de uma nova ordem

política cimentada numa cultura política democrática que se opôs ao estado autoritário vigente. Estes movimentos além de se posicionarem como opositores pretenderam construir uma “nova” relação com o Estado, a fim de ampliar e fortalecer os espaços de participação pressionando a necessidade do retorno democrático (VIOLA, 2008, p.26). Como esclareceram Alvarez; Dagnino; Escobar (2000, p.25):

A cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social. Isto é, quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural.

O conceito de sociedade civil, assim como qualquer categoria suscitada por Gramsci, passou por diversas leituras e apropriações. Um dos brasileiros que se dedicou ao estudo dessa categoria, Marco Aurélio Nogueira, chamou atenção num de seus escritos (2003, p.215) para a banalização que o “senso comum” comete com muitas das noções gramscianas. No interesse em esclarecer o conceito de sociedade civil Nogueira dialoga com, o também brasileiro que dedicou parte de sua vida intelectual à análise dos escritos de Gramsci, Carlos Nelson Coutinho, o qual revela que “o conceito de ‘sociedade civil’ é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do *Estado*.” (COUTINHO, 1999)

Sendo este conceito uma parte explicativa da teoria ampliada do Estado, devemos compreender, portanto, de que forma Gramsci distinguiu metodologicamente as noções-chave da superação da teoria marxista “clássica” entre sociedade civil e sociedade política os quais formam os “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja:

O Estado em sentido amplo, “com novas determinações”, comporta duas esferas principais:

- *sociedade política* (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar;

- *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação em massa) etc. (COUTINHO, 1999, p.127)

Ao fazer a leitura interpretativa de Gramsci, Coutinho se inseriu em um debate ampliado, que se propôs a dialogar com pensadores internacionais, sobretudo da Itália, terra natal do intelectual. Na década de 1980 o brasileiro enalteceu o mérito da análise de Bobbio (1982) sobre sua construção filológica do conceito de sociedade civil quando este situou que “a sociedade civil em Gramsci não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura.” No entanto, segundo Coutinho (1999) o pensador italiano se enganou quando levou a crer que Gramsci retirou da infraestrutura a centralidade explicativa da história. De maneira categórica o pensador brasileiro afirma: “Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas ‘apenas’ as enriquece, amplia, concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico.” (COUTINHO, 1999, p.123).

Considerando as ampliações e os enriquecimentos lançados pela categoria, é possível visualizar a sociedade civil em diferentes contextos, interagindo ou mesmo contribuindo para o entendimento prático de tantas outras relações. Como esboçaram Alvarez; Dagnino e Escobar (2000), ao fazer uma leitura bem contemporânea das relações entre a cultura e a política, os pesquisadores se apropriaram do conceito de sociedade civil e fizeram três ressalvas importantes que resumidamente são explicitadas: - a sociedade civil não é uma família ou uma “aldeia global” homogênea e feliz; - a sociedade civil é um terreno minado por relações desiguais de poder no qual alguns atores podem obter maior acesso ao poder; - a fronteira entre a sociedade civil e o Estado fica embaçada muitas vezes nas práticas dos movimentos sociais latino-americanos. (p.39-40)

Sendo assim, uma das polêmicas e contradições que o conceito sofre está relacionado à sua capacidade de se distinguir de forma absoluta da sociedade

política, o que confunde a nossa leitura, sobretudo quando analisamos os movimentos sociais. Como o auge da publicação dos escritos de Gramsci na América Latina foi na década de 1970, é possível que essa distinção referente às ações políticas de cada esfera em relação ao poder (o Estado estaria pela coerção e a sociedade civil pelo consenso) tenha sido influenciada pelo momento de ditaduras civis-militares, impostas naquele marco geográfico. Esta observação pode ser encontrada em Dagnino (2000):

A resistência contra os Estados autoritários gradualmente foi tomando forma através da organização crescente da sociedade civil. Essa característica acabou promovendo uma visão que opunha radicalmente sociedade civil e Estado. (...) Na realidade, essa dicotomia tinha um significado concreto preciso numa situação em que havia um claro antagonismo entre Estados repressivos autoritários, de um lado, e a única fonte possível de resistência, de outro: a sociedade civil. Nesse sentido, o que essa dicotomia expressava, mais do que uma separação teórica radical entre Estado e sociedade civil, era a distinção entre duas posições políticas antagônicas. Além disso, se, nessa situação, a sociedade civil foi alguma vez considerada um ator homogêneo e unitário, o desdobramento da luta pela democracia logo se encarregou de dissolver essa ilusão tática. (DAGNINO, 2000, p.72)

Tais considerações facilitam nossa explicação das razões pelas quais utilizamos o conceito de sociedade civil para entendermos as relações entre os movimentos sociais e o Estado, o que não significa que mesmo naquele momento estas duas esferas não tenham se aproximado ou até mesmo se identificado.

Em busca de “estabelecer os espaços de confronto entre o pilar da emancipação, representado pelo movimento social, e o pilar da regulação, representado pelo Estado”, Viola (2008, p.24) situou as ações dos movimentos em defesa dos Direitos Humanos, visando entender as maneiras utilizadas por esse ator coletivo para refazer “suas relações com o Estado, a fim de ampliar os espaços de emancipação e auxiliar na redemocratização da sociedade brasileira.” (Idem, p.26-7). As características apresentadas pelo historiador para identificar os movimentos em defesa dos Direitos Humanos, são as seguintes:

a) Consistiram da luta pelo reconhecimento dos direitos civis e políticos como direitos legítimos;

- b) Foram formados por grupos sociais originados majoritariamente nas classes médias urbanas: profissionais liberais, estudantes, militantes operários, intelectuais de formação socialista, religiosos, pessoas de alguma forma ligadas às igrejas cristãs;
- c) Foram criados a partir de interesses coletivos, com bandeiras políticas que se modificaram conforme as mudanças conjunturais da sociedade brasileira;
- d) Comprometeram-se com a luta radical em defesa dos direitos civis e políticos, desafiando a dominação do Estado militar e participando da redemocratização do país. (VIOLA, 2008, p.27)

Essas características se aproximam do caso do MFPA-RS, o movimento gaúcho foi o segundo núcleo organizado a partir do Manifesto da Mulher Brasileira elaborado em São Paulo pela advogada Therezinha Zerbini. Embora o movimento tenha sido “encomendado”, isto é, não surgiu espontaneamente, para que se espalhasse pelo Brasil a necessidade de Anistia, essa demanda era considerada o ponto nodal para a redemocratização. Para a idealizadora do MFPA a Anistia é um Instituto do Direito, e faz parte da bandeira dos Direitos Humanos (ZERBINI, 1979, p.12.). Daí o caráter de reconhecimento dos direitos políticos e civis, para que os políticos cassados e os cidadãos opositores ideológicos pudessem restituí-los. Também a origem social das mulheres lideranças do MFPA-RS está ancorada na “alta sociedade” porto-alegrense, na qual as mulheres ou tinham uma origem social privilegiada e uma formação de curso superior, ou eram esposas de médicos, advogados, jornalistas ou políticos (atividades que geravam status social). Quanto à religião o movimento se coloca sempre como cristão. Seguindo a caracterização de Viola, as mulheres também desenvolveram uma militância política durante os quatro anos em que estiveram carregando a bandeira da Anistia sob uma demanda que ultrapassava os interesses individuais, ao mesmo em que se notabilizaram publicamente enfrentando a ordem vigente estabelecida de forma repressiva, na busca pela redemocratização.

Com estas questões de fundo, tão importantes para o entendimento da condição de novo movimento social do MFPA no RS, o objetivo desse primeiro capítulo está em verificar a formação do grupo gaúcho, suas ações políticas para a conquista de apoiadores de espaços políticos e legitimação frente ao Estado militar. Os anos de 1975 até o final de 1977 serão os priorizados nessa discussão por

considerarmos a primeira fase do MFPA que tinha como urgência a formação de um grupo disposto a: 1) disseminar a demanda da anistia; 2) agregar assinaturas favoráveis ao *Manifesto da Mulher Brasileira*; 3) conquistar o maior número de espaços, especialmente os institucionais; 4) se incluir na discussão, mesmo que de forma negociada, da agenda política.

1.1 “A ANISTIA É UM INSTITUTO DO DIREITO, TEM DE SER FEITA À LUZ DO SOL”³³: A GÊNESE DO MFPA

Foi durante os meses de outono do ano de 1975³⁴ na cidade de São Paulo que pouco menos de uma dúzia de mulheres começou a se reunir para compartilharem suas angústias em relação à situação política vivenciada no país. A idealizadora Therezinha Godoy Zerbini³⁵, criada de forma tradicional numa família de fazendeiros de café, era graduada em Direito e tinha quarenta e nove anos de idade quando decidiu disseminar a questão da anistia pelo Brasil. Casada com o general legalista Euryale Zerbini, que fora cassado na primeira leva pós-1964, respeitava a disciplina militar, mas nunca admitiu injustiças. Após onze anos do golpe militar Therezinha, acompanhada pela filha Eugênia Cristina e outras conhecidas, “lança as bases do primeiro movimento nacional pela anistia pós-1964” (LEITE, 2009, p.113). Foi na mesa de refeições da casa dos Zerbini que Therezinha, a filha Eugênia, Lilá Galvão Figueiredo, Madre Cristina Sodré Dória, Margarida Neves

³³ Frase dita por Therezinha Zerbini na entrevista concedida a *Caros Amigos*, por Marina Amaral. Edição 53.

³⁴ A data oficial de criação do MFPA em São Paulo é contraditória, pois não foi encontrado o registro do documento fundador, as referências à fundação são, em grande parte, confundidas com as primeiras aparições do movimento na imprensa ou pela própria memória da líder Therezinha Zerbini. PEDRO (2006, p.271) fala em 30 de maio; na entrevista a *Caros Amigos*, edição 53, está 15 de maio; já em uma entrevista citada por PINTO (2003, p.63) a líder conta que as reuniões iniciaram em março de 1975, mas que a fundação oficial ocorreu em 13 de abril seguinte. Na exposição virtual sobre os 20 anos da anistia no portal da Fundação Perseu Abramo está como 15 de março de 1975.

³⁵ O reconhecimento do trabalho de Therezinha pela Anistia e Direitos Humanos (a advogada participou de inúmeras associações e eventos em defesa dos Direitos Humanos) levou-a para uma lista organizada pela Fundação Suíça pela Paz e pela Associação 1000 mulheres, na qual 52 mulheres brasileiras foram indicadas pelo Projeto “Mil Mulheres para o Nobel da Paz”, encabeçado por uma Organização Não-Governamental suíça em 2005. Disponível em: <<http://www.mulherdemocrata.org.br/1000mulheresparaonobel.pdf>>, acesso em março de 2010.

Fernandes, Virgínia Lemos de Vasconcelos, Yara Peres Santestevan e Ana Lobo³⁶ se uniram para formular o Movimento Feminino pela Anistia.

As mulheres que lançaram o movimento tinham em comum a necessidade de transformar a anistia em uma demanda plural a ser incluída na agenda política do governo Geisel. A iniciativa de um movimento composto por mulheres em prol da anistia foi inspirada em outros momentos da história republicana brasileira, como colocado por Therezinha:

Já na década de 20, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (liderada por Berta Lutz) angariava assinaturas pela anistia aos revolucionários tenentistas. De 32 a 34, a anistia aos constitucionalistas paulistas tinha em Alice Tibiriçá uma de suas principais defensoras. Em 45, a Campanha Feminina pela Pacificação da Família Brasileira tinha por objetivo máximo uma anistia ampla e irrestrita a todos os presos e exilados, sem distinção da corrente partidária. (ZERBINI, *Anistia*, Fundação Perseu Abramo – Mulheres em guarda)

A campanha de 1945 completava trinta anos em 1975 e, embora o MFPA afirme-se como uma luta apartidária, a advogada em muitos momentos, de forma oportuna, citava o ex-ditador e presidente Getúlio Vargas como um exemplo dentre os políticos que seguiram a tradição de conceder a anistia. A memória de Vargas como anistiador esteve presente durante a campanha do MFPA, e ao que parece estava associada à trajetória partidária da líder do movimento paulista, que por sua vez foi do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) varguista³⁷. Durante a ditadura Therezinha acompanhou o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e após o pluripartidarismo retornou ao “novo trabalhismo” reavivado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), no qual segue filiada atualmente (CAROS AMIGOS, ED.53). Therezinha não costumava se colocar ao lado dos radicais, como explicitou:

³⁶ Na entrevista concedida ao *Pasquim* em 1977, Therezinha revela que a Comissão Provisória do Movimento contava com dez mulheres. In: ZERBINI, 1979, p.07.

³⁷ De acordo com Gomes (2002, p.07-08) “a definição do que seja trabalhismo foi e continua sendo bastante polêmica e disputada. Na verdade, ele tem sido associado a sindicalismo, a getulismo, a nacionalismo, a socialismo, a autoritarismo e até mesmo, a comunismo e a democracia social. (...) A força do trabalhismo no PTB só era comparável ao getulismo que, até então, por um lado, identificava-se com o trabalhismo e, por outro, transcendia o próprio petebismo.” Ver mais em D’ARAÚJO, Maria Celina; GOMES, Ângela de Castro. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo, Ática, 1989.; GOMES, Ângela de Castro (Orgs). **Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas**. In: Gomes (org.) **Vargas e a crise dos anos 50**, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.; GOMES, Ângela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.

Uma determinada hora, eu tinha de lutar contra os gorilas e contra os loucos nossos, os radicais, que queriam fazer a luta da anistia subterrânea, você acredita? Na clandestinidade. Eu dizia: “Gente, eu sou advogada, a anistia é um instituto do direito, tem de ser feita à luz do sol”. (CAROS AMIGOS, ED.53)

Embora não se posicionasse como militante clandestina, em comparação com os que anteriormente se integraram nas organizações de esquerda, a advogada foi presa duas vezes. Dessa forma ela passou a ser conhecida pelos militares não apenas por ser a esposa do general cassado, mas também por suas passagens em 1969 pelo DOPS para depor e em 1970 na OBAN por seis meses. Os motivos das prisões estavam ligados a participação da mesma em mediar o empréstimo do sítio localizado em Ibiúna para o 30º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE), e de abrir sua casa para a passagem para muitos perseguidos políticos quando estavam na clandestinidade.

Os princípios de Amor, Liberdade e Justiça (ZERBINI, 1979, p.08) eram o que fundamentava a luta pela Anistia, e esses sentimentos foram experimentados não apenas pela líder, posto que outras fundadoras do MFPA vivenciaram de fato situações de arbitrariedades. No caso de Eugênia, filha da advogada com o general Zerbini, ela ainda era uma criança quando vivenciou a cassação e a prisão do pai em 1964, após defender o presidente golpeado João Goulart. Havia também Ana Lobo, uma senhora já de idade que, como mãe de uma presa política, engajou-se na causa pela sua condição materna, este motivo fez com que muitas mães, irmãs, esposas comesçassem a se reunir de maneira muito velada, ainda no ano de 1974, e que depois passariam a cena pública como uma “Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos” que segue em plena atividade até hoje. Madre Cristina também estava no grupo, e era a representante cristã, já que o grupo se colocava como cristão e foi muito sustentado pelo apoio de Dom Paulo Evaristo Arns, o qual foi incansável em sua luta pelos Direitos Humanos. Madre Cristina foi lembrada por Zilah Abramo como uma mulher de força ao enfrentar e expulsar um torturador que tinha se infiltrado numa reunião no *Sedes Sapientiae*. (ABRAMO, 2009, p.106)

A primeira ação a qual se dedicaram as mulheres do MFPA foi redigir um documento intitulado como *Manifesto da Mulher Brasileira* no qual além de se

reconhecerem como cidadãs, expuseram seus anseios e realizaram o chamamento às mulheres brasileiras:

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional.

Através da história, provamos o espírito solidário da Mulher fortalecendo aspirações de amor e justiça.

Eis porque, nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a ANISTIA AMPLA E GERAL a todos aqueles que forem atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade da ANISTIA, tendo em vista um dos objetivos nacionais: A UNIÃO DA NAÇÃO!

As palavras deste Manifesto percorreram os demais estados brasileiros, servindo como “espinha dorsal” do Movimento e se apresentava como o cartão de visita oficial da campanha já que foi elaborado por algumas familiares de pessoas enquadradas na Lei de Segurança Nacional. De 1975 a 1979 o MFPA se estruturou em núcleos espalhados por nove estados, além do pioneiro de São Paulo. Após o segundo núcleo se formar mais oito estados aderiram ao *Manifesto da Mulher Brasileira* pela Anistia, tendo como protagonistas familiares de presos, exilados, desaparecidos políticos.

A anistia pregada por esse grupo está diretamente associada ao desejo de pacificação nacional, de conciliação, união da nação, uma ANISTIA AMPLA e GERAL. O discurso moderado não é sem propósito, num momento em que se vivia no “país do medo”, segundo as palavras de Therezinha. De acordo com Leite:

O Movimento Feminino pela Anistia, no seu primeiro momento, numa conjuntura de grande repressão aos movimentos sociais pelas polícias políticas, por defender a anistia como perdão, conciliação e paz, não pareciam tão ameaçadores à ditadura. A capacidade de conciliar e harmonizar são considerada atributo feminino, intrínseca à nossa natureza feminina. Essa harmonia nada mais é do que esconder os conflitos, dissimular antagonismos – inconciliáveis -, para que a subordinação das mulheres continuasse parecendo natural, necessária e até justa. (LEITE, 2009, p.115)

É nesse mesmo entendimento que Duarte interpreta o Manifesto da Mulher Brasileira:

Pode ser lido como um instrumento marcado pela cautela e que se utiliza de léxico que enfatiza a busca da ordem, da harmonia, o fim dos conflitos e do clima de medo pelo bem da sociedade brasileira. As entrevistas concedidas por Therezinha Zerbini explicitam o cuidado perante o regime, além do aproveitamento de brechas ou momentos propícios a fim de evitar a repressão. (DUARTE, 2009, p.40)

A análise de Rodeghero ainda salienta que a concepção de Nação do texto do Manifesto chega a se aproximar do que quis transparecer a Doutrina de Segurança Nacional:

Na medida em que se refere aos “destinos da Nação” e, também, aos “objetivos nacionais” (Zerbini, 1979, p. 27). As duas expressões pressupõem o desejo de uma Nação que, unida e conciliada, caminhasse para o futuro. Tal futuro, no entanto, se mostrava incerto. Seria preciso que as mulheres se antecipassem a ele e, como cidadãs, dessem sua colaboração na conquista da paz, encampando a bandeira da anistia “a todos aqueles que foram atingidos por atos de exceção.” (Zerbini, 1979, p. 27). (RODEGHERO, 2009 (b), p.133)

Segundo a historiadora, nas primeiras declarações de Therezinha Zerbini sobre o MFPA é possível observar a reiteração de basicamente três questões: o da anistia como reconciliação da família brasileira, o da tradição de anistias presente na história do Brasil, e o do papel das mulheres na sociedade. (RODEGHERO, 2009 (b), p.133)

A ideia da Anistia *Ampla e Geral* que o grupo almejava apenas se modificou após 1978 diante da forte adesão por parte dos novos movimentos sociais da concepção de *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita* elaborada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia. O objetivo maior do grupo, ou o projeto inicial deste movimento foi calcado na demanda de Anistia do MFPA que visava alcançar a paz da nação brasileira, que só se alcançaria com a união da família nacional, a partir do retorno dos familiares atingidos pelos atos de exceção.

A paz era parte dos três princípios básicos levantados pela Organização das Nações Unidas para consolidar o Ano Internacional da Mulher, 1975, na conquista da Igualdade, Desenvolvimento e Paz. No ideário de Therezinha Zerbini o MFPA iria trabalhar com o princípio de paz, visando a Anistia como promotora de

“pacificação, a concórdia e a reconciliação da Nação consigo mesma” (ZERBINI, 1979, p.05). Além da preocupação em promover a paz, o MFPA serviria de apoio à política de distensão do governo Geisel, e tinha como horizonte de expectativa transformar-se em um movimento pelos Direitos Humanos³⁸.

O grupo que se organizou primeiramente era integrado por estudantes universitárias (no caso de Eugenia e sua colega, estudantes de Direito e mais uma estudante de Comunicação), uma advogada, uma escritora, uma socióloga, uma pedagoga e uma artista plástica. Esta última inclusive, Lilá Galvão Figueiredo, explorou a sua criatividade para fazer o símbolo representado pela pomba da paz e corporificado pelas iniciais do movimento – MFPA – como demonstramos abaixo:



Imagem 1 – Logotipo do MFPA

Ao sinalizar para a questão da liberdade e enfatizar a paz, já que se pretendia fazer uma luta pacificadora, a simbologia da pomba não era novidade, pois fazia parte do vocabulário político relacionado ao Partido Comunista, como explicou uma das filiadas ao MFPA-RS:

Eu aprendi alguns chavões (códigos), que conforme alguém falava uma palavra eu sabia que era do Partidão, se dizia outra palavra se sabia que ele era do PC do B, se dizia outra palavra era trotskista. Então as pessoas se revelavam muito mais em cima de jargões que a política usava e naquele tempo era muito interessante: **a pomba da paz era o partidão**, e a pomba

³⁸ A ideia é lançada por Therezinha Zerbini em um cartão de Natal para a presidente do MFPA-RS, Mila Cauduro, em 1978. É o que se lê: “Nossa luta de paz, amor e justiça hoje é vitoriosa. Conseguimos após quase quatro anos de pregação evangélica fazer que a semente brotasse. Já podemos ir pensando na transformação de nosso movimento em um Centro Feminino de Direitos Humanos.” Acervo particular Lícia Peres e Mila Cauduro.

sempre foi um símbolo que o partidão usou muito, o Pablo Picasso, esse pessoal todo, depois o Neruda então todos esses comunistas históricos do proletariado era a pomba da paz. (BACKES, 2008)

Embora não possamos afirmar sobre a existência de mulheres ligadas ao PCB no grupo paulista, pois o propósito desse estudo está em traçar o perfil das lideranças do MFPA gaúcho, é relevante atentar que ao constituir o movimento alguns instrumentos foram utilizados de forma estratégica pelas lideranças. O símbolo da pomba da paz foi um desses instrumentos importantes que estava ligado à ideologia do Partido Comunista, especialmente no pós-guerra e na guerra fria. Pablo Picasso foi um dos artistas-militantes que fez a pomba da paz ser reconhecida mundialmente já em 1949 quando criou o cartaz do Primeiro Congresso Internacional da Paz, em Paris. No Brasil, antes da criação do MFPA, em 1972 a pomba também foi utilizada na pregação da paz pelos cristãos progressistas, especialmente nos materiais elaborados pela Comissão Justiça e paz da Cúria Metropolitana de São Paulo. Com o slogan “a paz é fruto da justiça”, Dom Hélder Câmara assinava poemas que acompanhavam ilustrações de diversas pombas, elaboradas por artistas como Ziraldo, Fortuna, Henfil³⁹.

A preocupação do MFPA em se mostrar como um grupo organizado é comprovada desde o papel timbrado pela ilustração da pomba elaborada por elas, o que dava uma formalidade aos documentos expedidos às autoridades, bem como na possibilidade de criação de outros materiais como o jornal *Brasil Mulher*⁴⁰ e o Boletim *Maria Quitéria*⁴¹, que serviam como seus informativos. Estes materiais acabam por revelar a posição socioeconômica destas mulheres tendo em vista que o movimento era apartidário, e que, portanto, não poderia contar com o financiamento de nenhum partido. Confirma-se a hipótese de que estas mulheres faziam parte da “alta sociedade” quando Therezinha afirma que sem ajuda para seus custos, o meio para executarem algumas ações, como a elaboração de

³⁹ Ver sobre esta campanha em <<http://www.fpabramo.org.br/node/5521>>.

⁴⁰ Sobre o *Brasil Mulher* ver: DEBÉRTOLIS, Karen Sílvia. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação.

⁴¹ Sobre o *Maria Quitéria* ver: CARBONI, Maria Cecília Conte. **Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979**. São Paulo: PUC-SP, 2008. Dissertação de Mestrado em História Social. 98 p.

materiais para a divulgação da campanha, vinha das suas próprias economias advindas das reduções na compra de vestidos e sapatos fazendo o excedente render para o movimento (ZERBINI, 1979, p.11).

Diante desse aparato inicial que contava mais com o esforço pessoal em reintegrarem os cassados à sociedade, e de um grupo que mais parecia de amigas, o MFPA chegou a ter núcleos organizados em mais nove estados brasileiros, além de São Paulo que teve como primeiro disseminador da ideia o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. O núcleo do RS foi o segundo organizado seguido, não ordenadamente, por Minas Gerais, Ceará, Bahia, Paraíba, Sergipe, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina, tendo como protagonistas familiares de presos, exilados e desaparecidos políticos. Cada estado que articulou um núcleo contou com uma presidente, uma vice-presidente, tesoureira e secretária. É importante adiantar também que as formas de mobilização, as adesões e ações políticas foram modificadas de lugar para lugar caracterizado por algumas particularidades. Como já foi sublinhado anteriormente, os apoios da sociedade civil foram essenciais para o engajamento do MFPA nos espaços formais e informais da política.

1.2 O MANIFESTO DA MULHER BRASILEIRA CHEGA A PORTO ALEGRE: FORMAÇÃO DO GRUPO E OS APOIOS NO RS

A tarde do dia 20 de junho de 1975 foi de encontro para algumas mulheres de Porto Alegre. A promotora desta reunião: Lícia Peres; o local cedido: a sede da Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI) localizada no centro da capital; o motivo: “que se **organizasse**, no Rio Grande do Sul, um movimento, visando a anistia ampla, numa extensão do movimento criado em São Paulo pela advogada Therezinha Zerbini, que pretendia assim dar maior relevo ao Ano Internacional da Mulher” (MFPA-RS, 1975, Ata nº01, grifo nosso). A socióloga Lícia apresentou às suas convidadas o *Manifesto da Mulher Brasileira*, explicando que este documento serviria como cartão de visitas para coletar o maior número de assinaturas possível a fim de ser encaminhado em agosto próximo ao ditador-militar. Acrescentou também que o Manifesto serviria “de apoio à política de distensão (sic) preconizada

pelo Presidente Ernesto Geisel, pois ressalta a posição das mulheres, nesta hora grave da vida nacional” (MFPA-RS, 1975, Ata nº01).

Desde o início da reunião, a escritora Mila Cauduro foi convidada por Lícia para secretariar e, na condição também de participante registrava os acontecimentos. As demais *senhoras* realizaram uma votação para a **diretoria** que deveria assumir o **comando** do movimento que deveria cumprir o **mandato** por dois anos e que este se dividiria de maneira hierarquizada:

Presidente: Lícia Peres;

Vice-Presidente: Mila Cauduro;

Secretária: Lygia de Azeredo Costa;

Tesoureira: Francisca Brizola.

Finalizada a votação a presidente de antemão convidou a senhora Angelina Guaragna para assumir como Assistente de Direção, ampliando o número de integrantes oficiais.

Nota-se que a partir das palavras destacadas, **diretoria**, **comando**, **mandato**, é interessante perceber que o MFPA-RS se formava conscientemente na intenção de constituir uma vanguarda política, reforçando algumas práticas políticas tradicionalmente partidárias em que as lideranças podem exercer certo controle diante dos demais interessados no desenvolvimento do projeto comum. A posição de liderança ou de diretoria pode ter sido recomendada pela idealizadora Therezinha Zerbini, já que o movimento se diz reger pelos Estatutos elaborados pelo movimento paulista, no entanto a vinculação de algumas mulheres com partidos (como Mila e Francisca no PTB; Lícia e Angelina no MDB) não lhes causou estranhamento de forma que já no primeiro encontro optaram por uma organização centralizada e hierarquizada.

Neste encontro foram elaboradas as primeiras ações que deveriam ser executadas pelas mulheres, relacionando-as com a própria caracterização do

Movimento: “feminino, cristão, apartidário”. Alguns protagonistas políticos importantes seriam procurados pelo MFPA na intenção de torná-los apoiadores da causa da anistia. As pessoas salientadas foram: o Cardeal Dom Vicente Scherer; a esposa do Governador do Estado, Ecléa Guazzelli; o líder do MDB Lélío Souza e o da Arena Hugo Mardini, ambos Deputados, bem como Dercy Furtado, arenista que levantava frequentemente questões sobre a mulher na sociedade. No dia seguinte da primeira reunião que contou com as assinaturas de dez mulheres⁴² as mesmas se encaminharam aos possíveis apoiadores do *Manifesto*.

A Associação Rio-grandense de Imprensa deu apoio informal para a formação do movimento, visto que cedeu espaço para as mulheres realizarem a primeira reunião. Era importante que essa instituição se pronunciasse favorável à anistia já que entre as associações profissionais só ficava atrás da Ordem dos Advogados do Brasil em tempo de fundação. A Associação dos jornalistas gaúchos foi fundada em dezembro de 1935, dentro da lógica da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) existente desde 1931. A imprensa foi bastante castigada durante a ditadura brasileira a partir dos mecanismos de dois tipos de censura, a priori e a posteriori⁴³, que impediram a liberdade de opinião e de notícias restringidas pelo governo em qualquer tipo de órgão de comunicação.

Esta primeira movimentação das mulheres foi notificada já no dia 21 de junho de 1975 nos jornais correntes de Porto Alegre como: *Zero Hora e Folha da Tarde*. A nota do primeiro jornal indicou aos seus leitores que o movimento chegou ao sul em maio, mas que só depois da formação da Comissão Executiva é que as listas para o recolhimento das assinaturas começaram a ser distribuídas pelos bairros e vilas da capital. Foi informado também que a sede da ARI continuaria a ser, provisoriamente, o ponto de encontro das mulheres. Enquanto a *Zero Hora* falou em anistia ampla, tal qual dito no *Manifesto*, o segundo periódico deu um tom ainda

⁴² As assinaturas da Ata nº1 são: Mila Cauduro, Lícia Peres, Francisca Brizola Rotta, Lygia de Azeredo Costa, Cláudia M.R. Berhensdorf, Laís T. Sica da Rocha, Rachel Vieira Fonseca, Juclý, Ruth Vargas, Cila do Valle. (MFPA-RS, 1975, Ata nº1)

⁴³ Ver mais sobre isso KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001. Tese (Doutorado em História)

mais brando e falou em “anistia generosa”. Acrescentou que das mulheres presentes na reunião estavam não apenas as da capital, mas também as do interior e de Santa Catarina. A *Folha da Tarde* ainda relatou que o movimento “não deseja acelerar o processo político, mas pacificar os brasileiros” (FOLHA DA TARDE, 21/06/1975). É interessante notar que nas duas notas o nome de Ruth Vargas, está relacionado às lideranças, embora no livro de atas Ruth apareça como participante secundária. Na entrevista de Lícia ela é indicada como um contato vindo da cidade de Pelotas no interior do Estado, e trouxe alguns apoios importantes do decorrer das ações:

Tinha uma moça, chamava Ruth ela sim ajudou muito! Era uma senhora negra, se dava com Dom Arthur Kratz e conseguiu que ele assinasse em favor da anistia, esse bispo episcopal. Ela era de Pelotas, uma pessoa assim muito delicada e tal. Naquela ocasião, naquele momento ela era do MDB também, e ela ia, ela participava. (PERES, 2009)

Além de Ruth que era do MDB e foi importante para a formação do MFPA-RS, já nos primeiros dias de atividade do movimento, o Deputado Waldir Walter (MDB) registrou na tribuna da Assembleia Legislativa a organização do MFPA em São Paulo e no Rio Grande do Sul, seus objetivos, suas relações com a Igreja⁴⁴. O Deputado pediu que fosse feita a transcrição do *Manifesto da Mulher Brasileira* e de todas as concessões de Anistia do Império à República Brasileira, o que resultou em mais de quatro páginas divididas em duas colunas do assunto nos Anais da Assembleia Legislativa de junho de 1975. E ainda exaltou a iniciativa das mulheres:

Está na hora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de surgirem movimentos como este, seja através da iniciativa das mulheres brasileiras, seja através da ação dos homens públicos, em favor da anistia política, porque está na hora de serem cassadas as divergências entre os brasileiros, para que todos, unidos, possam construir aquela Democracia que a imprensa está aí a reclamar

⁴⁴ 1975 também foi instituído o Ano Santo pelo Papa Paulo VI, seguindo esse indicativo o cardeal Arns pedia que fosse instituído uma anistia generosa a todos. Therezinha Zerbini assinou um documento representando o MFPA endereçado ao Papa Paulo VI por ocasião do Ano Santo explicando-lhe o que era o MFPA e aproveitando a oportunidade: “Pedimos nós, mães, irmãs, esposas, filhas, enfim, todas as mulheres de boa vontade, ajuda para que se faça chegar ao excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, o apelo no sentido de que, ainda neste ano santo, seja outorgado o diploma legal da anistia, comemorando-o de forma positiva e conduzindo nossa Pátria para Liberdade, justiça e paz.” (MFPA, Minuta da carta endereçada ao Papa Paulo VI, 1975)

diariamente, como estão a reclamar todos os democratas deste País. (WALTER, jun.1975, p.405)

Waldir Walter também comentou as palavras do Presidente gaúcho do MDB, Pedro Simon, sobre as posições tomadas pelo Presidente Nacional do MDB, Ulysses Guimarães. Na tribuna o Deputado falou sobre sua satisfação de o MDB partir “para uma proposta concreta de conciliação dos brasileiros” (WALTER, jun.1975, p.417). O MDB já havia feito no mês de junho o pronunciamento do seu Programa de Ação no Plano Político constando no quinto ponto do VI objetivo a “anistia ampla e total a favor de todos os civis e militares atingidos pelos atos de exceção e arbítrio, praticados a partir de 1º de abril de 1964.”, (SIMON, jun.1975, p.175).

O Deputado Lélío Souza reiterou na tribuna da Assembleia a anistia como um ponto programático do MDB “como um recurso à pacificação, à normalização, à aproximação e à união dos brasileiros”, e dividiu com os demais o seu interesse em exaltar o MFPA, visto que:

Venho à tribuna para registrar com satisfação o êxito desse movimento e a oportunidade da sua deflagração, como mais um instrumento que se insere no contexto de tantos outros, que podem ser identificados como instrumentos aptos a viabilizar a propalada distensão que o Governo persegue com pertinácia.

Quero, desta tribuna, louvar esse movimento e levar-lhe daqui a solidariedade da nossa Bancada e o aplauso pela iniciativa da mobilização, que se ajusta também aos propósitos de assinalar, de maneira edificante, no Brasil, o Ano Internacional da Mulher, pela sua participação, de maneira ativa, patriótica, brava e fiel às tradições Cristãs e democráticas do povo brasileiro nesta campanha que é a campanha em prol da anistia. (SOUZA, jun.1975, p.557)

O Deputado ainda mencionou o apoio do Bispo Primaz da Igreja Episcopal do Brasil, e transcreveu as palavras de Dom Arthur Kretcher (sic):

Considero o Manifesto da Mulher Brasileira em favor da anistia um movimento de elevado sentido humano e cristão. Digo isto falando em carácter (sic) exclusivamente pessoal e não falando em nome da Igreja. Sou de opinião, também, de que este Movimento deverá se estender a todos os países do mundo, independente de seus regimes políticos-sociais, a fim de levar a preciosa contribuição de idealismo do coração amoroso da mulher para trazer dias de verdadeira paz e harmonia para todos os povos da terra, segundo a vontade de Nosso Senhor Jesus Cristo. (SOUZA, jun.1975, p.558)

Além do apoio cristão do Bispo da Igreja Episcopal é visível a referência nas falas de Waldir Walter e de Lélío Souza do apoio da Igreja Católica de São Paulo, através do Cardeal Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns. Atentamos que Dom Arthur elucida uma questão interessante quando explicita que está falando em seu nome, de acordo com a sua opinião, e não da Igreja. Igualmente, na Igreja Católica o apoio ao MFPA não foi de forma generalizada e nem deve ser confundido com o posicionamento de Dom Paulo Evaristo Arns, que em diversas ocasiões enfrentou o aparelho repressivo para proferir atos ecumênicos e verdadeiras manifestações de repúdio à violação dos Direitos Humanos. Antes do lançamento do MFPA no RS, foi destacado que Arns durante os festejos da “Páscoa incluía entre as manifestações religiosas um pedido especial – a “anistia generosa para os presos políticos em nossa terra” (WALTER, jun.1975, p.405). No Rio Grande do Sul Dom Vicente Scherer, já conhecido por uma postura moral-política de extremo conservadorismo, não serviu como canal de divulgação da anistia.

Antes mesmo de se dirigirem à Cúria Metropolitana de Porto Alegre, as lideranças se adiantaram a notificarem no jornal *Zero Hora* que esperavam da Igreja do sul “a mesma receptividade pelo movimento que a manifestada pelo cardeal arcebispo de São Paulo” (ZERO HORA, 24/06/1975). O grupo de mulheres que compareceu no encontro com Dom Vicente excedeu o Comitê, pois Maria Goulart Dorneles, Yolanda Goulart, Vina Goulart Macedo e Cila Goulart de Moura Valle eram irmãs do ex-presidente exilado Jango. Acredita-se que de forma estratégica as mulheres se dirigiram junto com o grupo ao Cardeal na intenção de sensibilizá-lo já que comentaram estarem saudosas do irmão gaúcho. Dom Vicente concordou que gostaria de abraçar Jango, mas quando se dirigiu à Francisca irmã do ex-governador Brizola nem tocou no nome do líder trabalhista apenas perguntou: “E ele, como está?” (FOLHA DA MANHÃ, 25/06/1975). Lícia Peres guardou na memória esse episódio:

Naquele dia nós levamos junto conosco as irmãs do Jango [que] foram também porque elas são muito religiosas, a gente tentou chegar lá... eu me lembro que eu andava muito de jeans, camiseta e botei um tailleur e me arrumei para [ir], [como era a] presidente da anistia [e] tinha a questão também de visitar o cardeal e tal. E ele quando olhou para a irmã, no final a

gente explicou para ele que aquele movimento era muito importante era um direito dos brasileiros viverem aqui, das nossas lideranças, do que estava acontecendo, e ele no final virou, constrangido ele virou para a irmã de Brizola e disse assim: “e ele como vai?”, ele? Não disse Brizola! “E ele como é que vai?”. E aí a gente viu que ali na Igreja um apoio como o de Dom Paulo não haveria possibilidade. (PERES, 2009)

O Cardeal-Arcebispo não afrouxou sua posição desconfiada quanto ao “significado” de preso político e ficou de pensar sobre sua posição em favor do *Manifesto*, e na possibilidade em proferir uma “missa pela pacificação da família brasileira” (FOLHA DA MANHÃ, 25/06/1975). É imprescindível lembrar a razão que levava Scherer a ter “dúvidas” sobre o apoio a causa da anistia, pois o mesmo cardeal, meses antes, havia realizado uma “missa de Ação de Graças” na Catedral Metropolitana, quando em 31 de março foram realizadas as comemorações dos onze anos da “Revolução de 1964” (CORREIO DO POVO, 27/03/1975). Nas suas memórias o ditador-militar Geisel revelou que um dos representantes da Igreja com quem ele tinha boas relações era o cardeal Vicente Scherer do Rio Grande do Sul. Por outro lado disse que não gostava do cardeal Arns, de São Paulo e que sequer fazia questão de se reunir com este, que acabava conversando com Golbery, Geisel ainda explicou os motivos pelos quais não admirava Arns e outros bispos com comportamentos semelhantes:

Era a ação que desenvolviam. Não ficavam confinados aos seus problemas religiosos, envolviam-se em problemas que eram atribuição inerente do Estado. Tinham uma atuação nitidamente de apoio à esquerda subversiva, faziam uso da palavra contra o governo, exploravam a classe estudantil, defendiam o asilo a subversivos, a invasão de terras etc. (CASTRO; D'ARAÚJO, 1997, p.468)

Enquanto a Igreja Episcopal se manifestou a favor da anistia, na autoridade de Arthur Kratz, a Católica decepcionou as mulheres gaúchas diante do exemplo do apoio dado pela figura ecumênica de Arns em São Paulo. Dom Vicente Scherer não investiu energias para se aliar as mulheres do MFPA-RS, e divulgar a demanda do grupo. Dentre as mulheres presentes na ocasião da visita a Cúria estava Ilda Vasconcelos, esposa do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/RS, e irmã

do senador arenista Tarso Dutra. O apoio da OAB/RS não estava declarado, somente mais tarde o presidente Justino Vasconcelos iria ser solicitado a se posicionar pelo MFPA-RS.

O MFPA-RS contou inicialmente com os deputados Lélío Souza, Waldir Walter, e o vereador Glênio Peres, marido da presidente Lícia. O jornalista Glênio acabava sendo uma ponte para dois espaços de influência, o do partido de oposição e o da ARI, por sua formação. As ações do MFPA-RS são registradas com bastante frequência nos jornais correntes da capital Porto Alegre, este fato está, provavelmente, ligado às redes de relações utilizadas por Glênio. Na lógica de o grupo obter maior impacto na imprensa, as mulheres também tentavam conseguir espaços sem a mediação de terceiros, isso se comprova quando ainda na primeira semana de atividades o grupo faz uma visita ao *Correio do Povo*.

O MDB, como todos os partidos, não possuía um caráter homogêneo, e por isso teve alguns representantes que aderiram ao movimento pela anistia de imediato, assim como teve os que não se posicionaram em nenhum momento. O grupo que se colocava mais à esquerda nessa oposição foi o que aderiu a causa das mulheres. Este grupo estava inserido nas discussões políticas e intelectuais que efervesciam na intenção de se preparar para a democracia, que naquele momento parecia tão distante. O espaço que acabou por inspirar uma formação política se concentrava no Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais – IEPES. De acordo com Lícia “tinha um grupo muito interessado em discutir conjuntura, e esse grupo nos ajudou a mobilizar” (PERES, 2005). Ao investigar sobre “a juventude de esquerda” do MDB gaúcho durante a década de 1970, Reis definiu o IEPES, que nascido em 1972 funcionou como:

Um instituto organizado para promover o diálogo político e intelectual e abrigou os setores situados à esquerda do espectro de forças que coabitavam no MDB, possibilitando, então, o debate entre políticos, estudantes, professores universitários, militantes de esquerda em geral e intelectuais de projeção nacional. (2001, p.09)

O *Manifesto da Mulher Brasileira* chegou às mãos de Lícia talvez em razão da sua participação no IEPES, pois Therezinha designou Dilma Vana Rousseff⁴⁵ para procurar alguém no Rio Grande do Sul que pudesse organizar o núcleo do Movimento Feminino pela Anistia no Estado gaúcho. Em meados da década de 1970, a mineira Dilma procurava reconstruir sua vida pessoal, profissional e política em Porto Alegre, cidade de origem do então marido, o advogado trabalhista Carlos Araújo. Dos anos 1960 até o início de 1970, a jovem acumulara em sua bagagem grande ganho intelectual e prático em termos políticos até a prisão política duramente vivenciada durante o governo Médici⁴⁶. Não fosse o encontro na prisão⁴⁷, que acabou por aproximá-la de Therezinha Zerbini, seria paradoxal a possibilidade de praticarem ações políticas em grupo, em se tratando de duas mulheres com ideais políticos tão distintos.

Dilma era uma jovem na década de 1960 e a partir de uma “educação política” (CARVALHO, 2009, p.24) intelectualizada não poupou esforços para lutar por justiça social. Pegou em armas, viveu de forma clandestina para se proteger, foi perseguida, presa, torturada. Após sair da prisão não ignorou a vida limitada com o cerceamento das liberdades e conseguiu retomar a vida política.

A experiente militante tinha 28 anos em 1975 e não presidiu o núcleo gaúcho pelo fato de ainda estar sob a vigilância dos militares, todavia o motivo não sufocou a sua vontade de atuar, pois na difícil formação e estruturação do movimento não foram poucos os momentos em que Dilma esteve pronta para contribuir. A sua atuação nesse movimento está relacionada ao que Duarte observou como uma das motivações das integrantes do núcleo do MFPA do Ceará, pois para algumas das participantes “o ingresso no movimento representou a

⁴⁵ A Ministra Chefe da Casa Civil foi solicitada via e-mail para uma conversa-entrevista. Segundo sua assessora, Denise Mantovani, Dilma cumpre uma agenda saturada de compromissos por ocupar um dos cargos políticos mais importantes no país. Atualmente Dilma trabalha na sua pré-candidatura à Presidência da República, eleições 2010, pelo Partido dos Trabalhadores.

⁴⁶ A jovem militante ficou presa de janeiro de 1970 ao final de 1973.

⁴⁷ Dilma e Therezinha se conheceram na Operação Bandeirantes (OBAN) enquanto estiveram presas; Dilma passou pelo DOPS, OBAN e Presídio Tiradentes. Após a grande ação de roubo do cofre da amante de Ademar de Barros, ex-governador de São Paulo, a organização que a encabeçou, VAR-Palmares, na qual Dilma militava, acabou por se desintegrar e enfraquecer levando seus membros a serem reconhecidos pelo aparato repressivo.

possibilidade de retomada de militâncias interrompidas pela repressão ditatorial.” (2007, p.111)

Ao mesmo tempo em que acompanhava o desenrolar da luta pela anistia, Dilma fazia parte das reuniões do IEPES do MDB na Assembleia Legislativa destinadas a discutir questões conjunturais, como detalha Reis:

Estas reuniões chegaram a contar com mais de 40 participantes, sendo que havia uma mesa cujo “assento direto” era destinado às lideranças do IEPES e/ou representativas de algum movimento, tendência ou setor, na expressão utilizada por um entrevistado, de “personalidades mais articuladas”: Dilma Rousseff, André Forster, Luiz Miranda, Cristiano Tatsch, Raul Pont, Sólon Lemos (...) Ao redor desta mesa, fileiras de cadeiras onde se acomodavam pessoas do meio sindical, do movimento estudantil, professores universitários, políticos, enfim, pessoas que depositavam expectativas (atribuíam sentidos) naquele tipo de intervenção. Uma destas pessoas era Marcos Klassmann. (REIS, 2001, p.74-75)

Não podemos ignorar que os intelectuais marxistas no Brasil exerciam influência sobre a formação política dos frequentadores do IEPES, inspirados em institutos como o Centro Brasileiro de Pesquisa⁴⁸ (CEBRAP) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O Instituto do grupo mais à esquerda do MDB no Rio Grande do Sul acabou por inaugurar um “canal alternativo” de discussão política e intelectual, Reis nomeia a elite intelectual que se deslocava até Porto Alegre: “Grande parte dos “intelectuais” chamados a proferir palestras nos seminários do IEPES era oriunda do CEBRAP, como por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Paul Singer e José Álvaro Moisés” (2001, p.42-43).

No RS o MFPA se estruturou durante o governo estadual de Sival Guazzelli, que eleito em 1974 indiretamente contou com o boicote do MDB (HEINZ et al, 2005, p.62). A primeira-dama Ecléa Guazzelli presidente do Conselho Estadual de Entidades Femininas foi procurada pelo MFPA-RS, mas sua assessoria informou o grupo que a esposa do governador não poderia lhes receber. Não contentes com a

⁴⁸ O CEBRAP participou ativamente na elaboração do material de campanha do MDB na vitoriosa eleição de 1974. Ver KINZO (1988).

impossibilidade de diálogo por parte do Poder Executivo estadual as integrantes do MFPA-RS enviaram uma carta-resposta à assistente da primeira-dama que sintetizava:

Lastimando não poder transmitir, pessoalmente, à primeira dama do Estado o objetivo de nossa visita de cortesia, peço-lhe que leve ao conhecimento de D.Ecléa. (...)

E insistem:

Ao darmos início a tal desiderato, pedimos audiência aos presidentes dos partidos políticos – ARENA e MDB – e à deputada Dercy Furtado, (...) lembrando a todos que **Anistia é ato de grandeza, de perdão, de esquecimento.** (MFPA-RS, 30/06/1975, grifos nossos)

O ato de grandeza está diretamente associado ao entendimento de anistia de Rui Barbosa que entendia a medida como um gesto de sabedoria política (MEZAROBBA, 2003, p.02). A pacificação nacional pressupunha reconciliação, perdão e esquecimento para o apaziguamento e a união da família brasileira. O projeto de Anistia proposto pelo MFPA-RS estava em consonância com o movimento nacional que qualificava a Anistia como perdão para todos os que tiveram seus direitos cassados por motivação ideológica. Na leitura das concepções de Anistia desenvolvida pelos movimentos sociais e por protagonistas dessa luta Rodeghero ressalta a importância em compreendermos o momento em que estas definições conservadoras foram elaboradas e disseminadas.

Não há como cobrar, por exemplo, que aqueles grupos de mulheres que alcançaram a bandeira da anistia em 1975 tivessem em seu discurso uma radicalidade parecida com a que marcou o discurso dos CBAs, em 1978 e 1979. De 1975 ao final de 1978, o AI-5 ainda estava em vigor. (2009 (b), p.138)

Em setembro de 1975 o jornalista Barbosa Lima Sobrinho definiu em um artigo publicado no Jornal do Brasil a anistia pela qual lutavam as mulheres e que foi interpretado por ele associado ao esquecimento que tende a se apagar de forma gradual, e complementou:

Nem foi por outra razão que um grande centro de civilização, como a Grécia dos tempos antigos, soube incorporar às suas instituições políticas o remédio da anistia, para que as divergências passadas não constituíssem obstáculo ao

seu progresso, nem viessem a valer como obstáculos à segurança nacional que se tornaria precária, se não se apoiasse na unanimidade de seus filhos.

Foi com essa inspiração que, ainda há pouco reuniu-se no México o Congresso Internacional das Mulheres. E dele partiu o programa admirável, que procura estabelecer, por toda a parte, **a exaltação da Reconciliação Nacional, que não poderá ter por alicerce senão o esquecimento das lutas e dos agravos anteriores.** (SOBRINHO, 1975, grifos nossos.)

Na medida em que o movimento foi ganhando apoio institucional e social, a partir das entidades que se somaram favoráveis à Anistia, às concepções foram se associando, cada vez mais, a conquista das liberdades democráticas, radicalizando o projeto de anistia e exigindo o fim das arbitrariedades. O Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do RS (DCE-UFRGS) foi um dos grupos que mais tarde contribuiu para aprofundar a radicalidade nas ações políticas que modificaram a concepção de anistia. Dias após a fundação do MFPA-RS o DCE da UFRGS endereçou uma carta às mulheres criticando a euforia gerada pela imprensa em razão do projeto de distensão política, argumentando que esta distensão só seria possível de existir após a revogação do Ato Institucional nº5. Em vista das grandes perdas de estudantes e professores enquadrados na Lei de Segurança Nacional, o DCE da UFRGS manifestou o seu “irrestrito apoio ao movimento das mulheres brasileiras por anistia ampla e total a todos os atingidos pelas leis de exceção” (HOJE, 26/06/1975). Este apoio foi bastante significativo para o grupo de mulheres que eram lideradas, sobretudo por senhoras, pois a mobilização estudantil embalada por uma juventude que estava limitada nos seus espaços de atuação conseguiu dar maior movimentação às manifestações pela anistia, as quais cresceriam a partir de 1978. Dentre os apoios - Igreja, Associações Profissionais, Imprensa alternativa, IEPES - buscados durante a formação do MFPA-RS, Lícia coloca a parceria dos estudantes como a mais importante para o desenvolvimento do movimento no RS:

Acho que foram os estudantes os grandes parceiros, foi o primeiro apoio que nós tivemos quando lançamos o movimento, o primeiro apoio foi o DCE, a primeira assinatura, depois os trabalhadores e sindicatos também. No material doado tem os apoios que nós recebemos, os estudantes foram realmente um apoio muito forte, eram muito mobilizados, muito atingidos, a

Universidade foi muito atingida⁴⁹ pelas leis repressivas, pela perseguição, e os estudantes sinceramente eles se engajavam numa causa que eles consideravam que era justa, na ocasião já estavam mobilizados, já estavam acompanhando o que estava acontecendo no país, estavam sofrendo com o expurgo de ótimos professores a cassação... de todo esse clima na Universidade terrível, não é? Então primeiro foram os estudantes. (PERES, 2009)

Sobre os expurgos dos professores, Mansan (2009) realizou um estudo em que analisou os quarenta e um casos de expurgos dos docentes ocorridos em dois momentos (1964-1969) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A própria Associação dos Docentes da UFRGS nasceu no ano de 1978, já na perspectiva de se engajar na luta dos trabalhadores pela redemocratização. Os estudantes começavam igualmente a reorganizar o movimento estudantil, o que iria se intensificar ainda mais a partir dos anos de 1977, momento em que, segundo Martins (1978), a reivindicação de anistia sai dos ambientes fechados e atinge as ruas.

A presidente nacional do MFPA, Therezinha Zerbini, se dirigiu ao Estado do Rio Grande do Sul para proferir palestra, aos interessados na luta pela anistia, sobre a experiência vivenciada no México, na Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher promovida pela ONU, realizada de 19 a 27 de junho. As integrantes do movimento gaúcho, com o apoio do líder do MDB na Câmara Glênio Peres, se mobilizaram para conseguir o Auditório da Câmara Municipal de Porto Alegre. No dia 11 de julho sob o título “A problemática da Mulher Brasileira” Therezinha fez um relato sobre o que viu dos movimentos mundiais de mulheres no México que estavam representados por cinco mil delas.

⁴⁹ Sobre as consequências vividas pelas universidades, sobretudo pela UFRGS, a partir das reformas educacionais impostas pela Ditadura ver CUNHA, Janaína Dias. **A Reforma Universitária de 1968 e o processo de reestruturação da UFRGS (1964-1972): uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira**. São Leopoldo. 2009. Dissertação de Mestrado em Educação. Em entrevista a ex-integrante do MFPA-RS, Enid Backes, se posicionou em defesa dos estudantes: “Então a gente vai falar mal da juventude hoje em dia que não está tão aguerrida como naquele momento? Naquele momento tu tinhas um projeto de educação, as famosas reformas de base que era toda a discussão política que embasou, inclusive, foi o motivo do golpe que botou esse país em polvorosa foi um grande projeto de educação de base, que Paulo Freire foi um dos ideólogos. Isso foi abortado pelo golpe, e isso o golpe militar vai pagar eternamente, por que ele provocou um aborto de gerações, isso não tem preço numa nação.” (BACKES, 2008)

Na Conferência da Mulher, a advogada leu o *Manifesto da Mulher Brasileira* na Tribuna Livre, que funcionava de forma paralela às atividades governamentais, momento em que conseguiu arrancar aplausos de duas mil mulheres. Em síntese sua participação teve um impacto significativo, pois a questão da anistia foi incluída em duas **moções** importantes. A primeira delas elaborado especificamente pelas mulheres latino-americanas que colocou a anistia como prioridade no seu décimo quinto ponto num total de dezesseis. Já o outro documento era elaborado de forma mais ampla, resultava das discussões entre os mais variados grupos feministas que se intitulava Women's of World (Mulheres do Mundo) e que destacou apenas três pontos essenciais para a promoção da paz mundial, são eles:

1) A não proliferação de armas atômicas; 2) Uma anistia ampla – a grande anistia incondicional aos residentes de guerra (hoje um grande problema nos Estados Unidos, porque existem milhões de jovens no exílio, que se recusaram a lutar no Vietnã). Anistia a todos os presos políticos, contra o exílio, contra a banicção, contra tudo que atentasse contra os Direitos Humanos; 3) Fixou-se o ano de 1977 como o ano do desarme. (ZERBINI, 1979, p.35)

Muito embora “a tribuna não tivesse nenhum poder deliberativo e nenhum acesso às conferências de nível internacional” (ZERBINI, 1979, p.36), a conscientização feminina sobre por quais bandeiras lutar nos seus respectivos países para o desenvolvimento da paz foi ativada. A passagem de Therezinha por Porto Alegre foi noticiada nos jornais da capital em especial a sua chamada à mulher gaúcha:

Na qualidade de porta-voz do Movimento Feminino pela Anistia, e como sua coordenadora nacional, quero transmitir a valente mulher gaúcha, que carrega tradição de luta, de brio e de coragem deste Estado, nossa admiração e respeito pelo trabalho que aqui (Rio Grande) está sendo feito. Constatei que a vocação pela Liberdade, pela Justiça e União da Nacionalidade é um anseio de seu espírito e vibra em seu coração. (JORNAL DO COMÉRCIO, 15/07/1975).

As mulheres gaúchas também do interior, antes mesmo da vinda de Therezinha Zerbini para o sul, foram convocadas quando as dirigentes do MFPA-RS

foram até a cidade de Pelotas. Os meios de comunicação como a TV Tuiuti⁵⁰ e o jornal *Diário Popular*⁵¹ divulgaram a passagem Movimento Feminino pelo sul dando ênfase às discussões relacionadas ao Ano Internacional da Mulher, em detrimento da anistia.

As listas de assinaturas em prol da anistia alcançaram o interior e não apenas os espaços formais da política como a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal, mas foi disseminada por grupos de mulheres que percorreram os espaços informais. O somatório de mais de seis mil adesões foi fruto de um trabalho coletivo de cerca de trinta mulheres⁵² que em um mês coletaram apoios em “bairros e vilas, fábricas e faculdades em busca de assinaturas de mulheres de todas as classes sociais” (ZERO HORA, 24/06/1975). O número de assinaturas não era definitivo visto que a marca do RS ultrapassou a metade da coleta nacional que foi de doze a dezesseis mil. A marca do trabalho gaúcho foi exaltado pela presidente Therezinha no jornal *Anistia* da época, mostrado pela Exposição Virtual da Fundação Perseu Abramo – Anistia 30 anos – por verdade e justiça, como é reproduzido:

O núcleo do Rio Grande do Sul foi um núcleo que vicejou com uma força, que permitiu que só eles contribuíssem com oito mil assinaturas, para o nosso manifesto. Da primeira parte do trabalho entre abril e junho de 1975 nós conseguimos doze mil assinaturas e oito mil vieram do RS. (ZERBINI, *Anistia*, Fundação Perseu Abramo – Mulheres em guarda. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/node/5525>>)

Satisfeitas com a receptividade das mulheres de diferentes estados ao Manifesto da Mulher Brasileira o MFPA tinha como próxima ação levar os resultados da campanha até o ditador-militar. O encontro começou a ser elaborado a partir de uma carta constando um pedido de audiência com Geisel no Palácio do Planalto. A resposta veio assinada pelo General-Ministro Chefe do Gabinete Civil, o idealizador

⁵⁰ Entramos em contato com a Rede Brasil Sul de Comunicações que comprou todo o aparato técnico da TV Tuiuti para sabermos se havia registros do programa “Sala de Visitas” pelo qual as mulheres do MFPA-RS haviam passado na sua ida até Pelotas. Infelizmente, segundo as responsáveis pelo acervo, não há indícios de registro do programa, tendo em vista que este era realizado ao vivo.

⁵¹ Ver melhor sobre esse episódio no capítulo 3.

⁵² Não há como saber o número certo de mulheres engajadas no MFPA-RS. A lista de filiações apontam 45 nomes, mas a ex-presidente Lícia contesta este número dizendo que no trabalho efetivo as mulheres engajadas ultrapassava 100 pessoas.

do Serviço Nacional de Informações (SNI), Golbery do Couto e Silva. A negativa da possibilidade de um encontro com o ditador foi confirmada juntamente com a sugestão de que o Memorial do MFPA fosse encaminhado ao Gabinete Civil para apreciação (COUTO E SILVA, 07/08/1975).

O caminho traçado pelo MFPA era de dificuldades e desafios, porém não de desânimo. Novas cartas explicando os motivos da luta nacional do MFPA, contendo o *Manifesto da Mulher Brasileira*, foram endereçadas aos Líderes das Bancadas do MDB e da Arena na Câmara Federal em Brasília. Therezinha Zerbini e mais uma companheira do grupo paulista foram até Brasília contatar as autoridades pessoalmente. Os representantes da Arena e do MDB, que estavam trabalhando, foram surpreendidos com a visita das representantes da anistia. No Senado Jarbas Passarinho (ARENA) e Franco Montoro⁵³ (MDB) e na Câmara os Deputados Laerte Vieira (MDB) e o gabinete de José Bonifácio (Arena), já que o mesmo encontrava-se em conferência. Como representante do ditador, o subchefe da Casa Civil, o genro de Golbery do Couto e Silva, Alberto Costa, foi quem as recebeu. Embora os representantes políticos não tenham alimentado esperanças de a anistia fazer parte dos planos mais urgentes do governo, Therezinha fez uma avaliação positiva diante dos contatos realizados: “Foi das mais proveitosas nossa ida à Brasília. Rompemos a barreira, mostramos ser (sic) o movimento ser composto de pessoas sérias e bem intencionadas.” (ZERBINI, 17/08/1975)

Enquanto o MFPA de São Paulo estava em Brasília, o MFPA do Rio Grande do Sul em meados de agosto de 1975 já tinha aumentado para sete mil e quinhentas assinaturas e também tomou a iniciativa de enviar um ofício ao General Hugo Abreu, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, rebatendo a declaração do general dos riscos que seria promover a soltura de “inúmeros criminosos culpados de sérios delitos contra a coletividade” (ZERO HORA, 08/08/1975). O MFPA-RS advertiu Hugo Abreu de que era “preferível correr o risco de absorver (sic) um criminoso do que manter condenados injustamente centenas de patrícios” e ainda pediram: “transmita à Sua Excelência o general Ernesto Geisel nossa esperança de

⁵³ Este que por sua vez leu o documento do MFPA na tribuna do Senado. (ZERBINI, 20/08/1975).

que um rio-grandense pacifique a família brasileira” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14/08/1975). Esta posição do MFPA-RS foi um apoio ao pedido de anistia ampla feita ao ditador pelo Deputado João Divino Dorneles (MDB) de Goiás. A partir da repercussão dos fatos, Dorneles enviou agradecimentos e ofereceu sua solidariedade e trabalho as mulheres gaúchas do MFPA-RS.

Os apoios iam chegando também a São Paulo e repercutiam no RS. No poder público, o Legislativo Municipal de Campos do Jordão (CÂMARA MUNICIPAL CAMPOS DO JORDÃO, 29/08/1975) enviou à presidente nacional moção de apoio aprovada por unanimidade. Entidades profissionais como a Associação dos Professores Licenciados do Paraná (ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES LICENCIADOS DO PARANÁ, 06/08/1975) também se propuseram a coletar as assinaturas e enviar a São Paulo. Podemos perceber que, além dos núcleos estaduais dialogarem e estabelecerem redes de apoio e solidariedade, alguns políticos começavam a se incorporar a fim de fortalecer a luta e a sociedade civil finalmente encontrava novos caminhos e possibilidades de se opor à ditadura.

O *Manifesto da Mulher Brasileira* continuava sendo o cartão de visita das militantes, assim como continuava a se deslocar com pedidos de assinaturas pelo interior do Rio Grande do Sul na intenção de que pudesse ser entregue pessoalmente ao ditador-militar Ernesto Geisel. O sete de setembro, data comemorativa no Brasil em que há a tradição de rememorar o ato simbólico de independência realizado em 1822, foi celebrado com uma missa, proferida por Evaristo Arns em São Paulo, com um “pedido de reconciliação ampla e anistia para todos os que lutam em posições diversas, amando a mesma Pátria” (FOLHA DA MANHÃ, 06/09/1975). Sem o apoio de Vicente Scherer no Rio Grande do Sul, o Comitê Central do MFPA-RS enviou um comunicado ao Reverendíssimo Evaristo Arns em 20 de setembro levando a boa notícia de que no estado gaúcho já se tinha arrecadado mais de nove mil assinaturas. (MFPA-RS, 20/09/1975).

A ata da reunião de encerramento do Ano de 1975 enaltece os apoios do DCE da UFRGS, do Bispo Episcopal Dom Arthur Kratz, dos deputados Lélío Souza,

Lauro Rodrigues e Waldir Walter, e “um voto de louvor ao ilustre vereador Glênio Peres pela inestimável cooperação que vem emprestando ao MFPA” (MFPA-RS, Ata nº2, 05/12/1975)⁵⁴. O destaque foi dado às assinaturas conseguidas no Estado do RS, sendo que das oito mil, um mil foram arrecadadas na cidade de São Borja, terra dos ex-presidentes Getúlio e Jango.

Dois meses antes do natal de 1975, o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, Diretor do Departamento de Jornalismo da TV Cultura, chocou alguns Deputados gaúchos que fizeram questão de registrar o ocorrido na tribuna da Assembleia Legislativa. O Deputado Waldir Walter compartilhou com os colegas a indignação em relação às vítimas da repressão do Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) comandado pelo II Exército, o lamento de Walter foi de que:

Chegamos ao ponto de não sermos mais surpreendidos com essas tragédias, porque elas são comuns ao nosso dia-a-dia. Uns se suicidam, outros morrem por afogamento em suas próprias prisões ou reaparecem boiando, sem considerar os que não aparecem mais. (WALTER, outubro de 1975, p.530)

O caso Herzog estava inserido numa onda repressiva desencadeada pelo II Exército entre o ano de 1975 e 1976 em que o objetivo era desmembrar a célula comunista tanto do Partido Comunista Brasileiro (PCB) como do Partido Comunista do Brasil (PC do B). As três mortes deste período em que a versão oficial foi a de suicídio por enforcamento foram as do Tenente José Ferreira de Almeida em oito de agosto de 1975; a do jornalista Vladimir Herzog em vinte e cinco de outubro; a do metalúrgico Manoel Fiel Filho já em 1976 em dezessete de janeiro. Todos acusados por suspeita de militância comunista. Todos assassinados pela tortura dos órgãos repressivos de Estado.

⁵⁴ Ao lacrar a ata e registrar a data da reunião é importante salientar que foi cometido um pequeno erro, como transcrevemos: “Porto Alegre, 5 de dezembro de 1978, digo 1975”. A suspeita é de que o movimento só passou a ter registro de suas reuniões após ser registrada em cartório como entidade civil, em 1978 no objetivo de demarcar o pioneirismo do movimento, já que a partir de 1978 surgiu outro movimento em prol da anistia a nível nacional, os Comitês Brasileiros pela Anistia que também teve seções estaduais como o CBA-RS. Assinaram a Ata nº 2: Lygia de Azeredo Costa, Lícia Peres, Mila Cauduro, Francisca Brizola Rotta, Cláudia M. R. Behrendorf, Laís T. Sica da Rocha.

Mais do que o horror já causado tantas vezes na população brasileira diante das injustiças e da violência desenfreada desde 1964, essas mortes somadas às próximas que viriam a acontecer serviram para despertar a sociedade civil para além da comoção, isto é, para ações políticas que pudessem modificar esse quadro autoritário. De acordo com o livro-relatório elaborado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP):

A morte de Vladimir Herzog ocorreu quando a censura à imprensa começava a ser abrandada e os cidadãos perdiam o medo de discordar e protestar. A repercussão das denúncias trouxe profundos danos à credibilidade do regime militar e permitiu que explodisse um forte sentimento de indignação em todos os meios capazes de formar opinião. A falsidade do alegado suicídio já ficou patente nas próprias fotos que mostravam o jornalista enforcado nas dependências do DOI-CODI paulista, onde tinha se apresentado para depor, atendendo a uma intimação recebida na véspera. (BRASIL, 2007, p.408)

Mesmo com todo aparato repressivo comandado pelo General Ednardo D'Ávila Melo, o II Exército não conseguiu conter a resistência pacífica coordenada pelo Cardeal Evaristo Arns que por meio da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, somado a outras associações como a OAB e a ABI contribuíram⁵⁵ muito para desconstruir as três versões de suicídio por enforcamento dentro dos porões da tortura paulista.

Aos poucos a oposição começava a estreitar seus laços entre os que se mostravam semelhantes em suas posições políticas, esta mobilização passou a ser motivador ao MFPA. O estímulo gerado pelo envolvimento desses setores cimentou a política formal definida por Moreira Alves (2005), que coloca as atividades da Igreja, o novo papel do MDB, e o sistema judiciário como eixos das ações que passaram a pressionar o governo por reformas democráticas.

⁵⁵ A esposa de Wlado, como era chamado pelos mais íntimos, Clarice contestou a versão do suicídio e entrou com uma ação responsabilizando o governo federal pela morte do marido, apoiada pela OAB, Comissão Justiça e Paz e ABI – Manifesto dos jornalistas. Em 1978 Clarice Herzog e seus filhos foram beneficiados por uma decisão judicial até então inédita, o Supremo Tribunal do Estado pronunciou sentença favorável à família, responsabilizando o governo federal pela morte do jornalista. O caso Manoel Fiel Filho também foi julgado favorável. (MOREIRA ALVES, 2005)

O exemplo emblemático de Herzog causou um desconforto dentro de setores elitizados do país, estes ficaram estarecidos ao tomarem consciência que “a repressão não discriminava necessariamente as classes” (MOREIRA ALVES, 2005, p.268), por ser ele um profissional respeitado dentro dos meios de comunicação. Por esses e outros fatores o Estado passou a perder muitos apoios significativos. É nesse contexto que o MFPA foi se fortalecendo ano a ano.

Na Assembleia Legislativa do RS, no encerramento do ano de 1975, o Deputado Carlos Augusto de Souza falou sobre a importância de seguir salientando a anistia como ponto programático do MDB e reiterou o pedido de anistia que Ulysses Guimarães, o líder nacional do partido, havia feito em meados daquele ano. Souza coloca a anistia no mesmo entendimento do MFPA, o da pacificação nacional e reconciliação da família brasileira.

1.3 1975 – O ANO INTERNACIONAL DA MULHER E SUAS REPERCUSSÕES NA POLÍTICA

É com satisfação que o governo brasileiro se associa à Organização dos Estados Americanos. Hoje, mais do que nunca, **a mulher tem uma participação dinâmica em todos os planos da vida nacional** e no esforço comum da grande nação que construímos. **A Constituição Brasileira estabelece a igualdade entre todos os cidadãos**, como agentes plenos do desenvolvimento econômico e social do país, sem discriminação de sexo, cor, origem ou religião. Essa igualdade se refere em todos os dispositivos legais que regem a vida da Nação, assegurando ainda à mulher totalmente especial, quando as circunstâncias exigiam. Nosso país não está e não poderia estar alheio ao **progresso da mulher** na sociedade moderna, que **se soma a sua contribuição tradicional à família e à formação dos mais altos valores morais da comunidade**. Reiteramos, pois, nosso augúrio de que **o ano de 1975 representa um marco histórico da evolução mundial do reconhecimento dos direitos da mulher, no contexto de um ideal de igualdade, desenvolvimento e paz para a humanidade**. (GEISEL, 8/03/1975, grifos nossos)⁵⁶

O ano de 1975 foi significativo para as mulheres no mundo ocidental, pois foi designado pela ONU (Organização das Nações Unidas) como sendo o Ano Internacional da Mulher, inaugurando a Década da Mulher. No Brasil, os anos setenta estão marcados na memória de muitas mulheres, momento em que estas foram despertadas para se engajarem nos grupos, o que evidenciou o

⁵⁶ Mensagem de Ernesto Geisel às mulheres em 8 de março de 1975.

ressurgimento do feminismo no país. O Movimento Feminino pela Anistia não aderiu ao feminismo na sua caracterização, apesar de seu projeto se identificar com as lutas gerais contra a opressão que castigava mulheres e homens, e do grupo saber utilizar de forma estratégica os espaços abertos às mulheres.

Como se o país vivesse sob a liberdade de opinião e expressão, onde mulheres e homens pudessem gozar dos direitos civis e políticos, Ernesto Geisel demonstrou a sua diplomacia diante da ONU (num tempo em que esta instituição era respeitada) e discursou no oitavo de março daquele ano. O dispositivo da Constituição que demonstra igualdade para todas e todos foi referido e apontado como exemplo de que o Brasil estava pronto para proporcionar o desenvolvimento para as mulheres. Mesmo inserido num contexto em que o Estado se utilizava muito mais dos Atos Institucionais e da Lei de Segurança Nacional, Alvarez analisou que:

Em 1975, Geisel viu-se na obrigação de atender ao chamado das Nações Unidas para uma ação governamental visando a erradicação da desigualdade com base em gênero, e permitiu que as mulheres brasileiras organizassem encontros, conferências e passeatas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. (1988, p.327)

Quando foi comemorado o Dia Internacional da Mulher do ano de 1975 o MFPA-RS ainda não tinha se organizado suficientemente para concretizar uma manifestação, no entanto o movimento nasceu na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento da paz, uma das metas a ser alcançada pelo Ano Internacional da Mulher. Vieira (Disponível em: <http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_3_32.pdf>. Acesso em março de 2010.) aponta que no Rio Grande do Sul um pequeno grupo de mulheres contribuiu para “abrir alas” do Movimento de Mulheres no sul do país. Dentre as seis mulheres que cita estão as duas presidentes do MFPA-RS, Lícia Peres e Zulmira Cauduro e uma das filiadas do grupo, a Socióloga Enid Backes.

No estudo sobre os movimentos feministas da capital gaúcha, Méndez (2004) situou o Movimento de Mulheres Porto Alegrenses como o primeiro grupo a

se originar em Porto Alegre no contexto da Segunda Onda⁵⁷ feminista, no ano de 1975. Esse movimento foi a base para a formação de novos grupos, e depois se desmembrou e originou outros grupos como o Costela de Adão⁵⁸ e o Movimento de Mulheres pela Libertação. Estes grupos, apesar de não terem um projeto homogêneo, não ignoravam a luta que se travava contra a opressão promovida pela Ditadura. A historiadora revela a tensão entre as lutas gerais e as específicas nas quais estavam inseridas as militantes:

A ditadura era vista como mais uma forma de opressão a ser enfrentada pelas mulheres. Esta preocupação com as liberdades democráticas, com a liberdade de expressão, o engajamento das feministas nos processos de Anistia a presos políticos e exilados, demonstram que o movimento nunca esteve de fato descolado das lutas gerais da sociedade brasileira. (MÉNDEZ, 2004, p.91)

Cabe reforçar aqui que para além dessa efervescência das mulheres na “descoberta” da necessidade de discutir direitos específicos relacionados ao gênero, concorria naquele momento a necessidade de um Estado de direito no Brasil. A ditadura vigente já por onze anos era uma preocupação constante para muitas mulheres e homens. De acordo com Pedro:

Inicialmente a possibilidade aberta pelo ano Internacional da Mulher foi considerada como um espaço autorizado para fortalecer a luta contra a ditadura, e, portanto, entre os partidos clandestinos, uma possibilidade de reuniões e atuação sob a proteção da ONU, sem que se sentissem ameaçados pela repressão. Entretanto, o fato de 1975 ser o Ano Internacional das Mulheres, tendo resultado de uma luta feminista que recomeçava, foi, também, pensado como uma ameaça ao projeto político de muitos desses grupos, pois poderia significar a ‘dispersão’ daquilo que consideravam uma luta prioritária. (2006, p.250)

A posição política das lideranças dos MFPA de São Paulo e do Rio Grande do Sul não foi de exclusão declarada às feministas, pois souberam utilizar os espaços dados pelo Ano da Mulher e não negaram o apoio que eventualmente

⁵⁷ Para um melhor entendimento entre a “Primeira Onda” e a “Segunda Onda”, ou primeira vaga e segunda vaga feminista, sigo a designação de PEDRO (2006, p. 269), pois “Enquanto o feminismo de “Primeira Onda” esteve principalmente centrado na reivindicação de direitos políticos — como o de votar e ser eleita, o feminismo chamado de ‘Segunda Onda’ surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Nesse momento, uma das palavras de ordem era: ‘o privado é político’.”

⁵⁸ Foram entrevistadas duas integrantes do movimento feminista de Porto Alegre, *Costela de Adão* (a Socióloga Naia Oliveira) e *Ação Mulher* (a entrevistada pediu sigilo da sua identidade), no entanto elas não lembram de ter atuado em alguma ação pela anistia.

poderia se somar. O grupo pela anistia não foi formado por mulheres que estivessem especialmente engajadas no movimento feminista, característico daqueles anos, mas por mulheres engajadas em partidos de oposição, que se portavam de maneira moderada com vistas a adquirir a marca de pacificadoras.

O MFPA tinha como questão de fundo o exercício de cidadania, a noção de ter direitos, o direito de ir e vir, de expressar opiniões, de ter liberdade ideológica. A frase inicial do *Manifesto* registrava: “Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional”, o que expressa o reconhecimento dos seus deveres de cidadãs, mas querem igualmente ser reconhecidas nos seus direitos. Mesmo que os grupos feministas tivessem se formado um pouco antes, entre 1972-75⁵⁹ em São Paulo e no Rio de Janeiro, não foi a questão da desigualdade sexual que mobilizou com urgência a formação do Movimento Feminino pela Anistia, como categorizou Singer:

Este movimento não é feminista, pois visa um objetivo de interesse geral, qual seja a anistia e presos, banidos e perseguidos políticos. Seu caráter feminino se explica por ser composto principalmente por esposas, mães e outras parentes de vítimas da repressão. A atuação do MFA utiliza a imagem maternal da mulher como “pacificadora” para legitimar o seu apelo em prol da anistia. O movimento feminista também está engajado na luta pela anistia, mas se recusa a lançar mão da imagem tradicional da mulher, a qual combate como símbolo da posição subalterna imposta às pessoas do sexo feminino. (1980, p.124)

As razões para o MFPA não se colocar como feminista, apesar de se utilizar de um campo comum às adeptas, já foram exploradas por Pinto (2003) de como o rótulo feminista poderia prejudicar a aprovação social do MFPA, considerando que o feminismo era mal visto naquela conjuntura. Embora Araújo (2007) demonstre os “novos atores políticos” de oposição à ditadura civil-militar como um todo homogêneo, algumas situações demonstram disputas, dissensos, desacordos entre os segmentos organizados. Um exemplo disso é a relação entre o Movimento

⁵⁹ Pedro (2006) demonstra que a discussão sobre o ressurgimento do movimento feminista em São Paulo provoca disputas e interpretações conflitantes. Pinto coloca que “a dispersão do movimento feminista torna impossível recuperar o número preciso de grupos e sua localização pelo país”. (2003, p.49)

Feminino pela Anistia e o Movimento Feminista, na qual a disputa provocava consequências ao se reconhecerem como femininas. Se incorporar o feminismo significava defender questões específicas das mulheres, se posicionar como femininas - pela reconciliação da família brasileira - significava reforçar estereótipos tradicionais da mulher como mãe, promotora da paz, pois “identificando-se como feminino, o MFPA pautou seu discurso pela defesa da família, entendendo o país como uma grande família, a qual se encontrava dividida pelas discordâncias políticas” (RODEGHERO, 2009 (b), p.133). De acordo com os esclarecimentos de Pinto:

Não se pode tratar os movimentos de mulheres como algo totalmente dissociado do movimento feminista, deve-se reter de qualquer forma sua especificidade: foram movimentos organizados não para pôr em cheque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público. São exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, entre muitos outros. (2003, p.43)

A mesma autora defende que o feminismo não é um movimento linear, mas plural, composto de diversas tendências, e ao perseguir esses múltiplos feminismos que se salientaram no Brasil até a década de 1930, Pinto dividiu-os em “bem-comportado”, melhor organizado, mulheres com objetivos mais homogêneos; e “mal comportados”, que eram organizados de diversas formas, com mulheres de origens diferenciadas. Depois da década de 1970 em que surge a “nova” vaga feminista, ou a Segunda Onda orquestrada pelos Estados Unidos e pela França, aqui no país os grupos novamente terão origem em diferentes ideologias e formas de organização. Não se pode ignorar a identificação do MFPA com 1975, o Ano Internacional da Mulher, incentivado pela Organização das Nações Unidas (ONU), isso comprova para Pinto que existia uma relação entre o movimento pela anistia e o feminismo.

E ainda, se fizéssemos uma analogia com as tendências feministas analisadas por Pinto durante a primeira onda de múltiplos feminismos que deixaram

marcas no Brasil do século XIX e XX, o Movimento Feminino pela Anistia estaria bem identificado com a fase “bem-comportada”, em que lutavam por direitos políticos, dialogavam com os detentores do poder, eram mulheres da “alta sociedade”, instruídas, pertencentes a um círculo social que lhes facilitava a inserção em assuntos de ordem política, e queriam ser reconhecidas na política como os homens, mas não os acusavam de dominadores, não indicando a exploração feminina como produto da diferença sexual. Em alguns casos, além do paradoxo de administrar a dupla luta, a geral e a específica, o movimento feminino pela anistia e movimento feminista não entraram em consenso e tiveram que trabalhar individualmente, num momento em que as oposições à ditadura buscavam uma reunificação, uma homogeneidade, uma harmonia para se fortalecerem contra o inimigo maior.

O MFPA é feminino assumidamente, mas ao mesmo tempo em que teve em seus quadros mulheres que iniciaram suas práticas políticas ligadas ao assistencialismo, ao cuidado materno reforçando estereótipos tradicionais que caracterizariam o papel da mulher, e a raiz do MFPA não esteja diretamente ligado a uma ruptura no gênero não podemos ignorar sua singularidade enquanto movimento precursor de mobilização das mulheres para o exercício de cidadania desde 1964. É possível perceber algumas dessas análises na narração de Elida Rubini Liedke, uma das integrantes do MFPA-RS:

Na época se achava que era um bom trabalho para as mulheres fazerem, lutarem pela anistia. (...) Então havia até um consenso de que essa era uma boa forma das mulheres lutarem, mas por outro lado é uma divisão sexual do trabalho não deixa de ter por trás uma concepção de divisão sexual do trabalho na política, as mulheres se preocupam com o outro, o cuidado do outro, então lutam para libertar os presos políticos, para permitir que as pessoas que estão no interior possam voltar e não sejam presas, por que elas têm a “ficha limpa” vamos dizer assim, e elas são esposas, são mães, são professoras, são trabalhadoras, são pessoas comuns, não são subversivas. Então, claro que tem essa ideia de divisão do trabalho na política, mas na época era a forma que a gente achava que devia que fazer a luta, eu também entendia que tinha que ser assim. (...) Então até em parte foi um jeito de usar a própria forma como se vê a divisão sexual do trabalho, o papel da mulher como uma família, de usar esse papel da mulher para lutar por direitos. (...) Então essa concepção se mantinha, eu mesma compartilhava com parte disso, e ao mesmo tempo se usava essa concepção de cada um ocupa o seu lugar para se mobilizar politicamente, são duas coisas ao mesmo tempo, era

um movimento FEMININO, então tu podes dizer, é conservador, não é? Elas ainda estavam naquela de que a mulher tem esse papel de cuidado com o outro em vez de lutar pela igualdade, porque que os homens não lutaram também pela anistia? Mas se tinha essa concepção e foi usada e funcionou. (...) Elas eram até criticadas pelas feministas, mas elas foram incorporando sim essa coisa de as mulheres serem candidatas por que só os homens, por que as mulheres não podiam ser candidatas, porque o MDB não apoiava mulheres candidatas, sempre faziam as decisões quem vão ser os candidatos desse ano, faziam a lista ou entrava uma ou outra exceção, então elas foram incorporando sim, mas eu me lembro que no movimento feminista algumas colegas de outra linha assim achavam assim que era muito convencional, muito conservador, mas eu acho que a gente tem que olhar em perspectiva as coisas, a gente tem que pensar como é que se pensava na época e, na época esse era o pensamento, as mulheres fazendo alguma coisa que lhes cumpria fazer o seu papel, é um papel político, mas é feminino, mas é uma forma também de usar a posição que lhe foi atribuída, lhe foi imposta para fazer a luta pela, vamos dizer assim, por um objetivo contrário a repressão, e nesse movimento a gente também vai repensando a situação da gente a situação das outras, quando tu estás lutando pela anistia, mas e como é a minha situação, como é a situação da fulana, como é que eu me comporto, isso também faz as pessoas se pensarem, se repensarem, etc. (LIEDKE, 2008).

Mesmo que a marca feminina estivesse ligada à composição sexual do movimento, é garantido que muitas delas, além de serem despertadas para a consciência da condição subalterna em que viviam em relação à opressão de direitos, passaram a se questionar sobre a opressão de gênero, como notou Pedro (2006, p.256) “algumas mulheres que passaram mais tarde a identificar-se com o feminismo começaram sua militância através do Movimento Feminino pela Anistia”. Assim, elas acabaram por introjetar a necessidade de modificações no estatuto da mulher sobre o exercício pleno de cidadania.

Para a concretude deste ideal de cidadania da década de 1970, nos baseamos na clássica definição de Marshall exposta em 1950. Embora este a tenha tomado de acordo com a formação do Estado inglês, a cidadania só poderia ser classificada como plena se atendesse a seus três elementos constitutivos: os direitos civis, políticos e sociais. Ao analisar a formação desta noção no Brasil, Carvalho (1995) ampliou a leitura deste conceito considerando que:

Ciudadanía es más que una colección de derechos, y que el ciudadano no es meramente una percha donde se cuelgan derechos civiles, políticos y sociales. Ciudadanía es también la sensación de pertenecer a una comunidad,

de participar de valores comunes, de una historia común, de experiencias comunes. Sin ese sentimiento de identidad coletiva – que confieren la lengua, la religión, la historia – no sería posible la existencia de naciones democráticas modernas. La identidad nacional casi siempre se halla estrechamente vinculada a los derechos, sobre todo a los civiles. Pero es más que la suma de los derechos, es como la argamasa que une entre sí a los individuos y mantiene unida a la comunidad en momentos de crisis. Identidad nacional y ciudadanía, sin confundirse, se refuerzan mutuamente. (p.11)

As marcas deixadas por anos de autoritarismo e pela implementação da cultura do medo geraram uma desconfiança coletiva em relação ao Estado. O cone sul, especialmente na década de 1970 e 80 (e ainda alguns países sofrem de forma direta com as heranças ditatoriais), teve a tarefa de recompor suas identidades nacionais a fim de reforçar a crença no Estado democrático. De acordo com Schild (2000, p.156) a cidadania é uma categoria essencial que atua na recomposição das identidades coletivas e individuais.

A identidade, entendida aqui sinteticamente como identificação é, portanto, um conceito importante para entendermos a noção de representação, já que essa construção se dá a partir de um sentimento de pertencimento a um determinado grupo, ou valores. A partir dessa auto localização social é que se busca o diferencial e a reivindicação por reconhecimento. Pesavento reforça que “as identidades são múltiplas e vão desde o eu, pessoal, construtor da personalidade, aos múltiplos recortes do social, fazendo com que um mesmo indivíduo superponha e acumule, em si, diferentes perfis identitários.” (2005, p.90)

No exercício de captar as práticas reveladoras e cambiantes para situar o sentimento de pertencimento referente ao grupo, a partir de uma matriz de comportamentos ou posições pré-estabelecidas, levantamos algumas questões sobre o grupo do MFPA-RS. Considerando que as mulheres que atuaram nesse movimento não possuíam variáveis que as pré-definissem como militantes de oposição às práticas arbitrárias impostas pelo governo militar, pois não fazia parte da “regra social” que “senhoras” cristãs se inserissem nas discussões políticas do

país num Estado de exceção⁶⁰. No entanto, a partir de 1975 atentamos para essas mulheres do MFPA pertencentes a “alta sociedade”, que carregadas de certo status social, passaram a fazer parte de uma oposição à ditadura de forma pública e declarada, quando num primeiro momento esse perfil não fazia parte da resistência, mas sim de apoio ao golpe. É possível apontar que algumas dessas mulheres só optaram participar ativamente do grupo de oposição, como o MFPA, quando se sentiram lesadas nos seus direitos políticos, quando o exercício de cidadania não podia ser realizado por elas ou por seus familiares. Pois, diferente da normalidade aparente no âmbito econômico, cultural, profissional, que não estavam sendo atingidos, quando o político passa a ser excluído do seu leque de possibilidades aí elas entram no embate. Para CHARTIER o exercício do poder é uma das formas de rearticular as práticas sociais, e assim busca-se:

Compreender a partir das mutações no modo de exercício do poder (geradores de formações sociais inéditas) tanto as transformações das estruturas da personalidade quanto as das instituições e das regras que governam a produção das obras e a organização das práticas. (CHARTIER, 1991, p.188)

O exercício político realizado, através das práticas sociais, pelas mulheres do MFPA-RS esteve ligado a uma série de conceitos incorporados consciente, ou inconscientemente, pela leitura da realidade na qual estavam inseridas. As posições políticas das mulheres que carregavam a bandeira da Anistia no RS, certamente foram exemplares, quando consideramos o período em que elas atuaram como um momento renovador do direito à manifestação pública.

A categoria de representações coletivas nos ajuda a compreender como elas se viam e queriam ser vistas naquele plano social. O conceito de representações coletivas definido por Chartier está incluído num novo projeto intelectual para História Cultural, que visa “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16). O autor se posicionou contrariamente a algumas questões propostas

⁶⁰ O caso das marchadeiras foi analisado no estudo CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento: A campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Editora FGV, 2009.

pelo grupo da terceira geração dos *Annales* que desenvolviam a História das Mentalidades na década de crise paradigmática de 1970. O historiador francês se contrapõe a uma “tirania do social”, que pressupõe que a apropriação de bens culturais se dá de acordo com divisões sociais previamente estabelecidas, de acordo com o teórico deve-se apostar nos deslocamentos e não pressupostos determinantes referentes ao meio em que estão inseridos os indivíduos, meio este intelectual, profissional, etc. O historiador inova quando propõe que as análises devem ser feitas a partir dos códigos sociais e não das classes. A grande dificuldade que Chartier impõe para a utilização desse conceito é a de que devemos registrar a realidade a partir de uma perspectiva “dos objetos, das formas, dos códigos, e não dos grupos” (CHARTIER, 1991, p.180), esse postulado é o maior desafio para superarmos de forma inteligível essa teorização. Embora a problemática de enfatizar o social esteja ligada a classificações sociais que estariam previamente estabelecidas e que assim fariam repercutir nas práticas coletivas, o autor não ignora o caráter social para instrumentalizar a leitura da realidade, ainda mais quando considera que há uma tensão entre “forças sociais que move as ‘lutas de representações’.” (CARVALHO, 2005 (b), p.158).

Entendemos que as representações são vestígios, rastros que devem ser captados pelos historiadores. A partir dos vestígios deixados e construídos pelas mulheres do MFPA visualizamos a possível classificação da realidade experimentada durante a ditadura, pode-se dizer que se dividia pelas pessoas que estavam de acordo com o regime vigente, ou passivamente em relação à ditadura em oposição às que primavam pelo retorno democrático, ou se colocaram na resistência ao governo militar. Em consonância com essa leitura da realidade, e a partir de uma identificação, essas mulheres expressaram publicamente o seu posicionamento em favor do Estado de Direito, e exerceram uma identidade por meio de uma luta concreta e de um movimento pela Lei de Anistia. Por fim a corporificação dessas ações demarcadas pelo grupo, que se constituiu como entidade civil e como um novo movimento social, que engloba estatutos, princípios, ações, de modo que sejam efetivadas e demarcadas suas posições diante do todo social.

As mulheres, a partir de suas práticas políticas, construíram uma identidade social que as fez reconhecerem-se como agentes históricas, uma vez que agiram como representantes de um movimento organizado. Isto é possível perceber quando observamos que suas ações estiveram caracterizadas por um sentimento de pertencimento em relação ao movimento de oposição pública que se configurava contra a ditadura vigente; pela utilização dessa identidade para exigirem reconhecimento, instrumentalizando-se de práticas que pudessem demarcar suas diferenças frente aos subversivos ou das feministas radicais; e por fim a formalização do MFPA como uma entidade que se colocou na arena pública atuando como um movimento social.

No Ano Internacional da Mulher, e ano inaugural do MFPA, as mulheres se propuseram à disseminação da paz, sugerida pela ONU como um dos três pontos a ser desenvolvido por elas. E para a representação da paz nada melhor do que cimentar certas ações do movimento no discurso da Igreja Católica, que além de representar a pacificação, chamaria atenção para os cristãos. Esse chamado ficou evidente na primeira publicação do jornal *Brasil Mulher* que estampou na capa “O curso do Movimento Feminino pela Anistia” e que na reportagem principal trouxe uma entrevista com Therezinha Zerbini. É interessante observar que além do texto cedido pela entrevistada, no canto esquerdo da reportagem estava o *Manifesto da Mulher Brasileira* acompanhado de três fragmentos: um assinado pelos bispos da CNBB; o segundo uma passagem bíblica; o terceiro uma declaração do cardeal Vicente Scherer, que diz:

O inserimento (sic) cada vez mais amplo e qualificado da mulher no mundo do trabalho, da cultura e da competição, em quaisquer setores da vida pública assinala um dos aspectos mais típicos da sociedade moderna. (...) Por fim, se inclui a colaboração para a paz como tema de estudos do ano Internacional da Mulher. Preve-se (sic) que ela contribua para o entendimento entre os povos e exerça influência sobre as decisões que tornem a paz feliz e perene realidade. (Cardeal Scherer, no *Correio do Povo* de Porto Alegre, em 01/07/1975).

Como podemos notar a passagem do Cardeal Scherer não remeteu em nenhum momento ao assunto da anistia, e provavelmente falava apenas sobre a

inserção das mulheres, sem mencionar a luta política, ou que estivesse de acordo com a anistia. É possível que o editorial da matéria tenha escolhido esses fragmentos na ânsia de aproximarem figuras emblemáticas e conhecidas pelas mulheres para legitimarem suas questões.

O jornal *Brasil Mulher* se originou da intenção de dialogar com homens e mulheres, alertando-os sobre a desigualdade sexual e as injustiças sociais (SARTI, 2004). Nascido em Londrina, permaneceu como órgão de imprensa do Movimento Feminino pela Anistia até o desentendimento entre Zerbini e os propósitos da Sociedade Brasil Mulher – promovedor do jornal – em se declarar feminista. De 1975 a 1980 foram rodadas vinte edições (LEITE, 2003; PEDRO, 2006) com a maioria das tiragens de cinco mil, e em algumas exceções com dez mil exemplares (MANINI, 1995/96).

O reconhecimento da luta travada pelo MFPA pelo jornal *Brasil Mulher*, no qual o MFPA podia divulgar livremente suas opiniões, só foi possível porque este era um espaço alternativo, criado pela própria oposição na intenção de construir uma resistência no seio da sociedade civil. Embora no ano inaugural do MFPA as mulheres tenham conseguido alguns apoios na política formal⁶¹ (dos emedebistas na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal, MDB, imprensa), ainda assim o grupo não era reconhecido pela oficialidade, tanto dos meios de comunicação, como pelos arenistas que acabavam “dirigindo” o jogo político.

A comprovação dessa ideia no Rio Grande do Sul se salienta em dois momentos. No primeiro quando se realizou nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 1975 o “Encontro da Gaúcha”, promovido pelo Conselho Estadual de Entidades, presidido pela Primeira-Dama do Estado Ecléa Guazzelli. A receptividade do

⁶¹ Para Moreira Alves (2005) a “política formal” diferente da “política de base”, abrange as atividades da Igreja, o papel renovado do MDB, sobretudo após as vitórias de 1974, e o sistema judiciário que servia para pressionar por reformas, muito apoiado na OAB e na pressão da imprensa que censurada lutava por liberdades. E ainda: “O pacote de reformas e o fim do Ato Institucional nº5 seriam decisivos para a liberalização negociada, e abriram o espaço político, permitindo a formação de vínculos entre a política formal e a política de bases. Tratava-se assim, para ambos os lados, de uma vitória parcial e negociada em que ambos cederam pontos.” (MOREIRA ALVES, 2005, p.265)

encontro foi positiva, visto que os palestrantes contaram com um público de seiscentas pessoas que compareceram no auditório da Assembleia Legislativa. Entusiasmada a Deputada Dercy Furtado (ARENA) registra seus cumprimentos à organizadora do evento:

À Dona Ecléa Guazzelli os nossos cumprimentos e os cumprimentos da mulher gaúcha. Realmente a Primeira Dama do nosso Estado não é apenas a esposa do governador, mas é uma mulher que pensa, que sabe o que quer, que sabe opinar e que está ajudando a mulher gaúcha a se promover. (FURTADO, outubro de 1975, p.77)

A Primeira-Dama do Estado e a Deputada arenista eram consideradas pela oficialidade gaúcha como exemplos de mulheres de grande valor social e político. O destaque, inclusive, de “Política do Ano” de 1975 foi dado à Deputada Dercy Furtado (Arena), já que seus discursos na Assembleia Legislativa eram permeados pela temática das mulheres e da família. O mais peculiar é observar a forma como esse reconhecimento foi registrado na tribuna, pois o assunto da premiação não foi trazido pela própria homenageada, mas pelo Presidente Estadual do MDB, Pedro Simon, partido opositor. Segundo Simon foi justa e merecida a classificação de Furtado dentre as mulheres “que mais se destacaram e que merecem o respeito e a admiração de toda a população” (SIMON, dez. de 1975, p.641). Lisonjeada e até mesmo surpreendida pela saudação ter partido de um colega do lado opositor, Furtado aproveitou para reiterar que o ano de 1976 seria de continuidade aos trabalhos pelas mulheres e “que esteja realmente inserida na política, não em posição subalterna, mas atuando de frente, no campo de batalha inclusive da política” (FURTADO, dez. de 1975, p.642).

O destaque recebido pela Deputada arenista foi uma promoção da Rede Brasil Sul de Comunicações, responsável por um dos meios de comunicação – o jornal *Zero Hora* – que contribuíram para legitimar o golpe militar⁶². Dessa forma não seria paradoxal que uma mulher do partido governista ganhasse esse prêmio e não

⁶² Ver em BORGES, Júlio de Azambuja. **Vizinhos em guarda: o anticomunismo no Brasil e na Argentina durante as ditaduras civil-militares**. São Leopoldo: UNISINOS, 2010. Dissertação de Mestrado em História.; ELMIR, Cláudio Pereira. **O crime da “Última Hora”**: Porto Alegre na passagem dos anos 50. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Dissertação de Mestrado em História..

as mulheres que tanto se mobilizaram no ano de 1975, ligadas ao setor mais à esquerda do MDB. Dercy Furtado e Pedro Simon posicionaram-se favoráveis à conquista feminina nos espaços políticos, mas não há registros que tenham apoiado às do MFPA-RS que muito fizeram para se incluir nos espaços públicos e formais.

1.4 A FAIXA BRANCA DA ANISTIA COM LETRAS EM VERMELHO: OBJETO DE CAMPANHA DO MDB E MENSAGEM SOBRE O PRESIDENTE MORTO

Após o choque do assassinato de Vladimir Herzog, entre fatalidades e mortes mal explicadas, o ano de 1976 foi também de muitas perdas de pessoas públicas. A estilista Zuzu Angel que travou uma luta corajosa e interminável com os militares, desde o desaparecimento em maio de 1971 do seu filho Stuart Edgar Angel Jones, foi calada após cinco anos de muitas denúncias sobre a violação dos Direitos Humanos no Brasil. Zuleika Angel Jones morreu em um acidente de carro, quando surpreendida por outros carros da polícia repressiva do Rio de Janeiro, que causaram o acidente da estilista fazendo-a desviar para a capotagem na saída do Túnel Dois Irmãos (BRASIL, 2007, p.414). A versão oficial de morte por causa acidental foi desvendada pelas provas levantadas pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos que fez com que o caso fosse deferido em 1998.

Os ex-presidentes do Brasil, cassados pela ditadura nos seus direitos políticos, Juscelino Kubitschek e João Goulart, morreram em situações “naturais”⁶³ que mais tarde passariam a ser investigadas. JK faleceu em um desastre automobilístico, quatro meses antes de Jango morrer no exílio vitimado de um ataque cardíaco em Mercedes, na vizinha Argentina. Este era o segundo país, pelo qual Jango passara a viver desde a sua saída do Brasil. Em 1964 quando seguiu para o Uruguai viveu alguns anos em Montevideú e viu este país sofrer o golpe, assim

⁶³ Os articuladores da Frente Ampla, que foi organizada em oposição a política golpista dos militares, os ex-presidentes Jango e JK e pelo ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, foi desfeita em 1976 por fatalidades em um período de nove meses. Embora não se tenha comprovações que possam interpretar as mortes como assassinatos, os casos “naturais” de falecimento de Juscelino e Jango levantaram suspeitas de que poderiam estar vinculadas às ações desenvolvidas pela Operação Condor, por ocorrerem muito próximas temporalmente, e num momento em que no Cone Sul se praticavam ações vinculadas Operação Condor. Ver Bauer (2006, p.214).

como quando estava em Mercedes em 1976 e vivenciou os primeiros meses de autoritarismo militar na Argentina até falecer em dezembro daquele ano.

Em fevereiro de 1976 a primeira vitória da liberalização diante da linha dura surgiu da morte do metalúrgico Manuel Fiel Filho, quando o ditador-militar Geisel resolveu se indispor com o Ministro do Exército, Sylvio Frota, ao exonerar o comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello. Dessa forma, “abre-se, então, um confronto claro entre Geisel e militares mais à direita, que só terminaria com a queda de Sylvio Frota do comando do Exército, em outubro do ano seguinte.” (BRASIL, 2007, p.28). Grupos contrários ao projeto de liberalização mostraram ao longo do ano suas posições através de ataques à OAB, a ABI e ao CEBRAP⁶⁴.

É importante salientar que a substituição do general Ednardo D'Ávila Mello por Dilermando Gomes Monteiro, mais ligado à linha de Geisel que se reconhecia ilusoriamente por “militares liberais”, não impediu que outros civis fossem executados. A onda repressiva paulista iniciada em 1975 foi consolidada somente em dezembro de 1976 na operação que resultou na morte dos três principais dirigentes do PC do B (entre eles a alta direção: Ângelo Arroyo e Pedro Pomar) no “Massacre da Lapa”. Segundo Brasil (2007, p. 422) “essa foi a última das grandes operação de aniquilamento de opositores políticos realizada pelos órgãos de segurança do regime militar.”

Sem imaginar o que o ano de 1976 lhes reservava, a expectativa do MFPA-RS estava depositada na vitória do MDB nas eleições de novembro, na tentativa de virar o jogo político por dentro das próprias instituições legais da ditadura. Assim, o fortalecimento da oposição por meio da campanha política era o horizonte das mulheres engajadas no MFPA no RS.

No plano nacional o MFPA alcança o nordeste do Brasil formando núcleos em Fortaleza, Ceará, João Pessoa, Bahia. A receptividade da Igreja Católica foi

⁶⁴ Em agosto de 1976 no Rio de Janeiro as sedes da Associação Brasileira de Imprensa e da Ordem dos Advogados do Brasil foram atacadas por bombas. O mesmo ocorreu em setembro de 1976 em São Paulo na sede do CEBRAP.

positiva representada pelo apoio dos Arcebispos daquelas regiões: Dom Aluísio Lorscheider (Fortaleza), Dom Hélder Câmara (Recife) e Dom Avelar Brandão Vilela (Bahia). (JORNAL DE DEBATES, 29/03 a 04/04/1976). Na capital federal, em julho de 1976, o Movimento Feminino pela Anistia esteve presente na 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, onde pediu por anistia geral.

Já no Rio Grande do Sul a presidência do MFPA foi transferida de Lícia Peres para a até então vice-presidente Mila Cauduro. Lícia optou pelo afastamento da presidência do MFPA em razão de seu marido Glênio Peres concorrer novamente às eleições municipais para vereador de Porto Alegre em novembro de 1976. Por esse motivo, para dar maior apoio ao marido e para que a luta pela anistia não fosse confundida com um movimento atrelado à campanha direta de Glênio, Lícia passou à companheira a responsabilidade de presidir o MFPA-RS.

O casal Lícia e Glênio, que até então não tinham proximidade com Brizola, visitou o ex-governador gaúcho exilado desde 1964 no Uruguai, a pedido do mesmo por curiosidade acerca daqueles que encabeçaram a luta pela Anistia no RS. Leonel, por sua vez, recebia com frequência a sua comadre Mila Cauduro e alguns políticos do MDB que de tempos em tempos atravessavam a fronteira para abraçar o amigo. A movimentação para as eleições funcionou paralelamente a campanha pela anistia, as mulheres decidiram se fazer presente em todos os comícios aos quais fossem convidadas. A participação das mulheres nos comícios realizados em Porto Alegre foi facilitada por um dos membros do Diretório Metropolitano do MDB, fiel amigo de Leonel Brizola, João Carlos Guaragna (MFPA-RS, Ata nº3, 20/07/1976)⁶⁵.

Após assumir a presidência Mila Cauduro voltou a entrar em contato com o Cardeal Vicente Scherer para comunicá-lo sobre a mudança de liderança do MFPA-RS. Mila reiterou o pedido de apoio ao cardeal gaúcho dando os exemplos de Arns e do mais novo apoio Dom Aloísio Lorscheider, em Fortaleza. Na opção de “sair pela tangente”, o Cardeal Scherer enviou uma resposta genérica e sucinta ao pedido de apoio, manifestando-se favorável à pacificação, já que a definição de anistia das

⁶⁵ Assinaram a Ata nº3: Lygia de Azeredo Costa, Mila Cauduro, Lícia Peres, Francisca Brizola Rotta, Cláudia M.R. Behrendorf.

mulheres se aproximava desse objetivo. Em uma carta endereçada à Mila Cauduro o cardeal revelou: “Nutro a ardente aspiração de ampla pacificação do povo brasileiro em torno dos altos interesses da pátria comum.” (SCHERER, 30/08/1976)

Mesmo com uma resposta não específica sobre a anistia de Scherer (qual cardeal se colocaria contra a pacificação do povo brasileiro?), o grupo fez repercutir nos jornais a possível manifestação de apoio do arcebispo de Porto Alegre, e, entusiasmada, a escritora comentou que o pronunciamento foi muito importante para o trabalho do grupo (JORNAL DO COMÉRCIO, 06/09/1976).

O comunicado da mudança nas lideranças do grupo também foi enviado ao Presidente do MDB gaúcho, Pedro Simon, salientando que o movimento defendia um dos pontos programáticos do MDB. O pedido de manifestação de apoio foi estendido à Presidente do Setor Feminino do MDB, Jussara Brito, pois a intenção era divulgar o MFPA no interior do estado onde tivesse setores instalados. Por falta de interesse, ou mesmo por questões políticas maiores, nenhuma manifestação partiu de Pedro Simon ou do Setor Feminino. Insistentes, as representantes do Comitê Central, Mila Cauduro e Lícia Peres, enviaram novamente o pedido:

Sr.Presidente:

Tomamos a liberdade de nos dirigir a V. Exa., solicitando as providências necessárias a fim de que nos seja fornecida, com a possível urgência, relação dos municípios onde se encontra instalado o Setor Feminino de nosso Partido bem como o nome de suas respectivas presidentes, considerando nosso propósito de – na oportunidade da campanha eleitoral enviarmos a todas elas as listas de adesão e o material necessário para maior conhecimento de nossas atividades.

Cumpre-nos informar a V.Exa. que nos dirigimos – no dia 3 de agosto – à sra.Presidente do Setor Feminino do MDB regional, não havendo, nosso apelo, até a presente data, merecido contestação alguma.

Encarecendo o obséquio de uma resposta, aproveitamos o ensejo para enviar-lhe atenciosas saudações. (MFPA-RS, 03/09/1976)

É importante observar que, abaixo das palavras transcritas acima, encontramos, no documento original, um aviso a lápis, provavelmente escrito por Mila ou Lícia, de que o documento não obteve resposta. O Setor Feminino era um setor de pouca movimentação, fazia um ano da “Convenção regional do Partido”,

ocorrido em agosto de 1975, em que foi deliberada “a urgência de estruturação nacional, estadual e municipal do Setor Jovem, do Setor Feminino, do Setor Trabalhista e do IEPES para ‘aprofundar a unidade de ação partidária’” (REIS, 2001, p.63). Ainda de acordo com Reis desses quatro setores, o IEPES e o Setor Jovem eram os mais engajados politicamente. O IEPES se apresentou como “o canal de maior visibilidade de engajamento da ‘esquerda gaúcha’ na década de 70” (Idem, p.64) e o Setor Jovem criado pouco depois do IEPES em 1974 contava com “70 setores municipais espalhados ao longo do território sul-rio-grandense.” (Idem, p.91).

Apesar de Simon e o Setor Feminino se mostrarem desinteressados pelo MFPA-RS, Mila Cauduro como representante do movimento foi designada “oradora oficial” do grupo, para estar presente em todos os comícios que o MDB programou em Porto Alegre, inclusive ao lado do presidente do partido (ZERO HORA, 09/09/1976). Enquanto Mila falava em anistia geral e citava a ausência Leonel Brizola no país e era aplaudida pela plateia do comício do MDB realizado na Assembleia Legislativa, Pedro Simon exaltava a atuação de políticos como Paulo Brossard e Marcos Freire.

Alguns candidatos do MDB, tanto da capital Porto Alegre como de cidades próximas do interior como Viamão, colocaram a anistia nas suas pautas de campanha. A professora Maria do Carmo Azambuja se manifestou favorável a anistia e o MFPA-RS tratou logo de cumprimentá-la por sua posição lançando possibilidades de travarem relações de parceria política.

O presidente da OAB do RS também foi informado por Mila Cauduro da sua responsabilidade diante do Comitê Central do MFPA-RS, reforçando que a OAB de São Paulo tinha votado moção de apoio à anistia e que o mesmo já tinha sido feito pela Associação Brasileira de Imprensa. Também recebeu manifestação de aplauso Fernando Palmeiro da Fontoura pela sua proposição apresentada durante o VI Congresso dos Advogados do Estado a favor da anistia ampla. O Comitê

acrescentou ainda que “a anistia é [um] ato de grandeza, perdão e esquecimento que nunca esteve ausente de nossa História.” (MFPA-RS, 06/11/1976)

O mês de agosto era marcado por homenagens à Vargas e ao Duque de Caxias⁶⁶, “o pacificador”, momento também que completou um ano da primeira entrega de um Memorial elaborado pelo MFPA a deputados e senadores em Brasília, que tinha sido entregue com doze mil assinaturas. A entrega de um novo Memorial de trabalho foi repetida ao Senador Franco Montoro (MDB-SP) que politicamente simpático à causa transmitiu novamente na tribuna a concretização de mais um ano do trabalho feminino. O dia era do Soldado e oportunamente as mulheres trouxeram em suas palavras o Duque de Caxias e ao final sintetizaram:

A anistia se faz necessidade imperiosa. Ela virá fortalecer a união e desarmar os espíritos. Desarmados os espíritos estarão abertos os caminhos do diálogo, a concórdia e o entendimento fraterno entre os brasileiros. Nesta hora em que vivemos, o sinônimo de *reconciliação* é *anistia*. (JORNAL DE BRASÍLIA, 02/09/1976; CORREIO BRASILIENSE, 02/09/1975)

Este mesmo mês de lembranças e homenagens foi marcado pela morte trágica do ex-presidente Juscelino Kubitschek. O MFPA-RS se manifestou com pesar, enviando um telegrama à viúva do presidente anistiador. O fato de o ex-presidente ter falecido na situação de cassação dos seus direitos políticos causou indignação em pessoas públicas que na oportunidade de prestar homenagem à JK trouxeram a questão da urgência da anistia. No Grande Expediente realizado na Assembleia Legislativa em setembro de 1976, o Deputado Romildo Bolzan (MDB) refletiu na Tribuna:

A morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, recentemente, ensejou, ao povo brasileiro, momentos de reflexão. (...) Estes brasileiros, lembravam:

⁶⁶ No dia 24 de agosto data de morte de Getúlio Vargas e no dia 25, data em que se homenageava Duque de Caxias. A ideia em associar a luta pela anistia a esses nomes da política e do militarismo brasileiro foi da presidente nacional, Therezinha Zerbini, que desde o primeiro agosto do movimento incentivou os núcleos estaduais a evocarem a memória desses nomes que anistiarão. No RS Mila Cauduro que tinha sua origem política no trabalhismo getulista depositou flores junto a Carta Testamento na Praça da Alfândega, centro de Porto Alegre, em homenagem ao aniversário de morte de Getúlio Vargas.

com efeito, Juscelino perdoara aqueles que desejaram impedir sua posse; Juscelino anistia os que conspiraram para depô-lo, através dos movimentos de Jacareacanga e Aragarças e, finalmente, Juscelino morreu cassado em seus direitos políticos pelos mesmos grupos que anistia... (...) O mais trágico de tais atos, contudo, reside no detalhe de que essas cassações, decretadas pelo período de dez anos, foram, posteriormente, transformados em perpétuas, uma particularidade exclusiva do atual modelo brasileiro de democracia. (...) Estou fazendo um apelo aos governantes deste País, para que tantos erros, tantas falhas e tantas injustiças não sejam odiosas punições perpétuas, tão detestadas e repudiadas pela índole nobre e generosa do povo brasileiro. Já é **hora de restabelecer a paz e a tranquilidade no seio da família brasileira**, a qual, somente unida, poderá enfrentar as dificuldades inevitáveis que estão por vir. (...) julgamos chegado o momento de se conceder ANISTIA, como diz Anselmo Amaral, em seu trabalho apresentado em 1971, “ANISTIA PARA TODOS OS CHAMADOS POLÍTICOS – PLENA, GERAL E ABSOLUTA. (...) Anistia é paz. Anistia não é dádiva.” (BOLZAN, set.1976, p.420-22)

O secretário geral do MDB, Bolzan, reiterou a definição de Anistia lançada por Anselmo Amaral em 1971, que não estava muito distante da qualificação de anistia pregada pelo MFPA-RS. É certo que o discurso de anistia como pacificação, concórdia, reconciliação, perdão e esquecimento tem a ver com a definição do movimento primeiramente fundado em São Paulo. É o que aparece na fala de Waldir Walter:

Anistia é um esquecimento dos atritos e das divergências passadas; anistia não é sequer perdão, mas é fazer com que as coisas sejam esquecidas. Isso é uma anistia política; o mundo está cheio desses exemplos e sempre foi e sempre será considerado um ato de grandeza; um ato que credencia os estadistas perante a História. (WALTER, nov.1976, p.593)

É de se atentar para as estreitas relações que as lideranças do RS têm com o MDB, e alguns dos seus políticos. Envolvidas na campanha de 1976, após o Deputado Federal Aldo Fagundes (MDB) se lançar para a candidatura ao Senado, o MFPA-RS na pessoa de Mila Cauduro lhe enviou os cumprimentos por esse político se mostrar favorável da anistia ampla. Por outro lado, na intenção de angariar apoios pelo lado da “situação”, o Deputado paulista Alcides Franciscato (ARENA) também recebeu atenção das mulheres gaúchas que destacaram em uma carta enviada ao deputado arenista, que “homens como V.Exa. nos dão a certeza de que mesmo lutando em campos opostos, os brasileiros visam um ideal comum, o da liberdade inquebrantável.” (MFPA-RS, 29/09/1976)

No encerramento da campanha do MDB, nos últimos comícios, Mila Cauduro acompanhou de perto e dividiu os palanques com os políticos mais conhecidos e mais prováveis de conseguirem a vitória. Ao menos no Rio Grande do Sul a campanha gerou resultados positivos e até surpreendentes diante das restrições das campanhas eleitorais nos meios de comunicação. O possível projeto liberalizante de Geisel disputava espaço com o processo autoritário que, após a vitória emedebista de 1974, se caracterizou por tentar impedir o fortalecimento do partido de oposição.

A Lei Falcão assinada pelo Ministro da Justiça, Armando Falcão, foi um Decreto Lei de nº 6.639 que impedia a livre exposição dos candidatos na TV e no rádio. A vitória surpreendente do MDB em 1974 fez com que os arenistas investigassem sobre quais os fatores que influenciaram para o ganho de votos da oposição. Diante dos debates acalorados, onde os candidatos emedebistas expunham opiniões e criticavam os arenistas, o resultado foi positivo para o MDB que despertou na população o interesse eleitoral, num momento em que o governo já vinha perdendo legitimidade. O projeto de liberalização de Geisel veio justamente para suportar os efeitos dos altos índices de repressão do governo Médici, não esquecendo que controlar a oposição. Esvaziar a propaganda eleitoral de argumentação e debates, limitando os candidatos a apenas apresentarem seus nomes, seu número e seu currículo foi uma estratégia que se somou ao poder logístico que a ARENA tinha, visto que “toda a burocracia do Estado Central e dos diferentes estados foi colocada à disposição dos interesses eleitorais da ARENA (MOREIRA ALVES, 2005, p.230)

Por todas essas condições e pelo possível veto à liberalização, o MDB do RS só tinha que comemorar a demonstração de insatisfação do povo com os militares nas urnas. No Estado “a legenda do Movimento Democrático Brasileiro alcançou a cifra de 1.470.389 votos e a Aliança Renovadora Nacional 1.314.475 votos” e ainda dos 10 maiores municípios gaúchos o MDB venceu em nove: Porto Alegre, Pelotas, Caxias do Sul, Santa Maria, Canoas, Rio Grande, Passo Fundo, Novo Hamburgo, São

Leopoldo, apesar dessa vitória o MDB perdeu a maioria dos municípios. (SOUZA, nov. de 1976, p.29)

O abandono do boicote ao sistema eleitoral elaborado pelo regime militar foi possível a partir do momento em que a oposição ao regime percebeu que a luta poderia ser travada por dentro do próprio sistema, e não mais na clandestinidade. Para Carvalho: “até mesmo os grupos da esquerda armada, após serem desestruturados pela repressão e se desvencilharem da estratégia de luta revolucionária, passaram a valorizar a conquista do poder pela via institucional, reforçando a representatividade do MDB.” (2005 (a), p.130)

A euforia por parte da oposição em relação às eleições foi interrompida em dezembro 1976, quando foi noticiado o falecimento do ex-presidente João Goulart no exílio, fato que lhe daria a infeliz exclusividade de ser o único presidente do Brasil a morrer no exílio. O Deputado Carlos Augusto de Souza não deixou passar em branco a morte de Jango no exílio e trouxe novamente a questão da anistia:

É hora, neste momento, passados quase 13 anos desse acontecimento, que se possibilite a pacificação da família brasileira, através de uma anistia ampla, plena e irrestrita. É preciso acabar com as restrições aos direitos políticos. (...) o acontecimento da morte do ex-presidente da República, João Goulart, mostrou claramente um doloroso quadro que vive a nossa Pátria, a ponto de muitos irmãos, de muitos compatriotas, de muitos brasileiros, só terem o direito de regressar à sua Pátria depois de mortos. (...) A História Brasileira registra, em todas as suas etapas, em todos os movimentos revolucionários, gestos de grandeza dos vencedores aos vencidos, com a concessão da plena, irrestrita e ampla anistia política. (...) É preciso que exista a pacificação de todos os brasileiros, através da anistia. (SOUZA, dez.1976, p.710-11)

O pronunciamento de Carlos Augusto de Souza foi bem recebido pelo MFPA-RS, que fez questão de lhe enviar uma carta de apoio às reclamações pelos 13 anos de ditadura. A fatalidade de Jango voltar ao país já em condições de sepultamento repercutiu nos discursos na Assembleia Legislativa, assunto que se somou ao desejo de anistia e a esperança que o natal sensibilizasse as autoridades. O Deputado Porfírio Peixoto se pronunciou nessa conjuntura, demonstrando indignação ao tratamento dado aos exilados:

Por ocasião do falecimento do Presidente João Goulart tomei conhecimento que o seu neto, nascido em Londres, não pode ser registrado porque

cometeu o crime de ser neto de um exilado político. Vejam bem V.Exas.: neto de um exilado político. Até quando isso vai durar. Até quando teremos uma pátria dividida entre irmãos. Quando o governo revolucionário irá compreender da necessidade de anistiar aqueles que praticaram simplesmente crimes de pensamento. (...) Espero que o momento inspirado, do Natal, faça com que se abram os corações das autoridades governamentais para que deem um fim a este triste episódio que denigre, mancha a imagem do nosso país no exterior. (PEIXOTO, dez.1976, p.521-22)

O MFPA-RS também lamentou a morte de Jango, e participou do seu velório e sepultamento em São Borja, acontecimento que mobilizou muita gente, especialmente políticos da oposição que seguiram para a cidade gaúcha. Jango tinha muita vontade de voltar a viver no Brasil e completava mais de doze anos fora do país, após o golpe militar no Uruguai que provocou a partida para um novo asilo João Goulart foi com a família para a Argentina. A fazenda La Villa, em Mercedes, foi o local em que foi acometido pelo súbito, nas terras argentinas, aos seis dias do mês de dezembro. Ernesto Geisel não declarou luto oficial e depois de muitas conversações autorizou o retorno do exilado embalsamado a São Borja. O retorno dramático dos filhos que moravam na Inglaterra também foi realizado a partir de acordos com o Itamaraty. A irmã de Jango, Neusa Goulart Brizola, casada com o também exilado Leonel Brizola, se deslocou até São Borja para se despedir do irmão. O ex-ministro do Trabalho de Jango, Almino Afonso, com a ajuda de Maria Goulart Dornelles, irmã de Jango, colocaram a bandeira nacional em cima do caixão. A passagem do MFPA-RS pelo velório foi registrada pelo jornal Zero Hora que acompanhou a cerimônia, Mila Cauduro chegou com Francisca Brizola e deram força à Neusa, amiga de Mila e cunhada de Francisca. Mila falou à imprensa da importância que Jango tinha para os seus conterrâneos, visto que “São Borja foi o município onde o Movimento pela Anistia conseguiu o maior número de assinaturas, depois de Porto Alegre.” (ZERO HORA, 08/12/1976).

Logo a seguir da chegada dos filhos, João Vicente e Denise, a pedido do MFPA-RS a ex primeira dama, Maria Tereza, o caixão foi coberto por inteiro com a faixa branca com letras vermelhas dizendo ANISTIA.

No enterro do Jango foi posta a faixa da anistia, aí o pessoal na Suíça me disse que quando viram aquela faixa em cima da [esquife], fotografia que percorreu o mundo inteiro, o presidente morto no exílio, foi enterrado ali,

uma comoção. O movimento pediu licença a viúva para pôr a faixa da anistia, essa foto correu o mundo inteiro. (PERES, 2009)

No livro de atas da reunião, a seguir da morte de Jango, há o registro de que a faixa levada a São Borja tinha servido durante o ano de 1976 como material de campanha, o qual “Glênio Peres afixara em todos os comícios eleitorais nesta capital e em algumas cidades do interior.” (MFPA-RS, Ata nº4, 10/12/1976)

Depois do enterro de Getúlio Vargas o Brasil novamente virou as atenções para São Borja, “a cidade símbolo do trabalhismo brasileiro” (DHBB, verbete Brizola, <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>) que naquela ocasião trouxe de volta à sua terra João Goulart. O acontecimento movimentou cerca de 20 mil pessoas que acompanharam o cortejo fúnebre (CORREIO DO POVO, 07/12/1976). Ao invés de carro o caixão seguiu carregado por familiares e políticos a pé, e depois pela população que gritava Liberdade, Liberdade, Anistia, Jango, Jango até o cemitério. O discurso de Tancredo Neves à beira do túmulo foi permeado pelo pedido de “reconciliação nacional” (ZERO HORA, 08/12/1976).

O coronel Peri Cunha ofereceu à presidente do MFPA-RS para a divulgação uma poesia feita em homenagem a Jango e dedicada aos filhos João Vicente e Denise Goulart, com o título de: “Volta ao Rincão”. A presidente Mila Cauduro respondeu expressando seu apreço pela “integração incansável na luta pela causa da democracia com que traduz seus profundos sentimentos de amor e liberdade” (MFPA-RS, 08/01/1977).

A missa de sétimo dia foi realizada numa capela discreta no Bairro Auxiliadora e procurou reunir somente familiares e amigos mais próximos. O cardeal Dom Vicente Scherer foi quem proferiu a oração lembrando que tinha amizade pelo ex-presidente, quando se conheceram em 1950. (CORREIO DO POVO, 12/12/1976)

Em notas de jornal o Movimento Feminino pela Anistia intensificou a divulgação de atividades e no final de 1976 o grupo fez votos de natal aos leitores. Num quadro retangular com uma diagramação padronizada pelos jornais de forma

a destacar as informações estabelecidas pelas mulheres do Comitê Central que assinavam embaixo de convites para eventos, palestras, encontros, ou mesmo homenagem a falecidos.

1.5. ATO REPRESSIVO CONTRA O POVO E CASSAÇÃO DOS VEREADORES: ASSIM COMEÇOU 1977!

O convite para a missa de um mês do falecimento de Jango foi muito mais amplo e bem divulgado pela imprensa do que a de sétimo dia. As notas da família eram acompanhadas pelos chamados do Diretório Regional do MDB-RS, do Diretório Metropolitano do MDB de Porto Alegre e seus setores Feminino, Jovem e Trabalhista, e pelo comunicado do MFPA-RS, que dizia:

O Movimento Feminino pela Anistia, representado por Mila Cauduro, Lícia Peres, Francisca Brizola Rotta, Lygia de Azeredo Costa e Angelina Guaragna, convida as senhoras e a juventude rio-grandenses para a missa a ser realizada hoje, dia 6, quinta-feira, às 19h30min, na Catedral Metropolitana de Porto Alegre, em memória do ilustre

PRESIDENTE JOÃO GOULART

morto longe da Pátria, em que tanto desejou viver.

Porto Alegre, 6 de janeiro de 1977. (CORREIO DO POVO, 06/01/1977, grifos originais)

A sociedade porto-alegrense foi solidária ao chamado e compareceu na noite do dia seis de janeiro na Catedral. Cerca de duas mil pessoas (CORREIO DO POVO, 08/01/1977) acompanharam a missa que ao final transformou-se em manifestação, Lícia recorda:

No momento da missa do trigésimo dia nós estávamos ajoelhadas ali rezando, a catedral lotada, aí na saída todo mundo esperando, nós sentíamos o burburinho. Todo mundo querendo uma palavra, eu disse: “Mila tu estás na presidência, o pessoal está esperando a nossa manifestação, está esperando a nossa manifestação!”, aí ela gritou Anistia na escadaria, aí foi uma coisa e ninguém segurava, o pessoal todo: “Anistia! Anistia!” Aí vieram mais de 300 brigadeiros, foi de uma brutalidade, empurravam para dentro da igreja, pancadas, mas desceram o porrete, acontece que no dia seguinte estava estampado em toda a imprensa nacional o Movimento da Anistia nisso tudo com a brigada. E as luzes do Palácio apagadas na hora, o governador mandou apagar as luzes por conhecimento. Foi uma coisa muito dura. (PERES, 2009)

A neta de uma das integrantes do MFPA-RS lembrou a coragem das mulheres:

Eram mulheres que não se intimidavam, podia ter aparelhamento, podia ter polícia, elas encaravam, encararam aqui a brigada do lado da [Catedral] na Espírito Santo e foram para cima sem medo de apanhar. (...) Foi nesse dia também da “brigadeanada” que tocou a mulherada lá pra baixo, aquilo foi uma humilhação bárbara, eu estava, mas mais longe porque a “vó” não deixava eu ficar muito de pertinho, mas eu estava. (SOUZA, 2009)

Como disse Lícia mais acima, o episódio da missa foi noticiado em alguns jornais no dia seguinte, e reparamos que o número de militares expressado pela memória de Lícia – de 300 – e o do expressado pelos jornais – o de 80 – e a repressão ao ato foi interpretada de forma diferente nos dois recortes que foi arquivado pelo MFPA. A notícia do *Correio do Povo* se posiciona ao lado do MDB, pois contou o episódio a partir da manifestação de repúdio ao acontecido, elaborada pela Executiva Regional do partido de oposição, a narração do acontecido se deu através das palavras do MDB:

Encerrada a missa, o povo aglomerou-se pacificamente diante da Catedral, expressando abertamente os desejos de uma vida de liberdade, onde imperem a justiça e a integração, como fatores fundamentais para uma vida democrática.

Esse povo, no qual contavam-se pessoas da mais alta representatividade no mundo político – parlamentares, ex-ministros, assessores e membros da família, além de líderes trabalhistas e partidários – foi violentamente atingido pela investida de pelotões da Brigada Militar do Estado, que, sob a justificativa de dispersar a multidão, fez gerar um tumulto no qual foram envolvidos deputados federais e estaduais do MDB, vereadores, membros da família Goulart, além de pessoas idosas e crianças, que tiveram sua incolumidade ameaçada pelo ataque injusto dos soldados da Brigada Militar.

O MDB lamenta que os atos tenham sido assistidos, em sua total duração, das sacadas do Palácio Piratini, cuja plateia limitou-se a assistir a agressão, sem tomar qualquer atitude impeditiva. (CORREIO DO POVO, 08/01/1977)

Já o *Estado de São Paulo* destacou em uma reportagem menor sob o título: “Tumulto na missa por João Goulart”, noticiado pela Sucursal de Porto Alegre, de

forma a criminalizar o Movimento espontâneo que se deu ao final da missa. O jornal afirmou que os manifestantes tiveram de ser dispersos pelos policiais, pois “os gritos de ‘Jango, anistia e liberdade’ (...) motivaram a intervenção de cerca de 80 soldados da Brigada Militar. Os PMs não entraram na Igreja, mas usaram cassetetes para dispersar 300 manifestantes.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 07/01/1977)

A ação da Brigada Militar foi motivo suficiente para gerar uma fervorosa discussão entre os parlamentares do MDB e da Arena, na Assembleia Legislativa do RS. Os deputados emedebistas Waldir Walter, Rospide Neto, Carlos Augusto de Souza e Cezar Schirmer além de repudiarem os atos repressivos dos policiais fizeram questão de responsabilizarem o Governador Sinval Guazzelli pelo comando da Polícia Militar, já que seria impossível que aquele pelotão se organizasse para uma ação em frente ao Palácio Piratini, sede do governo estadual, sem o devido conhecimento do governador. Segundo Waldir Walter, um dos motivos pelos quais o governador não impediu, ou até mesmo comandou a ação da brigada militar, estava ligado à audiência que Guazzelli teria com o presidente Geisel naquele início de ano. Rospide Neto narrou os acontecimentos que ocorreram em frente à catedral:

Ao sair da missa, as pessoas que lá haviam comparecido, e ao manifestarem-se com palavras, como o retorno da liberdade à nossa Pátria, como a manifestação, clamando por anistia, e também como uma homenagem póstuma gritavam o nome de João Goulart, pois a Brigada Militar, através de seus integrantes já estava devidamente ali instalada para intervir contra qualquer manifestação quando o povo saía da catedral. (...) sob ordens de um oficial da Brigada Militar, a massa foi dispersa brutalmente, aos empurrões, como se ali reunissem, como se ali estivessem criminosos, malfeitores ou subversivos. (...) Correram, afastaram-se para que não sofressem uma violência talvez maior. Mas, mesmo assim alguns foram vítimas de empurrões. Entre eles, cito apenas dois casos de lamentar: um que foi jogado ao chão, Deputado Federal Magnus Guimarães que, no momento, passava em frente à formação do pelotão comandado para dissolver a massa humana que ali se aglomerava; o outro foi o intelectual, jornalista e escritor Josué Guimarães⁶⁷, que saía junto da família do Ex-Presidente João Goulart, por pouco muito pouco os familiares ficaram impunes da agressão praticada

⁶⁷ O jornalista-escritor foi eleito em 1951 vereador da cidade de Porto Alegre pelo Partido Trabalhista Brasileiro, onde atuou até 1954 e chegou a ocupar a vice-presidência da Câmara Municipal. Após ter estreitado relações com políticos como Getúlio Vargas e Leonel Brizola na década de 1950, o jornalista se retirou do PTB por ter sido impedido por Brizola de fazer algumas ações. No entanto, na década de 1960 Guimarães se doou à campanha da legalidade, dando aparato a Brizola e após o golpe de 1964 esteve com os exilados Jango e Brizola diversas vezes. Ver Moura (2008).

pelos brigadianos. (...) E não foram agredidos jornalistas, outras autoridades ou mesmo os Parlamentares, porque se afastavam. Mulheres, crianças, todos tinham que correr, sob pena de receber uma agressão mais violenta por parte dos brigadianos. (NETO, jan.fev.de 1977, p.29-30).

Em defesa das práticas autoritárias e antidemocráticas o deputado arenista Hugo Mardini se pronunciou acusando os emedebistas de estarem distorcendo os fatos com seus exageros verbais que serviam aos apetites eleitorais. Mardini fez questão de registrar a sua versão arenista do acontecido:

Vivemos em paz, vivemos em tranquilidade, vivemos em ampla liberdade, vivemos o direito de debate à luz das Leis e da Constituição, emanadas do Movimento Revolucionário de Março de 1964. E é necessário que fique bem claro àqueles que não pensam desta forma que esta Revolução é um ato histórico, militar e político, irreversível na vida Nacional; que o Brasil marcha para a (sic) frente; e que a agitação, a contestação, o saudosismo não há de se dar no bojo da agitação de rua, presa fácil de agitadores, profissionais e de comunistas conhecidos, infiltrados, desde os meus tempos de líder estudantil, no trabalho e no propósito de transformar qualquer concentração num ato de violência e num ato de repúdio às instituições brasileiras e republicanas. (MARDINI, jan.fev. de 1977, p.31)

O discurso de Mardini ainda foi endossado por um aparte de Romeu Martinelli que, de forma irônica, colocou o desafio: se houve violência física que aparecessem os feridos, pois caso contrário não teria havido violência, era uma questão de demagogia. Ao que Waldir Walter rebateu: “é preciso sangue, é preciso haver fraturas, é preciso haver gente hospitalizada...” (p.32) e Martinelli respondeu: “Exatamente, a violência deve ser materialmente provada.” (p.32) O deputado Waldir Walter não se intimidou e seguiu a defender os princípios de liberdade, sendo rebatido por Guido Moesch (ARENA) que voltou na ideia de que “o MDB está se notabilizando por sua tática de mistificar a verdade, de engodar e enganar a opinião pública.” (MOESCH, jan.fev. de 1977, p.33)

É interessante notar que essa discussão foi possível talvez por aquela sessão ser presenciada apenas pelos “autênticos” do MDB, pois os moderados, incluindo o Presidente Estadual, Simon, não compareceram nessa sessão. Martinelli ainda atentou para as contradições que deixavam transparecer os “autênticos”:

Ao mesmo tempo em que pregam a democracia; ao mesmo tempo que pregam o Estado de direito, a liberdade ampla e total, cultuam a memória e o ideário político do finado Getúlio Vargas, o maior ditador brasileiro de todos os tempos. E ainda, lhes prestam homenagem permanente, através de portentosa fotografia existente na sala da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro. Defendem a democracia e cultuam a memória do maior ditador de todos os tempos. Ao mesmo tempo que preconizam eleições livres, nas tribunas, nos comícios, na Imprensa escrita e falada, endeusam o mesmo líder morto, que suprimiu todos os pleitos eleitorais, no País, nos Estado e no município. Ao mesmo tempo que condenam a censura parcial estabelecida pela Revolução de 1964, esquecem que Getúlio Vargas sufocou a imprensa brasileira, através do famigerado DIP. (...) E mais: ao mesmo tempo que nas tribunas, jornais e comícios se dizem defender a reforma agrária, prestam homenagem, em sua vida e morte, ao maior latifundiário de todos os tempos, em nosso País, o finado ex-presidente João Goulart. (MARTINELLI, jan./fev. de 1977, p.36-7)

Neste momento da discussão, o Deputado Carlos Augusto de Souza, em defesa do MDB, acusou o Deputado Martinelli de estar deslocando o foco da discussão e acrescentou que o deputado Martinelli era um ex-petebista, e que nutria discórdia contra seu fundador Vargas, pelo fato de ter sido expulso daquele partido. Augusto de Souza afirmou que nenhum deputado arenista seria dotado de autoridade para criticar Vargas, pois eram do partido que defendia o estado de exceção. O arenista Antonino Fornari investiu novamente em uma resposta ao emedebista, e Martinelli apoiado pelo colega Hugo Mardini se colocaram ofendidos por Augusto de Souza que contou com o apoio de Cezar Schirmer. Entre críticas, contradições, afirmações, provocações, os deputados travaram uma discussão quase que infinda e que foi salientada não apenas na Assembleia Legislativa, como no Legislativo municipal.

Na Câmara Municipal de Municipal de Porto Alegre, o Vereador Glênio Peres (MDB), eleito com 11.478 votos pela sociedade porto-alegrense, iniciou seus trabalhos em janeiro de 1977 evocando a especificidade daquele ano que começava, instituído pela Anistia Internacional como o Ano dos Direitos Humanos:

Auguro que os brasileiros encontrem o verdadeiro espírito cristão, que não dividam as pessoas segundo os seus ideais políticos. Estamos na expectativa de que não tenhamos que esperar até o Natal; vamos começar hoje, no começo do Ano Internacional dos Direitos Humanos, não prendendo mais, não exilando mais e não matando mais. Vamos trabalhar para termos um País de liberdade, fraternidade e amor, para sermos dignos da grandeza da Pátria que o destino nos deu! (PERES, 05/01/1977)

O vereador, marido de Lícia Peres, demonstrava ter muitos projetos para romper com o autoritarismo no ano de 1977. Ele não contava com a possibilidade de ser enquadrado no AI-5 e como consequência ter seu mandato cassado, manteve seus discursos no nível de provocação para com o partido situacionista e, além disso, se jogava à sorte ao executar ações políticas ao lado das mulheres do movimento pela anistia. Diante do ocorrido na missa em homenagem a Jango, Glênio afirmou aos seus colegas que:

Neste ano internacional dos direitos humanos que, para Porto Alegre começou muito mal, começou com a Polícia Militar atacando o povo desarmado ao final da solenidade religiosa na Praça da Matriz, ao lado do Palácio Farroupilha, de cuja sacada, membros do Governo assistiam à incompreensível ação militar contra a população desarmada que, afinal, apenas gritavam por anistia e liberdade, duas condições essenciais para que se possa bem exercer a nacionalidade. Mas como os dispositivos estavam armados sobre a própria realização da missa, é de supor-se que se o povo gritasse por feijão e melhoria de salário-mínimo, teria apanhado. É este o quadro geral em nosso País. (PERES, 12/01/1977)

Apesar de provocativo não foi esse discurso que o cassou e nem mesmo o do dia 31 de janeiro de 1977, quando Glênio participava da sessão solene de posse dos eleitos em novembro de 1976, embora fosse desafiador e muito contundente o *Discurso na Terra do Silêncio*. Os discursos, as ações, as atitudes de Glênio dentro da oposição até poderiam ser reprimidas e certamente depois de anos de vigilância dos arenistas sobre os emedebistas em algum momento oportuno as denúncias serviram para lhes puxar o tapete. Diante de todas essas questões a razão pela qual foi efetivada a cassação do mandato de Peres⁶⁸ estava ligada à maioria da oposição na Câmara Municipal de Porto Alegre, esse foi o motivo que levou os direitos políticos de Glênio Peres serem cassados por dez anos no dia dois de fevereiro de 1977. Das vinte e uma cadeiras destinadas aos vereadores eleitos, o MDB conseguiu quatorze delas e isso significava uma vitória de dois terços do total na Câmara, o suficiente para barrar ou validar os projetos. Na Assembleia Legislativa os deputados emedebistas Waldir Walter, Carlos Augusto de Souza e Lélío Souza se pronunciaram frente à cassação e voltaram a questionar as condições do jogo

⁶⁸ Em anexo a lista dos mandatos cassados dos gaúchos a partir do golpe de 1964 até 1978.

político e da validade democrática. A vitória do MDB se orientava não apenas pela conquista do Legislativo, mas demonstrava o repúdio dos cidadãos de Porto Alegre às práticas exercidas pelo governo militar, Glênio consciente da condição emedebista enquanto maioria esclareceu no seu discurso:

Porque agora, senhor prefeito municipal, senhores secretários, senhores vereadores, povo da minha cidade, agora a oposição tem maioria de 14 votos. (...) É para falar que fomos eleitos; é para discursar que fomos escolhidos; é para protestar que estamos aqui assentados; é para proclamar a nossa vontade, na medida da nossa convicção e na razão direta da consciência cívica que tivermos; (...) Esta é uma Casa política para dizer que os municípios do Brasil, que os municípios do Rio Grande do Sul estão sendo sugados, estão sendo estiolados. (...) Esta é uma Casa, senhor presidente, para falar dos buracos da rua; esta é uma Casa para falar da falta de luz, mas esta é uma Casa também para falar da ausência de liberdade. (...) Nós chegamos aqui 14, gritando como 14, trabalhando como 14 e vamos chegar até o fim deste mandato. (PERES, 2008, p.42-6)

Para a infelicidade do MDB e dos seus eleitores não foi possível nem iniciar o mandato com os quatorze opositores na Câmara, e ainda: o quinto vereador mais votado Marcos Klassmann (12.118 votos), presidente do Setor Jovem Metropolitano do MDB e com uma grande adesão da juventude, especialmente a secundarista⁶⁹ (REIS, 2001, p.91), foi cassado no discurso em que se solidarizou com Glênio. Antes de seu mandato ser cassado Klassmann assumiu no lugar de Glênio a liderança do MDB na Câmara e na oportunidade expôs seu lamento:

O Ver. Glênio Peres foi cassado, no entendimento do MDB, para impedir que o MDB governasse, junto com o Prefeito nomeado de Porto Alegre. Foi cassado para impedir que se tivesse mais uma voz a clamar a luta pela liberdade, a exigir respeito pelos direitos humanos. (...) Todos nós sabemos que o Ver. Glênio Peres, por sua combatividade, pelo seu desprendimento pessoal, foi cassado sobretudo para deformar o resultado eleitoral, sobretudo para negar a dois terços da população de Porto Alegre o direito de administrar esta cidade. (KLASSMANN, 09/02/1977)

Pelos mesmos motivos Marcos Klassmann não chegou a usufruir do seu mandato e foi cassado treze dias depois do companheiro emedebista. O MDB perdeu a possibilidade de aprovar seus projetos para a capital e de vetar os

⁶⁹ De acordo com Reis (2001) o bairro de origem do jovem vereador era o IAPI na zona norte de Porto Alegre, neste local Klassmann conseguiu mobilizar a comunidade escolar do Colégio D. João Becker.

arenistas. No entanto, as cassações não vetaram a função política dos dois vereadores. Suas afinidades ideológicas embasadas na coerência foram instrumentalizadas para outros meios, objetivando continuar seus trabalhos políticos em prol da liberdade e dos Direitos Humanos. Assim, esses dois homens se tornaram grandes parceiros do MFPA-RS, como relatou Klassmann:

Recusamos a condição de cassados e a disciplina de reclusão cívica. Transformamos a esquina da Borges com a rua da praia em palanque permanente. Ali ajudamos a auto expressão do movimento de mulheres, colaboramos com a campanha da anistia e fizemos vários enterros simbólicos dos ditadores. (...) A Anistia mobilizava o Glênio todo o tempo [ele] não saía mais do aeroporto. Recebia os exilados e banidos, organizava as entrevistas coletivas, entrava nos vôos que faziam apenas escalas em Porto Alegre, para saudar os exilados de outras regiões, e falava, falava pela cidadania em regojizo pelos Flávios – o Koutzi, o Tavares e a Schilling, que voltavam vivos, para a nossa felicidade. (PERES, 2008, p.82)

Por toda a efervescência que a campanha de Klassmann provocou junto à juventude com mobilizações panfletárias, e até mesmo com detenções da polícia e restrições às suas ações, era de se notar que o jovem vereador causou impacto com sua passagem pelas eleições de 1976. A irreverência de Klassmann repercutiu até mesmo na Assembleia Legislativa, onde o Deputado arenista Guido Moesch teceu alguns comentários:

O nobre Deputado Pedro Américo Leal [ARENA] denunciou, já há dias, a maneira comunista como o mesmo está empreendendo sua campanha. A Arena e a sua Direção pensavam que a Direção Regional do MDB, sentindo subversiva a campanha deste candidato e que deveras conflituava com os mais elevados propósitos que nos levaram a desencadear tal campanha por todo o Estado chamaria à ordem o Sr. Marcos Klassmann. No seu panfleto, fartamente distribuído, “vote contra o Governo”, ele se volta claramente contra seu próprio Partido, dizendo que o MDB, em seu comportamento, tem ficado, na maioria das vezes, longe do que se poderia esperar de um Partido de Oposição. (...) sob a epígrafe “vote contra o governo”, onde ele abertamente prega a luta de classes, querendo atirar os mais pobres contra os mais ricos. Vai mais além: prega, também, abertamente, a luta sindical. Numa época em que vivemos em harmonia, em concórdia, em compreensão na área sindical, este candidato do MDB prega abertamente, a luta sindical, e por isto mesmo acreditamos que a sua propaganda é abertamente subversiva. (MOESCH, Nov. de 1976, p.03)

De acordo com as vozes dos arenistas é compreensível notar a combatividade dos vereadores emedebistas que faziam fluir uma corrente mais à

esquerda dentro da frente oposicionista. A inconformidade pelas cassações foi registrada no livro ata do MFPA-RS, o afastamento de Glênio foi lamentado visto que a ele “se devia o êxito inicial do MFPA no RS” (MFPA-RS, Ata nº5, 12/06/1977). Também foi sentida a cassação do mandato do jovem Marcos Klassmann complementando que “o arbítrio governamental é estímulo para que o movimento continue sua árdua luta, visando a liberdade de todos os brasileiros viverem em sua própria Pátria” (MFPA-RS, Ata nº5, 12/06/1977). A esposa de Glênio, vice-presidente do MFPA-RS, registrou na reunião o seu agradecimento às companheiras posto que naquele momento de grande dificuldade se mostraram solidárias a ela e ao marido.

Entre as lideranças do movimento feminino gaúcho estavam mulheres que já faziam parte de um grupo político que tinha estreitas relações partidárias com o trabalhismo gaúcho, e que por ora estavam engajadas ao MDB, e também tinham relações de parentesco e amizade com o ex-governador do Estado, Leonel Brizola. A esse respeito é importante destacar que:

1) Embora as relações do MFPA-RS parecessem muito estreitas com alguns políticos filiados ao MDB, a prioridade da anistia não era considerada pela maioria emedebista, e menos urgente ainda pelo Presidente Estadual, Pedro Simon⁷⁰, que andou lado a lado com a representante do MFPA-RS apenas na campanha de 1976 sem esclarecer diretamente o seu apoio àquele movimento, Simon não tinha interesse em dividir a arena política com antigos líderes – como Leonel Brizola, tanto que após a pluripartidarismo o líder do MDB (esteve na presidência do diretório estadual do MDB gaúcho de 1969 a 1979) propôs a aliança dos emedebistas com os trabalhistas de Brizola para formarem um único partido. A ideia foi rechaçada e Simon assumiu a nova legenda PMDB.

2) Dentre os emedebistas que compunham a mescla partidária que formou o MDB, os que apoiaram fervorosamente a luta pela anistia, geralmente, tinham origem trabalhista (este trabalhismo está associado ao PTB), com exceção dos mais jovens que começaram a militar já depois do golpe e que por isso não tinham relações com

⁷⁰ Ver mais em DHBB, verbete Pedro Simon. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>

os partidos extintos. O casal Lícia e Glênio⁷¹ servem de exemplo, na medida em que passaram a se dedicar à política em meados de 1960, e em 1975 faziam parte do IEPES que integrava uma ala mais radical entre os emedebistas. Neste mesmo partido era possível que os setores mais radicais, como o Jovem e o Trabalhista (este setor estava mais ligado ao sindicalismo e não deve ser confundido com o trabalhismo petebista), sofressem com uma oposição dentro do próprio partido que contava com quadros mais conservadores a ponto de servirem como conciliadores com os arenistas.

3) O MFPA-RS surgiu em um momento especialmente favorável ao partido de oposição por dois motivos: 1) a esquerda que até 1970 boicotava as eleições como tática de resistência ao processo eleitoral criado pela máquina repressiva, passa desde 1974 a reforçar à oposição⁷², mesmo que esta se caracterizasse por ações moderadas, essa guinada ao MDB se intensificou até o retorno do pluripartidarismo; 2) embora a esquerda tecesse críticas à resistência passiva do MDB, às líderes do MFPA-RS foram politizadas dentro da política partidária tradicional e pelo menos durante os três primeiros anos parecem demonstrar certo interesse em fazer parte do partido, como uma extensão, como um setor, junto aos já existentes. Isto se torna paradoxal se comparado com o comportamento dos demais movimentos sociais que começam a tomar forma a partir de 1975, e que prezam pela autonomia em detrimento de um possível atrelamento partidário.

É importante perceber que mesmo que o MFPA-RS tenha ampliado os espaços da política, e tenha cumprido ações fora das instituições formais, havia uma tensão entre agir autonomamente ou dentro dos espaços reconhecidos. Aí se confundem velhas práticas políticas dentro de uma conjuntura de formação de novos sujeitos sociais, os quais clamavam por liberdades e tentavam se utilizar de instrumentos de mobilização que se diferenciem dos já conhecidos. As

⁷¹ Glênio foi eleito pela primeira vez com 1.050 votos de 1964 a 1967 pela bancada do MTR (Movimento Trabalhista Renovador). PERES, 2008, p.34.

⁷² Ver nas tabelas comparativas das eleições de 1966 a 1978 em Moreira Alves (2005, p.240-241) o crescimento do MDB em relação ao período das organizações de esquerda (as quais não aceitavam o sistema eleitoral imposto pela ditadura), e após a degradação das organizações quando a única via de se opor ao regime era de forma legal, e por isso o crescimento do apoio nas urnas.

características apontadas por Sader (1988) para definir os novos sujeitos dos movimentos sociais da década de 1970 estariam na capacidade de reelaborar práticas políticas num cotidiano que passasse a explorar outros espaços, que não os já existentes em que estivessem passíveis de serem cooptados.

É possível comprovar essa tensão a partir de um Manifesto de interesse interno do MDB, elaborado em março de 1977, em que o MFPA-RS assina junto com setores do MDB e que associado a este – ou seja, se abstendo de autonomia – lançou críticas aos emedebistas mais moderados e imobilistas, por estes exercerem uma “velha prática cupulista”, impedindo que se cumpra a real posição política de oposição com “coerência de postura política”. Objetivando participar da Convenção do Diretório Metropolitano de Porto Alegre, o grupo oposicionista se caracteriza:

Nosso movimento distingue-se e discorda frontalmente da atual diretiva municipal por sua falta de coerência e não cumprimento do programa partidário consubstanciados, fundamentalmente: na falta de um trabalho que incentive a participação política das bases e, principalmente, que sejam estas o nível decisório último do Partido; no comportamento eleitoral que só busca um mínimo de participação popular nos períodos eleitorais esquecendo os interesses e as reivindicações cotidianas dos setores sociais que confiam seu voto ao MDB; na ausência total de mobilização da diretiva metropolitana na defesa dos últimos companheiros cassados; no abandono da luta pelas liberdades democráticas, pela liberdade sindical e pela ampla e irrestrita anistia a todos os exilados e presos políticos; na falta de uma linha política definida que oriente a ação conjunta dos vereadores e as frentes de trabalho do Partido nas questões táticas e específicas da capital; na inexistência de uma vida política orgânica e partidária, ou seja, uma imprensa sistemática, um debate constante e aberto, conferências e seminários, cursos de formação de militantes; e fundamentalmente, na ausência de uma democracia interna nos órgãos partidários onde as decisões de cúpula ou pessoais solapam e esterilizam qualquer tentativa de maior participação nos níveis decisórios incapacitando o partido a responder atos arbitrários do governo ou crises conjunturais onde a resposta firme e decidida pode alterar o curso dos acontecimentos. (...)

Vinculamos e defendemos os interesses daqueles setores sociais mais representativos do movimento oposicionista brasileiro: os trabalhadores, os estudantes, os intelectuais e os assalariados em geral. (...)

Membros da Comissão de Campanha/1976; Direção do Conselho do Setor Jovem Estadual; Membros do Setor Jovem Metropolitano; Movimento Feminino pela Anistia; Membros do Setor Trabalhista; Membros da Assembleia Geral do I.E.P.E.S; Grupos Universitários da U.F.R.G.S. em que o Movimento Oposicionista de Porto Alegre critica (Manifesto ao Movimento Oposicionista de Porto Alegre - MDB, março de 1977)

O sentimento de pertencimento ao MDB também apareceu em um telegrama enviado ao Deputado Federal Alceu Collares, em que o MFPA-RS cobrou o Deputado por este não ter chamado atenção para a ausência do Setor Feminino do MDB-RS e do Movimento Feminino pela Anistia do RS em simpósio realizado em Brasília. Logicamente que esse sentimento se dá entre as lideranças (Mila e Lícia) que são filiadas ao MDB, que eram as mulheres que acabavam exercendo as ações de diálogo como representantes do MFPA-RS.

Em Brasília, o parlamento foi dispensado de forma inesperada em abril de 1977 (desde 1969 o ditador não recorria a essa medida). O recesso expedido por Geisel foi a consequência da reprovação pelo Congresso, sobretudo pelo reforço dos emedebistas, de uma Emenda Constitucional. O planejamento do governo Geisel de executar as reformas marcaram um retrocesso na liberalização o que causou um desconforto entre a oposição e insegurança na sociedade civil. O chamado “Pacote de Abril”⁷³ foram medidas, sobretudo eleitorais, impostas pelo ditador-militar Geisel, as quais não obtiveram a aprovação do Congresso. Após a tentativa de aprovar a Emenda Constitucional nº7, relativa a reformas no Judiciário, a qual contava com a reprovação explícita do MDB fez campanha para a sua reprovação, no dia seguinte Geisel optou pelo fechamento tanto da Câmara de Deputados como do Senado. O contexto de abril de 1977 aparece na narração de Geisel, que seguiu defendendo a medida:

Era preciso fazer alguma coisa, providenciar uma reforma no Poder Judiciário. (...) Antes disso, conversei com Petrônio Portela, e ele foi se entender com a oposição, que se mostrou, de certa maneira, favorável ao projeto (...) **Não havia ali nada que se relacionasse com a revolução, nem com matéria partidária. Era uma medida que, realmente, podia trazer grande benefício ao país.** Contudo, na votação, eram necessários dois terços dos votos, e nós não tivemos esses dois terços. A oposição votou contra. Assim, não haveria reforma do Judiciário. Qual era a solução que eu tinha?

⁷³ Dentre os dispositivos estavam: eleições indiretas para governador; o número de deputados na Câmara passaria a ser relativo a população e não aos eleitores (o que aumentava o número de representantes do Nordeste, visto que lá a Arena era mais forte); Nas eleições para Senador a substituição de dois terços dos membros não seria preenchido por voto indireto, ao invés do popular, ficaram conhecidos como os “senadores biônicos”; o mandato do presidente da República foi alterado para seis anos. Ver mais sobre as Emendas promulgadas e as modificações em Moreira Alves.

Pensei muito e achei que era um desafio da oposição. **Era uma demonstração de força usada em detrimento do real interesse da nação.** Eu também estava preocupado em permitir que o meu sucessor pudesse governar em melhores condições. Uma dessas condições estava ligada à eleição dos governadores, em 1978. Eu vinha matutando como isso podia ser feito. Em vez de voltar ao voto direto, eu achava mais conveniente manter o voto em dois níveis. **A única maneira de fazer isso era realmente através de um ato de força.** Creio que o problema da reforma do Judiciário me incentivou a fazê-lo de uma vez e então juntei as duas matérias. Para realizar a reforma e atender ao problema de viabilizar o novo governo, resolvi colocar o Congresso em recesso e baixar um novo ato que a oposição chamou de "pacote de abril". Há nele muita coisa que hoje em dia pode ser criticada, mas eu tinha reais motivos para fazer o que fiz. Fez-se a reforma do Judiciário, que, entretanto, não deu os resultados que se esperava, mas o general Figueiredo pôde levar avante o problema da abertura, até chegar a dar a anistia. (CASTRO; D'ARAÚJO, 1997, p. 472-74. Grifos nossos)

Enquanto Geisel optou pela medida de força por entender este como o único caminho (como se ultrapassar o campo jurídico fosse a escolha mais acertada), sem nenhuma relação com a ditadura, sem nenhuma relação com a Arena, somente por benefício da nação e de real interesse da mesma, de acordo com Moreira Alves o "Pacote de Abril" fixou os "limites da distensão e as bases para a continuação do processo de institucionalização do Estado." (2005, p.234).

Apesar deste retrocesso a oposição não foi freada e o planejamento do MFPA não foi interrompido. Pelo contrário, ações "além fronteiras" foram executadas, especialmente pelo movimento nacional, como em junho de 1977 durante a vinda da primeira-dama Rosalyn Carter dos Estados Unidos da América ao Brasil, representando o presidente Jimmy Carter. A viagem já estava agendada para tratar das relações Brasil-EUA e assuntos envolvendo os Direitos Humanos e a energia nuclear. A presidente nacional do MFPA, Therezinha Zerbini, se adiantou e seguiu para Brasília na intenção de entregar uma carta à primeira-dama norte-americana. O objetivo foi alcançado, apesar do tumulto que os seguranças fizeram quando perceberam a presença de Zerbini, esta burlou o aparato, fazendo-se passar por jornalista, mesmo não tendo credencial. Segundo Duarte (2009) essa ação pode ser considerada como uma estratégia para dar maior visibilidade ao Movimento, já que se pressupunha o impacto que este fato teria na imprensa que estava presente em Brasília.

No estado gaúcho as mulheres em reunião, registrada em ata pelo MFPA-RS, realizaram uma nova eleição interna, o que não significou alteração no quadro de lideranças. A presidente Mila Cauduro reiterou que continuaria empenhando seus esforços até que fosse alcançada a “anistia ampla e irrestrita”. A Anistia que as mulheres clamavam, mesmo depois das cassações, estava muito relacionada ao retorno dos exilados. A ideia de exigirem a volta dos brasileiros e o direito dos mesmos de viverem no seu próprio país foi intensificada após a morte de Jango, e sofreu imenso reforço, a partir de 1978, diante da questão dos gaúchos presos no Uruguai (Flávia Schilling e Flávio Tavares) e na Argentina (Flávio Koutzii)⁷⁴.

No mês de agosto de 1977, este bem movimentado como nos últimos dois anos, a Comissão Central se dirigiu ao presidente da OAB-RS exaltando os 150 anos da Lei que regularizou o curso de Direito no Brasil, e na oportunidade as mulheres manifestaram “a grata esperança de merecermos uma palavra de solidariedade de V.Exa. a favor deste movimento cristão apartidário, desta luta de paz, visando o bem dos brasileiros, numa terra de irmãos.” (ZERO HORA, 12/08/1977)

Durante o Congresso de Vereadores na Bahia, a pedido do MFPA-RS, o vereador de Santana do Livramento (RS), ex-preso político e advogado, Carlos Araújo, se fez presente no nordeste levando consigo a mensagem da “luta pela reconciliação da família brasileira, luta de paz, de amor justiça e à liberdade” (MFPA-RS, 11/08/1977).

Ainda neste período surgiam especulações de que um civil poderia ser indicado para a sucessão presidencial, o que deu esperanças a alguns opositoristas. O Senador Lauro Rodrigues (MDB), apoiador do MFPA, declarou que se Magalhães Pinto, senador arenista e um dos golpistas de 1964, fosse mesmo candidato à eleição indireta não significaria grandes modificações, e que não ficaria surpreendido se outro militar fosse indicado para a sucessão. Por outro lado, na interpretação do emedebista, a ‘revolução’ estava “recuando cada vez mais no terreno do estado de direito, das liberdades individuais e da redemocratização brasileira.” (CORREIO DO POVO, 12/08/1977).

⁷⁴ Ver mais sobre esse assunto no Capítulo 2.

Na passagem do vigésimo terceiro ano do falecimento de Getúlio Vargas, parlamentares e seguidores da personalidade política foram até a pedra símbolo da sua carta-testamento, que homenageia o ex-ditador e presidente gaúcho para evocar a memória de Vargas. Os emedebistas que marcaram presença foram o Secretário Geral do MDB gaúcho, Deputado Romildo Bolzan, o Presidente do Diretório Regional do MDB, Deputado Pedro Simon, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Nivaldo Soares, o Vereador Wilson Arruda e a senhora de oitenta e três anos, Ercília Avelar de Magalhães, uma fiel seguidora da figura política de Vargas que revelou durante o ato que duas vezes por ano levava flores ao monumento, no dia 19 de abril data de nascimento, e 24 de agosto data da sua morte (FOLHA DA MANHÃ, 25/08/1977). A presidente do MFPA-RS Mila Cauduro também compareceu e leu uma mensagem para o público assistente na perspectiva de que:

A memória do imortal presidente Getúlio Dorneles Vargas, cujo instinto de paz e de grandeza (...) é um evangelho para todos nós. (...) se aqui nos reunimos, todos os anos, é para nos fortalecermos, com o exemplo dos que tombaram, e assegurarmos que a luta pela libertação do trabalhador brasileiro continua. (MFPA-RS, 24/08/1977)

O monumento foi coberto por uma coroa de flores e a luta pela constituinte foi citada no entendimento de que o povo devia participar e que a ideia proposta pelo MFPA-RS de reconciliação da família brasileira deveria continuar se espalhando. Na Câmara Municipal os discursos proferidos nesses dias de agosto priorizavam a memória de Getúlio Vargas, e quando se falava em retorno às liberdades democráticas às propostas pareciam bem mais ponderadas que na Assembleia Legislativa. Esta ideia pode ser comprovada numa das falas do Vereador Ibsen Pinheiro (MDB) que na primeira quinzena de setembro de 1977 esclareceu o seu entendimento do significativo de anistia como condição para o “reencontro do Brasil com o estado de direito”.

Gostaria de lembrar o sentido da anistia – ato por excelência generoso, político, destinado ao futuro mais do que ao passado. Na hipótese do Brasil destes dias significaria não apenas um ato de generosidade para com os políticos da Oposição, mas significaria, também, **a reciprocidade** necessária

na compreensão de que **todos os agravos devem ser esquecidos na intenção da reconstrução nacional.**

Não serão apenas os políticos da Oposição, eventualmente impedidos de participar da vida pública, **os beneficiários da anistia, seriam em primeira instância, também muitas pessoas ligadas ao esquema do poder.** A anistia se destinaria não somente àquelas pessoas mais obviamente identificadas, mas também se destinaria àqueles que de 1964 para cá, por seu comportamento, se inscrevera, todos nós temos a plena convicção, em faixas de duvidosa legalidade. A anistia, ampla e generosa, seria, por consequência, destinada àquelas pessoas que se tornaram por uma ou outra razão, devedoras de uma eventual cobrança, futura. (PINHEIRO, 12/09/1977)

Embora a posição do vereador seja lamentável, a temática da reciprocidade entrou na discussão, o assunto até então tinha sido pouco sugerido ou explorado e que entraria no debate dos movimentos pela anistia com mais profundidade apenas em 1978.

Na Assembleia Legislativa o Deputado Carlos Augusto de Souza ocupou a tribuna em agosto de 1977 para transmitir uma nota oficial do MDB sobre os acontecimentos referentes ao ato estudantil que reuniu cerca de duas mil e quinhentas pessoas no dia 23 daquele mês, em Porto Alegre. A juventude e os jornalistas que registravam o ato pacífico foram novamente reprimidos pela Brigada Militar durante uma manifestação estudantil que marcou o “dia nacional de luta”. O MDB julgou pertinentes as ações estudantis que almejavam o fim do estado de exceção. Afora os trinta e dois estudantes presos, e muitos espancados durante a manifestação, mais três estudantes foram presos em frente à Faculdade de Direito um dia depois do ato sem motivo aparente. Novamente o partido oposicionista responsabilizou o governador gaúcho Sinval Guazelli “pelos atos de violência verificados, bem como pelo esbulho praticado contra os direitos de reunião e livre manifestação de pensamento.” (SOUZA, agosto de 1977, p.507). O Deputado ainda lamentou as posições dos arenistas presentes, que se manifestaram contra os atos estudantis caracterizando-os como uma “minoría comunista a serviço da agitação”(Idem), e reiterou que o desejo do retorno ao estado de direito era compartilhado por instituições legítimas da sociedade brasileira como o clero, a OAB, a ABI e o empresariado.

O “Dia Nacional de Luta” como foi nomeado pelos movimentos que regeram os atos pelo país, teve como consequência em Porto Alegre a situação descrita pelo deputado emedebista. As ações foram orquestradas pelos estudantes do DCE-Livre São Carlos, DCE-Livre da USP, DC UnB, DCE PUC SP, DCE Católica MG, DCE Bahia, DCE Londrina, DCE Federal Fluminense, DCE PUC RS e DCE UFRGS. Dentre a pauta de reivindicações estava a “anistia ampla e irrestrita” descrita nos panfletos distribuídos para a população, que circulou ao redor da Praça Raul Pilla, epicentro da manifestação que já havia sido sitiada pelos militares em maio de 1977. Em defesa às manifestações estudantis os emedebistas João Carlos Gastal e Waldir Walter apoiaram, na tribuna, o colega Carlos Augusto de Souza.

O Presidente do Setor jovem do MDB do RS, Paulo Ziulkoski recebeu os cumprimentos do Comitê Central do MFPA-RS pelas suas declarações favoráveis pelas liberdades e pelos direitos humanos. No início de setembro foi publicada uma declaração equivocada de Sereno Chaise, ex-prefeito de Porto Alegre, que sugeriu aos cassados se doarem ao silêncio e ausência em troca da abertura democrática. O grupo do MFPA-RS desaprovou a declaração divulgando notas que foram publicadas no *Jornal do Comércio* e na *Zero Hora*. A Comissão Central defendeu que para a pacificação na nação deve-se recorrer à anistia ampla e não ao sacrifício dos cassados, dos atingidos.

Em setembro de 1977, Brizola e seus familiares foram expulsos do Uruguai⁷⁵. Lygia visitou Leonel e transmitiu os agradecimentos do ex-governador às

⁷⁵ De acordo com o verbete Leonel Brizola: “Em artigo publicado no *Jornal do Brasil* em 25 de setembro, o jornalista Carlos Castelo Branco fez a seguinte avaliação do episódio: ‘Não se deve insinuar, salvo na base de provas, qualquer participação brasileira na decisão do presidente Aparício Mendez. Não há dúvida, porém, de que a presença [de Brizola] no país vizinho era motivo de preocupação continuada das autoridades militares. A causa dessa preocupação era uma só: a persistência do prestígio eleitoral do sr. Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Havia uma romaria de visitantes ao ex-governador gaúcho e a caravana engrossava nos períodos eleitorais, quando uma visita a Brizola poderia render votos nos redutos do antigo PTB... O que não estava previsto foi o que se deu: a opção pelos Estados Unidos e a decisão do governo americano de acolher seu antigo adversário em nome da política de defesa dos direitos humanos e de um tratamento humanitário dos refugiados internacionais... Eliminou-se um problema localizado no extremo Sul, mas criou-se em seu lugar um problema político de maiores repercussões para o Brasil. O sr. Leonel Brizola cresceu em cena e reconciliou-se com o governo dos Estados Unidos, reconhecendo erros recíprocos e declarando-se social-democrata e ocidentalista, como um político qualquer da civilizada Europa do

demais companheiras ressaltando sua expectativa: “a esperança de que através deste movimento, possa, em breve, retornar com sua família, ao Brasil” (MFPA-RS, Ata nº6, 06/12/1977)

Em outubro o Comitê Central do MFPA pediu ao Cônsul dos EUA no RS, Alfred Roger Barr, que levasse ao presidente Jimmy Carter as esperanças de esta nação ter acolhido ex-governador Leonel Brizola que foi expulso do Uruguai e passou a viver em Nova Iorque. A mensagem foi enviada para a Embaixada Americana em Montevideú, igualmente.

Em um evento promovido pelo MDB, no qual todos os prefeitos eleitos por esta frente no Rio Grande do Sul se fizeram presentes, o MFPA-RS pediu a atenção e se possível intervenção dos presentes na convenção para a greve de fome que se realizava na Penitenciária Feminina Talavera Bruce⁷⁶, no Rio de Janeiro, que chegou a 20 dias de duração. No documento o MFPA-RS relatou que as mulheres agiram por desespero condizente com as suas situações, e que sofreram ainda mais represálias pelas autoridades. Diante do fato, o MFPA-RS se solidarizou publicamente, clamando pelo respeito às mulheres, por anistia e pelos Direitos Humanos.

Os Direitos Humanos passaram a ser mais citados pelo MFPA-RS, no ano de 1977, reforçando a campanha internacional do Presidente Jimmy Carter eleito no final do ano anterior com a promessa de investir seus esforços para o cumprimento dos Direitos Humanos. As arbitrariedades foram salientadas pelas mulheres do MFPA-RS quando da divulgação de uma lista contendo noventa e sete nomes de pessoas, às quais estariam sendo classificadas como “nocivas à sociedade”.

Centro-Norte e, como qualquer deles, adversário dos regimes militares.’ Assim, ‘surgiu em Nova Iorque a figura de um opositor ao governo militar brasileiro, amparado pela política de direitos humanos do presidente Carter e apto a fazer a apologia dessa política e sua difusão por todos os Estados Unidos’.” (DHBB, verbete Leonel Brizola, Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>)

⁷⁶ De acordo com Greco as greves de fome realizadas pelos presos políticos faz com que estes acumulem “força e experiência de luta, consolidam a ligação com as entidades de Direitos Humanos e chegam a estabelecer vínculos entre os diversos presídios políticos do país.” Este tipo de apelo foi realizado em diversos presídios do Brasil durante toda a década de 1970. Ver em Greco (2003, p.244-46)

O dia seis de dezembro de 1977 foi lembrado pelo MFPA-RS como um dia que deveria prestar homenagem ao primeiro ano de falecimento de Jango. O movimento gaúcho novamente estampou nos jornais um convite para a missa que seria proferida por Dom Antônio Cheuche, na mesma Catedral que recebeu os presentes no início daquele ano e que foram reprimidos pela política militar do RS. O convite, que se direcionava aos trabalhadores e a “mocidade estudantil”, foi acompanhado por uma nota direcionada “ao povo em geral” assinada pelos Diretórios Regional, Metropolitano do MDB junto aos seus setores Jovem, Feminino, Trabalhista e IEPES.

O grupo gaúcho recebeu Dom Paulo Evaristo Arns que esteve no RS para participar como conferencista, tratando de tema sobre “perspectivas da sociedade brasileira” no Ciclo Estudo dos Problemas Brasileiros, presidido pelo deputado Aldo Pinto (MDB). O MFPA-RS acompanhou a chegada do cardeal e sua coletiva de imprensa, já que este representava a luta pelos Direitos Humanos no Brasil. A presidente Mila Cauduro, acompanhada de duas companheiras do Comitê Central, disse ao Cardeal que tinha a esperança que o espírito natalino daquele final do ano de 1977 sensibilizasse as autoridades, fazendo com que estas concedessem anistia ampla aos presos políticos. E ainda: as esperanças eram alimentadas pelo fato de o presidente ser um gaúcho, e que desta forma a reconciliação brasileira partiria deste. Embora já se passassem mais de dois anos de trabalho do grupo feminino, a líder Mila continuava apelando às autoridades governamentais e pedia a contribuição dos brasileiros.

Mila Cauduro comentou com Evaristo Arns que estava sendo articulada uma reunião a ser realizada em dezembro de 1977, em São Paulo, com representantes de todos os núcleos estaduais do MFPA. Após terem recebido Dom Evaristo Arns em Porto Alegre no início de dezembro de 1977, foi a vez das lideranças do MFPA-RS se dirigirem à capital paulista. Atendendo ao convite do Movimento Feminino do MDB-SP, Mila Cauduro proferiu palestra na Câmara de Vereadores daquela capital com o título: “A importância da participação política da mulher”. O evento fazia parte da programação do I Encontro Nacional pela Anistia

realizado no salão de Conferências do Hotel Eldorado em comemoração ao 29º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem (10/12); e do dia oito de dezembro ser o Dia de Nossa Senhora e o Dia da Justiça. Na ata do MFPA-RS que finalizou o ano, a presidente Mila, que era membro da Executiva Regional do MDB, destacou o empenho de Francisca Brizola em conseguir passagens aéreas com alguns representantes do MDB na Assembleia Legislativa.

Durante o I Encontro Nacional pela Anistia o MFPA, ocorrido de 07 a 10 de dezembro de 1977 em São Paulo, comparecerem representantes de dez estados brasileiros das seções estaduais do MFPA. Segundo Duarte, a reunião das representantes estaduais na cidade paulista foi uma estratégia utilizada por Zerbini “na tentativa de minimizar diferenças e unificar discursos e práticas” (2009, p.137). Havia divergências entre os núcleos do Ceará, Bahia e Minas Gerais com a direção paulista, pois em alguns aspectos não era possível estabelecer um consenso entre todos os núcleos, que, como todo o movimento, não era homogêneo.

Em relação ao grupo do Rio Grande do Sul não há indícios de desentendimentos ou disputas, pelo menos na questão da concepção de anistia, as presidentes Mila e Lícia dialogavam com tranquilidade com a presidente nacional, de modo que implementaram o MFPA no RS aos moldes do originado em São Paulo. As diferenças entre os dois núcleos se deram na maneira como foram executadas as ações do grupo, na receptividade tanto dos políticos em disseminar a causa, tanto dentro das organizações da sociedade civil e nos espaços que foram ocupados por elas. A modificação maior se deu quando os movimentos em geral ultrapassaram o objetivo inicial de o MFPA não se colocar como um movimento de massas. De acordo com Zerbini (CAROS AMIGOS, Ed.53) a meta era que a medida alcançasse a simpatia das organizações civis e as entidades de classe. A partir de 1978 a luta pela anistia ultrapassou a expectativa de ficar restrita à discussão política formal e passou a ser a pauta política também entre os movimentos de base, os quais foram movimentados, sobretudo pela proposta dos CBA's que trazia em seu cerne a radicalidade da luta.

Aproveitando a ocasião da reunião que contou com a presença de vários estados, as mulheres encaminharam as ações políticas que poderiam ser realizadas em cada estado a fim de pressionarem o governo militar. Anos se passaram até Geisel admitir que não se sentia numa situação de conforto e segurança para possibilitar a anistia. Isto se esclareceu numa de suas entrevistas concedida aos pesquisadores Celso Castro e Maria Celina D'Araújo, Geisel revelou porque não sancionou a Lei de Anistia:

Não dei porque achava que o processo devia ser gradual. Era necessário, antes de prosseguir, inclusive com a anistia, sentir e acompanhar a reação, o comportamento das duas forças antagônicas: a área militar, sobretudo a mais radical, e a área política da esquerda e dos remanescentes subversivos. Era um problema de solução progressiva. O compromisso que o Figueiredo tinha comigo era prosseguir na normalização do país. Como fazer, a maneira de fazer e quando, era problema dele. A anistia passou a ser assunto do governo dele, no qual eu não interferia. (CASTRO; D'ARAÚJO, 1997, p.480)

Visto o cuidado com que o governo Geisel tinha com a tomada de decisões, percebe-se que a esperança das mulheres, apoiada no fato de que bastava ser gaúcho para reconciliar, era ilusória.

Mila Cauduro em papel timbrado do MFPA-RS enviou desejos de um feliz natal para Dom Antônio Cheuche, Therezinha Zerbini e Deputado Pedro Simon, em que ressaltou que no ano de 1978 continuariam na luta por Anistia ampla e irrestrita.

2 O MFPA E OS REFLEXOS DO SEU ENGAJAMENTO: A FASE POPULAR 1978-1979

O tema da anistia, que ganhou as praças públicas ao longo de 1979, na verdade representava um reencontro de lutas passadas e presentes. Ao mesmo tempo que a campanha da anistia pedia a reintegração civil dos banidos e o resgate da memória das vítimas fatais do regime, apontava para um novo tempo histórico e uma nova cultura política, onde a abertura do espaço público, a linguagem dos direitos e a questão da democracia reelaboravam a memória do passado recente da sociedade brasileira. (EUGÊNIO, 1994, apud DEL PORTO, 2002, p.14 – 15)

A segunda fase do MFPA é caracterizada por um fortalecimento das bases, pois um maior número de pessoas passou a retomar o engajamento político de resistência, o que possibilitou a ampliação de luta pública. Nesse sentido, considera-se também a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia, que contou com homens e mulheres em seus quadros e se dedicaram ao trabalho de popularização da demanda de anistia, assim como radicalizaram as concepções de Anistia que se desejava. Segundo Arantes, em relação às concepções de anistia, “inicialmente pensada como perdão e esquecimento (...) nos anos de 1976 e 1977, novos acontecimentos contribuíram para a organização de uma proposta política mais ampla de repúdio à ditadura.” (ARANTES, 2009, p. 84-5)

Os estudos que deram ênfase a segunda etapa da ditadura consideram, em maioria, que a virada para a redemocratização se deu com a luta pela anistia, sobretudo a partir da formação dos CBAs e dos Encontros e Congressos pela Anistia, que passaram a reunir grande número de entidades em prol desta medida. De acordo com Araújo a campanha pela anistia foi “a principal luta da frente democrática que enfrentou o regime durante a década de 1970” (ARAÚJO, 2007, p.347), a autora remontou o painel de lutas pelas liberdades democráticas destacando o quão ativo foram alguns atores plurais no desenlace do processo de abertura, em destaque: MDB, Movimento Estudantil, Igreja Católica (principalmente através das CEBs), Imprensa Alternativa, Associação de Moradores, Associação de Profissionais Liberais e, por fim, os Movimentos de Minorias Políticas. A conquista da Anistia foi a concretização da união e mobilização de uma parte de todos estes

segmentos sociais, de forma a construir um saldo positivo para o retorno democrático.

Para Moreira Alves os movimentos populares fazem parte de uma resistência que lança “oficialmente o período de ‘abertura’” (MOREIRA ALVES, 2005, p.273), visto que provocaram uma relação de informalidade entre a oposição e o Estado. Até então as ações da Igreja pelos Direitos Humanos, a utilização dos espaços legítimos para pressionar o governo militar pelo MDB, bem como as ações da OAB na luta para o funcionamento do sistema judiciário, fizeram com que o Estado de Segurança Nacional desencadeasse seu projeto com certo conforto. A partir da mobilização dos movimentos populares, e dos movimentos pela anistia se aliarem a estes, o desfecho da ditadura pareceu ter sofrido certo desequilíbrio, fato que os obrigou a negociar com os setores de elite da oposição⁷⁷.

Neste capítulo atentaremos para os avanços e as permanências da luta pela anistia, destacando especialmente as transformações ocorridas no MFPA-RS. O epicentro da oposição à ditadura no Brasil se fortaleceu com os novos movimentos sociais, os quais adotaram o slogan “anistia ampla, geral e irrestrita” popularizando assim a demanda que inicialmente parecia atingir apenas os familiares e amigos dos que sofreram com os atos repressivos. Neste momento a anistia passou a ser uma exigência de todos e todas as brasileiras, e como Del Porto já havia nos mostrado a anistia foi também uma *conquista societal* (DEL PORTO, 2002, p.14, grifo da autora), controlada por militares, mas basicamente conquistada pela sociedade civil, pois:

Se a lei da anistia não foi uma medida ideal e, mesmo assim, foi representada como um marco importante para a luta travada pela sociedade civil contra o regime militar, acreditamos ser correto afirmar também que um dos significados de o discursos sobre a anistia ir além da luta contra o arbítrio institucional, estava também no fato de ser interpretado enquanto parte dos processos de constituição da esfera da sociedade civil e do espaço público do

⁷⁷ Para Moreira Alves “os setores de elite da oposição (a CNBB, a OAB, a ABI e os grupos organizados no MDB) desempenharam papel decisivo em ambos os governos, de Geisel e de Figueiredo. Eles ampliaram o espaço político, enfrentando o Estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil e questionando a legitimidade que o Estado de Segurança Nacional tentava assumir. (...) As atividades de política formal acima analisadas ampliaram a margem de manobra para todos os grupos de oposição. A revogação do Ato Institucional nº5 abriu novas possibilidades legais para a organização das bases, e o movimento popular viria a desempenhar papel decisivo no processo político.” (2005, p.273-74).

país. Nesta perspectiva, se a leitura dos discursos dos “Movimentos de Anistia” nos direciona apenas a uma das interpretações possíveis do processo, apresenta, ao mesmo tempo, subsídios que demonstram que o envolvimento com a luta pela anistia não girava apenas em torno da obtenção desta medida mas também se construía com base na elaboração de novos elementos e lutas por *direitos*, articulando-se a outras lutas de movimentos específicos que ampliavam o debate sobre o processo de “abertura” político institucional. (DEL PORTO, 2002, p.14)

De acordo com a análise da trajetória do MFPA-RS parece ser plausível apontarmos que este movimento fez parte do processo de formação de uma cultura política democrática no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil. As modificações pelas quais passaram fez com este transformasse igualmente os seus limites, a ponto de transitar junto aos movimentos que pregavam por uma maior radicalidade em suas ações, práticas impensadas pelas integrantes do MFPA-RS quando formaram o grupo em 1975, momento no qual o horizonte repressor se mostrava muito próximo.

A novidade observada no comportamento dos cidadãos que se reconheciam como “sujeitos portadores de *direitos*” dentro dos novos movimentos sociais foi levantada por Sader ainda em 1988. Para Greco o “direito de ter direito” se liga a concepção de cidadania de Arendt e sua noção de política ancorada “em dois eixos estreitamente entrelaçados: a ideia de pertencimento e a necessidade de construção do espaço público.” (GRECO, 2003, p.86). Já Del Porto (2002) apontou alguns marcos político-institucionais que levaram a oposição a se mobilizar e exigirem seus direitos transformando a liberalização em processo de redemocratização: 1º) o significado das vitórias do MDB nas eleições legislativas de 1974; 2) o “marco da virada”: se deu com o assassinato de Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI, São Paulo, em 24 de outubro de 1975; essa morte demonstrou as contradições internas do discurso e projeto de “abertura” da ditadura militar; 3) se o regime tinha ganho a guerra das armas, ele não tinha ainda vencido a “guerra psicológica” que seria conduzida pelos militantes dos direitos humanos.

Estes pontos levantados por Del Porto são essenciais para entendermos a construção do movimento da anistia como um movimento de massa, o que acabou

ocorrendo especialmente em 1979. No entanto, a supervalorização da luta a partir de 1978, ou da formação dos CBA's, transfere novamente as mulheres para o lugar do esquecimento, “substituindo” o trabalho do MFPA pelo movimento que se amplia, de antemão, pela presença masculina.

Para uma compreensão sobre essa formação da cultura política democrática no RS, na segunda década do regime autoritário no BR, é necessário remontar não apenas ao protagonismo das mulheres envolvidas nesse embate, mas também considerar que elas estavam inseridas dentro de um quadro já existente de resistência política ao Estado de Segurança Nacional⁷⁸. Ignora-se que as posições conciliadoras das mulheres estão associadas, amiúde, ao momento tenso em que a expressão política de oposição poderia acarretar em graves consequências e que ainda não contava com certeza de um desfecho democrático. Sobre esse “descaso” com a trajetória do MFPA e suas posições, Duarte avaliou:

A imagem construída sobre as mulheres, nesses espaços, parece incomodá-las menos que a omissão ou ressalvas sobre suas ações, manifestadas em círculos da esquerda, ou, pela literatura política ou historiográfica que enxerga no MFPA apenas um “abre-alas” para a ação desenvolvida pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), formado três anos depois, mas considerado mais “contudente” e “politizado” em sua concepção sobre a anistia. (2009, p.185-6)

Dessa forma buscamos atentar para as transformações e conquistas para além da anistia que se quis “ampla, geral e irrestrita” e daquela que se alcançou mais ao gosto do governo. O processo de resistência proporcionou modificações produtivas nas consciências das suas participantes tanto no aspecto plural como no âmbito particular. O conhecimento da luta pelos Direitos Humanos, das consequências da repressão militar, das práticas e do jogo político, da luta pelo avanço de inclusão das mulheres somado a promulgação da Lei certamente fez valer a experiência de protagonismo dessas e de outras mulheres.

⁷⁸ Para utilizar a expressão inaugurada por MOREIRA ALVES para se referir à ditadura civil-militar brasileira.

2.1 A CONTRIBUIÇÃO DO MFPA-RS PARA A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA SOCIAL

A partir da análise da trajetória do MFPA-RS esse estudo objetiva apontar elementos que contribuíram para traçar a formação de uma cultura política democrática no Estado. O conceito de cultura política se sustenta em Moisés que fala que:

Embora assumam conotações distintas para os diferentes grupos que formam a comunidade política, a cultura política envolve, entre outras coisas, a generalização de um conjunto de valores, orientações para a ação, atitudes e comportamentos políticos, e resulta tanto de processos originários de socialização, como da experiência política ao longo da vida adulta dos seus membros. (1995, p.84-5)

A categoria cultura política teve sua matriz conceitual estruturada pelos politólogos norte-americanos Almond e Verba, na década de 1960 com a obra *A cultura cívica*, onde apontaram que o conceito era multidisciplinar, e o definiram como um “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”⁷⁹ (CARNEIRO, L. P.; KUSCHNIR, K., 1999). Os autores também enfatizaram:

Tem-se a possibilidade não apenas de analisar a cultura política no nível de condutas, normas e valores manifestados pelos indivíduos, mas também de considerar a relação destes com o contexto institucional e histórico em que são formados. Ou seja, é preciso entender as relações fundamentais entre estrutura institucional e cultura política ou, dito de outra forma, avaliar os determinantes do apoio do público à forma de organização política e social nas sociedades estudadas. (CARNEIRO, L. P.; KUSCHNIR, K. 1999).

O entendimento desta categoria se faz necessário para analisarmos o momento político em que o MFPA-RS se estruturou, no qual se tentava pôr em prática um projeto de transição política. Retomando os estudos de Almond e Verba, os autores de *A volta aos quartéis* complementam que “o conceito de

⁷⁹ Os autores tomam Almond e Verba como referência.

cultura política inclui, também, uma dimensão participativa que, acreditamos, deve ser entendida tanto no sentido original de votar, ir a manifestações, ler, se informar etc., quanto no sentido de se vincular ao Estado” (CASTRO, D’ARAÚJO e SOARES, 1995, p.20).

No campo da História, Gomes (2005) se aproxima da definição de Moisés quando revela que o estudo dessa categoria permite-nos perceber “explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades” (GOMES, 2005, p.30). Para a historiadora esta categoria está imersa no plano da História Política concomitante com as abordagens da História Cultural. Na chamada “Nova História Política” desde a renovação epistemológica do seu campo teórico abriu-se igualmente suas possibilidades, de modo a valorizar a multidisciplinaridade para a sua construção, assim como ampliar o alcance do que se entende por *político*. Nesse contexto, a História Cultural permite enaltecer a singularidade das percepções individuais que se configuram no coletivo, dando enfoque para a trajetória dos protagonistas que dialogam.

Para Pesavento (2005), a Nova História Política, que pode ser designada como uma *História Cultural do Político*, se encontra entre as correntes dominadas pela História Cultural que possibilitaram uma renovação epistemológica, ampliando os campos temáticos de pesquisa, a partir de outro olhar do pesquisador sobre fontes e abordagens. A historiadora nos ensina:

Se a História Cultural visa a atingir as representações, individuais e coletivas, que os homens constroem sobre o mundo, a História Cultural do Político difundiu-se, tendo como uma de suas preocupações centrais a definição de uma cultura política. Esta corresponderia ao conjunto das representações que nutrem um grupo no plano político, ou, como diz Jean-François Sirinelli, uma visão de mundo partilhada, uma leitura comum do passado, uma projeção no futuro a ser vivido em conjunto. (PESAVENTO, 2005, p.76)

Essa interação entre representações e cultura política é sugerida também por Gomes (2005), que considera o conceito de representações elaborado por Chartier como imprescindível para a construção da categoria cultura política.

Diante de um impasse teórico demonstrado pela dificuldade de definição do conceito cultura política, pelo fato de este não estar previamente elucidado e por consequência acompanhar modificações que dão andamento às relações sociais, criou-se a necessidade de pluralizá-lo, pois as culturas políticas na medida em que interpretam o passado legitimam e consolidam regimes, articulando “de maneira mais ou menos tensa, ideias, valores, crenças, símbolos, ritos, mitos ideologias, vocabulário etc.” (GOMES, 2005, p.32).

Privilegiamos tratar ainda, dentro da tentativa de reformulação plural do final dos anos 1970, de ideias, valores, símbolos, enfim de práticas culturais e políticas, e dentro disso a iniciativa de contribuir para a memória social que se quis construir daqueles anos. Para Pesavento representações e memórias de forma alguma se dissociam, pois as representações só passam a ter significados a partir da consulta dos nossos “arquivos” particulares de “ideias-imagens” (2006, p.51), assim “é a propriedade evocativa da memória que permite a recriação mental de um objeto, pessoa ou acontecimento ausente.” (PESAVENTO, idem).

Os conceitos enaltecidos pelos estudos culturais proporcionaram a nós historiadores o prazer de reconstruir, a partir do não visível e vivenciado, as narrativas históricas, ao mesmo tempo em que captar, também a partir de uma memória que recompõe o intocável, as percepções e valores das memórias individuais que não deixam de ser plurais. Ou como quer Pesavento, “a memória tem seu *lócus* original de realização no indivíduo que rememora, mas todo o trabalho de evocação dá-se em acerto com uma memória social.” (PESAVENTO, 2006, p.52, grifo original)

Embora as representações do MFPA-RS estivessem muito próximas do entendimento da anistia como esquecimento, ou da luta como reconciliação e pacificação, mesmo que para isso tivesse que sepultar todas as violações cometidas pelo regime, é fato que mulheres do movimento se construíram para a posteridade, de maneira a demarcar uma resistência por justiça e liberdade. Este movimento social, ao lado de outros com lutas semelhantes, almejava que um dia fosse revisitada a sua história, não fosse isso não teriam se preocupado em constituir um

acervo. A busca por verdade e justiça, luta travada especialmente pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos, ensejou a construção de uma **memória social** que se classifica como uma resistência ao esquecimento.

O conceito utilizado aqui foi teorizado por Fentress e Wickham (1992), os quais demarcaram uma ampliação do que já havia sido tratado por Halbwachs em 1990, na sua obra póstuma *A memória coletiva*. Ambos os autores trataram de teorizar sobre o registro da memória individual que se baseia no que é vivenciado cotidianamente, ou seja, a memória de um indivíduo é articulada a partir das experiências desempenhadas pelo ser social em referência ao seu espaço de interação. A diferença entre a memória social e coletiva, a qual foi destacada pelos pesquisadores que desafiaram o conceito de Halbwachs, está localizada no grau de influências externas que um tipo de memória pode registrar em relação à outra, salientamos que esta separação se dá para fins metodológicos. Sendo assim, o termo memória social nasce da crítica que esses autores fizeram a memória coletiva elaborada por Halbwachs, que lhes parecia construída de maneira muito manipulada e arbitrária, como se a coletividade gerasse uma versão ligada diretamente à memória oficial. Acreditando na autonomia que rege a construção da memória individual em consonância com o coletivo, a dupla, preferiu consolidar o conceito de memória social, distinguindo-se então da memória coletiva.

A memória social é também, muitas vezes, “selectiva, distorcida e pouco rigorosa” (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p.10). Logicamente esses pressupostos devem ser relativizados na medida em que a seletividade é pertencente a cada indivíduo, ao mesmo que está relacionada com os interesses de quem lembra, dando ênfase ao grau de importância sobre determinada vivência, está relacionado com os interesses de um grupo ou sociedade como um todo. A questão de distorção e do rigor está relacionada com as limitações impostas pela sociedade, ou como coloca Pollak quando os interesses nacionais imperam, e há a possibilidade de:

Enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de

disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. (1992, p.04).

O postulado de que a memória é subjetiva, é defendido por todos os que adensaram os estudos sobre a memória. O diferencial entre os estudiosos está em como a nossa memória se organiza, se estrutura, se dissemina, se perpetua. Em *Memória Social* os pesquisadores dividiram a memória em dois segmentos para entenderem como se dá o seu funcionamento a partir do registro, assim há uma parte objetiva, que decodifica os fatos em conhecimentos e passa a ser passiva, arbitrariamente funcional; já a subjetiva se molda de acordo com as sensações ligadas aos sentimentos, e por isso, é mais ativa que a primeira, pois passa por reciclagens. Esses aspectos organizados e articulados constroem a memória social, como defendem os autores: “a memória é estruturada pela linguagem, pelo ensino e observação, pelas ideias coletivamente assumidas e por experiências partilhadas pelos outros.” (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p.20).

O sociólogo Michael Pollak elencou os elementos constitutivos da memória, tanto no caso da memória individual como da coletiva, aos quais se refere: os acontecimentos, as pessoas e os personagens e por lugares. Os registros se ancoram na memória não só a partir das experiências vivenciadas pelas próprias pessoas, podemos incorporar nas nossas lembranças personagens que não conhecemos, tanto no caso dos acontecimentos vividos pessoalmente como os vividos por terceiros, aqueles em que nós tomamos do grupo a que pertencemos com tanta propriedade até o ponto de não detectarmos se vivenciamos em verdade, ou não. É a memória “herdada”. A memória constituída por esses elementos plurais passa, portanto, a constituir a identidade, nas palavras de Pollak:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir

uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. (POLLAK, 1992, p.05).

A afirmação de que a formação da memória está em total ligação com a identidade social é consenso entre os teóricos pertencentes as mais variadas Escolas e nacionalidades. Outro aspecto que acompanha a memória é o esquecimento. Não há como lembrar e rememorar tudo o que foi registrado, por isso é preciso esquecer. Nas palavras de Catroga “a memória estará sempre ameaçada pela amnésia, permanente direito de portagem que a anamnesis tem de pagar ao esquecimento.” (CATROGA, 2001, p.48).

Estas questões teóricas que dão inteligibilidade aos estudos que cercam a memória contribuem para o tratamento das fontes orais que foram construídas para esse trabalho. As entrevistas realizadas com mulheres que atuaram no MFPA-RS foram uma forma de captar tanto as memórias sobre o movimento, como a forma de reforçar uma memória social acerca da oposição ao regime vigente. As entrevistas enriquecem os elementos não compreendidos na documentação produzida pela época, ainda mais quando contextualizamos esses dois tipos de fontes. As fontes documentais foram produzidas em um momento de restrições ao posicionamento político, enquanto que as fontes orais são elaboradas no presente, a partir do objeto situado no passado, e que contém implicações relacionadas ao futuro, já que esse objeto é parte de uma História do Tempo Presente, portanto, não é estanque, está em vias de construção. Segundo Lechner e Güell “la memoria es una forma de distinguir y vincular el pasado en relación al presente y al futuro”. (LECHNER e GÜELL, 2006, p.18).

Nesse aspecto um exemplo esclarecedor é o caso chileno no período de transição democrática, no qual a memória oficial impôs simbolicamente um silêncio que tende se estender ao esquecimento. A análise de Lechner e Güell acerca da construção social das memórias chilenas no pós-ditadura é alarmante, no sentido em que a sociedade traumatizada pela repressão aderiu ao silêncio, o que não significa esquecimento. O silêncio está assimilado a calma, já que rememorar,

recordar representa conflitos que remete a instabilidades. Neste sentido os autores refletem que:

Por una parte, los ciudadanos, asustados por experiencias traumáticas, temen los conflictos y prefieren la “democracia de los acuerdos” puesta en escena por el sistema político. En concreto eso presiona al olvido, pues el recuerdo es la representación de un conflicto. (LECHNER e GÜELL, 2006, p.28).

Após uma transição pactuada e das transformações das relações sociais que incluíram competitividade, individualismo, esse novo estilo de vida gerou um bloqueio dos sonhos futuros, predominando um “discurso de la desesperanza”, um desencanto com o estado das coisas, uma ausência de projetos coletivos (LECHNER e GÜELL, 2006, p.34.). Durante o regime autoritário no Brasil também podemos aferir a constituição de uma memória coletiva muito limitada pela história oficial daquele governo, visto que os militares construíam uma história censurada e com a anistia de 1979 priorizaram o esquecimento. Já posteriormente quando começou a se produzir a memória da resistência política a ditadura⁸⁰, houve um processo de constituição de memória social, pois mesmo que ainda contasse com a seletividade, e com inflexibilidades, houve um processo de embate sobre uma construção uniformizada da memória, portanto uma autonomia frente ao que já parecia consolidado. Isso se deveu muito aos movimentos que engendraram suas lutas pautadas pelas liberdades democráticas. De acordo com Greco:

O movimento pela anistia constitui antítese desta estratégia do esquecimento, à medida em que opera a ativação da memória no registro da crítica, da contestação e da ruptura com o objetivo de fazê-la passar à condição de história através da articulação de um contradiscurso. (GRECO, 2003, p.367.)

Os CBAs, segundo a pesquisadora, se colocaram no embate pela construção de uma *contramemória* e de um *contradiscurso* que se dá a partir da antinomia *anistia/anamnese*, que seria a memória instituída⁸¹, portanto a não

⁸⁰ Ver sobre a produção memorialística em RODEGHERO, Carla Simone. Os historiadores e os estudos sobre o golpe de 1964 e o regime militar no Brasil. L' Ordinaire Latino-americain, n. 203, Université de Toulouse – Le Mirail, 2006, p. 93-123. (Dossiê Historiografia latino-americana contemporânea)

⁸¹ A memória instituída na lógica do estudo é equivalente a memória oficial que acaba por representar a anistia como uma amnésia e ser evitada pela memória instituinte, esta por sua vez se

amnésia, instituindo um novo *ethos* – o dever de memória, que estava no projeto da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Frente à anistia/*amnésia*, que seria a memória instituída pelos militares no poder, portanto o esquecimento total, que estaria representada pela anistia parcial e recíproca. Em *Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia* a historiadora analisou o processo de luta desempenhado pelos CBAs, e constatou que há forte herança negativa do período militar que permanece vigente no país, desde a questão da tortura até a questão da *estratégia do esquecimento*. Na tentativa de superar esta marca deixada pela memória militar acreditamos que o MFPA-RS está a contribuir para desconstruir o esquecimento.

2.2 O MFPA-RS E A FORMAÇÃO DO COMITÊ UNITÁRIO PELA ANISTIA NO RS

Nos primeiros dias de 1978 a presidente do MFPA, Therezinha Zerbini, endereçou à Mila Cauduro uma carta, escrita a punho em papel do Hotel Esmeralda, de Paris, em que relatava suas atividades pela Europa em busca de apoios à luta pela anistia brasileira. Mesmo longe de São Paulo a dirigente nacional desejava conseguir algum tipo de encontro com o Papa para lhe suplicar um pedido pelo cumprimento dos Direitos Humanos, sobretudo no Brasil; e num futuro próximo transformar o MFPA em Centros de Estudos e Ação Feminina por Direitos Humanos. Ela estava empolgada com os trabalhos das organizações femininas francesas, da Comissão de Justiça e Paz e de outras organizações de Direitos Humanos. (ZERBINI, 16/01/1978).

As eleições e a preocupação com o retorno da democracia no Brasil foram expressas na carta de Zerbini e estava no plano de discussões dos emedebistas gaúchos, incluindo nessa fileira a senhora Mila Cauduro. A democracia e a liberdade eram os assuntos de interesses de todos que quisessem se somar as reuniões promovidas pelos emedebistas André Forster⁸², Marcos Klassmann, Jairo de

associada a uma contramemória e, portanto passa a representar a anistia como uma anamnésia. (GRECO, 2003, p.228-367)

⁸² O sociólogo, André Forster foi coordenador do IEPES de 1972 a 1978, seu período de funcionamento, paralelamente a este exercício, do início dos anos 70 até 1977, foi presidente da Associação Gaúcha dos Sociólogos. (REIS, 2001, p.65). André Forster acompanhado por José Carlos

Andrade, Tarso Fernando Genro, Glênio Peres, Glauco Pinto de Moraes, Carlos Carvalho e Mila Cauduro que num convite para uma discussão a ser travada no Teatro de Arena, declararam:

Pensamos que é justo, para que se amplie o movimento de opinião sobre os problemas nacionais, que se tire o monopólio da discussão do eixo “Assembleia Estadual – Universidade”, e se provoque a participação, nela, de pessoas que pelos mais variados motivos estão afastadas de qualquer discussão política. (CAUDURO, et.al., 1º/02/1978.)

Os setores mais à esquerda do MDB, como o setor jovem, passou a exercer uma pressão interna cada vez mais forte em direção a uma tomada de posição radical pelos emedebistas. A proposta da Comissão Executiva do Setor Jovem Nacional do MDB, que divulgou nota a partir de Porto Alegre, era que somasse ao partido todas as frentes oposicionistas a considerar (representantes da Igreja, da OAB, do Movimento Feminino pela Anistia, dos sindicatos, do movimento estudantil, etc.) para uma convenção nacional na qual deveria surgir “um programa de urgência democrática em torno da anistia, da luta contra a Lei Falcão, da campanha pela Constituinte e das eleições de novembro de 1978.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 22/02/1978)

O desejo de realizar uma convenção nacional que agregasse todas as entidades ou os indivíduos de oposição acabou sendo engendrados por eventos dos movimentos pela anistia. Até 1978 o Movimento Feminino pela Anistia construiu, a partir dos seus núcleos estaduais, um diálogo que esteve muito ligado às instituições formais, embora já tivesse dado indícios de que gostaria de alcançar o interesse geral da população, que ainda demonstrava um comportamento tímido em relação à política, consequência da cultura do medo provocada pelos militares. As milhares de assinaturas arrecadadas em defesa do Manifesto da Mulher Brasileira comprovaram o interesse da sociedade civil em reelaborar os espaços de

Oliveira, João Carlos Guaragna, Mila Cauduro, Rui Jader, Carlos Correa Martins, coordenados por Clóvis Paim Grivot, formaram uma chapa para concorrer ao Diretório Metropolitano do MDB chamada Movimento de Democratização Partidária. André Forster ainda foi candidato a deputado estadual nas eleições de 1978 e carregava no seu currículo a marca de sociólogo, secretário executivo do IEPES, membro do Conselho Estadual do Setor Jovem do MDB e assessor direto de Pedro Simon.

participação política, no entanto o governo ainda demonstrava muita resistência em possibilitar um diálogo a respeito dessa temática.

A fundação do Comitê Brasileiro pela Anistia em fevereiro de 1978 no Rio de Janeiro repercutiu nas ações do Movimento Feminino pela Anistia do RS que iniciou março fazendo contatos com um dos convidados especiais do ato fundador do CBA. O General Peri Bevilacqua em 1978 já tinha acumulado em seu currículo cargos como a chefia do Estado Maior das Forças Armadas, o Ministério do Superior Tribunal Militar, este por sua vez foi aposentado em 1969 com base no AI-5 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13/04/1978). A minuta da carta enviada ao “ilustre general da legalidade”, como é referido pelas líderes do MFPA-RS em nome também do Setor Jovem Regional do MDB, revela o entusiasmo do grupo em relação a mais uma entidade constituída objetivando a anistia. No entanto elas salientaram:

No Rio Grande do Sul informo, sem vaidade, que a primeira voz, pela Anistia, partiu da garganta das mulheres, antes, ainda, que a liberdade de imprensa. (...) Enfrentamos todas as dificuldades da época – e até a falsa acusação de subversivas e comunistas, percorremos nossa capital, conseguindo já, nos primeiros vinte dias de atividade, 8000 assinaturas de mulheres gaúchas no manifesto em que pedíamos a anistia ampla e irrestrita. Anistia ampla e irrestrita a todos os atingidos pelos atos de exceção é a bandeira da paz e da reconciliação da família brasileira que os jovens do Movimento Democrático Brasileiro levantam muito alto, nesta hora, trazendo V.Exa. ao Rio Grande. (MFPA-RS, sem data)

Além de atentarem para o pioneirismo do Movimento Feminino no RS, as mulheres do grupo já atentas a nova entidade que se formou no Rio de Janeiro em prol da Anistia, o CBA, aos poucos, passavam a utilizar os adjetivos da anistia utilizados no evento inaugural na capital fluminense. É importante atentarmos para o chamado a “anistia ampla e irrestrita”, diferente da maioria dos documentos elaborados nos três primeiros anos do MFPA-RS que se referiam a anistia como a pacificação/reconciliação da família brasileira. Na medida em que a radicalidade do CBA foi se espalhando pelos estados a adesão ao slogan “anistia ampla, geral e irrestrita” foi fazendo frente.

Para enfatizar a necessidade já colocada pelas mulheres, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que passou a funcionar em busca da mesma demanda do MFPA originado em São Paulo em 1975, e na mesma lógica, construiu núcleos ou seções estaduais, espalhadas pelo Brasil. Todavia algumas diferenças entre estes dois

movimentos foram notadas especialmente por duas integrantes e estudiosas do CBA, Heloísa Greco e Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes (Dodora). No caso de Heloísa Greco, que realizou a primeira tese de estudos acerca do Comitê Brasileiro pela Anistia, a historiadora pôde dar sustentação ao seu trabalho nas fontes documentais valendo-se de uma experiência como testemunha ocular, pois sua mãe Helena Greco⁸³ fundou e organizou em Minas Gerais as duas entidades mais emblemáticas que trataram da anistia em meados de 1970: o MFPA e o CBA. Já Dodora, Psicóloga e Psicanalista, fundou o CBA de São Paulo e contribuiu para a história e preservação da memória do CBA. Para Greco (2003):

Os Comitês Brasileiros de Anistia se apresentam, assim, como o único movimento legal cujo objetivo declarado é o enfrentamento direto da ditadura no seu arcabouço ideológico, a Doutrina de Segurança Nacional. (GRECO, 2003, p.88)

Arantes (2009) considera especialmente que o CBA-SP:

Não foi uma entidade juridicamente constituída, foi um colegiado livre que não estipulou funções, como a de presidente, vice-presidente, secretário e demais cargos em uma direção hierarquizada, mas sempre entendeu que todos os representantes e integrantes tinham iguais deveres. (p.85)

O Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro define o Comitê Brasileiro pela Anistia como uma:

Sociedade civil independente formada a partir de 1978 em vários estados do país — e em uma cidade no exterior, Paris — por advogados, amigos e parentes de presos políticos, com o objetivo de coordenar os esforços em prol do movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita dos atingidos pelos atos de exceção praticados pelo regime militar instaurado no país em abril de 1964. (DHBB, verbete CBA, Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>)

A primeira vista o CBA era apenas mais uma entidade a fortalecer a luta pela anistia que já vinha organizada desde 1975 com os MFPA's. No entanto, além da diferença de formação do grupo, em que eram permitidos homens e mulheres, e da

⁸³ Dentre os vários títulos e honrarias recebidas, Helena Greco é reconhecida por sua atuação como ativista e política (ajudou a fundar o PT e foi vereadora em Belo Horizonte onde criou a Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania de BH) e foi umas das 52 mulheres brasileiras indicadas ao projeto “Mil Mulheres para o Nobel da Paz”, em 2005, que integrou uma lista organizada pela Fundação Suíça pela Paz e pela Associação 1000 mulheres. Disponível em: <<http://www.mulherdemocrata.org.br/1000mulheresparaonobel.pdf>>, acesso em março de 2010.

questão organizativa, em que não existia uma direção nacional, mas que em cada lugar o CBA se caracterizava autonomamente, com ou sem direção, para Ramos (2008):

Uma das principais diferenças entre o MFPA e os CBA's foi quanto às pessoas que cometeram os chamados “crimes de sangue”. Os CBA's entendiam que a anistia devia alcançá-los. O MFPA não apoiou esse alcance no início da sua formação, só em 1978 é que esse movimento aderiu a bandeira da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Na sua formação, o que vemos nas fontes é que defenderam uma Anistia Ampla e Geral. Qual a diferença? Anistia **Ampla** porque sua amplitude beneficiaria a todos os envolvidos em tal episódio; onde a **Limitada**, abrangeria apenas alguns envolvidos em tal episódio. **Geral** porque deveria alcançar os punidos por envolvimento em todos os episódios ocorridos num determinado período histórico; e a **Parcial** envolveria apenas alguns episódios. E finalmente, quanto às suas conseqüências, os grupos que lutaram pela anistia buscavam a Anistia **Irrestrita**, que não impõe condições ou limites à concessão dos benefícios, sendo que na Anistia **Restrita** há limites para os seus efeitos. Assim, o MFPA nasceu excluindo o que a lei também deixou de fora: os condenados por crime de “terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal”. Só três anos mais tarde incorporou esses excluídos em sua luta. (RAMOS, 2008, p.141)

No estado gaúcho ainda após o MFPA foram criados mais dois movimentos direcionados para a luta desta demanda, o Comitê Brasileiro pela Anistia – seção RS (CBA-RS); e Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos atingidos por Atos Institucionais (AMPLA-RS). De acordo com Rodeghero a diferença entre esses movimentos, além dos já citados, estava:

O pioneiro MFPA, como o próprio nome indica, era formado por mulheres, que desenvolviam ações de divulgação da causa e de busca de apoio entre parlamentares e entre outras autoridades. Para as militantes do Movimento, a principal demanda associada à anistia era a volta dos exilados. O CBA contava com a presença de mulheres e homens, os quais representavam diferentes organizações e movimentos sociais. Suas bandeiras, por isso, eram mais amplas e entre elas podemos citar o reconhecimento de mortos e desaparecidos, a libertação de presos políticos, a punição de torturadores, sem desprezar a importância da volta dos exilados. A AMPLA, por sua vez, era basicamente formada por homens, especialmente ex-militares, apesar de estar aberta à participação de funcionários e funcionárias públicas atingidos por atos de exceção. A reintegração profissional e a descriminalização dos atos dos atingidos apareciam como bandeiras centrais da luta. (RODEGHERO, 2009 (a), p.12).

O MFPA se manteve como movimento pioneiro mesmo com a forte presença dos grupos do CBA, e aceitou a “Anistia Ampla Geral e Irrestrita” como sua bandeira, slogan que se disseminou pelos grupos de oposição à ditadura a partir de 1978 no Brasil. O avanço dessa nova definição de anistia é que a luta não ficou restrita a esta demanda, quando se aproximou dos novos movimentos sociais, pois apesar de movimento público e legal este não agia mais para “dar apoio” ao projeto de distensão de Geisel, mas para o fim da Lei de Segurança Nacional e com urgência o desmonte do aparelho repressivo. Na intenção de sistematizar todos os pontos pelos quais lutavam os CBA’s foi elaborado um programa mínimo de ação, a saber:

1) fim radical e absoluto das torturas; 2) libertação dos presos políticos e volta dos cassados, aposentados, banidos, exilados e perseguidos políticos; 3) elucidação da situação dos desaparecidos; 4) reconquista do habeas-corpus; 5) fim do tratamento arbitrário e desumano contra os presos políticos; 6) revogação da LSN e fim da repressão e das normas punitivas contra a atividade política; 7) apoio às lutas pelas liberdades democráticas. (DHBB, verbete Comitê Brasileiro pela Anistia, Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>)

A repercussão do CBA movimentou a imprensa, em primeiro de março de 1978 a capa da revista *Veja*, de circulação nacional, exibia fotos de cassados, trazendo ao fundo um carimbo ANISTIA, acompanhada da pergunta: “Como rever as punições?”. A necessidade de aprovação da anistia finalmente tinha se inserido nos assuntos políticos não apenas dos espaços formais, mas nos canais de diálogo com a população afastada das discussões políticas. Apesar de a anistia estar definida como esquecimento, os redatores de *Veja* frisaram a tipologia da anistia que em 1978 se apresentava como “ampla, geral e irrestrita” mais “ardorosa” do que a classificada pelo primeiro movimento organizado, o MFPA, associada à reconciliação nacional:

Uma pequena lição de filologia tem sido apregoada com interessada insistência nas últimas semanas por um heterogêneo corpo docente de juristas, advogados, políticos, clérigos, jornalistas, militares e cidadãos de atividades menos notórias: esquecimento, em grego, se diz anistia. (...) Nesse coro pede-se uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, como fazem questão de adjetivar seus partidários mais ardorosos. (...) Existe, no MFA, quem acredite que a anistia virá ainda no atual governo. “Afinal, o presidente Geisel é um gaúcho”, raciocina, quem sabe à falta de evidências mais consistentes, a escritora Mila Cauduro, que dirige o movimento no Rio

Grande do Sul. Preocupada com a questão da anistia já em 1974, ela candidatou-se à Assembléia Legislativa nas eleições daquele ano. Os meros 6.500 votos que amealhou foram insuficientes para elegê-la, mas a campanha ajudou a pavimentar o caminho para o MFA pelo menos em Porto Alegre, onde reúne hoje cerca de 100 mulheres. Mila quer uma anistia "de parte a parte", como o deputado estadual Pedro Simon, presidente do diretório gaúcho do MDB - o primeiro político de alguma importância na oposição a falar em "esquecimento recíproco dos que agiram e dos que sofreram". A tese faz pouco sentido para a presidente do recém-nascido Comitê Brasileiro pela Anistia, a advogada Eny Raymundo Moreira, de 33 anos, embora a "anistia recíproca" também tenha sido pregada pelo convidado de honra do ato da instalação do Comitê, o general Bevilacqua. "Não podemos falar em anistia para os acusados da prática de torturas", explica ela. (Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_01031978.shtml>)

A vinda do general ao Rio Grande do Sul foi articulada durante o mês de março de 1978, que contou com uma programação intensa de eventos, como a primeira reunião do diretório regional do MDB gaúcho de 1978, o Dia Internacional da Mulher (8 de março), e os 10 anos do assassinato do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro (28 de março de 1968). O MFPA-RS também se preocupou em saudar o presidente norte-americano Jimmy Carter enviando-lhe uma carta quando este passou pelo Brasil, parabenizando-o por sua política de liberdade aos povos.

Na primeira comemoração o MFPA-RS pôde alcançar o Governador emedebista em exercício do Estado do RS, que em virtude de uma viagem para Brasília de Sinval Guazzelli e de seu vice, o posto foi ocupado pelo Deputado Nivaldo Soares, presidente da Assembleia Legislativa. Dentre os inúmeros apoios e cumprimentos de colegas, a presidente do MFPA-RS, Mila Cauduro, e a tesoureira, Francisca Brizola, marcaram presença e foram recebidas em audiência pelo governador que saudado por elas ainda recebeu um manifesto de apoio ao Dia Internacional da Mulher, a mensagem foi repassada também ao Deputado Carlos Augusto de Souza que fez questão de registrar nos Anais da Assembleia Legislativa⁸⁴. É interessante notar que aos poucos o discurso do MFPA-RS em relação ao papel da mulher vai mudando, diferente daquele inicial em que atentava para o papel de cidadã, como foi dito:

⁸⁴ Os Anais da Assembleia Legislativa do ano de 1978 estranhamente não estão disponíveis para a consulta na Biblioteca do Solar dos Câmara. O registro de que o deputado pediu que a mensagem fosse transcrita para os anais vem de uma nota de jornal. Ver Correio do Povo 09/03/1978.

No dia internacional da Mulher – 8 de março – dia em que as mulheres de todo o mundo unem seus pensamentos visando a conquista de suas justas ambições, de assumir o lugar a que tem direito como parte da engrenagem social e política, o MFPA-RS, conclama as mulheres gaúchas a que se unam na luminosa campanha pela reconciliação da família brasileira. (CORREIO DO POVO, 09/03/1978)

O encontro das líderes do MFPA-RS com o governador emedebista em exercício repercutiu na primeira reunião de 1978 do diretório regional do MDB gaúcho, na qual foi debatida a ocupação legal do opositorista, o Deputado Nivaldo Soares, no poder executivo estadual. O jornal *Zero Hora* relatou os pontos levantados durante a reunião e dentre eles o destaque que Nivaldo deu à visita do MFPA-RS:

O deputado prosseguiu contando os telefonemas de solidariedade que recebeu nos poucos dias em que ficou no lugar do governador destacando uma visita: a da presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Mila Cauduro, que confessou emocionada ao deputado, que há 16 anos não entrava no Palácio Piratini. Nivaldo Soares mostrou ao plenário uma foto¹ do encontro e lembrou que as duas senhoras foram ao Palácio Ihe entregar uma nota em favor da anistia no País, a primeira que o Gabinete de Imprensa do Governo do Estado distribuiu, oficialmente, há anos. (ZERO HORA, 10/03/1978, p.08)

Assim como o Palácio Piratini pôde ser novamente ocupado por lideranças opositoristas, quando o deputado Nivaldo cumpria seus dias de mandato, o espaço político da Assembleia Legislativa também foi ocupado por ativistas, durante o segundo evento de março que movimentou as atividades do MFPA-RS. Como referido anteriormente, no dia 28 de março de 1978 completaram-se dez anos do assassinato brutal pelo aparelho repressivo do estudante Edson Luís. O ato público organizado pelas frentes opositoristas - Comissão Pró-UNE, Assembleia Geral Metropolitana de Estudantes, Movimento Feminino pela Anistia, Setor Jovem Metropolitano do MDB e IEPES do MDB-RS - convidou a população em geral para participarem do “Dia Nacional de Protesto” e da Campanha nacional pela Anistia ampla e irrestrita. (CORREIO DO POVO, 28/03/1978).

Além dos organizadores do ato citado acima, representantes da Federação Rio-grandense de Associações de Bairro, Associação Gaúcha dos Sociólogos, Movimento de Libertação, alguns deputados (Carlos Augusto de Souza, Américo Copetti, Porfírio Peixoto, Waldir Walter e Fernando do Canto), não se intimidaram

com a atenção da Brigada Militar, que se concentrava em frente à Assembleia Legislativa, na Praça da Matriz. A presidente do MFPA-RS, Mila Cauduro, falou em seguida do pronunciamento de abertura proferido por André Forster, secretário executivo do IEPES (CORREIO DO POVO, 29/03/1978). Sinalizando para o fato de que o ato não foi uma ação isolada em Porto Alegre, mas que fazia parte do calendário nacional da resistência à ditadura, o jornal *Zero Hora* publicou no dia seguinte sob o título de “Manifestação também em Porto Alegre” que “mais de mil pessoas participaram” do ato. (ZERO HORA, 29/03/1978)

Embora o chamamento para a participação no Dia Nacional de Protesto tenha sido público, e até divulgado nos meios de comunicação, a própria direção da Assembleia Legislativa foi surpreendida com a lotação do plenário. A grande movimentação fez com que o presidente da casa, o Deputado Nivaldo Soares, despachasse um ofício ao presidente da mesa do evento, André Forster, alertando-o que “o plenário havia sido cedido para um debate sobre o tema anistia, sem qualquer correlação com as manifestações do Dia Nacional de Protestos”, atrás da mesa de debates os organizadores penduraram faixas dizendo “Anistia”, “Brasil - 28 de março – Dia Nacional de Luta”. (ZERO HORA, 29/03/1978)

O resultado do ato foi a formação de um Comitê Unitário de Luta pela Anistia no RS, integrado por “diversas entidades e setores da população”. Foi determinado o dia 11 de abril como data de lançamento de um abaixo-assinado, fruto de uma concentração de militantes no Largo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Além da capital, outras cidades do interior do Rio Grande do Sul como Caxias do Sul, Cruz Alta e Pelotas, os demais municípios receberam as listas para serem assinadas. No dia 11 de abril completavam-se 14 anos e dois dias do Ato Institucional nº1 que cassou mandatos e suspendeu os direitos políticos de cem cidadãos, dentre estes os líderes gaúchos trabalhistas, Leonel Brizola e João Goulart, que levantaram a campanha pela anistia no RS. O manifesto⁸⁵ a ser lançado

⁸⁵ O manifesto já foi lançado com o apoio de 33 segmentos, são eles: Movimento Feminino pela Anistia/RS; Diretório Central dos Estudantes da UFRGS; Associação Gaúcha de Médicos Residentes; Movimento pela União dos Trabalhadores da Educação/RS; Setor Jovem Metropolitano do MDB; Comitê de Libertação Flávio Koutzii; Diretório Central dos Estudantes da PUC/RS; Setor Jovem Estadual do MDB/RS; Grupo Graal de Teatro de Porto Alegre; Conselho Estadual de Defesa dos

publicamente enfatizou: “Hoje, 14 anos depois, este número se eleva a 4.682 cassados, além de 3.783 aposentados pelo AI-5 e demais atos de exceção, cerca de 200 presos políticos, 12 mil brasileiros no exílio, e centenas de desaparecidos.” (recorte de jornal: O Comitê Unitário lança terça manifesto pela anistia total. Acervo Lícia Peres e Mila Cauduro.)

A convite do Movimento Feminino pela Anistia-RS em 12 de abril de 1978 o general Bevilacqua, que esteve presente no lançamento do Comitê Brasileiro pela Anistia no RJ, proferiu uma palestra na Assembleia Legislativa do RS para saudar o Comitê Unitário pela Anistia no RS.

No discurso Bevilacqua defendia que a anistia era o problema político número um a ser resolvido no Brasil e inspirado nas declarações do escritor cristão, Tristão de Athayde, reiterou a “identidade entre Reconciliação e Anistia, afirmando que ‘o outro nome de Reconciliação é Anistia’”. (BEVILACQUA, 12/04/1978, p.01). O general atentou para o fato de que a anistia era uma medida emergencial para resolver todas as demais questões relacionadas à falta de liberdade. E ainda categorizou que a anistia que defendia deveria ser “ampla, irrestrita e recíproca.” (*Idem*) Dando continuidade à idéia, o convidado explicitou que além da urgência de aprovação da Anistia política, havia a necessidade, logo a seguir da primeira, de se revogar o “Pacote de Abril” e o Ato Institucional nº5.

Nos seus argumentos do quão benéfico para o país seria o instituto da anistia o general se valeu de algumas explicações e significados. Para ele a anistia cumpriria seu destino de “desarmar os espíritos, a dissipar a sementeira de ódios que as injustiças e violências provocam, a premunir as vindictas futuras, a permitir e

Direitos Humanos/RS; Centro Brasileiro de Estudos e Saúde (CEBES/RS); Setor Feminino Regional do MDB/RS; Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE-UFRGS); Diretório Acadêmico dos Institutos Unificados (DAIU-UFRGS); Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura (DAFA-UFRGS); Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação (DAFE-UFRGS); Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR-UFRGS); Centro Acadêmico Sarmiento Leite (CASL-UFRGS); Centro Acadêmico Tasso Correa (CATC-UFRGS); Diretório Acadêmico da Biblioteconomia e Comunicação (DABICO-UFRGS); Centro I da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Centro Acadêmico Visconde de Mauá (CAVM-PUC/RS); Centro Acadêmico São Thomás de Aquino (CASTA-PUC/RS); Diretório Acadêmico dos Estudantes de Física (DAEF-UFRGS); Diretório Acadêmico dos Estudantes de Geologia (DAEG-UFRGS); Diretório Municipal do MDB de Viamão; Setor Jovem Municipal do MDB de Caxias do Sul; Setor Jovem Municipal do MDB de Cruz Alta; Setor Jovem Municipal do MDB de Garibaldi; Setor Jovem Municipal do MDB de São Luiz Gonzaga; Setor Jovem Municipal do MDB de São Leopoldo; Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES-MDB); Sucursal do jornal “Versus”.

promover a Reconciliação” e a medida alcançava, ainda, “o perdão, o esquecimento, o eterno silêncio” (BEVILACQUA, 12/04/1978, p.02). Defendendo as ações cristãs e a moralidade, o Duque de Caxias apareceu dentre os exemplos a serem seguidos, segundo o palestrante, a memória do homem que ficou conhecido como “O Pacificador” deve ser cultuada.

Ao se colocar favorável às instituições democráticas, uma das preocupações que o general Peri deixou transparecer na sua fala, ainda no ano de 1966, em uma entrevista concedida por ele e pelo General Olympio Mourão Filho à revista *Manchete*, era a de que a nação não deveria permanecer dividida, alimentada pela dicotomia entre os civis e militares. E por isso a anistia devia ser recíproca, para que fosse justa aos dois lados:

Para haver equidade, a anistia deverá abranger todos os crimes políticos praticados por elementos de ambos os lados. Assim, os torturadores de presos políticos, por exemplo, deverão ser abrangidos pela anistia, mesmo que as consequências do seu procedimento criminoso tenham sido a morte de suas vítimas. (BEVILACQUA, 12/04/1978, p.10)

As breves palavras do general demonstram a sua concepção de anistia, que sugerem o esquecimento de mortes e arbitrariedades como tarefas simples a serem executadas por uma sociedade passiva. Sobre a reparação de injustiças com agentes da instituição militar, Bevilacqua, que havia sido cassado pelo AI-5, confessou que não lutava pela anistia prevendo um benefício pessoal, mas havia casos como o do Capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho (talvez uma exceção à regra), fundador do Para-Sar (unidades especiais da Aeronáutica destinada a missões de salvamento de vítimas de acidentes aéreos), que deveriam ser reparados. O capitão “impediu que a sua unidade, destinada a fins humanitários, fosse transformada em Esquadrão da Morte, por isso foi atingido pelo AI-5.” (BEVILACQUA, 12/04/1978, p.11). Este episódio servia como tentativa de desconstruir a ideia de que dentro da corporação militar todos serviam à política repressiva, e estavam de acordo com a violação dos direitos humanos.

Partilhando de praticamente todas as observações feitas anteriormente acerca do discurso de Peri Bevilacqua, a historiadora Rodeghero situa o lugar de onde fala o interlocutor:

Fica claro de onde Bevilacqua fala. Ele se coloca como um militar que, apesar de ter sido contrário à tentativa de golpe de 1961, compartilhava a crença de que o Brasil estava sendo contaminado pela subversão e que as Forças Armadas, respondendo a um apelo da Nação, tinham tomado o poder em 1964, visando a restaurar a democracia. No entanto, isso não se concretizou, porque o Movimento de 31 de março fora traído. O fruto foi o filho ou produto adúltero, o AI-5. Parece, então, que o casamento entre as Forças Armadas e os apelos da Nação não gerou uma família sólida. Houve traição e adultério. Sente-se, com isso, um lamento pelo rumo que as coisas tomaram. (RODEGHERO, 2009 (b), p.135)

Nesta conjuntura de adultério à democracia o general se referiu ao AI-5 como “o maior erro político jamais cometido em nosso país.” (BEVILACQUA, 12/04/1978, p.13) e acrescentou que “a luta pela anistia ampla e irrestrita deve coincidir com a luta pela liberdade no seu sentido mais geral; pela democracia – sem adjetivos.” (BEVILACQUA, 12/04/1978, p.15). A referência a democracia “sem adjetivos” sugere que o general queria demarcar sua posição frente a uma democracia “relativa” ou “forte”, objetivo a ser alcançado após a conclusão da institucionalização do Estado de Segurança Nacional garantido pelo projeto de “distensão” do governo Geisel (MOREIRA ALVES, 2005). Para o ditador-militar Geisel a democracia plena pela qual lutavam muitos grupos durante a ditadura também era uma forma adjetivada, e ainda, utópica, diferente da democracia “relativa”, realista que se poderia oferecer (CASTRO; D’ARAÚJO, 1997, p.477)

Aproveitando a presença do general Bevilacqua na capital Porto Alegre, o presidente da Assembleia Legislativa, Nivaldo Soares, se reuniu com o convidado justamente para dialogarem sobre a situação política do país, problemas que tocavam justamente na questão democrática. A reunião contou com as líderes do Movimento Feminino pela Anistia, alguns deputados e representantes de setores do MDB.

O dia 1º de maio, em que ocorrem tradicionalmente manifestações pelo dia do trabalhador, foi um dia de atividades na região da grande Porto Alegre (capital e região metropolitana, especialmente Viamão e Sapucaia do Sul⁸⁶), contando com eventos promovidos pelo MDB. A proximidade entre os movimentos oposicionistas

⁸⁶ Dentro da programação do MDB do 1º de maio foi realizado, em Sapucaia do Sul, uma concentração de trabalhadores, no dia 30 de abril de 1978. Além de vereadores e outras autoridades locais, o evento contou com as falas de André Foster (representante do IEPES), Mila Cauduro (MFPA-RS) e Pedro Simon. (MDB-RS, 25/04/1978).

da ditadura, que se afinou especialmente depois do lançamento do Comitê Unitário pela Anistia em Porto Alegre, proporcionou que estes se apoiassem mutuamente em suas necessidades. Uma parte do MDB – especialmente a ala metropolitana, trabalhista e o IEPES – acabava por gerir a organização dos eventos e dava muitas vezes a estrutura para a feitura de material, a divulgação, o espaço físico (o Plenário da Assembleia Legislativa, ou o auditório da Câmara Municipal). A partir do Comitê Unitário as necessidades dos movimentos sociais excluídos pelo sistema ditatorial passaram a ser compartilhados, e na comemoração do dia do trabalho não foi diferente. A anistia adentrou os espaços dos sindicatos e o movimento operário, que começava a renascer de maneira organizada, aderiu à campanha pela anistia, aos moldes “ampla, total e irrestrita”, como foi estampado na “Carta de Unidade e Ação dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul” divulgado em Viamão e assinado pelo Movimento Trabalhista Metropolitano (Porto Alegre), Associação dos Trabalhadores na Industrial do Mobiliário e da Construção Civil de Viamão, IEPES-RS.

O investimento do MFPA-RS também se direcionou ao movimento estudantil que já tinha voltado às atividades mobilizatórias com sucesso. O DCE da UFRGS, desde o início do MFPA-RS em 1975, foi bastante solícito com demonstrações de apoio, diferentemente da representatividade estudantil da PUC, que apenas mais tarde demonstrou apoio. No entanto, o MFPA-RS em maio de 1978, oportunamente, enviou seus cumprimentos à vitória de uma das chapas que passou a presidir o Diretório Acadêmico Maurício Cardoso, do curso de Direito da PUC. Junto à felicitação um apelo foi feito:

Confiando na atividade vibrante dos jovens que pretendem “retomar a verdadeira posição de representantes, lutando pelos legítimos interesses do estudantado”, dentro da linha jurídica progressista da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), externamos nossa esperança em ver este Diretório desfraldar a bandeira da Anistia – da reconciliação da família brasileira – visando não só os exilados fora e dentro da Pátria, mas a liberdade de pensamento e de expressão. (MFPA-RS, 22/05/1978).

Os trabalhadores rurais também seriam apoiados nas suas necessidades e seriam beneficiados pelos demais movimentos sociais, que passaram a se articular e pluralizar suas demandas. Emanados pelo problema de 500 famílias reuniram-se na Assembleia Legislativa, no dia 29 de junho, diversos segmentos para discutir sobre a

temática da “terra para quem trabalha”. Dentre os vários apoiadores (estudantes, jornalistas, emedebistas) estava a senhora Mila Cauduro, representando o Setor Feminino do MDB.

É importante ressaltar que embora grande parte do MDB se mostrasse favorável a “nova” campanha da anistia que se alastrava sob a exigência de que fosse “ampla, geral e irrestrita”, além de Peri Bevilacqua, alguns políticos se mostraram favoráveis à reciprocidade. Ainda em abril de 1978, o senador gaúcho Paulo Brossard “defendeu a exclusão dos envolvidos em atos que classificou de “terroristas” do rol dos beneficiados pela proposta de anistia, que estava em discussão.” (DHBB, verbete Paulo Brossard. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>)

Atuando como senador pelo MDB, o advogado nascido em Bagé se mostrou um senador com alta criticidade frente às reformas do governo Geisel, segundo o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro:

Brossard foi um dos mais sérios adversários das reformas políticas do governo no Senado, tendo pronunciado uma série de discursos sobre a situação institucional e criticado diretamente o presidente Geisel. O tom incisivo de seus discursos quase levou — segundo a imprensa — à cassação de seu mandato em maio de 1977. (DHBB, verbete Paulo Brossard. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>)

Embora tenha sofrido críticas por sua posição favorável à reciprocidade⁸⁷ o senador tinha créditos dentro da oposição, em virtude de ter se mostrado uma liderança importante em situações como quando investiu esforços para que o MDB barrasse o projeto de reforma do judiciário em 1977, que deu certo e acabou gerando um desconforto em Geisel a ponto de outorgar o “Pacote de Abril”. O segundo enfrentamento aos ditadores situacionistas veio com ousadia, em meados de 1978, quando Paulo Brossard formou uma chapa com o general Euler Bentes

⁸⁷ No acervo do MFPA-RS está arquivado a minuta de uma carta escrita em maio de 1978 pelo professor da UFMG que foi cassado em 1969, Tarcísio Ferreira, endereçada ao Senador Paulo Brossard. O professor disse estar decepcionado com as últimas declarações do Senador, o qual até então era visto por com admiração. A tônica da carta pode ser verificada nesses fragmentos: “São mais fortes em mim a aspiração a um país pacificado, eliminado todo arbítrio, e a certeza de que qualquer discriminação levará a um arremedo de pacificação, em cujo ventre vão germinar de imediato mais profundas e talvez irremediáveis dissensões (sic). (...) Seria o quase-fim das esperanças se até pessoas como o senhor perdessem coerência e nitidez. (...) o senhor explicita como discrimináveis da anistia os que tentaram pelas armas o que o senhor tenta pelas palavras e talento.” (FERREIRA, 12/05/1978)

Monteiro, na intenção de se lançarem à presidência. A aliança de um general e um civil da frente única oposicionista movimentou os emedebistas, no entanto o candidato de Geisel, o general João Batista Figueiredo venceu em 15 de outubro com 355 votos contra 226 para o emedebista, de maneira indireta, no Colégio Eleitoral.

2.3 “NINGUÉM É MAIS INJUSTIÇADO NESTE PAÍS DO QUE A MULHER”⁸⁸: O MFPA-RS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

De acordo com a visão do MFPA-RS a questão das mulheres passou por modificações que foram possíveis de ser notadas a partir de 1978. A pluralidade de reivindicações proporcionada pela efervescência dos novos movimentos sociais despertou a consciência das mulheres do MFPA-RS que se mantinham na luta de maneira pacifista. A importância de um espaço reservado às mulheres dentro da política partidária passou a ser valorizada pelas lideranças do MFPA-RS. Isso pode ser comprovado quando da possibilidade da abertura de vaga à sublegenda emedebista no Senado.

Paralelo à movimentação pelo Brasil dos CBAs, e compartilhando da organização de encontros nacionais que pudessem unificar e concretizar um projeto de anistia, o Comitê Central do MFPA-RS realizou outra campanha durante o mês de junho de 1978: o apoio à presidente do grupo, Mila Cauduro, para sua indicação pelo MDB à candidatura para a vaga de suplência do Senado.⁸⁹ O apelo das mulheres foi feito ao Diretório Regional do MDB no RS:

Nós, mulheres gaúchas, considerando que nenhum partido pode ser democrático se não contar com a participação da mulher;

⁸⁸ A frase do subtítulo foi dita pela presidente do MFPA-RS, Mila Cauduro, em uma entrevista ao Diário de Notícias, publicado em 16 de junho de 1978, após a decisão de que não seria selecionada para concorrer a uma vaga para a sublegenda do Senado.

⁸⁹ De acordo com as últimas eleições brasileiras em 2010 o Tribunal Superior Eleitoral na sua legislação definiu que: Artigo 10/§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo. (negritos). Ver a legislação eleitoral na íntegra em <http://www.tse.gov.br/internet/legislacao/eleitoral.htm>

- que o MDB – Partido das Oposições – vem se propondo a corrigir as injustiças praticadas na vida social e política de nosso país;

- que a mulher brasileira se encontra, ainda, marginalizada na vida política nacional, sem acesso as bases eleitorais;

- que nossa participação é intransferível, por não crermos que os candidatos se disponham a falar em nome das mulheres defendendo seus interesses, privando-as do direito de serem ouvidas;

Apelamos a vossas senhorias, no sentido de que seja permitido às mulheres gaúchas levarem ao Senado o nome da escritora Mila Cauduro. (...)

Assinado: Lícia, Angelina, Francisca e Lygia. (MFPA, 04/06/1978)

A indicação do nome de Mila Cauduro foi levantada pelo líder da chapa emedebista Movimento de Democratização Partidária, Clóvis Paim Grivot. Quita Brizola foi uma das apoiadoras fervorosas de Mila e antes mesmo, em fevereiro de 1978, já havia demonstrado disposição para colocar em evidência o Setor Feminino do MDB. Além das companheiras de grupo a escritora recebeu o apoio, por escrito, para a sua indicação de Neusa Maria Goulart Brizola (amiga de Mila, que era madrinha do seu filho com Leonel, João Otávio); Antonieta Barone (Presidente da Associação Porto-Alegrense de Cidadãs, da qual Mila era sócia-fundadora); Coelho de Souza (ex-deputado federal e amigo do casal Mila e Raul). Segundo o Livro de Atas também se manifestaram favoráveis a candidatura de Mila: o Departamento Metropolitano do MDB e os setores Jovem e Trabalhista; os Deputados Federais Alceu Collares, Lauro Rodrigues, Cesar Prieto; os Deputados Estaduais João Carlos Gastal e Waldir Walter (MFPA-RS, Ata nº7, 20/07/1978); já no *Diário de Notícias* foram adicionados os apoios de Jussara Gauto e companheiras de Viamão, Gravataí e São Leopoldo (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16/06/1978).

É possível percebermos uma sutil modificação das concepções do grupo em relação ao papel designado às mulheres. Se durante a formação e a legitimidade do movimento a vestimenta das “senhoras pacificadoras” lhes servia, após a efervescência para o “retorno da paz” da família brasileira a ocupação feminina ganhou uma amplitude em relação aos espaços políticos. Diante dessa mudança as mulheres do MFPA se contentariam com a limitada organização e mantimento do espaço privado? Acredita-se que esse foi um dos questionamentos que passou a

conscientizá-las fazendo-as exigir um espaço “feminino” no partido, pois foi criada de maneira natural a:

Necessidade do Movimento – 1º movimento feminino organizado no Rio Grande do Sul – de intensificar seus esforços, não só para alcançar a vitória das oposições neste Estado, como para conseguir anistia às mulheres – grandes marginalizadas deste século. (MFPA-RS, Ata nº7, 20/07/1978)

Apesar do lamento por não terem conseguido levar a indicação de Mila à disputa pela vaga na suplência, o episódio serve para esclarecer possíveis transformações relacionadas ao grau de autonomia do MFPA-RS. É notável o desejo de independência em relação aos homens, por mais que continuassem a exigir o retorno destes. A representatividade masculina não era mais suficiente já que as mulheres poderiam atuar conjuntamente, mesmo no caso de lideranças como o tão citado Leonel Brizola. Embora nos primeiros anos as líderes do MFPA-RS (tanto a discreta Quita Brizola, como a pragmática Mila Cauduro, quanto a hábil Lícia Peres) tenham se utilizado de algumas práticas políticas tradicionais, elas também aprenderam com as inovações dos movimentos sociais, ao perceberem que podiam agir politicamente sem precisar delegar a terceiros, especialmente aos homens, suas posições, opiniões, funções. E isso está associado não ao desejo de tomar o poder do partido ou do Estado, mas de modificar as práticas, muitas delas ligadas a cultura política autoritária vigente.

Mila Cauduro se mostrou decepcionada com o MDB por ter sido dispensada ao querer concorrer à sublegenda⁹⁰. Em uma entrevista ao *Diário de Notícias* Mila declarou que sua situação, frente ao erro dos emedebistas em ignorar o apelo das mulheres, é um caso evidente de que “urge a lei que garanta a integração da Mulher nos quadros partidários, o que lhes permitirá o acesso às bases que elegem os representantes do povo”, e mais adiante enfatizou que o século XX era o “século da integração da mulher que trabalha, na vida sindical e política. Os partidos não poderão continuar eternamente com a representação pela metade. Precisamos

⁹⁰ Para o arenista Hugo Mardini que vivia lançando provocações à oposição o fato de o presidente do MDB regional, Pedro Simon, ter negado a oportunidade a Dona Mila Cauduro, militante pela anistia, poderia estar associado ao indesejável retorno de outras lideranças, como Leonel Brizola, e outros petebistas que obrigariam Simon a dividir sua autoridade política. Ver *Diário de Notícias*, 21/07/1978. p.02.

pensar num ‘Estatuto dos Direitos da Mulher’, conteúdo dos Direitos Humanos.” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16/06/1978)

A promoção da mulher e sua “elevação cultural, social e cívica” era parte dos estatutos do MFPA, que no RS só foi registrado em cartório como entidade civil em 1978⁹¹. Em 29 de junho, as cinco dirigentes do MFPA-RS (Mila, Lícia, Francisca, Lygia, Angelina) se dirigiram ao Tabelionato Castilhos em Porto Alegre para que os estatutos do movimento fossem reconhecidos juridicamente.

Dentre os artigos que compõe os estatutos destacamos:

Sobre a denominação:

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), fundado a 20 de junho de 1975, nesta cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, é uma entidade civil isenta de fins lucrativos, congregando mulheres – profissionais-liberais, universitárias, mães de família e trabalhadoras, que se regerá pelos presentes Estatutos e pelas leis do país. (MFPA-RS, Estatutos, 28/06/1978)

Sobre os fins:

Defender e dar apoio e solidariedade a todos os atingidos em seus direitos de homem e cidadania, assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos – subscrita pelo nosso país, e lutar pela anistia ampla, visando à pacificação da família brasileira;

Promover a elevação cultural, social e cívica da mulher, através de cursos, palestras e atuações, **no desenvolvimento de sua consciência social e cívica**, alertando-a e orientando-a para a compreensão de suas responsabilidades perante a sociedade e integração da família na comunhão social, sempre dentro de ideais democráticos. (MFPA-RS, Estatutos, 28/06/1978, grifos nossos)

Para finalizar, o vigésimo artigo expõe a finalidade da entidade: “Com a aprovação destes Estatutos, estará estruturado o Movimento Feminino pela Anistia, no Rio Grande do Sul, que dentro da ordem e das leis do país lutará para que seu ideal seja atingido – pacificar a nação e unir os brasileiros.” (MFPA-RS, Estatutos, 28/06/1978). Convém salientar que a finalização reitera que o MFPA-RS tem como objetivo “pacificar a nação e unir os brasileiros”. Mesmo após a criação do CBA’s

⁹¹ Segundo Zerbini “O MFPA é uma entidade própria, legal, com estatuto registrado no Cartório Medeiros, n 1262/15/3/76, com sede em São Paulo”. Ver DUARTE (2009, p.136).

(embora se saiba que a seção do CBA do RS não estivesse ainda efetivada⁹²) o qual definiam a anistia como ampla, geral e irrestrita, os estatutos foram registrados no RS reforçando as concepções lançadas na formulação do MFPA.

Apesar das concepções serem reforçadas é importante situarmos que a elaboração dos estatutos se deu no momento de consolidação do MFPA e por isso a reafirmação do estereótipo feminino como solidário e pela pacificação da família, para proteger e para agregar. De acordo com a interpretação de Duarte os Estatutos foram elaborados pelo MFPA paulista como “estratégia de proteção contra a repressão” (DUARTE, 2009, p.49) e na intenção de não serem reconhecidas pela polícia política como uma ameaça a ordem utilizaram-se do modelo de “Estatuto das ‘marchadeiras’, grupo de mulheres paulistas que organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (DUARTE, 2009, p.49), previamente ao golpe militar. Entretanto o momento em que as mulheres gaúchas registraram os Estatutos não privilegiava a proteção, posto que houvessem passado três anos desde a criação do movimento nos quais elas teriam passado por uma diversidade de tensões com a polícia política. Destacamos que a prioridade em registrarem os Estatutos em meados de 1978 estava associada em: Reforçar seu pioneirismo diante da possibilidade de criação do CBA no RS que congregava homens em seus quadros, e serem reconhecidas como um grupo de mulheres que alavancou a luta até aquele momento.

O exemplo da campanha em torno de Mila, na possível disputa pela vaga para a sublegenda, fez com que notássemos uma mudança no estatuto da mulher no meio político para as próprias integrantes do MFPA-RS. Ou como é defendido por Duarte:

A participação no MFPA, a exemplo de experiências, em outros estados, representou, para as mulheres, descoberta e aproximação com questões do feminismo e engajamento nos movimentos de mulheres, na segunda metade da década de 70, consolidando-se com a abertura política e redemocratização. A opção, certamente, não envolve a maioria das integrantes do grupo, nem tampouco é a única possibilidade de pensar as transformações das pessoas, no que diz respeito às relações de gênero, mas

⁹² Verifica-se em Greco (2003) que durante a 1ª Reunião Conjunta dos Movimentos de Anistia do Brasil (Brasília, 5 e 6 de agosto de 1978) apresentaram-se 14 entidades e 11 Estados. O CBA do RS estava como Comissão Provisória.

de analisar as representações da luta específica das mulheres, no momento, e hoje, já que discutem memórias produzidas no presente e podem ajudar na compreensão das mudanças e permanências, no que tange às reapropriações de identidades de gênero pelas mulheres. (Duarte, 2009, p.174)

Embora entre as lideranças do MFPA-RS, excetuando Lícia que já se dizia ligada às práticas feministas, as demais estivessem engajadas na política muito pela defesa jurídica de parentes e amigos excluídos pelo sistema político militar, é possível que a partir de suas experiências dentro do MFPA elas passassem a reivindicar um espaço para si, fosse no partido ou nos cargos políticos. Se antes de 1978 bastava que os seus representantes, homens, retornassem ao país para seguirem como seus líderes, agora era preciso que estes andassem lado a lado, poisurgia a necessidade de incluir as mulheres nos quadros partidários.

Na reunião registrada em ata em 20 de julho de 1978 realizou-se a indicação da advogada Cláudia R. Behrendorf para representar o MFPA na organização do Comitê Brasileiro pela Anistia no RS. Dias depois da reunião, a imprensa divulgou a campanha política do MDB que passou pelo interior do RS, dentre os políticos que fizeram parte da caravana liderada por Pedro Simon, se deslocaram de Porto Alegre para a região sul o casal Lícia e Glênio Peres, a socióloga representava o MFPA-RS. A vice-presidente deu a seguinte declaração: “Sentimos que com o correr do tempo, a palavra anistia cresceu, e hoje nosso movimento está ao lado de vários outros pertencentes à oposição nacional.” (ZERO HORA, 24/07/1978, p.08)

Em campanha também estavam os generais candidatos à presidência pela Arena, João Batista Figueiredo, e pelo MDB, Euler Bentes Monteiro que passaram pelo Rio Grande do Sul e foram procurados pelo MFPA-RS na intenção de travarem um diálogo sobre a anistia. O primeiro dos candidatos, o experiente militar Figueiredo, constituiu sua profissão pelo que aprendeu na Escola Superior de Guerra em 1960; na chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI) logo a seguir do golpe; na chefia do Gabinete Militar em todo o governo Médici e na chefia do ministério do SNI no governo Geisel, o qual o promoveu também para general de exército em 1977. Por todos esses anos de fidelidade às forças armadas, Figueiredo foi o candidato de Geisel e para se dedicar à campanha “deixou a chefia do SNI em 15 de

junho de 1978.” (DHBB, verbete João Batista Figueiredo, <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>). O segundo candidato, representando a Frente Nacional pela Redemocratização, contou com o reforço do MDB. Os opositoristas lançaram o antigo chefe do Departamento de Material Bélico do Exército, general Euler Bentes Monteiro⁹³, que teve ao seu lado como candidato à vice-presidência o Senador gaúcho, Paulo Brossard.

Embora as eleições fossem indiretas o candidato que se preocupou em se inteirar da realidade do empresariado gaúcho foi Figueiredo. Nesta visita a Porto Alegre, ficou hospedado no Hotel Plaza São Rafael, o Comitê Central do MPFA-RS não poupou esforços e tentou, embora tenham perdido tempo, uma conversa pessoal a fim de entregar a Figueiredo um documento fazendo-lhe um apelo pela anistia ampla e irrestrita para o alcance da reconciliação da família brasileira; e insistiram no “estabelecimento de uma representatividade idêntica de homens e mulheres nos partidos.” (ZERO HORA, 29/07/1978). De acordo com o jornal *Zero Hora* as mulheres teriam ficado horas esperando no saguão do Hotel uma oportunidade para falar pessoalmente com o candidato oficial à presidência, o qual teria atalhado o caminho para chegar ao quarto sem passar pelo saguão. Já no *Correio do Povo* a nota revela que o ofício foi entregue ao general Figueiredo (embora saibamos que foi entregue pelo secretário do General, Paulo Flores) assinado por: Mila Cauduro, Lícia Peres, Francisca Brizola Rotta, Lygia de Azeredo Costa, Cláudia Maria Behrendorf, Helida Liane de Figueiredo, Catarina Oliveira, Juclly Vinhas Py, Enid Backes.⁹⁴

A agenda do candidato arenista foi bastante movimentada na segunda viagem de campanha pelo RS. O general se reuniu com o Cardeal Vicente Scherer, políticos, trabalhadores e estudantes, concedeu uma entrevista coletiva, se reuniu com empresários e com o Diretório Regional da Arena gaúcha. O candidato parecia

⁹³ O general Euler Bentes Monteiro foi um dos primeiros a aderir a “Frente Nacional pela Redemocratização, movimento que objetivava reunir setores civis e militares de oposição ao governo.” também carregava experiência em finais de 1970 e também passou pela Escola Superior de Guerra durante sua trajetória militar. Ver mais em DHBB, verbete Euler Bentes Monteiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>.

⁹⁴ Os nomes não só do Comitê Central, mas das filiadas revela a participação das mesmas. Ver capítulo 3 lista de filiadas.

muito seguro da sua vitória, disse à imprensa que faria do país uma democracia e minimizou a importância da Frente pela Redemocratização (JORNAL DO BRASIL, 29/07/1978).

A Frente Nacional pela Redemocratização, inicialmente representada pelo possível candidato emedebista Euler Bentes Monteiro e pelo senador mineiro Magalhães Pinto (anteriormente arenista), esteve presente para uma sessão promovida pelo MDB. Ressentidas novamente por não terem sido convidadas a participar da mesa do encontro da Frente, Mila não deixou de procurar Euler juntamente com as companheiras Lícia, Francisca, Catarina de Oliveira (representante do Movimento em Viamão) e Suzana Barcellos⁹⁵. O ofício entregue ao general Euler tinha o mesmo caráter daquele que as mulheres tentaram entregar nas mãos de Figueiredo, pedia que a anistia ampla e irrestrita fosse incluída em sua pauta de governo e que o tratamento dado às mulheres no âmbito político fosse de igualdade com os homens, de forma que juntos pudessem lutar pelos direitos de todos.

O direito ao voto feminino, concedido pela legislação de 1932 no governo Vargas, foi destacado pelo MFPA-RS em 24 de agosto de 1978, entre os feitos do gaúcho em uma nota de jornal publicada pelas mulheres que homenagearam o “imortal presidente” no *Correio do Povo* e na *Zero Hora*. A homenagem também servia como informativo de que as representantes do movimento depositariam flores junto a “Carta Testamento”, na Praça da Alfândega além de lembrarem os brasileiros que: “independente do credo religioso, o grande estadista que, na sabedoria do poder, atendeu aos anseios políticos, concedendo o voto secreto, o voto feminino, a anistia ampla, e os anseios dos trabalhadores, outorgando a legislação trabalhista.” (ZERO HORA, 24/08/1978).

Notemos que os feitos lembrados pelas mulheres do MFPA-RS estão diretamente associados às demandas daquele momento não apenas em relação a

⁹⁵ A Bioquímica parece ter se aproximado do grupo ao fazer contatos com o escritor de *Liberdade para os brasileiros – Anistia ontem e hoje*.

anistia, mas ao voto feminino (ou o direito de serem votadas!); ao voto secreto (já que corria um projeto de lei do Deputado Fernando Gama (MDB-PR) que instituía o voto secreto para o Colégio Eleitoral que votaria em 15 de outubro para o Presidente da República, eleição até então nominal (ZERO HORA, 24/08/1978); e às demandas dos trabalhadores que já começavam a reconfigurar o “novo sindicalismo” a fim de coordenarem greves e manifestações ao final dos anos 1970.

A primeira parceria do MFPA-RS com o CBA-RS apareceu em uma nota de jornal. Tratava-se de uma ação que seria desenvolvida por um grupo de cassados e familiares de desaparecidos, estes seguiriam para Brasília em agosto de 1978 tendo por objetivo pressionar os Deputados Federais e Senadores a aderirem a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Na reunião realizada na Assembleia Legislativa as duas entidades votaram em representantes para participarem do Encontro Nacional pela Anistia, promovido pelo CBA.

No caso dos exilados, o CBA de Paris – Comité Brésil pour l’amnistie – expediu um ofício em agosto de 1978 aos companheiros, desconstruindo a versão da imprensa brasileira de que um grande volume de exilados estaria a caminho do Brasil. E asseguraram que “somente uma anistia geral e irrestrita para todos os presos, perseguidos, exilados e banidos permitirá a volta de todos nós.” (COMITÉ BRÉSIL POUR L’AMNISTIE, 1978). A insegurança dos exilados em retornarem ao país estava associada não apenas ao aparelho repressivo como também a ações dos próprios grupos de extrema direita que trabalhavam para evitar o retorno democrático. Estes grupos em suas ações violentas deixavam marcas que responsabilizassem os movimentos que lutavam pelas liberdades democráticas. O próprio MFPA-RS foi envolvido em uma ação dos grupos de direita, que os associou aos comunistas, considerados inimigos pela ditadura. Panfletos foram distribuídos na capital baseados nos discursos geralmente difundidos pelos grupos de oposição à ditadura, e pedindo por anistia, constituinte, etc. Ao final do texto uma foice e um martelo, símbolos comunistas, apareciam e a assinatura se referia ao MFPA, aos diretórios estudantis e ao Setor Jovem Metropolitano. As ameaças, provocações, ou mesmo atentados e vandalismos eram realizadas por grupos de direita

descontentes com as pressões exercidas pelos grupos legais de oposição na intenção de culpabilizá-los, a fim de que a polícia política os enquadrasse na Lei de Segurança Nacional. A segurança interna no país seguia como infeliz incógnita.

A referência do MFPA-RS como informante da situação brasileira para os exilados já era considerada pelas relações que as mulheres tinham com Brizola, com os banidos não foi diferente, o tratamento, a busca de informações através do grupo pode ser comprovada em uma carta que a presidente do MPA-RS, Mila Cauduro, recebeu cujo texto revela:

Estimadas companheiras do Movimento Feminino pela Anistia do Núcleo de Porto Alegre

Eu Delci Fensterseifer nascido em Taquari dia 9.10.1945 fui banido em janeiro de 1971 vivo hoje como imigrante político na República Democrática (sic) Alemã .

Já enviei meu curriculo (sic) para o M.F.P.A. de M.G. na falta de vosso enderese (sic). (...) Me diricho (sic) desta vez a vossa organisacoa (sic) para pedir-lhe um grande favor que é o seguinte;

Como digo no curriculo (sic), minha família é de pouca instrução. Mamãe sempre pede que volte para o Brasil. A ultima carta que dela recebi me dizia que agora o governo permitia minha volta, e se eu não voltase (sic) por que não queria. Minha família não entende política e assim não entende minha situação. Gostaria sefor possível de parte Vossa, alguma pessoa do M.F.P.A. fosse falar com a minha família e lhes esplicasem (sic) que minha volta não depende de minha vontade mas do momento político e da situasao (sic) geral do Brasil, se da minha vontade depentese (sic) não viveria fora do Brasil. (...) Não quero abusar da vossa vontade, lhes percunto (sic) se acaso seria possível enviarme (sic) alguma revista ou jornal que fale sobre o movimento, assam (sic) como da situasão (sic) brasileira em geral. Os amigos que tive no R.G.S. não dão sinal de vida, minha família não conta com a possibilidade de comprar revistas, como é de vosso conhecimento o operário brasileiro só tem direito de apertar o sinturao (sic), esta segunda parte é seguntaria (sic). (FENSTERSEIFER, 1978)

A carta do banido revela duas condições: a primeira diz respeito à repercussão do MFPA, que embora tenha sido acionado primeiramente o de Minas Gerais, comprova-se o conhecimento acerca da solidariedade que este poderia prestar aos brasileiros exilados. A segunda diz respeito à falta de confiança nas autoridades e a descrença em um retorno seguro.

Interessante notar que na própria carta, as integrantes do movimento fizeram uma anotação a lápis que diz: “a família foi visitada/enviamos informações.”. Pelas pesquisas realizadas Delci⁹⁶, metalúrgico na época, agiu como colaborador na expropriação mais bem sucedida das organizações de esquerda da época: o caso do cofre da amante do ex-governador paulista Adhemar de Barros; o metalúrgico teria sido levado do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro pelo gaúcho Carlos Araújo. Em 1970 Delci teria participado de treinamento guerrilheiro em sítios adquiridos especificamente para esta finalidade pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada por Carlos Lamarca. Poucos meses se passaram até que fossem descobertas estas bases de estudo e treinamento o que provavelmente ocasionou a prisão e o posterior banimento de Delci. Após a carta escrita ao MFPA-RS, em 29 de dezembro de 1978, Delci foi incluído no grupo de pessoas que poderiam retornar ao Brasil pelo Decreto 82.960⁹⁷, que determinou a revogação dos banimentos.

Preocupados com a situação dos banidos, exilados e presos políticos os escritores Roberto Ribeiro e o historiador Hélio Silva estiveram na Assembleia Legislativa, em 12 de setembro de 1978, a fim de realizarem um debate público sobre a anistia. A fala tinha como propósito lançar o livro *Liberdade para os Brasileiros – Anistia Ontem e Hoje*, escrito por Martins, o qual trazia o prefácio de Silva. Momentos antes do debate, os representantes do MFPA-RS e do MDB levaram os escritores ao encontro do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Nivaldo Soares. O evento foi promovido pelo MFPA-RS, pelo Setor Jovem Metropolitano do MDB e pela Editora Civilização Brasileira S/A. Os estudantes, especialmente da UFRGS, compareceram ao Plenarinho e no dia seguinte realizaram

⁹⁶ Esse documento suscitou curiosidade e buscamos notícias atuais de Delci. No início do ano de 2009, a partir do endereço dos pais do mesmo citado na carta de 1978, localizamos o telefone de uma cunhada que nos revelou que Delci atualmente reside em São Paulo e que vem ao RS geralmente em datas festivas visitar a mãe ainda viva. Seu nome consta na lista de indenizados políticos pelo Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei n.º 11.042/97, completada pela Lei n.º 11.815/02. As fontes online que citam Delci estão ligadas a versão militar dos fatos que incriminam os militantes políticos de esquerda. Disponível em: <http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=2927&Itemid=86>.

⁹⁷ O decreto encontra-se em anexo.

uma caminhada em torno das Faculdades de Direito e de Filosofia no centro de Porto Alegre, em solidariedade contras as prisões de estudantes realizadas em São Paulo e no Recife. Com faixas “soltem os companheiros da convergência”, referindo-se aos integrantes da Convergência Socialistas que foram presos e “anistia ampla e irrestrita”, segundo uma nota do Correio do Povo (13/09/1978), os universitários chegaram a atrapalhar o trânsito daquela região da capital.

Dias antes deste evento, Lícia Peres viajou para a sua terra de origem, Salvador, na condição de vice-presidente do MFPA-RS para participar do I Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia, onde seriam tratados os preparativos para o Congresso pela Anistia, a ser realizado em novembro na cidade de São Paulo. A socióloga ficou encarregada, entre outras demandas, de contar sobre a situação do caso Flávia Schilling⁹⁸, gaúcha presa em cárceres uruguaios desde 1972. Durante este encontro, embora o MFPA-RS seguisse “à risca” o ideário de movimento aos moldes do de São Paulo, duas situações demonstraram que o fato de respeitarem o movimento precursor não significava que fossem submissas às opiniões da presidente nacional. A primeira divergência travada entre Lícia Peres e Zerbini foi em relação à votação durante o Encontro Nacional, na qual a paulista defendeu que o MFPA como um todo fizesse um voto, enquanto a representante gaúcha defendeu que cada estado deveria votar, opinião que foi acatada pela presidente nacional, na condição de que cada voto fosse justificado (JORNAL DO BRASIL, 08/09/1978). A segunda divergência foi em relação à presença dos jornalistas no evento, em consequência da publicação de um jornal do sul que teceu críticas quanto à falta de unidade entre as participantes do encontro. A partir desta nota Zerbini exigiu que os jornalistas “sem caráter” se retirassem do Encontro, o que foi contestado por Lícia Peres que, como esposa do jornalista Glênio, “se pôs contra a generalização do trabalho da imprensa” e não admitia que o movimento viesse incorrer no erro de “cercear a liberdade de imprensa”. Por votação foi permitida a presença da imprensa. Diante desses episódios podemos notar a heterogeneidade de opiniões que sustentavam as dirigentes estaduais.

⁹⁸ Este assunto está melhor explicitado em um dos itens deste capítulo.

O resultado do Encontro foi a elaboração de um documento intitulado *Carta de Salvador*⁹⁹, no qual foram tratados três pontos: a qualificação da anistia pela qual os movimentos lutavam, a relação da anistia com as liberdades democráticas e a relação da anistia com as reformas políticas.

No primeiro ponto destacamos:

A Anistia deve ser AMPLA - para todos os atos de manifestação de oposição ao regime; GERAL - para todas as vítimas dos atos de exceção e IRRESTRITA - sem discriminações e exceções. (...)

Entendemos, ainda, que a conquista da Anistia não pode vir só. Ela exige a eliminação dos atos e leis de exceção, o estabelecimento das leis e mecanismos de livre representação e participação popular, além do fim radical e absoluto das torturas, bem como a responsabilização criminal dos que a praticam. Caso contrário, ficar-se-á à mercê do arbítrio da minoria no poder, que legisla e ordena a sociedade em função de seus interesses. (...)

Reafirmamos que Anistia não é uma dádiva, mas sim uma conquista a ser feita por todos os brasileiros.

No segundo ponto:

A luta pela Anistia é necessária e imprescindível para a obtenção de uma conquista maior: as liberdades democráticas. (...)

A luta pela Anistia se vincula, desde logo, com as lutas de todo o povo brasileiro por melhores condições de vida e de trabalho, por melhores salários, contra o aumento do custo de vida, por melhores condições de alimentação, habitação, transporte, educação, saúde e pela posse da terra para os que nela trabalham.

No terceiro ponto:

Os Movimentos pela Anistia denunciam as reformas pelo que elas verdadeiramente são: o esforço para institucionalizar o arbítrio, marginalizar os setores populares e eternizar o grupo governante no poder.

E finalmente: “A conquista da Anistia depende, fundamentalmente, da transformação de sua luta em movimento de massas, que a amplie para todas as regiões e grupos sociais.” (CARTA DE SALVADOR, 09/09/1978).

A *Carta de Salvador* passou a ser o “documento base dos Movimentos pela Anistia” (CONGRESSO NACIONAL PELA ANISTIA, 10/1978) e como foi acatado pelo MFPA, podemos entender e afirmar que o *Manifesto da Mulher Brasileira*, até então

⁹⁹ Foi assinada pelas entidades presentes como: os Comitê Brasileiros pela Anistia de RJ, SP, BA, norterio-grandense, goiano, londrinense, paranaense, Feira de Santana (BA); os Movimentos Femininos pela Anistia de SP, BA, MG, CE, PB, RS, SE, PE, matogrossense.

utilizada como “espinha dorsal” foi substituído. Percebemos a distinção entre o discurso do documento aprovado pelos movimentos pela anistia dos diversos lugares do país e o discurso até então repetidamente disseminado pelo MFPA-RS. A partir dos eventos que passaram a reger o caminho pelo qual deviam seguir os movimentos sociais e que partiriam para ações embasadas em documentos e manifestações concretas, no sentido de pressionarem o governo, a posição enérgica e de radicalidade foi a que imperou durante os encontros das entidades. Este passou a ser o comportamento característico daquelas pessoas que se engajaram pelas liberdades democráticas.

No mês de outubro do ano de 1978, o MFPA-RS deu atenção ao problema das crianças que viviam desamparadas, de forma desumana, uma situação comum em todo o país. A atenção foi dirigida para os menores depois de uma visita oficial da Ministra da Saúde e da Família da França, que sugeriu que fosse firmada uma política de “adoção-exportação” das crianças brasileiras para lares franceses. Diante da denúncia da vida indigna dos pequenos brasileiros, o MFPA-RS se manifestou no intuito de que a anistia devia alcançar também as crianças abandonadas.

O significado de anistia neste momento parece se aproximar muito do significado de liberdade, pois era preciso anistiar as crianças emparedadas pelo sistema de desigualdade social, cultural e político; era preciso libertar as crianças que sem oportunidades cresciam em condições de miséria; era preciso anistia ampla para garantir que todos vivessem de forma digna. De acordo com essa posição, Pedro Simon julgou bastante pertinente a iniciativa do MFPA-RS, o que não deixou de ser igualmente uma maneira de se aproximar do movimento. Devemos lembrar que desde a negação de participação de Mila Cauduro de concorrer ao posto político suas relações estavam estremecidas. O Deputado Federal César Prieto escreveu para Mila Cauduro de São Paulo na intenção de cumprimentar o MFPA-RS pela questão que levantou em relação às crianças brasileiras, e na oportunidade, teceu comentários acerca da manifestação de apoio de Simon diante da proposta do MFPA-RS de estender a anistia às crianças. De forma a ridicularizar o candidato emedebista ao Senado, César referiu que “esse trabalho do Movimento Feminino

(...) é tão importante, que até o Ali Babá do Simon a ele se associou, na hora eleitoreira.” (CÉSAR PRIETO, 13/10/1978). Junto de um recorte de jornal no qual Pedro Simon se declarou favorável à iniciativa do MFPA-RS há uma frase escrita a lápis por uma das mulheres que diz: “Veja como o ‘jovem’ euro dou [aprovou] o documento do MFPA.” A referência do jovem entre aspas sugere certo deboche em relação ao presidente emedebista, provavelmente pelo fato de este querer a simpatia da ala jovem emedebista que seria a mais próxima do MFPA-RS, lembremos que em outubro faltava um mês para as eleições para o senado.

O jornal *Zero Hora* noticiou em 19 de outubro de 1978 o andamento dos preparativos do Congresso Nacional pela Anistia, a ser realizado em São Paulo nos primeiros dias de novembro. Os nomes confirmados (Lélio Basso – presidente do Tribunal Bertrand Russel; André Jacques (jurista francês); Joan Baez (cantora norte-americana), os convidados especiais (OAB, CNBB, SBPC, ABI, Comissão de Justiça e Paz de SP, MDB, Comissão Pró-UNE), e os objetivos (tiragem de uma coordenação nacional das entidades de anistia; o levantamento da situação de presos, exilados e banidos; a análise das instituições, como a Universidade, atingidas durante a ditadura) do Congresso mobilizavam 21 entidades pela anistia no Brasil que desde a reunião em Salvador organizavam o evento.

Durante o preparo e concretização do Congresso Brasileiro pela Anistia “a luta pela Anistia vai se ampliar, politizar e envolver os mais diversos setores da sociedade” (GRECO, 2003, p.69), cerca de mil pessoas (GRECO, 2003, p.90) esteve presente no I Congresso. As entidades participantes dos grupos de trabalho deveriam preparar previamente materiais que pudessem facilitar as discussões em grande público. Foi apresentada pelo MFPA a palestra “O papel da mulher na conjuntura brasileira”, em que as mulheres expuseram muitos dos dados já publicados no Boletim Maria Quitéria e dos projetos do MFPA em relação ao papel da mulher na sociedade. De acordo com Greco:

A estrutura organizativa do Congresso Nacional pela Anistia demonstra com clareza o caráter, as formas de luta e o raio de ação do movimento. Constituem-se as seguintes comissões de trabalho: atingidos; familiares de presos e ex-presos políticos; familiares de mortos e *desaparecidos políticos*;

familiares de exilados e banidos; aposentados e cassados; instituições científicas; advogados; artistas; estudantes; jornalistas; mulheres; negros; operários; parlamentares e candidatos; professores; profissionais liberais; profissionais de saúde. (GRECO, 2003, p.93)

O documento levado pelo MFPA-RS ao Congresso pela Anistia, intitulado “Tese para o I Congresso Nacional pela Anistia apresentada pelo Movimento Feminino pela Anistia – seção do Rio Grande do Sul”, foi assinado por Raquel C. Waldow¹⁰⁰, Mila Cauduro, Lícia Peres, Francisca Brizola, Lygia de Azeredo Costa. No texto foi enfatizada a ideia de ampliação da Anistia, como uma luta que pudesse congrega as demandas dos movimentos populares em geral. A divulgação da campanha pela Anistia pelos setores populares, vilas, regiões metropolitanas de Porto Alegre, no intuito de alcançar não somente as entidades organizadas, como a população como um todo foi bem aceita no Congresso Nacional. A ideia de popularização da Anistia foi proposta pelo MFPA-RS com o seguinte entendimento:

Pela presença sistemática de elementos da Anistia em reuniões sindicais, assembleias de bairros e associações de vila, extrapolando a nível de diálogo o caráter anti-carcerário imediato da anistia e colocando a necessidade urgente de que se anistie um povo inteiro de sua condição de sub-salário; sub-alimentação; sub-vida, mediante a organização de setores populares em torno (sic) de suas reivindicações, elegendo a nível de vila – comissões de custo de vida; de controle (sic) de preços e de... Anistia. É levando a vila a participar da anistia e a Anistia a fazer-se presente no conjunto das lutas populares, e levantando como bandeira prioritária a ser assumida pelo movimento a questão do “preso social!” que é uma categoria discriminada a nível de classe que integra o preso político. É justamente a liderança social emergente, incluído em justiça... comum. Assim estaremos dotando a luta pela anistia de seu caráter político-ideológico prioritário ou seja seu caráter de reivindicação nacional, seu caráter profundamente transformador como luta de aglutinação popular. (Tese para o 1º Congresso Nacional pela Anistia apresentada pelo Movimento Feminino pela Anistia – seção do Rio Grande do Sul, 24/10/1978, grifos originais)

A tese levada pelas integrantes do MFPA-RS Lícia, Francisca Brizola, Raquel Cunha e Enid Backes foi muito bem recebida e teve ampla repercussão no Congresso por priorizar a popularização da Anistia. No próprio documento dizia que o movimento estabeleceu uma parceria com cartunistas da região para utilizarem a

¹⁰⁰ Raquel era presidente do CBA-RS, interessante notar que ao lado do nome dela está colocado MFPA-RGS.

temática da anistia em suas charges e revistas em quadrinhos criando assim uma maneira pedagógica de aproximar a anistia das demandas populares. Na Ata nº7 foi registrado por Lícia que o cartunista Marco Aurélio foi o produtor da ilustração do panfleto que foi distribuído nas vilas populares de Porto Alegre, em Viamão, em São Leopoldo e outros municípios. Também foi registrado que além da generosidade dos artistas em contribuírem com seus traços favorecendo a causa da anistia, a tesoureira Francisca Brizola Rotta foi a responsável por levantar os meios financeiros para que as integrantes comparecessem nos encontros pela anistia em outros estados.

Sem custo, as pessoas que circularam na XXIV Feira do Livro de Porto Alegre recebiam panfletos com a história em quadrinhos *Anistia: sua casa, sua pátria, seu lar*. A circulação de pessoas, populares e autoridades políticas, pela feira proporcionou um momento positivo para que fosse debatida a situação política do país.



Imagem 2 – História em Quadrinhos, pelo chargista Marco Aurélio, a fim de divulgar a campanha pela Anistia

Em meio aos interessados da feira o interlocutor do MFPA-RS foi o vereador porto-alegrense Glênio Peres, que embora estivesse com seu mandato cassado, circulou por entre as pessoas distribuindo o material impresso e divulgando a frase de ordem “Anistia total e irrestrita”. Nem mesmo o governador Guazzelli foi poupado do informativo e, segundo o noticiário na imprensa, a sua manifestação quando recebeu o panfleto foi de empolgação de forma a parecer, publicamente, favorável à ideia. A simpática receptividade do governador arenista à iniciativa oposicionista tem relação com as cobranças ao governo sobre o sequestro dos uruguaios no Rio Grande do Sul.

Em 12 de novembro de 1978 dois adultos e duas crianças, de nacionalidade uruguaia, Lílian Celiberti, Universindo Díaz, Camilo (8 anos) e Francesca (3 anos) foram detidos e presos em Porto Alegre¹⁰¹. O caso repercutiu nacional e internacionalmente em meio a vigência da Operação Condor, em que a polícia brasileira cooperou com o exército uruguaio de forma a prender integrantes do Partido por la Victoria del Pueblo (PVP), em uma operação chamada “Zapato Roto” (BAUER, 2006, p.235). Atualmente Lílian reside em Montevideu e vive ativamente em prol dos Direitos Humanos além de coordenar uma Organização não-governamental feminista chamada Cotidiano Mulher, ela narrou, em obra recente *Luta, Substantivo Feminino*, a situação dramática que viveu:

No domingo, 12 de novembro de 1978, fui à rodoviária de Porto Alegre esperar uma companheira. Eram 9 horas da manhã. Alguém, com tom amável, pediu-me os documentos. Entreguei o passaporte uruguaio e me conduziram a um escritório. Até então, eu pensava que era um controle de rotina. Fazia pouco que eu tinha chegado ao Brasil com meus filhos e, apesar de saber das novas detenções em Buenos Aires e Montevideu, achei que não devia me preocupar. Mal entrei no escritório da rodoviária, um homem uruguaio me cumprimentou. Lembro-me dele: capitão Giannone. Havia criado uma fama de cruel e parecia desfrutar dela. A presença do militar uruguaio junto dos policiais brasileiros não deixava dúvidas de que se tratava de uma ação coordenada de repressão. Em pouco tempo, encontrei-me nua na delegacia de Porto Alegre, com cabos elétricos nos ouvidos e nas mãos.

¹⁰¹ Ver mais em CUNHA, Luiz Cláudio. Operação Condor. O Sequestro dos Uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM, 2008; REIS, Ramiro. Por que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez foram sequestrados? Resistência uruguaia em Porto Alegre no final da década de 1970. Estudos Históricos, 2009. Disponível em: http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/ramiro-reis.pdf. Acesso em 2010.

As descargas e a água, as descargas e a água, as descargas e a água, pensando no perigo que meus filhos corriam e nos filhos desaparecidos de Sara, de Maria Emilia. O medo se sente nos intervalos, quando os choques elétricos cessam; quando eles o aplicam, você sente dor. O verdadeiro medo é o que se sente quando essa sessão de tortura termina e você sabe que vai começar a outra, ou quando não começa nada, mas você está lá esperando, paralisada por essa sensação, talvez a mais terrível que se pode sentir. Nesse momento, o que mais dói é a humilhação de estar lá, uivando, com o corpo empapado de merda e pulando sem poder controlar, pulando sem que a sua vontade possa impedi-lo. O objetivo da tortura é esse: vilipendiar você como pessoa, que seu corpo e sua vontade percam o controle e você se sinta um montão de carne, ossos, merda, dor e medo. Não tive nenhuma informação sobre o destino dos meus filhos até o final daquele ano, quando obtive notícias por meio de um soldado que teve piedade de mim. (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010, p.92).

Enquanto os companheiros de militância foram entregues por militares brasileiros às autoridades uruguaias que, conseqüentemente retornaram para as prisões uruguaias, os filhos de Lílian ficaram sob a guarda da avó materna. Pelo Brasil corria a campanha pelo esclarecimento do caso e soltura dos banidos uruguaios. De acordo com Greco (2003) a denúncia do sequestro de Lílian e Universindo junto aos casos dos brasileiros presos no Uruguai e na Argentina:

Imprimem caráter internacionalista à luta, revelando a existência de um pacto da repressão firmado pelas ditaduras em vigor no Cone Sul da América Latina: **“Pelo fim da repressão em todos os países”** - é a palavra de ordem adotada então pelos CBAs. (GRECO, 2003, p.93, grifo da autora)

A confiança dos uruguaios no MFPA-RS foi depositada antes mesmo do seu sequestro, pois estiveram em contato com o grupo de mulheres em busca de segurança para um dossiê que organizavam denunciando as violações dos Direitos Humanos no Cone Sul, Lícia relata:

Teve também o caso da Lílian Celiberti, que ela me telefona e eu não sabia quem era, e ela me liga com um sotaque assim espanhol e queria falar que tinha uma denúncia para fazer, mas a gente também vivia [com medo] ninguém se reunia sozinho com alguém, e marcamos na ocasião uma reunião na casa da Mila, chamamos o núcleo todo. Eu me atrasei 15 minutos, quando eu cheguei eles já tinham saído de lá, eu perguntei: “Gente o que eles disseram?”; “Olha Lícia, era um casal que estava preocupado, apavorados, tinham as crianças, preocupados com os filhos, ela estava muito abalada.” E deixaram um caderno denunciando toda essa rota repressiva dentro do Cone Sul. Em seguida telefonaram para a Mila, o Delegado da Polícia Federal disse: “Você recebeu um casal?”, para você ver como eles estavam sendo perseguidos. Quando ela me ligou eu disse: “Fica em casa, que eu vou para aí”, e fui com a Dilma, eu disse: “Dilma, houve um problema e tal e a polícia

está convocando a Mila para ir lá, e aí a Dilma disse: Ganhe tempo Mila e de tarde você diz que vai e quando ele ligar diz: olha eu não levei isso a sério, só vou se for oficialmente convocada, um convite da Polícia Federal eu não aceito. O tratamento é esse, não é? Ela disse não, não tenho dúvida. Aí lá eu pensei, já sabem que foi aqui na reunião, se entrarem rachando vasculharem, se levarem o documento eles vão... eles vão ser até fuzilados esses dois como traidores, porque já estão atrás deles, pegam eles, se tem uma denuncia daquele porte. Daí peguei o caderno, trouxe aqui para casa eu e a Dilma, como é que a gente vai tirar esse caderno? onde é que esse caderno está seguro? Folheamos... se você me perguntar se tinha a palavra Operação Condor, eu acho que tinha, mas não te asseguraria, olha quantos anos, mas que tinha a questão da conexão isso tinha claramente, era um dossiê... Bom, aí como é que a gente vai tirar esse caderno daqui, aí a Dilma lembrou que tinha um rapaz que ia para São Paulo e que a parente dele era amiga do Dom Paulo Arns, eu digo lá está seguro, aí ele se prontificou a levar sabendo o que era, aí ele tirou o caderno daqui e levou para lá. (PERES, 2009)

Lamentavelmente este documento não foi recuperado e o fim do ano de 1978 não trouxe nenhum dos Flávios (Schilling e Koutzii) de volta ao Brasil e nem mesmo os uruguaios foram liberados para o asilo político novamente. Os votos de Natal e Ano Novo de Therezinha Zerbini para Mila Cauduro chegaram em um cartão personalizado com a pomba do MFPA acompanhado pelos célebres versos do poema de Fernando Pessoa “tudo vale a pena, quando a alma não é pequena”. Interessante notar que no cartão de natal, Zerbini teceu comentários acerca de um diálogo seu com Raquel Cunha presidente do CBA-RS, e membro do MFPA-RS, que lhe informou sobre o caso Flávia Schilling. A presidente nacional dividiu com os demais participantes do Encontro do Centro Brasil Democrático uma moção de apoio à Flávia, mas deu a entender a sua concorrência com o CBA, pois embora Raquel tenha levado as informações do RS representando as duas entidades, Zerbini comentou no cartão “falei em nosso nome, pois nós temos vida própria e identidade desde 1975.” (ZERBINI, 18/12/1978). Com a perspectiva de transformar o MFPA em Centro Feminino de Direitos Humanos, Therezinha desejou votos de felicidade ao MFPA-RS por meio de Mila Cauduro, antes do ano de 1979 que se aproximava.

2.4 O ENVOLVIMENTO DO MFPA-RS PARA O RETORNO DOS “FLÁVIOS”

Flávia Schilling¹⁰², Flávio Koutzii¹⁰³ e Flávio Tavares¹⁰⁴, além de serem gaúchos, da semelhança dos seus nomes, tiveram trajetórias de resistência à ditadura, prisões arquitetadas pelos militares dos países vizinhos Uruguai e Argentina, e campanhas por suas liberdades que marcaram o final dos anos 1970 em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e no Brasil. A jovem estudante de Medicina Flávia, natural de Santa Cruz do Sul, tinha apenas 19 anos quando presa em 1972, em Montevideú. O militante Flávio Koutzii, nascido na capital Porto Alegre, tinha 32 anos quando foi preso em 1975 na Argentina. O jornalista Flávio Tavares, natural de Lajeado, tinha 43 anos de idade quando foi sequestrado e preso em Montevideú em 1977. Em solidariedade às famílias destes brasileiros, gaúchos e militantes o Movimento Feminino pela Anistia atuou na campanha por suas libertações dos cárceres uruguaios e argentinos além do retorno destes para seu país de origem – o Brasil.

O primeiro dos três presos a chamar atenção - talvez pela própria profissão de jornalista o que fez repercutir mais facilmente - da oposição legal constituída pelo MFPA-RS foi o jornalista Flávio Tavares. Este, embora tenha nascido no interior gaúcho, iniciou sua vida profissional na cidade de Porto Alegre graduou-se em Direito e trabalhou em um jornal. Durante a ditadura civil-militar foi preso em três situações e na terceira foi banido pelo governo brasileiro que o autorizou junto com

¹⁰² No ano de 1978, já no sexto ano da prisão de Flávia que só foi libertada em 1980, foi publicada pela Editora Coojornal uma seleção de cartas escritas por Flávia Schilling à sua família. Ver sobre a sua experiência carcerária em SCHILLING, Flávia. **Querida família**. Porto Alegre: Editora da Coojornal, 1978.

¹⁰³ Para um melhor esclarecimento da militância de Flávio Koutzii ver SCHMIDT, Benito Bisso. Flávio Koutzii: pedaços de vida na memória (1943-1984) – apontamentos sobre uma pesquisa em curso. **História Unisinos**. 13 (2). Maio/Agosto de 2009. p.190-197. SCHMIDT, B. B. ; ANTONIOLLI, J. . Flávio Koutzii: um olhar sobre as sensibilidades da Geração 68 em Porto Alegre. *Fênix (UFU)*, v. 6, p. 3, 2009.

¹⁰⁴ No livro *Memórias do Esquecimento*, o jornalista Flávio Tavares narrou suas experiências de perseguições, prisões e torturas durante os anos do golpe de 1964 até a anistia, 1979. Ver TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento** – Os segredos dos porões da ditadura. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. A primeira edição do livro, publicado em 1999, foi lançada, oportunamente, nos 30 anos do sequestro do embaixador norte-americano. Sobre as análises dos escritos de Tavares ver ELMIR, Cláudio Pereira. A palavra como um bisturi. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p.191-207.

14 companheiros a serem trocados pelo embaixador norte-americano, Charles Elbrick, que havia sido capturado por grupos guerrilheiros como estratégia para a libertação de presos políticos por militares. Flávio passou a residir no México, a partir de 1969, onde trabalhou no jornal *Excelsior* e depois se mudou para Buenos Aires onde não apenas era correspondente internacional do jornal mexicano, como dividia esta tarefa entre os jornais brasileiros *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*. No ano de 1977 em visita ao Uruguai foi posto em uma emboscada por aquele governo, que estava sob ditadura militar desde 1972, e cujo esquema repressivo o sequestrou, o torturou e o manteve em cárcere por meio ano.

A mãe de Flávio, Olívia de Freitas Tavares, tinha 78 anos quando se viu obrigada a acompanhar a situação do filho preso no país vizinho, e se pôs a apelar pela soltura do mesmo. Em dezembro de 1977 a senhora já idosa havia visitado o filho Flávio por três vezes desde a sua prisão em 14 de julho do mesmo ano, em Montevidéu. Esperançosa de que fosse solto até o final do ano Dona Olívia tentou intervir na situação de diversas maneiras: ao marcar audiências com o ditador uruguaio, Aparício Méndez; ao apelar para as autoridades como o cônsul brasileiro em Montevidéu; ao escrever à primeira-dama do Brasil Lucy Geisel e ao Papa Paulo VI. Alguns grupos manifestaram-se favoráveis à soltura do jornalista Tavares como: o Clube dos Repórteres Políticos de Porto Alegre, a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Rio Grande do Sul e as executivas municipais do MDB. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 13/12/1977)

O Movimento Feminino pela Anistia do RS atuou junto aos demais grupos em prol da libertação do gaúcho preso no país vizinho, já que atuavam na perspectiva de anistiar presos, banidos, exilados e ainda contavam com Dona Olívia como uma de suas filiadas ao MFPA-RS. As ações das mulheres se resumiam a divulgar a situação de Tavares e de arrecadar o apoio de entidades que se dispusessem a pressionar as autoridades locais e exteriores. Em uma das primeiras notas divulgadas elas esclareceram:

O Movimento Feminino pela Anistia – Organização Nacional que congrega mulheres que lutam por anistia ampla e Direitos Humanos – conclama todos

os homens de boa vontade, organizações, entidades, sindicatos, estudantes que se mobilizem numa “cruzada de solidariedade fraterna” ao nosso patrício – jornalista Flávio Tavares que se encontra morrendo nos cárceres do Uruguai. A Direção Nacional recomendou ao núcleo da Anistia do Rio Grande do Sul que mobilize todos os recursos da comunidade no sentido de atuar junto às autoridades uruguaias locais afim de que tomem ciência desta manifestação, deste apelo, desta vontade dos brasileiros livres. (JORNAL DO COMÉRCIO, 13/02/1977)

Os apoios vieram até da ala mais conservadora do MDB, representada pelo Presidente Regional, Pedro Simon, e na Câmara de Vereadores de Porto Alegre o líder do MDB, Brochado da Rocha, ensejou a proposta do vereador Ibsen Pinheiro (MDB), que foi aprovada de forma unânime inclusive pela Arena, para que se encaminhasse ao Ministério das Relações Exteriores um pedido de intervenção do chanceler brasileiro no caso Tavares. O senador emedebista Paulo Brossard também se propôs a mobilizar pressões ao ditador uruguaio. Correspondentes brasileiros de jornais no exterior pediam que fossem incluídos na campanha e a Associação Rio-grandense de Imprensa recebeu as mulheres do MFPA-RS que objetivavam fortalecer sua base de apoio. As líderes Lícia, Mila e Lygia foram ao encontro de Dona Olívia para lhes prestar solidariedade e saber notícias de Flávio que lhes agradeceu dizendo: “Vocês nem sabem o bem que estão me fazendo”. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 15/12/1977). Infelizmente o natal de 1977 chegou e Flávio não foi libertado, o jornalista expulso do Uruguai viveu em Portugal¹⁰⁵ e apenas em janeiro de 1978 foi possível a sua soltura e somente em novembro de 1979, após a anistia, o seu retorno ao Brasil.

O segundo semestre de 1979 também foi o momento de retorno de Flávio Koutzii, que após sua prisão em 1975 na Argentina foi recebido de forma digna para viver como cidadão, sem precedentes criminais, em Paris. Desaparecido por mais de uma semana após sua prisão Flávio foi condenado por “ideias contrárias ao país, documentação irregular e posse de arma de fogo” (FOLHA DA MANHÃ, 13/03/1979) nunca comprovadas na capital portenha, Buenos Aires, a seis anos e meio de prisão e passou por situações extremas no cárcere argentino, a ponto de adquirir sequelas

¹⁰⁵ VER ELMIR, 2010.

permanentes, tais como doenças cardíacas e de pressão arterial em função das torturas e sem ter direito a tomar os medicamentos necessários para seu tratamento.

Apesar de estar preso desde 1975 o caso Flávio Koutzii apenas passou a ser acompanhado pelo MFPA-RS em 1978, quando as mulheres já haviam conseguido a expulsão de Tavares de Montevideu e a imprensa repercutia com mais liberdade a situação do brasileiro na Argentina. Koutzii não era desconhecido pelos militares brasileiros, pois além de um dos mais importantes líderes do movimento estudantil porto-alegrense nos anos 1960 (SCHMIDT, 2009), foi do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e por organizações clandestinas as quais lhe obrigaram a optar por deixar o país em 1970 em razão da dizimação da resistência à ditadura pelo governo Médici. Seu destino fora do país pelo qual lutou por liberdade se dividiu entre a França, o Chile e, finalmente Argentina em 1972 onde acabou por se engajar politicamente no *Partido Revolucionário de los Trabajadores – Exército Revolucionário del Pueblo* (PRT-ERP) e foi preso em 1975. Sua mãe Clara Koutzii e sua companheira argentina Norma Espíndola foram essenciais para a denúncia dos maus tratos vivenciados por Flávio na prisão.

A campanha pela sua libertação iniciou no RS através do CBA que na pessoa de Carlos Martins enviou ofício ao ditador argentino Jorge Rafael Videla e ao brasileiro Geisel. A mãe de Flávio também apelou à Cruz Vermelha ao Consulado Brasileiro e às Nações Unidas

chegou até a fazer um abaixo-assinado, de 60 políticos brasileiros, pedindo a libertação de Flávio. Entre os signatários estavam Tancredo Neves e Ulysses Guimarães. O documento foi entregue diretamente ao general Jorge Rafael Videla, presidente da Argentina. (FOLHA DA MANHÃ, 13/03/1979)

No RS, 19 entidades assumiram a luta pela libertação de Flávio e 17 CBA's dos diversos estados brasileiros pediram a preservação da vida do economista que se encontrava debilitada. Em Paris um grupo de amigos elaborou um documento que considerava o grave estado de saúde de Koutzii e pedia por sua libertação salientando que o brasileiro possuía “laissez-passez” (nº131-1976) expedido pelo

governo francês. Além da solidariedade dos amigos um grupo de médicos garantiu que após o retorno do economista para Paris tratariam de sua saúde que estava fragilizada. (doc. francês. sem data)

O caso se dificultava por Koutzii não ter sido preso por crime político, mas por crime comum, porte ilegal de armas, submetido a um processo cheio de contradições e nenhuma comprovação. O crime pelo qual estava respondendo se baseava em suposições de atividades políticas efetivas o que preocupava muito seus parentes e amigos uma vez que a Argentina sangrava com mortes e desaparecimentos em uma ditadura que prezou por uma chacina sem precedentes. Por este, entre todos os outros motivos plausíveis, era de extrema urgência que se libertasse Koutzii. Junto ao caso do economista passou a ser noticiado pelos meios de comunicação o caso de Jorge Basso. Mais trágico foi o destino de Basso que recentemente foi reconhecido oficialmente pelo governo argentino como desaparecido político, o desfecho para a sua história foi a reparação na forma indenizatória a sua família. Cidadão argentino pelo lado paterno e brasileiro pelo materno, o jovem de 25 anos que estudou até o secundário no Colégio Júlio de Castilhos em Porto Alegre foi preso em Buenos Aires em 1976 e esta foi a única informação confirmada pelas investigações do Comisión Nacional sobre la desaparición de personas (CONADEP) (KRISCHKE, 2009). A campanha pela libertação de Koutzii e Basso foi levantada especialmente pelo CBA e MFPA mineiros, certos na época, provavelmente, de que o segundo encontrava-se vivo.

Enquanto a mãe de Flávio, Clara, se reunia com representantes do MFPA-RS (Maria Flor Vieira), CBA (Raquel Waldow), e membros do MDB, a movimentação para sua soltura preenchia as ações também do Movimento Brasileiro de Defesa dos Direitos Humanos pelo Brasil afora. Flávio esteve fragilizado durante os anos de prisão. Em fevereiro de 1979 o *Jornal do Brasil* denunciava o drama vivenciado pelo militante e sua família:

A mãe do brasileiro recebeu uma denúncia por telefone de que seu filho foi transferido para o pavilhão 5 da prisão de Coronda, um porão, onde os prisioneiros só podem se alimentar e fazer as necessidades fisiológicas. Mais

nada lhe é permitido, inclusive falar. Conta que os guardas o provocam com perguntas do tipo “o que está fazendo aqui, brasileiro?” e quando ele se descuida e responde é severamente punido com duros castigos, pois naquele pavilhão o preso não pode dizer nenhuma palavra. (JORNAL DO BRASIL, 16/02/1979)

Em março de 1979, apesar das especulações sobre a libertação de Flávio sairia em setembro quando completaria 65% da pena, os grupos que exigiam a intervenção do governo brasileiro se reuniram na Assembleia Legislativa do RS para lançar oficialmente uma campanha “assim como ocorreu com Flavia Schilling” uma campanha cujo objetivo era “mobilizar a opinião pública como meio de pressionar as autoridades.” (FOLHA DA MANHÃ, 13/03/1979). Além das mães de Flávio e de Jorge Basso, estiveram presentes estudantes e integrantes do MDB jovem, representantes do CBA gaúcho e do MFPA-RS, os quais organizavam o evento. Mila ainda lamentou a situação, destacando que o estado emocional abalado de Clara podia ser comparado ao de Ingeborg, mãe de Flávia Schilling que também esteve no estado.

Embora Flávio estivesse preso desde 1975 apenas em 1978 sua condenação foi efetivada e desde então amigos e parentes pediam pela revisão do processo e redução da pena. Em maio de 1979 o governo argentino anistiou e decretou sua expulsão do país que levou mais de uma semana para ser realizada devido às resoluções burocráticas. Após ter passado por três presídios o primeiro na cidade de La Plata, o segundo em Rawson (sul do país) e o terceiro em La Coronda (Santa Fe) o chanceler brasileiro teceu alguns comentários que revelou sua alta diplomacia com os ditadores argentinos, pois:

Segundo fontes diplomáticas de Brasília, a libertação de Flávio Koutzii, através de um ‘gesto generoso do governo argentino’, conforme frisou o chanceler Saraiva Guerreiro, poderá influenciar o governo uruguaio a tomar idêntica atitude em relação à Flávia Schilling, condenada pela justiça uruguaia a dez anos de prisão. (recorte de jornal. Acervo Lícia Peres e Mila Cauduro. 20/05/1979).

Parece-nos, entretanto, que generoso foi o governo francês que recebeu Flávio com toda a estrutura necessária para a sua (re)inserção social, o que lhes permitia trabalhar e continuar seus estudos. Apenas em dezembro de 1979 Koutzii

retornou ao Brasil na certeza de que já não poderia mais sofrer com nenhum tipo de perseguição. Sua mãe vibrou com sua chegada que lhe parecia “um verdadeiro presente de natal, uma verdadeira maravilha”. (ZERO HORA, 08/12/1979) O seu retorno tão desejado pela sociedade civil foi motivo de alegria também para integrantes do MFPA-RS, CBA que acompanhados por cerca de 200 pessoas recepcionaram Koutzii no Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre (ZERO HORA, 10/12/1979). A declaração do economista na chegada não obscureceu suas críticas a realidade daquele tempo:

De todo modo, acho que o país passa por uma situação muito importante. É verdade que existe um certo tipo de abertura relativa, sumamente condicionada por uma série de leis prescritivas e limitativas. Mas, enfim, há uma presença enorme e cada vez mais importante do movimento popular brasileiro; da classe operária na luta pela reconquista, não somente pelos seus direitos democráticos, mas também por um salário digno. E neste sentido, eu tenho a minha primeira impressão sobre o momento vivido pelo País. Por isso, acho difícil estabelecer uma bandeira prioritária hoje. Seria até uma pretensão de minha parte. Entretanto, há algumas questões que merecem maior importância. Acho que o aparelho repressivo que existiu até bem pouco tempo no Brasil segue intacto. (ZERO HORA, 10/12/1979)

A análise de Flávio sobre a situação política brasileira vinha de um militante que teve que abandonar o país em 1970 para sobreviver, e após ter vivenciado as terríveis experiências, como um preso político em ditaduras do cone sul, consegue retornar no último mês de 1979 com a possibilidade de analisar sociologicamente o momento do Brasil, uma vez que pôde aprofundar seus estudos na capital francesa. Sua tese que serviu também para remontar suas “migalhas”, após a tentativa de destruição do seu corpo e sua mente pela repressão argentina, foi publicada em 1984 sob o título *Pedaços de Morte no Coração*. Na lembrança dos 20 anos da Lei de Anistia Flávio deu seu parecer sobre aquela luta:

Posso dizer que o trabalho constante, intenso e sistemático dos comitês pela anistia e dos meus familiares não apenas encurtou minha permanência nas prisões como também pode ter salvo a minha vida. A ditadura Videla foi uma das mais sanguinárias das que assolaram a América latina nos anos 60 e 70, sendo responsável por mais de 300 assassinatos reconhecidos e pelo desaparecimento de 30 mil pessoas. Portanto, a insegurança era permanente, inclusive dentro das prisões. (...) No final das contas, entre o Chile, a Argentina e a França, foram 14 anos longe do Brasil, de Porto Alegre, da minha cidade, dos familiares, dos amigos. Quem viveu a impossibilidade

de estar sabe exatamente a importância, o valor e a alegria de retornar. (Disponível em: <<http://devel.fpabramo.org.br/conteudo/flavio-koutzii>>)

A brasileira Flávia Schilling também reconheceu a importância da luta pela anistia e por sua libertação no Brasil. Embora Flávia não tivesse um passado de militância estudantil no Brasil como Koutzii, afinal esta acompanhou seu pai exilado em 1964 quando tinha apenas 11 anos, Flávia teve uma grande campanha pela sua libertação no seu país de origem. Após os 20 anos da Lei de Anistia Flávia revelou:

A importância do Brasil - na época, com a luta pelo fim da ditadura e a anistia - para os demais países de nossa América foi (e é) enorme: o que aqui acontece é cercado de atenção, atenção inversamente proporcional a que se dá aqui, no Brasil, aos nossos países vizinhos. O Brasil mudando, significava esperança para os países que viviam situações similares.

É claro que fui beneficiada pelo grande movimento da Anistia no Brasil. Fui liberada por todos os brasileiros em 14 de abril de 1980 e, junto comigo, saíram da prisão todos os estrangeiros que estavam presos no Uruguai. A volta ao Brasil foi uma festa, uma festa de liberdade. Teve hino nacional, bandeiras, gritos, muitos abraços, aquela emoção!

Penso que o movimento pela anistia foi um dos momentos de construção ou constituição da república no Brasil, república que até hoje estamos tentando fundar, república de cidadãos e cidadãs, livre, fraterna e igualitária. Outros momentos igualmente fundadores nessa direção foram o das "diretas-já" e o que resultou no impeachment de Fernando Collor. Cada deles foi muito importante, mesmo que depois, aparentemente, tudo aparentemente se dilua no ar, se dissolva novamente no predomínio da injustiça. Foram passos, foram raros momentos de felicidade pública neste país tão sufocado por infelicidade.

A história que vivi no Brasil nestes 20 anos nos mostra que as transformações profundas são difíceis, são lentas, percorrem as gerações e, principalmente, que vale a pena lutar por elas. (Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/conteudo/flavia-schilling>>)

Quando o movimento pela anistia iniciou a campanha pela libertação de Flávia Schilling esta já estava presa há seis anos no Uruguai. Flávia Schilling nasceu em 26 de abril de 1953 em Santa Cruz do Sul, no RS, e tinha apenas onze anos quando o golpe militar se fez no Brasil. Filha do economista Paulo Schilling, contumaz defensor dos Direitos Humanos, Flávia, as irmãs Cláudia, Valéria e Andréa, e a mãe Ingeborg Maria Wasp Schilling se instalaram, por asilo político, no Uruguai logo após o golpe militar brasileiro. Junto à efervescência revolucionária dos anos

1960 Flávia se engajou na Federação dos Estudantes Revolucionários (F.E.R.), de orientação Tupamara, como “um grão de areia brasileira na construção de um Uruguai melhor e na formação da Pátria Grande dos latino-americanos”. (SCHILLING, 1978, p.13). Flávia aos 18 anos, influenciada pela veia política do pai, se viu na urgência de trocar os estudos da Faculdade de Medicina pela luta por liberdade e desse modo se inseriu no Movimento de Libertação Nacional (M.L.N.). Passou a viver de forma clandestina após o golpe militar no Uruguai e tentava a sobrevivência em 1972 quando o seu grupo se desfazia nas mãos dos repressores-assassinos.

A gaúcha e um companheiro uruguaio foram pegos em 24 de novembro de 1972 e na tentativa de fuga Flávia levou um tiro que lhe atravessou a faringe, laringe e a epiglote, a bala foi extraída por uma trabalhosa cirurgia no Hospital Militar, que se tornou uma preocupação dos militares pelo seu salvamento após certificarem-se de que se tratava de uma brasileira. A partir de sua recuperação física e especialmente da sua voz, que aos poucos começava a aparecer, Flávia passou por interrogatórios, pela condenação de 10 anos de prisão, e pela experiência excepcional de viver dos 19 aos 26 anos sob vigília e trabalho forçado, onde teve que reinventar seu cotidiano para manter sua mente sadia, onde fez das colegas de cárcere sua força, fez da rotina do campo de concentração um aprendizado e das limitações desafios a serem alcançados.

O tempo de “ócio” que tinha na prisão era dividido entre os trabalhos manuais (bolsas, almofadas, “porta-coisas”) que fazia com carinho presenteando familiares e amigos e a produção de cartas, que era limitado pelo tamanho da folha e que Flávia se dividia entre a família e o namorado, o Magro, que também estava preso. Diferentemente dos “Flávios” que analisaram suas experiências com certo distanciamento temporal, Flávia utilizou a escrita como mecanismo de sobrevivência, uma vez que suas cartas funcionavam como um instrumento de desabafo, de esperança, de ligação com o mundo externo ao cárcere. Quando suas cartas à família foram selecionadas e organizadas pelo seu pai em 1978 e publicadas em um livro de puro realismo e emoção pela Editora Coojornal a campanha pela sua

libertação ganhava dimensão tanto no Rio Grande do Sul, sua terra de origem, quanto pelo Brasil afora, país que dispensou sua família por motivações ideológicas, ainda na sua pré-adolescência.

O MFPA-RS foi um dos envolvidos pela divulgação do caso Flávia Schilling, pela denúncia das suas condições de presa política, pelos maus-tratos sofridos, pela sua situação de falta de assistência e saúde. O advogado Décio Freitas que parecia ser próximo da família Schilling passou a se envolver no caso e procurou o MFPA-RS objetivando que o movimento passasse a pressionar as autoridades e divulgar a situação da presa política brasileira. Segundo a Ata nº8 do MFPA-RS as mulheres receberam uma visita de Décio que enfatizou às mesmas a necessidade de “conscientizar a sociedade brasileira a exemplo do que já foi feito no caso do jornalista Flávio Tavares.” (MFPA-RS, Ata nº8, 19/12/1978). Solícitas a causa as mulheres se engajaram na luta, enviaram ao Presidente da República Oriental do Uruguai, Aparício Méndez, por meio do Cônsul uruguaio no Brasil, Daniel Frias Vidal, um documento em 22 de setembro de 1978, assinado por representantes de várias entidades¹⁰⁶, entre elas Mila Cauduro e Lícia Peres do MFPA-RS, onde expunham a seguinte mensagem de exigências e preocupações:

Condenada a 10 anos de prisão, tendo cumprido 06 dos mesmos, pela legislação vigente em vosso país, como de resto em todos os países civilizados, tem ela o direito ao benefício da liberdade antecipada. Em sua condição de estrangeira, este implicaria em sua expulsão do Uruguai, expulsão esta garantida pelo “status de refugiada política” concedido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas.

Outrossim, é motivo de preocupação seu estado de saúde, tanto físico como mental, além de já há 04 anos não lhe ser permitido qualquer contato com seus pais. (MFPA-RS, 22/09/1978).

¹⁰⁶ As assinaturas do documento enviado ao presidente uruguaio eram do presidente da Associação Riograndense de Imprensa, Alberto André; o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Demétrio Ribeiro; o presidente da Seção gaúcha do IAB, Telmo Borba Magadan; a presidente da Associação dos Sociólogos do Brasil (RS), Maria Luisa Jaeger; o presidente do conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, Carlos Martins; o presidente da Associação Gaúcha dos Médicos Residentes, João José Caraméz; o presidente do DCE da Universidade Federal do RS; Fredo Ebling e o presidente do Setor Jovem Metropolitano do MDB, José Carlos Oliveira, CEBES, IEPES.

A estratégia de recorrer às autoridades uruguaias e brasileiras foi utilizada pelos movimentos, sobretudo no RS terra de Flávia. As mulheres apelavam para que o governo brasileiro interviesse no assunto, por meio da Assembleia Legislativa enviavam pedidos de pressão ao governo, aos parlamentares, e especialmente ao presidente da Assembleia Legislativa, Nivaldo Soares. Mensagens de apoio a campanha de Flávia Schilling chegavam até o MFPA-RS, como, por exemplo, a do Movimento Matogrossense pela Anistia e Direitos Humanos.

O advogado Décio Freitas sugeriu ao MFPA-RS que seria importante a vinda da mãe de Flávia Schilling, a Sra. Ingeborg Schilling. As dirigentes do movimento não pouparam esforço e promoveram a vinda, a segurança e a hospedagem da mesma em Porto Alegre. O casal Lygia de Azeredo Costa e o marido Rubem Menna Barreto Costa deram acolhida à mãe de Flávia que se deslocou até o RS em outubro de 1978. Na entrevista que Ingeborg concedeu à Assembleia Legislativa as preocupações eram sobre o estado de saúde da filha que adquiriu uma gastrite crônica devido à má alimentação, doença conhecida pelos presos como “doença do cárcere”, além de uma bronquite asmática.

Na esperança de ser entendida pelas mulheres como uma mãe desesperada pela libertação de sua filha Ingeborg falou em pedir a primeira dama estadual, Eclea Guazzelli, para interceder no caso junto às autoridades brasileiras. Tendo cumprido mais da metade da pena, ou seja, seis dos dez anos de prisão, certa do direito de soltura de Flávia Ingeborg escreveu telegramas para Lucy, esposa do então ditador Geisel, e Dulce Figueiredo, esposa do sucessor João Batista. Acompanhada de Mila Cauduro, Lícia Peres, Lygia Azeredo Costa e seu marido Rubem Menna Barreto e do advogado Décio Freitas, a mãe de Flávia esteve na Associação Rio-grandense de Imprensa a fim de agradecer o apoio e a repercussão que os jornalistas estavam dando ao caso Flávia. No início de novembro de 1978 um grupo de 150 jornalistas brasileiros assinaram um documento lamentando a falta de iniciativa do governo brasileiro diante do “confinamento de Flávia a um campo de concentração (sic) uruguaio” (JORNAL DO BRASIL, 08/11/1978). O chanceler Azeredo da Silveira que recebeu o abaixo-assinado dos jornalistas denunciando as péssimas condições de

Flávia disse que “as informações eram desconhecidas pela chancelaria brasileira” (ZERO HORA, 09/11/1978).

No final de novembro de 1978 representantes do Movimento Feminino pela Anistia do RS¹⁰⁷ formularam uma mensagem que intitularam “Brasileiras por uma brasileira exilada” que dizia:

O Movimento Feminino pela Anistia vem de público manifestar sua grave apreensão pela vida da brasileira Flávia Schilling face à notícia veiculada a respeito de sua próxima operação cirúrgica e na qual se impede a presença de médico brasileiro ou de parente da prisioneira e paciente. Conhecida a dramaticidade das situações vividas por Flávia Schilling, responsabilizamos os Governos Brasileiro e Uruguaio pela vida dessa desventurada jovem que se encontra em situação de absoluto desamparo afetivo, longe de sua Pátria. (MFPA-RS, 28/11/1978)

O documento apelo foi entregue ao cônsul uruguaio Daniel Frias Vidal por uma Comissão formada por Mila Cauduro, Lícia Peres, Francisca Brizola, Olívia Freitas Tavares (mãe de Flávio Tavares), e os deputados emedebistas Algir Lorenzon, Américo Copetti e Cesar Schirmer. Embora o cônsul tenha ouvido as considerações de Mila e tenha lido o apelo, sua disposição era limitada e informou ao grupo que não poderia “tomar nenhuma providência a não ser enviar o documento à Embaixada em Brasília.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 30/11/1978). Quanto à cirurgia que seria realizada em Flávia, a documentação nos sugere que a pressão por parte dos movimentos, da imprensa e de políticos tenha contribuído para que fosse protelada, já que estava marcada para o último dia de novembro e acabou não ocorrendo pelo fato de a paciente estar sem dores e de um equipamento essencial estar em falta no Hospital Militar.

Além das preocupações em torno dos problemas de saúde de Flávia e da ansiedade sobre a intervenção da ditadura brasileira à ditadura uruguaia o caso contava com um agravante: o pagamento às autoridades uruguaias da “hospedagem” carcerária exigida pelo presídio feminino de Punta Rieles, dos seis anos de prisão já vivenciados por Flávia, uma vez que esta taxa era uma “obrigação

¹⁰⁷ O documento foi assinado por: Francisca Brizola Rotta, Mila Cauduro, Lícia Peres, Lygia de Azeredo Costa, Cláudia Behrendorf, Anna Maria Von H., Maria Flor Vieira, Elida Rubini Liedke, Raquel Cunha Waldow, Olívia Freitas Tavares.

que todo preso político uruguaio assume desde que ouve sua sentença. Sem o pagamento, não há libertação.” (JORNAL DO BRASIL, 31/10/1978). Diante dessas dificuldades valia todos os esforços para a sua libertação. Uma delas foi utilizar o material de campanha eleitoral para divulgar o caso. O rosto de Flávia foi estampado em alguns materiais de campanha já que deputados e senadores seriam votados em 15 de novembro de 1978.



Imagem 3 – selo da campanha de divulgação do caso Flávia Schilling

O candidato a Deputado Federal, Clóvis Paim Grivot¹⁰⁸ (MDB), foi um dos que em sua campanha trabalhou com a ideia da anistia, da libertação de Flávia, com o retorno de Brizola em seu jornal informativo-eleitoral, um texto do MFPA-RS foi publicado neste material:

O Rio Grande, neste hora, revive o culto de suas tradições, é uma lembrança bravia daquela gente que, com a alma em chamas, lutou sempre por um direito sagrado – o da liberdade política. Esta liberdade, síntese de todas as liberdades, precisa ser conquistada para que possamos, o quanto antes, solucionar os problemas que afligem o nosso povo, um povo que ruge suas dores, vendo a riqueza de seu país e sua economia servir apenas para transformar os ricos em mais ricos e os pobres em mais pobres.

Liberdade política é o livre trânsito nas atividades públicas, é a garantia de não sermos caluniados sobre a falsa acusação de conspirata, golpe, subversão, quando falarmos em Direitos Humanos, em justiça social.

¹⁰⁸ O ex-vereador de Porto Alegre e Membro do Diretório Municipal de Porto Alegre (MDB) após ter feito larga campanha para ser eleito Deputado Federal, Grivot faleceu no início de dezembro de 1978 e foi homenageado por uma nota de pesar e convite para o sepultamento assinada pelo Diretório Regional do Movimento Democrático Brasileiro, o Diretório Metropolitano de Porto Alegre, os seus setores feminino, jovem e trabalhista e o Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção Sul, o Movimento Feminino pela Anistia. (recorte de jornal. Acervo Lícia Peres e Mila Cauduro, 07/12/1978).

O Movimento Feminino pela Anistia, primeiro movimento organizado no Rio Grande do Sul, defende o privilégio de todo o brasileiro viver em sua própria Pátria e poder externar livremente seu pensamento.

Anistia ampla e irrestrita é um dos pontos programáticos do Partido das Oposições.

E o compromisso dos gaúchos, nesta hora, é com a escolha de seus representantes.

Se não soubermos escolher os melhores, só nos restará, depois, pensar que cada povo tem o governo que merece.

Devemos prestigiar com nossos votos os candidatos populares comprometidos com a Anistia, os que vêm clamando:

Lutamos pela primeira aspiração de um povo organizado politicamente – pela autonomia relativa dos poderes, pelo respeito a Pessoa Humana, pelas liberdades individuais, pelo direito de elegermos nossos senadores, governadores e prefeitos;

Lutamos por um governo seguro de si mesmo, que tenha a segurança da justiça que pratique;

Lutamos pelo direito à greve, pela organização sindical, pelo voto do analfabeto, pela integração da mulher garantida por lei; na vida partidária.

Lutamos pela reconciliação da família brasileira;

Pela anistia ampla e irrestrita.”

Ass.: Mila Cauduro, Francisca Brizola, Lícia Peres e Lygia de Azeredo Costa.

(BOLETIM ELEITORAL MDB, Clóvis Grivot. 11/1978.)

Interessante notar que o “tom” do discurso do MFPA a esta altura da campanha já era um tanto mais radical que o da formação do movimento, e um tanto mais progressista na medida em que não isolava a anistia como uma demanda que por si só poderia trazer modificações significativas, mas estava atrelada a todo um contexto de transformações que deveria se concretizar. Em meio às campanhas pelo retorno dos brasileiros, a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita, a campanha eleitoral pelo MDB, toda essa efervescência tentava modificar uma cultura política autoritária conservadora, ultrapassada que fez o Brasil ficar em atraso em muitas conquistas sociais, políticas e econômicas. As inovações nestas campanhas vieram pelo alto interesse dos grupos em participarem deste processo, segundo Moreira Alves:

Em quase todos os estados a campanha do partido de oposição foi conduzida por uma rede de militantes de diferentes grupos da sociedade civil: estudantes, organizadores sindicais, militantes partidários, ativistas sociais da Igreja e membros dos movimentos pela anistia política e pelos direitos das mulheres e dos negros. (...) A experiência de 1978 constituiria valiosa lição para um futuro e mais efetivo desenvolvimento de vínculos entre as organizações partidárias e as de base. (MOREIRA ALVES, 2005, p.238-239)

A sobreposição eleitoral do MDB no RS foi confirmada nas urnas especialmente na Assembleia Legislativa do RS onde os emedebistas ocuparam 31 cadeiras e os arenistas 25, e no Senado Pedro Simon representou a grande vitória (HEINZ et al, 2005, p.64). Com este resultado o MFPA-RS ficava mais próximo de ser ouvido em suas demandas e facilitava sua utilização do espaço da Assembleia para debater, divulgar, denunciar suas campanhas.

Em dezembro de 1978 foi lançado no RS, por 22 entidades defensoras dos Direitos Humanos, um ato público na Assembleia Legislativa em Porto Alegre para a “libertação de Flávia Schilling, através da arrecadação de fundos para pagar os 15 mil dólares de ‘taxa de hospedagem’, que a brasileira deve ao governo uruguaio.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 11/12/1978). A campanha que se espalharia por vários estados brasileiros foi orquestrada no estado gaúcho pelo Comitê Brasileiro pela Anistia-RS, presidido por Raquel Waldow, e tinha a intenção de arrecadar de 18 a 20 mil dólares para pagar a hospedagem, o advogado e as viagens.

A “Campanha de arrecadação de fundos para a libertação de Flávia Schilling”, como dizia nas faixas e cartazes espalhado pelos postos de coletas pela capital Porto Alegre, foi pensada de forma organizada e responsável, uma vez que antes de iniciarem a coleta seus organizadores expediram um ofício ao Secretário de Segurança Pública, Rubem Moura Jardim, informando-lhe sobre suas intenções. Embora o CBA/RS e os apoiadores tenham tido este cuidado os soldados da Polícia Militar “arrancaram os cartazes de Flávia depois de cercar os postos, mandaram que todos se dispersassem terminando com a arrecadação.” (ZERO HORA, 14/12/1978). Apesar da repressão de 50 policiais as organizadoras conseguiram que apenas durante a tarde fossem “recolhidos Cr\$14.583, 31, só na Rua da Praia.” (Idem). Segundo a vice-presidente do MFPA-RS, Lícia Peres, que estava na coordenação da ação no momento da iniciativa repressora, os militares não tiveram motivos para reprimir a arrecadação, visto que os envolvidos estavam agindo de forma tranquila e com uma intenção assistencial, como foi narrado ao jornal *Folha da Manhã*:

Na Praça da Alfândega ‘o povo estava contribuindo com quantias bem elevadas. Até uma senhora, de aproximadamente 80 anos, depositou em nossas urnas volantes uma nota de Cr\$ 500,00’. Mas, afirmou que após a repressão foram obrigados a ficar junto as bancas da Feira e escolheram a da Livraria Alternativa. (FOLHA DA MANHÃ, 14/12/1978)

Antes dos postos serem fechados pela polícia, ainda pela manhã, uma caminhada foi realizada a fim de informar a população das razões pelas quais seriam instalados postos de arrecadação de recursos. Além do CBA-RS e do MFPA-RS estavam na divulgação da campanha no centro de Porto Alegre (na esquina hoje conhecida como “democrática”, Rua dos Andradas com Borges de Medeiros), estudantes ligados ao DCE-UFRGS e vereadores e deputados do MDB. Carregada de um megafone Mila Cauduro fazia o apelo aos que circulavam por aquelas ruas, “bastante nervosa procurava evitar que ocorressem radicalizações e afirmou que o momento não era para ser realizada uma caminhada política e sim ‘humanitária’ (...) sem intervenção de partido político ou qualquer credo.” (FOLHA DA MANHÃ, 14/12/1978).

Em Florianópolis¹⁰⁹ e na Bahia algumas entidades também se mobilizavam para a arrecadação de recursos. A mobilização em Porto Alegre se dava nos lugares de grande fluxo populacional como, por exemplo, nos portões do estádio onde ocorreria o Gre-Nal, clássico gaúcho de futebol. Além do aspecto financeiro a campanha envolvia também o sentimento de solidariedade, pois muitas pessoas faziam doações de grandes quantias como:

uma pessoa cuja identidade não foi revelada doou um terreno que será leiloado para contribuir na campanha por Flávia. O pintor gaúcho Glauco Moraes, por sua vez, enviou do Rio de Janeiro 20 serigrafias que serão vendidas na Feira do Livro, ao preço de 500 cruzeiros cada. O setor teatral gaúcho mantém a disposição de doar à campanha toda a arrecadação que obtiver terça-feira próxima. (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/12/1978)

¹⁰⁹ Promovida pela Comissão de Justiça e Paz e Movimento Feminino pela Anistia-SC a campanha para Flávia Schilling resultou em Cr\$ 35 mil. As doações foram transferidas para Porto Alegre pouco antes do Natal de 1978. (ZERO HORA, 22/12/1978) – Segurança pública proíbe manifestação em favor de Flávia.

As contribuições chegavam não apenas dos grupos já citados e de doações particulares, em 21 de dezembro integrantes da Liberdade e Luta, Tendência Nacional pela Aliança Operário Estudantil, participaram de um ato de repúdio à ditadura. A surpresa foi que este grupo apesar de se mobilizar favorável ao caso, acusou o Comitê Brasileiro pela Anistia/RS por aceitar a desconvoação da mobilização e proibição pela Secretaria de Segurança Pública, marcada para acontecer em frente ao consulado uruguaio com o intuito de apresentarem os resultados da arrecadação e pressionarem as autoridades do país vizinho. Considerando a diferença de posição dos grupos, que envolvia a radicalidade das ações dos mesmos, o jornal *Zero Hora* se adiantou sobre “a mais recente divergência entre os grupos que atuam na oposição em favor da anistia” (ZERO HORA, 22/12/1978). Em ofício endereçado ao presidente da OAB/RS, Justino Vasconcelos, Mila Cauduro disse que tanto o MFPA/RS ou CBA/RS sofreram a repressão policial em frente ao consulado uruguaio.

Preocupadas em prestar esclarecimentos a tesoureira do MFPA-RS, Francisca Brizola, acompanhada da integrante Maria Flor Vieira, fizeram o trabalho de prestação de contas. As informações da Ata nº8 é a de que em 19 de dezembro de 1978 as responsáveis repassaram 50 mil cruzeiros à presidente do CBA que repassaria ao advogado Décio Freitas, para cobrir as despesas de viagem que este realizaria ao Uruguai, o qual posteriormente lhes prestaria contas. De acordo com o advogado Décio o cálculo das despesas carcerárias de Flávia havia sido fornecido pelo pai da moça, Paulo Schilling, resultando o valor de 15 mil dólares.

O entusiasmo pela sua soltura aumentou ainda mais depois que Flávia foi entrevistada pela imprensa uruguaia (concedida na presença de militares). Após sua aparição surgiram alguns comentários sugerindo que os grupos que encampam o caso de Flávia poderiam estar se auto-beneficiando com a situação, opinião que acabava por deslegitimar o trabalho desencadeado pelos movimentos. O MFPA-RS e o CBA-RS divulgaram uma nota esclarecendo quaisquer dúvidas dos que quisessem levantar suspeita sobre a seriedade do trabalho, como segue:

1º) No início de setembro do corrente ano, o “caso Flávia Schilling foi entregue ao CBA-RS e ao MFA-RS pelo advogado brasileiro da mesma Dr. Décio Freitas.

2º) O valor de 15 mil dólares que serviriam para pagar a “hospedagem” carcerária de Flávia Schilling e as várias cirurgias foram calculadas pelos seus familiares, baseados nas Notas de Operações Cirúrgicas e no valor diário cobrado pela “hospedagem” carcerária pelo Governo uruguaio;

3º) As possibilidades de libertação de Flávia se dão baseadas na própria legislação uruguaia por ter ela cumprido mais da metade da pena (seis anos num total de dez anos de prisão);

(...) Com a repercussão internacional da denúncia, o Governo do Uruguai resolveu tirar Flávia Schilling do seu isolamento, apresentando-a exclusivamente à imprensa uruguaia. Nesta entrevista, todas às perguntas, previamente selecionadas, dirigidas à prisioneira passavam por um oficial uruguaio não identificado.

(...) comunicam a população que, além de uma escultura Resina de Irineu Garcia, um par de “Guerreiros” (baixo relevo) de Chico, 20 serigrafias de Glauco Pinto de Moraes e um cartum de Santiago, tem em depósito na Caixa Econômica Estadual, Agência Petrópolis, na Conta nº127187316 – “Fundo Pró Libertação de Flávia Schilling” a importância de Cr\$33.606,78 arrecadados da seguinte maneira: Contribuições arrecadadas em Porto Alegre – Cr\$ 201.994,78; Idem no Rio de Janeiro – Cr\$138.800,00; Idem na Bahia – Cr\$ 16.054,00; Idem em Brasília – Cr\$ 31.758,00; Total Cr\$ 388.606,78. Entregue ao Advogado Décio Freitas conforme cheque nº95-299902 da Caixa Econômica Estadual – Agência Petrópolis – Cr\$ 50.000,00; (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27/12/1978.)

Apesar do esforço das entidades em conseguirem os recursos para a libertação da brasileira os governos ditatoriais não se esforçavam para resolver este impasse. O próprio chanceler Azeredo da Silveira declarou em meados de dezembro de 1978 que o governo brasileiro não havia oficializado qualquer gestão em prol de Flávia Schilling. Já pelo lado uruguaio a pressão da imprensa brasileira não desestabilizava a autoridade militar uruguaia, o jornal *Zero Hora* publicou a hipótese de que “uma libertação agora poderia representar, para a opinião pública mundial, uma demonstração de condicionamento da Junta Uruguaia à pressão editorial que vem sendo feita desde o Brasil.” (ZERO HORA, 14/12/1978). Esta posição dos governos parecia ser modificada a partir da posse de Figueiredo, já que em março de 1979 as gestões do governo brasileiro pareciam chegar ao governo uruguaio, a partir de um encontro “breve e protocolar, muito diferente dos contatos amistosos,

que sempre caracterizaram, as relações Brasil-Uruguai.” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24/03/1979).

Convém salientar que o controle policial não parecia ser amenizado. No início de março de 1979 a mãe de Flávia teve seu passaporte retido no Aeroporto Salgado Filho, em uma ida a Porto Alegre na tentativa de acelerar o processo de soltura da filha, “Ingeborg Schilling foi abordada por agentes da Polícia Federal, que a retiveram por cerca de meia hora, depois do que foi liberada, tendo a Polícia ficado com seu passaporte.” (FOLHA DA MANHÃ, 07/03/1979). Apesar da mãe de Flávia ter vindo ao Brasil para uma audiência com o chanceler Antônio Azeredo da Silveira em Brasília, Ingeborg desembarcou em Porto Alegre, recepcionada por membros do CBA-RS, Décio Freitas e o Deputado Federal Getúlio Dias (MDB), e foi ao encontro de Dom Vicente Scherer e o deputado Carlos Giacomazzi, presidente da Assembleia Legislativa.

A irmã de Flávia, Cláudia, também se envolveu fortemente no caso, uma vez que ela era a única da família que permaneceu em Montevidéu, já que seu pai, mãe e irmãos estavam em Buenos Aires desde que foram expulsos do Uruguai. Segundo Cláudia o interesse do Itamaraty pelo caso Flávia havia aumentado muito nos meses de abril e maio de 1979 e o próprio governo uruguaio demonstrava sinais de um desfecho jurídico para a situação dramática de cumprimento da pena total de 10 anos. Apesar de a irmã ter se mostrado otimista em maio de 1979, apenas em setembro, após a anistia de agosto no Brasil, os advogados brasileiros Gerson Mendonça e Ivo Galli puderam visitar Flávia que já completava sete anos presa. Paralelamente com os advogados brasileiros os encaminhamentos no país vizinho eram feitos pelo o jurista uruguaio Adolfo Gelsi Bidart que deveria tratar não apenas da soltura de Flávia como de sua expulsão do Uruguai, já que se acrescentavam aos 10 anos de condenação, cinco anos por medida de segurança.

A mudança dos advogados responsáveis pela tentativa de soltura de Flávia se deu após os episódios nada confortáveis que envolveram a campanha de arrecadação de fundos, o comportamento de Décio Freitas com cobranças

exorbitantes aos movimentos pela anistia e as acusações do mesmo às presidentes do CBA-RS, Raquel Waldow, e MFPA-RS, Mila Cauduro, e ao próprio pai de Flávia, Paulo Schilling.

A Ata de nº 9 do MFPA-RS, última reunião narrada pelas dirigentes, teve como grande preocupação a resolução do acontecido entre as dirigentes, o dinheiro arrecadado e Décio Freitas. De acordo com o relato de Maria Flor Vieira:

o advogado comunicou não haver entregue ao Dr. Del Campo a importância correspondente aos mil dólares que recebera das mãos da presidente do CBA – Sra. Raquel Cunha e a preocupação da Diretoria com as viagens levadas a efeito pelo referido advogado, que se oferecendo para trabalhar gratuitamente, na prestação de contas lançou a importância de dois salários mínimos por dia. (MFPA-RS, Ata nº9, 28/06/1979)

Diante da situação de cobranças do advogado ao movimento, envolvendo inclusive gastos pessoais com despesas telefônicas, a presidente Mila Cauduro informou ao grupo sobre as decisões tomadas juntamente com Paulo Schilling:

- 1º) da atitude dos movimentos de anistia aceitando, por determinação do Sr. Paulo Schilling, a prestação de contas do Sr. Décio Freitas, atendendo o pagamento por este reclamado, na tentativa de evitar o escândalo que o advogado vem ameaçando fazer através da imprensa, denunciando as dirigentes do MFPA e do CBA de estarem, por motivos de economia, prejudicando a libertação de Flávia;
- 2º) congelar os fundos arrecadados na campanha para evitar que o inescrupuloso advogado os consumisse totalmente, pois já começava a aventar a ideia de viajar para a Alemanha e França onde levantaria a opinião internacional em favor de Flávia Schilling;
- 3º) todas as medidas foram executadas através da advogada do MFPA, Dra. Cláudia Behrendorf. (MFPA-RS, Ata nº9, 28/06/1979)

Após o afastamento do advogado Décio Freitas do caso Flávia Schilling a situação da brasileira que aproximou o advogado das mulheres pela anistia acabou gerando novos problemas para estes, uma vez que Décio usufruiu dos recursos levantados em prol de Flávia e ainda “as acusou de apropriação indébita e malversação dos fundos da campanha” (JORNAL DO BRASIL, 15/12/1979), e ainda acusou o próprio pai de Flávia de estar se utilizando politicamente da situação da filha. O advogado tinha sido afastado de Paulo Schilling desde a denúncia das mulheres à família das cobranças exorbitantes pela tabela da OAB pelo advogado, uma vez que tinha se mostrado de forma voluntária na ação, e seus gastos com

telefonemas internacionais e demais dívidas relacionadas. O pai de Flávia chegou a declarar: “O Décio Freitas não existe mais para a família de Flávia. Não vou contestar em absoluto as calúnias e mentiras dele (...) a família agradecerá ao povo brasileiro pelo que fizeram para libertá-la, e não ao advogado Décio Freitas.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 12/12/1979).

O CBA-RS mostrou-se solidário às senhoras Mila Cauduro e Raquel Cunha, responsáveis pela campanha no RS, e em uma nota assinada por Tadeu Viapiana, presidente interino do CBA-RS divulgada no *Jornal do Brasil* foi colocado que “atitudes como a do Sr. Décio Freitas ‘só servem às forças revolucionárias e têm, por objetivo, tentar desmoralizar os movimentos de anistia, que lutam e continuam a lutar pelo fim da opressão e pela construção da democracia em nosso país.” (JORNAL DO BRASIL, 14/12/1979).

As mulheres do MFPA-RS e CBA-RS fizeram questão de realizar um plantão público de três dias na Assembleia Legislativa do RS a fim de esclarecer qualquer dúvida da população porto-alegrense que ajudou na campanha. No plantão as mulheres estavam munidas da prestação de contas, que já havia sido divulgada anteriormente, e de papéis que comprovassem o repasse do dinheiro aos gastos necessários com a presa política. O caso foi parar na justiça e o desfecho se deu apenas após o retorno de Flávia quando Décio Freitas se declarou ao juiz da 7ª vara civil de Porto Alegre em janeiro de 1981 desistente de cobrar as possíveis “dívidas” que poderiam estar pendentes por parte das presidentes dos movimentos pela anistia.

No final de março de 1980 o ditador uruguaio Aparício Méndez promulgou uma Lei que permitiu a libertação antecipada de 15 estrangeiros presos naquele país, dentre estes Flávia Schilling. A tramitação da sua soltura ainda levou mais de 15 dias, Flávia retornou ao Brasil na primeira quinzena de abril de 1979 e foi recepcionada por um grande número de pessoas tanto no Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre, por onde só passou, quanto no Aeroporto de Congonhas, onde desembarcou em São Paulo. Rodeada por cerca de 800 pessoas Flávia “agradeceu o apoio da população e da imprensa para a sua libertação dos cárceres do Uruguai, onde permaneceu presa por cerca de oito anos.” (CORREIO DO POVO, 15/04/1980).

Consciente de que nem todos os injustiçados pela ditadura foram soltos no Uruguai a brasileira fez um apelo para que os movimentos continuassem pressionando às autoridades para a libertação dos demais, lembrou especialmente dos companheiros de militância Lílian e Universindo que foram sequestrados em Porto Alegre em 1978 e em 1980 ainda estavam presos. Flávia foi ao encontro de Dom Paulo Evaristo Arns em agradecimento “pelo que ele representa na luta pelos direitos humanos e por isso quero agradecer na pessoa dele a todas as pessoas que me apoiaram todos esses anos.” (CORREIO DO POVO, 16/04/1980) – “Muitas cabeças brancas...” logo lágrimas de Flávia.

A Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Institucionais (AMPLA) enviou uma carta parabenizando o MFPA-RS, por meio de sua presidente Mila Cauduro, “pela magnífica vitória conquistada com a libertação de nossa patrícia... Flávia Schilling. (...) queremos homenagear toda essa diretoria, pelo trabalho heroico e pioneiro na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.” (AMPLA, 16/04/1980).

É notável que a solidariedade tenha feito parte do sentimento que envolveu a campanha pela anistia, especialmente das pessoas que não tinham parentesco com injustiçados pelo arbítrio governamental e repressivo, todavia esta foi a marca das campanhas pela libertação dos “Flávios”, que foi emblemática neste sentido. A solidariedade acionada pelo MFPA-RS ao lado de outros movimentos estava acima das diferenças ideológicas, de acordo com Del Porto¹¹⁰ este sentimento foi um elo importante para a reconstrução da sociedade civil. No caso dos “Flávios” a solidariedade se somava a sede por justiça e à identidade regionalista e brasileira em relação aos excessos militares também muito presentes nos países vizinhos durante suas sangrentas ditaduras.

¹¹⁰ Del Porto (2002) se baseou na lógica de Brant (1980) que analisou os movimentos populares paulistas e considerou a experiência do medo como um instrumento mobilizador que fez com que as pessoas criassem vínculos de solidariedades que estavam acima de “suas divergências político-ideológicas.” (p.61)

2.5 A MOVIMENTAÇÃO PELA ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA E O REPÚDIO AO PROJETO GOVERNISTA

O ano de 1979, segundo Forget (1994) foi de mudança discursiva para o Estado em relação à sociedade civil, momento em que o aspecto dialógico se manifestou. Mil novecentos e setenta e nove era o fim da década de 1970, já que esta se iniciou sob alta repressão do governo Médici, o seu fim parecia ser o início de um novo tempo. Com a revogação do AI-5¹¹¹ a partir de janeiro de 1979 a atmosfera já parecia ser mais leve, mas como “em ditadura nada se parece com flores” foram registrados quatro assassinatos pelos repressores. Não casualmente os homens¹¹² vitimados estavam envolvidos com manifestações pela anistia, movimentos populares e greves.

O ano das esperanças no aprofundamento da abertura pelo futuro ditador-militar João Batista Figueiredo, o ano da Lei de Anistia de Agosto, foi um ano de muitas campanhas, reuniões, congressos, discussões, negociações, assembleias, resoluções, encaminhamentos, encontros... Encontros não apenas entre militantes pelos Direitos Humanos, entre partidários ao retorno democrático, também daqueles que puderam permanecer no Brasil e lutar de maneira branda e legal pela possibilidade de alcançar o Estado de Direito. O saldo do ano de 1979 após a Lei de Anistia e da reforma política que permitiu o restabelecimento do pluripartidarismo foi positivo e importante para as construções que viriam a seguir, até o ano de 1989, quando seria eleito diretamente o primeiro presidente civil após 25 anos de

¹¹¹ Na intenção garantir que o controle absoluto permaneceria nas mãos do próximo ditador no lugar do AI-5 ficaram as chamadas “salvaguardas de emergência”. Para Geisel: “Eu, afinal, tinha o AI-5, tinha o poder de cassação, mas quem viesse depois de mim não teria mais nada disso. Era preciso que se desse a ele alguns instrumentos que lhe permitissem assegurar a sua autoridade e continuar no caminho de acabar com os resquícios próprios da revolução, principalmente decretando a anistia.” (CASTRO; D’ARAÚJO, 1997, p.476)

¹¹² De acordo com Brasil (2007) Adauto Freire da Cruz morreu em maio de 1979 após ter sido abordado e espancado por um grupo de policiais militares em uma viagem que seguia para o Rio de Janeiro, em que levava material – panfletos – em defesa da Anistia; Orocílio Martins Gonçalves foi morto por policiais militares em Belo Horizonte em julho de 1979 durante uma passeata grevista de operários da construção civil; Benedito Gonçalves participava de um piquete grevista da Companhia Siderúrgica Paim em Divinópolis (MG) quando sofreu traumatismo craniano provocada por uma agressão de um policial militar em agosto. Cerca de mil trabalhadores acompanharam seu enterro; Santo Dias também operário metalúrgico morreu em outubro, na zona sul de São Paulo, quando liderava um piquete de greve.

imposição governamental. Nas palavras de Forget “a abertura instiga a capacidade de mobilização de diferentes setores (...) mas nenhuma reivindicação recebe apoio popular comparável à campanha em prol da anistia, cuja ampla adesão das massas era mesmo inesperada.” (FORGET, 1994, p.133)

A campanha pela anistia tomou proporções consideráveis e antes mesmo de Figueiredo assumir como ditador a pressão popular ultrapassava os canais de diálogo da política levando a demanda da Anistia para as ruas, disseminada de forma criativa a ponto de fazer parte de momentos de entretenimento. A propaganda promovida pelos CBA's é demonstrada pelo Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro:

Os CBAs recorriam a várias formas de propaganda sobre a anistia, desde cartazes utilizando a mesma fórmula daqueles dos “Procurados” do regime militar, mostrando quem eram os desaparecidos políticos, até a ideia bem-sucedida do CBA-SP, que conseguiu exibir no dia 11 de fevereiro de 1979, no estádio do Morumbi, na capital paulista, durante um jogo de futebol entre Santos e Corinthians, uma grande faixa com os dizeres “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, no meio da torcida corintiana. A faixa foi levada ao ar pelas emissoras que transmitiram o jogo e, no dia seguinte, estava nas primeiras páginas de todos os principais jornais do país. (DHBB, verbete CBA, Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>)

A receptividade popular do assunto dava esperanças aos dirigentes dos movimentos pela anistia que passaram a se reunir com frequência naquele ano. Em Brasília, nos dias 03 e 04 de março, a luta pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e pelas Liberdades Democráticas” se voltou para o Distrito Federal onde foi realizada a III Reunião da Comissão Executiva Nacional (CEN) dos Movimentos de Anistia no Brasil já no propósito de encaminharem as suas resoluções ao Congresso Nacional. Do RS partiu para participar apenas o CBA-RS (representado pelo vice-presidente Carlos Corrêa Martins), o qual levou sugestões e informações sobre o caso Flávio Koutzii. A proposta apresentada pelo CBA-RS em relação ao gaúcho Flávio era de que fosse realizado um ato público no dia 12 de março na intenção de que esta ação se repetisse pelos demais estados até o dia 30 de março. Na reunião da CEN ficou definida que a palavra de ordem pela libertação de Flávio deveria ser: *Flávio: Vivo e Livre.*

A CEN também definiu que a campanha pela soltura de Flávia S. deveria ser retomada. A campanha conjunta deveria ser reforçada especialmente no dia 18 de abril, Dia Nacional de Anistia. Foi acertado pelos grupos pela anistia o objetivo de darem apoio aos presos políticos, desaparecidos, banidos, posseiros expulsos ou colocados na marginalidade, reconstrução da UNE, pela liberdade sindical, pela denúncia de demissões de operários. Foi definido também que estes marcassem uma Reunião da Comissão dos Mortos e Desaparecidos constituída pelo CBA-RJ, SDDH-Pará, MFPA-PE, CBA-SP, MFPA-RS.

Entre as dirigentes do MFPA o desejo do retorno de algumas personalidades políticas exiladas foi motivo de divergência entre as entidades do RS e de SP em razão de uma matéria do Boletim *Maria Quitéria* que publicou uma entrevista onde demonstrava priorizar o retorno de algumas personalidades políticas em detrimento de outras, incluído neste último grupo estava o nome de Brizola. Inconformadas pela atitude discriminatória as lideranças do MFPA-RS enviaram uma carta ao grupo paulista demonstrando estarem em desacordo com a atitude de publicar no boletim informativo tal restrição, visto que embora algumas dirigentes do sul tivessem relações pessoais com o ex-governador gaúcho, em nenhum momento optaram por direcionar a campanha pela anistia a este em específico, mas a todos os exilados. As gaúchas finalizaram a carta contando com a compreensão de Zerbini, pois “com o apreço e consideração que a senhora sempre nos mereceu, esperamos que releve nossa atitude de inconformidade, razão pela qual este número de “*Maria Quitéria*” não será distribuído no Rio Grande.” (MFPA-RS, 22/03/1979)

Enquanto os movimentos tentavam maior rearticulação e apoiavam todas as formas de luta por liberdades o General João Batista Figueiredo tomava posse em 15 de março de 1979. No Rio Grande do Sul o vice-governador de Sinval Guazzelli, José Augusto Amaral de Souza, foi indicado pelo governo militar para exercer o cargo de governador do Estado gaúcho. O governador foi nomeado pela Assembleia Legislativa do RS em 15 de março de 1979 ao poder executivo estadual função que exerceu até 15 de março de 1983. No final do mês de abril quando Figueiredo visitou

o estado do RS o MFPA-RS publicou na imprensa o desejo de apertar a mão daquele em quem acreditavam que concederia a anistia ampla aos brasileiros.

As mulheres do MFPA-RS inovavam nas suas estratégias e se utilizavam de datas históricas para rememorar momentos em que o governo havia cedido alguma forma de libertação ao seu povo. Exemplo utilizado por elas, além das datas que estavam relacionadas a figuras políticas como Vargas e Duque de Caxias, o dia 13 de maio (data da Lei Abolicionista, o que em termos práticos não significou uma mudança imediata no modo de vida dos ex-escravos) a direção do Movimento Feminino pela Anistia do RS publicou a seguinte nota:

(...) A promessa de fazer deste País uma Democracia, sabem todos, não obedece apenas a uma predisposição do General João Batista Figueiredo, mas a pressões de todos os segmentos da sociedade brasileira: do clero que clama por liberdade e justiça social; de mulheres e homens engajados nos movimentos femininos e nos Comitês pela Anistia; de professores, de profissionais liberais, de empresários, de trabalhadores congregados em sindicatos e associações de toda a natureza; dos representantes do Movimento Democrático Brasileiro e até da Aliança Renovadora Nacional – Partido que oferece, há tantos anos, apoio ao regime implantado pela força, em 64.

O Movimento Feminino pela Anistia dirige, nesta hora, aos representantes do povo gaúcho, independente de credo político ou religioso um apelo, de que ocupem a tribuna parlamentar para exigir, como medida prioritária, a redemocratização do país através da anistia ampla e irrestrita.

(...) Pela redemocratização do Brasil!
Pela Reconciliação da família brasileira!
Pela Anistia Ampla e Irrestrita!

Mila Cauduro, Francisca Brizola Rotta, Lícia Peres, Maria Flor Vieira, Lygia de Azeredo Costa, Raquel Cunha (Presidente do CBA-RS). (MFPA-RS, 13/05/1979)

O parlamento rio-grandense ganhava sugestões não apenas do MFPA, mas de grupos que fortaleciam as ações pelo restabelecimento democrático. Após a criação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos em março de 1979 em Porto Alegre o MFPA-RS também se mostrou apoiador da proposta de criação de uma Comissão Permanente de Direitos Humanos na Assembleia Legislativa do RS.

Fora desses espaços formais da política os movimentos criavam momentos e lugares nos quais poderiam ampliar a discussão com os demais movimentos que exigiam transformações específicas. Em 29 e 30 de maio ocorreu no Rio de Janeiro a 5ª Reunião da Comissão Executiva Nacional dos Movimentos de Anistia do Brasil. De acordo com as resoluções deste encontro foi determinado que: o 2º Encontro

Nacional dos Movimentos de Anistia se realizaria no Rio de Janeiro nos dias 15, 16 e 17 de junho de 1979; a delegação do MFPA-RS foi indicada para participar da Conferência Internacional pela Anistia. Nestes momentos de reunião de representantes de vários estados os problemas dos movimentos estaduais eram levados ao conhecimento de todos, sobretudo os dos grevistas.

Na tentativa de contribuir para as necessidades dos operários e após a experiência da mobilização para pagar a “hospedagem carcerária” de Flávia Schilling, ação que demonstrou grande solidariedade por parte das organizações da sociedade civil, a ideia de arrecadar fundos se estendeu também para os grevistas do ABC paulista, que em março de 1979 necessitavam de recursos para sobreviver. O MFPA-RS esteve junto da arrecadação da capital Porto Alegre e assinou ao lado com outras entidades¹¹³ uma nota de apoio aos metalúrgicos paulistas que estavam em protesto há quinze dias. No final do mês de maio foi a vez dos estudantes receberem nota de apoio da presidente nacional do MFPA, Therezinha Zerbini, o movimento estudantil se reestruturava e se fortalecia em um encontro nacional da UNE em Salvador.

Já no Encontro Nacional das Entidades de Anistia realizado em junho de 1979 no Rio de Janeiro, em que contou com a participação do CBA-RS, a ampliação da solidariedade foi em direção aos presos, os mortos e desaparecidos cujo trabalho de levantamento resultou em um dossiê sobre os presos políticos brasileiros¹¹⁴, os mortos e os desaparecidos.

Aos 27 dias do mês de junho as entidades Movimento Feminino pela Anistia no RS e Comitê Brasileiro pela Anistia do RS, realizaram um ato que intitularam “Leve uma flor em homenagem aos mortos e desaparecidos” no Largo da

¹¹³ Assinaram a nota de apoio ao movimento paulista o CBA/RS, Agetra, Convergência Socialista, Juventude Trabalhista, MFA/RS, IEPES/MDB, Ciejuc, SJM/MDB, Associação dos Médicos Residentes, Tendência Socialista/MDB, CEBES/RS, Setor Jovem do MDB de Alvorada, Casta/PUC, DCE e Conselho DA's-UFRGS, Conselho dos Direitos Humanos, Setor Feminino/Viamão, Oposição-Centro de Professores, Movimento contra a Carestia, Associação dos Sociólogos do Estado do RS, DAGE-UNISINOS. (recorte de jornal. Acervo Lícia Peres e Mila Cauduro, 27/03/1979)

¹¹⁴ Os presos políticos do Rio Grande do Sul – Porto Alegre apontados naquele momento foram: Antônio Losada, José Losada. Importante salientar que os relatórios apresentados, e os nomes levantados não foram conclusivos, de forma a estarem sujeitos a complementações por parte das investigações de familiares e das entidades constituídas.

Prefeitura de Porto Alegre e que se estendeu posteriormente para um debate acerca da anistia e conjuntura política no Plenarinho da Assembleia Legislativa do RS. Este ato além de prestar homenagens aos ausentes e injustiçados pela repressão militar, também simbolizava uma resistência ao encaminhamento ao Congresso Nacional do “Projeto de Anistia Parcial do governo” (MFPA-RS; CBA-RS, 25/06/1979). O convite-apelo feito aos gaúchos pedia que “todos aqueles que lutam pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita firmem seu protesto, denunciando as limitações de tal projeto.” (Idem)

O Dia Nacional de Luta, dia 27 de junho, foi de movimentação em diversas capitais brasileiras realizaram-se passeatas, panfletagem, homenagens. Em Porto Alegre cerca de 200 pessoas acompanharam o ato que teve continuidade na Assembleia Legislativa. Na memória de Lícia Peres este momento ficou registrado com um encerramento das atividades do MFPA-RS:

Nós ainda fizemos um último ato, que foi na porta da prefeitura, em homenagem aqueles que não poderiam ser mais beneficiados pela Anistia. Era “leve uma flor em homenagem aos mortos e desaparecidos” em que era lida uma relação [de nomes] e as pessoas respondiam presente e colocavam uma flor no chão. Foi um momento de grande emoção, pois aqueles já não seriam beneficiados, muitos estavam enterrados outros não sabíamos onde estavam os corpos. (PERES, 2005)

Embora este momento tenha sido marcante para Lícia a anistia não tinha sido aprovada ainda. Após a aprovação da Lei elas se envolveriam nas atividades de recepção aos exilados, como, por exemplo, na ocasião da chegada de Leonel Brizola por São Borja. A última Ata de reuniões, Ata nº9 de 28 de junho de 1979, revela uma insegurança em relação à sanção da Lei de Anistia, visto que as mulheres realizaram a votação da nova diretoria, que bianualmente escolhia suas representantes, que atuaria de julho de 1979 a junho de 1981. Embora o quadro diretivo não tenha se modificado a presidente reeleita, Mila Cauduro, agradeceu a confiança e prometeu envidar seus esforços em direção a anistia “ampla, geral e irrestrita”.

Voltando ao debate realizado na Assembleia o momento concentrou diversas críticas pelos presentes no Plenarinho, cujo espaço recebeu militares, professores e deputados cassados durante o regime de exceção. A discussão sobre a punição dos torturadores e assassinos que trabalham para o Estado de Segurança

Nacional foi levantada pelos debatedores (militares inclusive) do assunto. A vice-presidente do MFPA, Lícia Peres, durante os debates alertou aos presentes que:

“O Movimento Feminino pela Anistia vai continuar sua luta, consciente de que a anistia que queremos ampla, geral e irrestrita, não vai ser conseguida no Congresso (...) é o povo nas ruas quem (sic) vai conseguir anistia ampla, impossível enquanto não desmantelarmos o aparelho repressivo.” (ZERO HORA, 26/06/1979)

Interessante notar que o discurso de Lícia parece apostar mais na pressão originada da sociedade civil sobre os militares que formulavam o projeto de Anistia, do que no presidente Figueiredo, que desde o início do governo mostrou sinais do seu desejo de reconciliação nacional.

A mensagem nº59, de 1979, de ordem do ditador-militar João Batista Figueiredo direcionada ao Congresso Nacional, iniciava com as seguintes palavras:

O Governo anunciou que a anistia haveria de incluir-se entre suas prioridades do ano em curso. (...) Consideramos ser este o momento propício à pacificação. (...) A anistia é um ato unilateral de Poder, mas pressupõe, para cumprir sua destinação política, haja, na divergência que não se desfaz, antes se reafirma pela liberdade, o desarmamento dos espíritos pela convicção da indispensabilidade da coexistência democrática. (CONGRESSO NACIONAL, MENSAGEM Nº59, DE 1979 (CN)/ Nº191/79, NA ORIGEM).

O teor do projeto considerava a anistia como conciliação, concessão, silenciamento, esquecimento e ainda, um ato de generosidade, o qual a autoridade que a concedeu deve ser reconhecida como um promovedor da resolução de um favor, dando-lhe perdão aos beneficiados, e não dando desfecho a um problema tão reivindicado pelos movimentos sociais. Anexadas à mensagem do ditador-militar e ao projeto de Lei da Anistia estavam os prazos de análise, os quais deveriam ser respeitados pela Comissão Mista que tinha como Presidente o Senador Teotônio Vilela; como vice-presidente o Senador Helvídio Nunes; como Relator o Deputado Ernani Sátiro. Os Senadores e Deputados com mandato em vigência na época da votação que poderiam apresentar emendas ao Projeto eram os seguintes:

Pela Arena:

Senadores: Aloysio Chaves; Dinarte Mariz; Bernardino Viana; Helvídio Nunes; Jorge Kalume; Moacyr Dalla; Murilo Badaró.

Deputados: Ernani Sátiro; João Linhares; Ibrahim Abi-Ackel; Francisco Benjamim; Luiz Rocha; Leorne Belém.

Pelo MDB:

Senadores: Teotônio Vilela; Pedro Simon; Nelson Carneiro; Itamar Franco.

Deputados: Tarcísio Delgado; Benjamim Farah; Roberto Freire; Del Bosco Amaral; João Gilberto. (CONGRESSO NACIONAL, MENSAGEM Nº59, DE 1979 (CN)/ Nº191/79, NA ORIGEM).

Em meio às opiniões sobre o projeto de Anistia encaminhado ao Congresso o jornal *Zero Hora* entrevistou algumas pessoas envolvidas com a política no RS para darem seu parecer, a presidente do MFPA-RS, Mila Cauduro, deu a seguinte declaração:

Considero o projeto de anistia como um passo, e muito importante, para a redemocratização do País. Considero que a frase do presidente, 'lugar de brasileiro é no Brasil', deve ser o 'slogan' de todos nós. Estive em Portugal e conversei com moças e rapazes envolvidos no movimento estudantil nestes anos e que certamente não foram beneficiados com o projeto de anistia, mas são jovens brasileiros que integravam o movimento estudantil, que não podem ser comparados com terroristas. O terrorismo é estranho a nossa índole. São jovens que, com o fechamento que quaisquer canais legais e cívicos de oposição ao regime de força, chegaram a excessos e precipitações que custaram a vida de muitos e a liberdade de quase todos. Já passaram muitos anos e sofreram a pior das penas, que é viver longe da Pátria. Esperamos que, depois desse ato do presidente da República, venha a anistia ampla e irrestrita, ou seja, a reconciliação da família brasileira. (CORREIO DO POVO, 28/06/1979)

Enquanto Mila insistia na espera pela “reconciliação da família brasileira” os vereadores cassados, Glênio e Klassmann, esperavam para reassumir os cargos em vigência assim que a anistia fosse publicada pelo diário oficial. Anulada as punições com base no AI-5, os vereadores poderiam reassumir seus mandatos e reconquistarem os 2/3 da Câmara Municipal, maioria da oposição que foi retirada por ato de força, o que o voto popular lhes havia dado. Em uma comemoração particular entre Glênio, Lícia, Marcos, Mila Cauduro e amigos ao sabor de “champanha nacional e chocolates de Gramado” apesar da euforia de que poderia retornar ao poder público Glênio se disse insatisfeito com o tipo de anistia proposta pelo governo:

O Presidente da República alegou que os chamados terroristas foram excluídos porque cometeram crimes contra a humanidade. Mas pergunto: e os que torturaram indefesos presos políticos, que mataram e violentaram homens e mulheres, não cometeram crimes contra a humanidade? Esta anistia é muito restrita, pequena, do tamanho do governo. (ZERO HORA, 28/06/1979)

Quanto ao projeto do governo o MFPA nacional se manifestou divulgando em 07 de julho de 1979 um documento intitulado “Críticas e nossas ponderações quanto ao Projeto de Anistia apresentado pelo governo dia 27 de junho p.p.” em que foram tratados 11 pontos críticos, como exemplo, as críticas mais correntes foram em relação ao tempo de alcance da anistia, aos beneficiados (e daí a polêmica da inclusão dos torturadores e dos crimes de sangue) e dos trabalhadores afastados. Diante do projeto apresentado pelo governo o posicionamento das mulheres do MFPA foi de repúdio ao caráter injusto e limitado. As críticas pontuadas pela posição do MFPA - Direção Nacional estavam de acordo com as mais polemizadas pelos que idealizavam um projeto amplo, geral e irrestrito. Especialmente sobre o tempo de alcance da Lei de Anistia (iniciava antes do golpe, em 1961 se estendendo até os crimes cometidos em 1º de janeiro de 1979 e não até a aprovação da Lei pelo Congresso); e sobre o parágrafo 1º do artigo 1º e a inclusão de anistia aos torturadores. Todavia explicitamos que não há de maneira declarada a inclusão por texto, de anistia aos torturadores, mas sim por interpretação, como é transcrito:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 31 de dezembro de 1978, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Pública, aos dos Poderes Legislativo e Judiciário e aos militares, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. . (LEI N°6.683, 28/08/1979)

Também causava indignação o fator restritivo da anistia sobre os funcionários afastados de seus cargos que apenas poderiam retornar às suas atividades mediante julgamento de Comissões, interesses administrativos e existência de vagas. Destacamos algumas ponderações do MFPA nacional:

10) O parágrafo 2º do artigo 1º estabelece uma das contradições mais clamorosas; os condenados por crimes de “terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal não serão anistiados”; mas o são aqueles cujos processos ainda não foram submetidos a julgamento. (Fere o princípio Constitucional da Isonomia).

11) Não entramos na análise da exclusão dos crimes de terrorismo, sequestro, atentado pessoal, pois o posicionamento do MFPA por uma anistia ampla, geral e irrestrita é sobejamente conhecimento.

(...) A Anistia terá que ser irrestrita e absoluta, não deverá conter nenhuma condição pois, quem condenou, processou, exilou, cassou, banuiu, demitiu, reformou arbitrariamente e matou, não tem autoridade para exigir condições de suas inúmeras vítimas.

Além do mais, é preciso e deve ser levado em conta, que todos os crimes políticos praticados após 1964 se deram num regime de exceção e não num Estado de Direito.

A violência da militância política contrapôs-se à Violência do Estado de Exceção.

Chegamos ao absurdo de que do Projeto enviado ao Congresso, dia 27 de junho de 1979, de que;

os parágrafos 1º e 2º, ambos do artigo 1º, são conflitantes porque ferem o Princípio Constitucional de Isonomia.

Pelo parágrafo 1º, torturadores e matadores são anistiados.

Pelo parágrafo 2º, excluem-se terrorismo, sequestro e atentado pessoal. (MFPA, Críticas e nossas ponderações quanto ao Projeto de Anistia apresentado pelo governo dia 27 de junho p.p.)

Não apenas o MFPA divulgou suas críticas ao projeto, mas de acordo com os documentos arquivados pelo MFPA-RS, os grupos que seguem abaixo também se manifestaram contrários a algum ponto do projeto do governo:

- os professores universitários gaúchos que foram expurgados de seus cargos por enquadramento aos Atos de Exceção;
- a associação dos docentes da UFRJ, (ADUFRJ), representada pela Comissão pela Reintegração dos Docentes Afastados por Atos Institucionais;
- Os familiares de presos políticos “desaparecidos” e/ou mortos de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro; (grifos originais)
- O Deputado Federal Alceu Collares junto com um grupo também elaborou um substitutivo ao projeto;
- os punidos pelos Atos Institucionais da Câmara de Vereadores de Porto Alegre;
- os servidores públicos de empresas de “economia mista”, especialmente do Banco do Brasil e da Petrobras também enquadrados nos Atos Institucionais;
- A Ordem dos Advogados do Brasil também se manifestou criticamente ao Projeto de Anistia que se reuniu no Rio de Janeiro e contou com a presença do

Senador Teotônio Vilela, presidente da Comissão Mista a julgar a Lei de Anistia proposta por Figueiredo;

- O CBA-RS, na palavra da presidente Raquel Cunha, expediu nota, contendo assinaturas de mulheres (possivelmente inspiradas nas assinaturas do início da campanha do MFPA), repudiando o projeto que exclui dos seus artigos inúmeros casos proclamando seu pedido de anistia ampla, geral e irrestrita;

- Os Professores do Ensino Secundário do Estado do RS;

Em meio à polêmica e a efervescência de elaborações de um contra projeto de anistia, no Rio Grande do Sul repercutia mais um caso polêmico “o caso das mãos amarradas¹¹⁵”, a entrega dos restos mortais do Sargento Manoel Raymundo Soares, que foi assassinado em agosto de 1966, para sua viúva. Em 1979, treze anos após o assassinato do marido, a viúva Elizabeth Challup Soares¹¹⁶ vivia no Rio de Janeiro sem direito à pensão e trabalhando como copeira na capital fluminense. Elizabeth retornou ao Rio Grande do Sul para buscar as cinzas do corpo encontrado no Rio Jacuí e foi amparada por alguns vereadores do MDB, pelas mulheres-presidentes do MFPA-RS e CBA-RS, Mila Cauduro e Raquel Cunha, as quais fizeram sua recepção no Aeroporto Salgado Filho aos olhos de agentes do DOPS (JORNAL DO BRASIL, 14/07/1979). A viúva fez o seguinte apelo: “Não peço, exijo que o Governo repare o erro, levando a julgamento os militares do Exército e do DOPS que mataram meu marido, entre eles o Coronel reformado Luis Carlos Menna Barreto¹¹⁷ e o Tenente-Coronel reformado Attila Rohrsetzer¹¹⁸” (Idem).

Segundo o Dossiê “Os Presos, Os Mortos, Os Desaparecidos” elaborado no encontro das entidades no RJ, em junho de 1979, o Sargento do Exército foi preso em Porto Alegre em 11 de março de 1966 e seu corpo foi encontrado em 24 de agosto de 1966 no Rio Jacuí, com marcas de tortura e com as mãos amarradas às costas, o que fez o caso ficar conhecido como “Caso das Mãos Amarradas”. Durante

¹¹⁵ Somente em 1984 foi aprovada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do RS para apurar o caso de Manoel Raymundo Soares. Sobre esse assunto ver: BAUER, 2006; BRASIL, 2007.

¹¹⁶ Elizabeth faleceu no ano de 2009 aos 72 anos sem ter recebido as devidas indenizações. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=2143>>. Acesso em março de 2010.

¹¹⁷ Chefe até 1979 do Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança.

¹¹⁸ Chefe em 1979 do Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança.

sua passagem pelo DOPS, 6ª Cia. do Exército, Palácio da Polícia Civil e Ilha do Presídio, no Rio Guaíba, o sargento conseguiu enviar seis cartas à sua mulher. De acordo com a versão oficial o preso havia recebido soltura no dia 13 de agosto e foi posteriormente “morto por comunistas”. (COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA-RJ, junho de 1979). A ex-presidente do MFPA-RS, Lícia Peres lembra o retorno de Elizabeth por Porto Alegre:

Eu a hospedei aqui em casa e nós demos uma proteção a ela, uma proteção em termos físicos de ela estar aqui protegida (...) ela não tinha retornado tamanho o que ela passou aqui. (...) ela conseguiu resgatar algumas cartas aqui nessa vinda, a pessoa disse a ela, só ela pode revelar quem, mas “olha eu vou ficar com essas cartas” onde ele dizia que temia ser morto, “e eu não entrego a ninguém no dia que você vier eu sou da área do Direito”, acho que [era] juiz, “no dia que você vier eu lhe devolvo”. Ela procurou, eu fui com ela de carro, ficamos rodando para ver se ela se lembrava, acabou localizando e a pessoa entregou as cartas. Imagina? Se tivesse ficado com ela, ela não teria guardado porque levariam, vasculhavam tudo. (PERES, 2009).

Podemos verificar os sentimentos de esperança e paixão em uma das cartas de Raymundo:

“Ilha das Pedras Brancas, 10 de julho de 1966.

Minha Querida Betinha:

Ainda estou vivo. A saúde que havia chegado ao meu corpo, partiu, deixando a normalidade que você tão bem conhece. Em meu corpo ficaram gravadas algumas das ‘medalhas’ com que me agraciaram. Fígado, intestinos e estômago.

Espero de todo o coração que você tenha recebido as cartas anteriores. Esta é a de número nove. Penso que a estas horas você deve estar chorando. Não quero isso. A jovem senhora, valente, das respostas desconcertantes, deve agora, substituir a moça ingênua e humilde com quem tive a felicidade de casar.

Nunca pensei que o amor que tenho pelo “meu reboque” pudesse chegar aos limites de uma necessidade. Nestes últimos dias tenho sido torturado pela realidade de estar impedido de ver o rosto da mulher que amo. Eu trocaria se possível fosse, a comida de oito dias, por oito minutos junto ao meu amor, ainda que fosse só para ver.

Tenho uma fé inabalável de que os adversários não conseguirão destruir nosso amor. Sei hoje que você tinha razão, em muitas de nossas discussões sobre nosso tipo de vida. Você ganhou.

Espero que, no dia em que me ver livre deste cárcere, uma pessoa pelo menos me esperará lá fora. Que o mundo inteiro me volte as costas, mas um rosto e um sorriso amigo eu tenha: o de minha querida e idolatrada Betinha.
(...)

Tudo passará. A política, a cadeia, os amigos; só uma coisa irá durar até a morte: o amor que tenho por essa mulherzinha que é hoje a única razão de querer viver deste presidiário.

Do sempre teu Manoel” (Disponível em:
<<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=2143>>.)

A solidariedade prestada à viúva de Raymundo Soares salta aos olhos, uma vez que esta retornou ao Estado gaúcho somente a partir de um levantamento financeiro de amigos cariocas que “abriram uma conta em seu nome, no banco, a fim de custear suas despesas.” (ZERO HORA, 14/07/1979). Nas fotos publicadas nos jornais falando do caso de Elizabeth é interessante notar que esta aparece amparada por Glênio Peres, que mesmo com seu mandato cassado não hesitava em acompanhar os casos e clamar por justiça, acompanhado pelo vereador cassado Marcos Klassmann. Os dois ex-veredores junto às mulheres do MFPA-RS e CBA-RS conduziram a viúva até a Câmara Municipal onde ocorreu uma homenagem promovida pelos vereadores emedebistas Geraldo Brochado da Rocha e Antônio Cândido, conhecido por “Bagé”, e o presidente da Câmara o vereador Cleon Guatimozim. As mulheres dos movimentos pela anistia também se utilizaram da palavra durante a sessão. O vereador Antônio Cândido falou sobre sua intenção de encaminhar um projeto para que uma rua da capital ganhasse o nome do Sargento¹¹⁹.

Somado ao grupo de umas cinquenta pessoas a Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Punidos pela Revolução (AMPLA) também acompanhou o ato de exumação no Cemitério São Miguel e Almas. Embora o sargento não fosse gaúcho, mas natural de Belém (PA), este recebeu o reconhecimento de alguns colegas de profissão, como, por exemplo, o coronel cassado e ex-deputado Pedro Alvarez que carregou as cinzas de Soares na tarde do dia 14 de julho de 1979.

Além das repercussões da crítica ao projeto de Anistia do governo, e da retomada do “Caso das mãos amarradas” as pressões ao governo passaram a ações concretas em julho de 1979. Os presos políticos iniciaram uma greve de fome e realizaram uma convocação nacional a todas as entidades constituídas pela anistia

¹¹⁹ Atualmente a Avenida Sargento Manoel Raymundo Soares fica localizada no Jardim Carvalho, zona leste de Porto Alegre-RS.

ampla, geral e irrestrita. A greve de fome teve a duração de 32 dias e a participação de presos de seis estados. (GRECO, 2003, p.246)

Entre os meses que antecederam a aprovação da Lei de Anistia muitos foram os encontros que discutiam a anistia brasileira, em 28 a 30 de junho de 1979, em Roma, ocorreu a Conferência Internacional pela Anistia. Em 1979 a CEN preparou e convocou cinco eventos nacionais, dentre os quais o 3º e 4º Encontros de Movimentos pela Anistia, respectivamente no Rio de 15 a 17 de junho e em São Paulo de 7 a 8 de julho, o 1º encontro nacional de atingidos no Rio em 11 e 12 de agosto de 1979 (GRECO, 2003, p.104). Nos primeiros dias de agosto realizou-se também em Brasília a reunião da Comissão Executiva Nacional com a bancada do MDB, além dos encontros que se realizaram após a Lei de agosto.

2.6 A ANISTIA PARCIAL DE AGOSTO E SENSACÃO DE VITÓRIA BASEADA NO RETORNO DOS EXCLUÍDOS

Em 02 de agosto de 1979 a presidente do CBA-RS, Raquel Cunha, fez uma declaração autorizando a vice-presidente do MFPA-RS, Lícia Peres, a representar o CBA em voto, e nas resoluções necessárias, no Encontro de Brasília¹²⁰. Enquanto muitos militantes faziam o trabalho de pressão contra a anistia parcial no Distrito Federal, na intenção de influenciar os parlamentares que discutiam o projeto, em Porto Alegre foi organizada uma Comissão Geral¹²¹ para encaminhar um ato público

¹²⁰ Junto a documentação do MFPA-RS estão documentos propositivos individuais (Um exemplo é o documento elaborado por Maildes Alves de Mello, Capitão Reformado da Brigada Militar, cassado pelo Ato Institucional nº1)¹²⁰ e coletivos de reformulações ao projeto governista, de atingidos que se deslocaram até Brasília para as reuniões que concentravam os movimentos pela anistia ampla, geral e irrestrita.

¹²¹ Participaram da organização do ato os seguintes grupos: Comitê Brasileiro pela Anistia; Movimento Feminino pela Anistia-RS; Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Institucionais; Conselho de Defesa dos Direitos Humanos; Centro Brasil Democrático; Grupo de Professores Atingidos da Ufrgs; União Nacional de Estudantes; Associação de Docentes da Ufrgs; Associação Nacional dos Médicos Residentes; Associação dos Sociólogos do Brasil; Instituto dos Arquitetos do Brasil/RS; Federação do Magistério do Estado do Rio Grande do Sul; Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas; Diretório Central dos Estudantes da Ufrgs; Associação Gaúcha dos Sociólogos; Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairros; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre; Diretório “Paulo Freire” da Unisinos; União Metropolitana de Estudantes Secundários de Porto Alegre; IEPES – Instituto de

pela anistia ampla geral e irrestrita a ocorrer no dia 08 de agosto de 1979, no Plenário da Assembleia Legislativa do RS.

O ato que repercutia nacional e internacionalmente, por meio dos movimentos da sociedade civil, teve como consequência na capital gaúcha instaurar uma vigília pela anistia, inspirada na prática desenvolvida em Brasília. O local escolhido pelos “vigilantes” da anistia para se concentrar foi a Catedral Metropolitana de Porto Alegre, localizada ao lado do Palácio Piratini, sede do governo estadual do RS que se localiza na diagonal da Assembleia Legislativa do Estado. Este “centro político”, em frente à Praça da Matriz, serviu como espaço de manifestações políticas e sociais na esperança de que a Igreja pudesse lhes dar cobertura e proteção no caso de uma repressão policial. No entanto, o Cardeal Dom Vicente Scherer não permitiu que a “vigília cívico-religiosa” se instaurasse naquele local. De acordo com a *Folha da Manhã*, o porta-voz do Cardeal afirmou que Scherer era favorável a anistia parcial do governo, contra, portanto, a anistia irrestrita. Apesar de esta opinião não ser homogênea entre as autoridades religiosas, como exemplo Dom Paulo Evaristo Arns que rezava missas em favor da anistia ampla, geral e irrestrita, o presidente da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) já havia dito à imprensa que a Igreja (como se esta fosse representada apenas por sua excelência) era favorável a uma “anistia ampla’, mas ‘não irrestrita’”. (FOLHA DA MANHÃ, 11/08/1979). E ainda:

Segundo informações, Dom Vicente não só expulsou os estudantes e trabalhadores da Catedral, esquecendo uma frase que repete sempre: “Que todos são filhos de Deus”, como chamou a Polícia para ‘proteger’ seus funcionários, enquanto estes retiravam os cartazes que haviam sido colocados na Catedral, entre os quais, um dizia: “Terrorista é a ditadura que mata e tortura”.

Isto porém, não impediu que os 50 manifestantes desativassem a vigília, permanecendo durante todo o dia de ontem, nas escadarias da Catedral. A cara feia dos policiais, ao que parece, não assustou ninguém, e até um dos integrantes do movimento foi pedir a um deles que assinasse o livro de presença em solidariedade a anistia, que ao final da tarde estava engrossado por mais de 700 assinaturas. (Idem)

A posição de Dom Vicente Scherer foi noticiada pela imprensa da capital nos jornais *Correio do Povo*, *Folha da Manhã*, *Zero Hora*, e também o número de pessoas que participaram da vigília que variou, respectivamente, entre 40, 50 e 60 nestes periódicos. Os “vigilantes” pela anistia ampla, geral e irrestrita enfrentaram os opositores e até o aparato policial, e se organizaram para se manter por cinco dias em alerta em frente a pontos de movimentação como na Catedral na Praça Matriz e na Praça da Alfândega (no centro de Porto Alegre) a fim de conscientizarem a população do que ocorria em Brasília.

Enquanto a insurgência dos populares tirava o sossego das autoridades ditatoriais em Porto Alegre, a presidente do MFPA-RS se concentrava em Brasília com os demais representantes das entidades pela anistia ampla, geral e irrestrita. A convite do Deputado Alceu Collares¹²² as representantes do MFPA-RS e CBA-RS acompanhavam a apreciação do projeto de anistia do governo pelos deputados e senadores. A escritora Mila relatou sua experiência como representante em um artigo que foi publicado pelo *Diário de Notícias*. Cabe referir alguns trechos desse relato:

Na reunião que realizamos na sala da Comissão dos Serviços Públicos da Câmara e da qual participaram grande número de deputados da bancada do MDB, do Rio Grande, a bandeira que uniu a representação gaúcha foi a da Anistia ampla, geral e irrestrita e as diversas Entidades apresentaram sugestões, propondo mudanças que deverão constar no substitutivo do Partido de Oposições.

Fomos a Brasília por que o Rio Grande não podia deixar de marcar sua presença no momento em que lá se decide a sorte de milhares de brasileiros

¹²² Segundo o documento escrito por Mila Cauduro o encontro marcado para os primeiros dias de agosto, chamado pelo Deputado Alceu Colares como “Revoada sobre Brasília”, estiveram presentes as representantes do MFPA-RS e CBA-RS, Mila Cauduro e Lícia Peres (que levou uma declaração de Raquel Cunha para representá-la), os representantes da AMPLA, Cel. Daison Gomes da Silva, Cap. Jonas Ferreira, Cap. Maildes Alves de Mello, Sarg. Sílvio Palma; o representante dos professores universitários Manoel André da Rocha; a representante dos Sociólogos, Enid Backes; o representante da Associação de Estudos e Debates do PTB, Professor Joaquim José Felizardo; a jovem senhora Ana Santa Cruz – mulher de um dos desaparecidos, visto pela última vez no DOI-CODI; em São Paulo, além dos deputados da bancada do Rio Grande; a presidente nacional do MFPA, Therezinha Zerbini; a representante do núcleo de São Paulo, sra. Nancy Cesar Campos; o ex-deputado federal Mateus Schmith; o líder da oposição Freitas Nobre e os deputados Alceu Colares, Getúlio Dias, Odacyr Klein, Waldir Walter, Magnus Guimarães, Aluísio Paraguassú, Roberto Freire. Em Brasília estes representantes foram apoiados pelo Senador Pedro Simon, e por Paulo Brossard, que mesmo na ausência, deixou à disposição dos militantes toda a estrutura (gabinete, assessores) que os mesmos necessitassem.

que precisam da reconciliação nacional. (...) Fomos reafirmar que não aceitamos o projeto governamental de proveta gerado no gabinete de um ministro que fala sozinho, um projeto que dividirá com ódios o nosso povo já tão sacrificado. Fomos pedir que se substitua a expressão “crime de sangue” por “luta pela Liberdade”. (...) Terroristas foram os que mandaram torturar, matar, pretender amedrontar nosso povo. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/08/1979, grifos nossos).

O destaque para o MDB e a importância dos gaúchos neste momento de decisão foram marcas da fala de Mila Cauduro que, na maioria das vezes, não se distanciava nem do partido e demarcava sua posição política regionalista. O substitutivo do MDB disputou com a ARENA até as tensas sessões¹²³ de votação, realizadas no Congresso Nacional nos dias 21 e 22 de agosto de 1979. O substitutivo final aprovado foi o proposto pelo relator deputado arenista Ernani Satyro, a Lei foi sancionada por Figueiredo em 28 de agosto de 1979 e regulamentada por Decreto em 31 de outubro de 1979.

Logo após a aprovação da Lei de Anistia pelo Congresso Nacional, a Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou uma proposta da Vereadora Jusara Gauto em homenagear a presidente do MFPA-RS, Mila Cauduro, pela sua determinação na luta pela anistia, embora tenha sido “mutilada e desigual” resultou da “participação e esforço” de uma “figura humana digna do mais alto respeito e admiração” que com “sua força frente ao Movimento Feminino pela Anistia, fez (sic) com que este órgão desenvolvesse uma luta incansável e digna dos mais altos elogios, na busca de uma liberdade para aqueles que um dia ousaram discordar.” (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 23/08/1979)

¹²³ De acordo com Mezarobba (2003) A primeira das duas sessões conjuntas contou com 65 senadores e 416 deputados enquanto estes ocupavam a tribuna com seus argumentos, na rampa do Congresso manifestantes clamavam por anistia ampla, geral e irrestrita até que foram atingidos por bombas de gás lacrimogênio. No segundo dia as sessões conjuntas tiveram a presença de 67 senadores e 411 deputados. A atmosfera de tensão fez com que parlamentares denunciassem na tribuna sobre a presença de recrutas à paisana nas galerias do congresso desde a madrugada. Os 700 soldados da Aeronáutica não impediram as sessões e no começo da tarde ao deixarem as galerias do plenário deram espaço aos militantes pela anistia ampla, geral e irrestrita. Os substitutivos do MDB eram reprovados, a população se manifestava contrária aos arenistas e favoráveis aos emedebistas, deputados do MDB do RJ e da Arena do Maranhão trocaram agressões e Erasmo Dias da arena paulista fez gestos obscenos aos manifestantes. (p.28 a 47)

Para a Câmara Municipal de Porto Alegre, os últimos dias de agosto de 1979, passado o dia 28 em que a Lei de Anistia foi sancionada, foram os primeiros dias de vereança para Glênio Peres e Marcos Klassmann, que com base na Anistia poderiam retomar seus mandatos com base no Artigo 2º da Lei que diz:

Art. 2º Os **servidores civis** e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformadas, **poderão**, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta lei, **requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo:**

I - se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro do Estado;

II - se **servidor civil** da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembleia Legislativa e da **Câmara Municipal**, aos respectivos Presidentes;

III - se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal;

IV - se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governo ou Prefeito. (LEI Nº6.683, 28/08/1979, grifos nossos)¹²⁴

A notícia da posse dos vereadores foi capa da *Zero Hora* e da *Folha da Manhã* no dia 30 de agosto e ocupou as páginas políticas dos jornais correntes nos dias seguintes. Por quase 31 meses os emedebistas ficaram à espera de retomarem suas funções políticas desde 02 de fevereiro de 1977, quando seus mandatos foram cassados. A posse dos vereadores foi feita sem rodeios, de forma que os arenistas não tivessem tempo de agir contrariamente, todavia os jornais noticiavam no início de setembro sobre a possibilidade de invalidação por uma ação judicial. O governador do Estado do Rio Grande do Sul, Amaral de Souza, esteve envolvido na definição do caso e esteve em Brasília para pedir ao Procurador Geral da República que tomasse as devidas providências (CORREIO DO POVO, 04/09/1979), já que no entendimento parcial de alguns arenistas a Lei de Anistia não beneficiava os ex-vereadores emedebistas. O episódio dos vereadores teve um desfecho positivo no que tange a continuidade dos mandatos, por direito, dos emedebistas na Câmara Municipal.

A partir do dia 06 de setembro de 1979 o assunto político mais noticiado entre os jornais era a volta do ex-governador Leonel Brizola e a esposa Neusa, que

¹²⁴A Lei de Anistia encontra-se em anexo.

depois de 15 anos retornavam do exílio político de maneira legal, em razão da publicação da Lei de Anistia no Diário Oficial. O noticiário do mês de setembro foi embalado por informações a respeito dos exilados que retornavam aos poucos ao país, e no Rio Grande do Sul a atmosfera de ansiedade em torno do retorno de Leonel Brizola fez com que muitos gaúchos se mobilizassem em uma “cruzada” para recepcioná-lo na cidade de São Borja, símbolo do trabalhismo. O ex-governador embarcou no aeroporto de Nova Iorque com destino para o Paraguai e de Assunção para Foz do Iguaçu, aeroporto internacional mais próximo. O dia 07 de setembro, feriado nacional, data do retorno do exilado a São Borja, fez com que seus moradores assistissem a mais um momento histórico de grande repercussão nacional.

Leonel, a esposa Neusa e a neta Laila desembarcaram em Foz do Iguaçu às 17h e 20 min. do dia 06 de setembro de 1979, e foram recepcionados por uma multidão de jornalistas, políticos (entre estes o senador Pedro Simon e o ex-prefeito de Porto Alegre Sereno Chaise) e amigos que gritavam “Viva Brizola” (CORREIO DO POVO, 07/09/1979). Um tanto diferente do Brizola que deixou o país em 1964 com intenção de resistir ao golpe, após os longos 15 anos de exílio e de adaptações a outros países e suas leituras socialistas¹²⁵, o Brizola mais moderado declarou em sua chegada:

Volto sem me considerar incompatibilizado com quem quer que seja. A minha anistia é ampla, geral e irrestrita. Eu espero que haja reciprocidade. Eu não terei problema de conversar com quem quer que seja, até mesmo com o Governo, desde que isso seja de interesse nacional. (...) Voltamos sem pretensão, carregados de razão, voltamos

¹²⁵ Segundo o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: “Brizola residiu nos Estados Unidos até janeiro de 1978, quando se mudou para Lisboa. Durante sua permanência em Portugal, manteve relação com o primeiro-ministro, o socialista Mário Soares. Realizou também uma série de viagens pela Europa, estreitando os contatos com os partidos social-democratas e socialistas de diversos países. Já em fevereiro de 1978 participou da reunião da Internacional Socialista em Hamburgo, na Alemanha, ocasião em que conferenciou com Willy Brandt, presidente da entidade. Nesse mesmo mês viajou para a França, onde se reuniu com líderes do Partido Socialista Francês (PSF). Do encontro resultou um comunicado no qual o PSF afirmava pretender estreitar os laços com o “movimento de opinião representado por Brizola”, esperando com isso “apoiar qualquer processo de democratização autêntica do Brasil”. Em julho Brizola promoveu em Lisboa uma assembleia trabalhista e socialista na qual se reuniram brasileiros de diferentes origens ideológicas — trabalhistas, socialistas, cristãos e marxistas sem partido — que discutiram a formação de um novo PTB.” (Verbetes Leonel Brizola, disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>)

sem nenhuma inspiração revanchista. (Idem)

A revelação da volta “sem pretensão” se referia aos militares, pois estes não precisariam se preocupar quanto a possíveis projetos revolucionários, por outro lado não significava que este não pretendesse retomar sua vida política partidária, visto que desde o anúncio da sua vinda o ex-governador deixou claro sobre o projeto de reorganizar o Partido Trabalhista Brasileiro.

O desembarque triunfal da família Brizola¹²⁶ se deu na granja São Vicente, propriedade de João Vicente, filho de Jango¹²⁷ e sobrinho de Neusa Brizola, que foi ocupado por cerca de quatro mil pessoas (CORREIO DO POVO, 09/09/1979) que os aguardavam numa atmosfera festiva. A mudança do “tom” do discurso foi salientada pelo *Correio do Povo* em 09 de setembro, após o comício proferido por Brizola na chegada a São Borja. Neste mesmo discurso o ex-governador criticou os anos de arbítrio e a falta de oposição a estes, e logo a seguir comentou sobre a necessidade de reativar o PTB e que este partido que passaria a mobilizar multidões, precisava de homens como o líder emedebista Pedro Simon para se fortalecer.

O senador Simon reuniu os emedebistas em sua casa para conversarem com Leonel, quando este retornou a capital gaúcha já na segunda quinzena de setembro. O ex-governador se deslocou até Porto Alegre para um encontro com o Senador alagoano Teotônio Vilella, presidente da comissão mista que analisou o

¹²⁶ Segundo Greco (2003) a receptividade a chegada de Leonel não alcançou as expectativas dos seus partidários mais fiéis, pois “o estilo controverso, marca registrada do perfil político de Brizola, acaba impedindo que o seu regresso tenha a repercussão bombástica esperada. A decisão de entrar por Foz do Iguaçu e centralizar a recepção na longínqua São Borja-RS, adiando ao máximo a passagem por Porto Alegre, cancelando comícios previamente marcados nas principais cidades do Rio Grande do Sul e evitando os grandes centros, denota conduta deliberadamente diversionista e desmobilizadora: a coisa fica restrita a algumas dezenas de parlamentares e de petebistas históricos e a algumas centenas de trabalhadores, delegações vindas de todos os municípios gaúchos, além de comitivas de dez estados do país e pequena representação do movimento pela anistia. Não se tem notícia de presença significativa de trabalhadores, nem mesmo de lideranças sindicais gaúchas. No aeroporto de São Borja cerca de quatro mil pessoas o esperam – contra a expectativa de trinta mil; o público do comício é estimado em mil manifestantes. O caráter do evento é eminentemente político-partidário, bem no estilo exclusivista do velho trabalhismo, com direito a discursos diante dos túmulos de Getúlio Vargas e João Goulart. O tom simultaneamente conciliador (em relação ao governo) e sectário (em relação às oposições não trabalhistas) da retórica de Brizola reforça o efeito anti-clímax de sua chegada. (p.324)

¹²⁷ A viúva do ex-presidente João Goulart, Maria Tereza, deu declarações de que não entendia o porquê do retorno de Leonel por São Borja, visto que não era sua terra natal e também disse não apoiar a retomada do PTB. (ZERO HORA, 11/09/1979)

projeto de anistia para a votação, reunião que aconteceu na residência do “professor Rubens Menna Barreto”, Médico e marido de Lygia de Azeredo Costa, secretária do MFPA-RS. Na fazenda em Viamão, propriedade do casal Menna Barreto Costa, nos últimos dias de setembro, o médico ofereceu um churrasco a Leonel que foi surpreendido pela visita do ex-deputado Coelho de Souza, antigo líder do Partido Libertador, crítico de Leonel, que nesta ocasião se disponibilizou a conversar sobre a situação política do país com o anistiado. (ZERO HORA, 28/09/1979).

Para Mila Cauduro a chegada do “heroico casal Neusa-Leonel Brizola” e a despedida de João Goulart fazem parte da história política de São Borja e foram momentos marcados por uma palavra: Anistia. A presidente do MFPA-RS recebeu, pouco antes do retorno da família em 07 de setembro de 1979, a faixa branca pintada em vermelho com a palavra ANISTIA, acompanhada de um cartão que dizia: “Nesta data histórica, oferecemos a D.Mila Cauduro esta histórica faixa...” (CAUDURO, 09/1979) esta era a mesma que havia desaparecido após o sepultamento do ex-presidente Goulart e que fora levada por companheiros de São Luiz Gonzaga (João Carlos Cunha, Wanderley Gonçalves, Gerônimo e Waldomiro Teixeira) que trataram de entregar ao MFPA-RS quando retornava o exilado Brizola. A tal faixa branca teve trajetória, foi presenteada às mulheres do movimento por Glênio Peres, tendo sido exposta na campanha de 1976 nos comícios do MDB, com as letras vermelhas da palavra ANISTIA. A presidente se emocionou com o retorno dos “compadres” e com o reconhecimento de retornar também um objeto que foi o símbolo do movimento em tantas ocasiões e revelou:

Ao recebermos de volta, para que fosse por nós guardada a histórica faixa – naquele momento em que milhares de pessoas aguardavam a chegada dos ilustres exilados – foi como se ela mesma – estivesse dizendo ao nosso Movimento: missão cumprida... (CAUDURO, 09/1979).

No contexto de rediscussão do PTB, Brizola queria retomar quadros políticos que fizeram parte da história do MDB, e da expectativa da reforma partidária. A capital “respirava” um clima de retomada dos espaços públicos,

políticos e de direito de todos e todas. Era a possibilidade de aos poucos retornar a uma normalidade democrática que ainda era embrionária. Lembremos que a anistia foi parcial e além de impedir muitos de ficarem isentos dos crimes julgados por tribunais militares, o retorno ou a soltura dos beneficiados não significou garantia de moradia, de trabalho, de estudo, era preciso trabalhar para que “a massa” banida, exilada, presa, retomasse as suas vidas e conseguissem a reinserção na sociedade, considerando todos os fatores traumáticos.

Apesar das conquistas do MFPA-RS, da aprovação da anistia (mesmo que parcial), da retomada dos mandatos dos vereadores que tanto contribuíram na campanha pela anistia, do retorno de um líder exilado e que tinha vínculos pessoais com quatro das seis mulheres do Comitê Central do MFPA-RS, a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita continuou pelo Brasil afora, chegando a realizar encontros nacionais em 1979¹²⁸. Para Del Porto (2009) a lei de anistia foi encarada como uma vitória para os movimentos, uma vez que o seu significado foi:

Um avanço para a superação do autoritarismo institucional, permitindo o retorno dos cassados, exilados, foragidos e clandestinos que puderam reassumir suas verdadeiras identidades e recompor as forças políticas opositoras ao reocuparem seu lugar ao lado das lutas do povo brasileiro. Por isso, a anistia foi recebida pelos ativistas e movimentos como uma vitória. (DEL PORTO, 2009, p.66)

É relevante observar que os últimos encontros realizados em 1979 foram após a aprovação da Lei de agosto, comprovando a insatisfação dos movimentos em relação à Lei Parcial e Restrita elaborada pelo governo militar. A pauta de discussões dos movimentos pela Anistia, que se seguiram após a aprovação da Lei, ainda estava relacionada à luta por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, bem como direcionada ao aprofundamento da popularização da Anistia, lançada no Iº Congresso, e que a partir de então as entidades passaram a se vincular mais estreitamente ao movimento dos trabalhadores.

¹²⁸ Em novembro de 1979 ocorreu em Salvador o II Congresso Nacional de Anistia, cuja palavra de ordem era: “A luta continua”; em dezembro de 1979, no Rio de Janeiro, a Reunião da Comissão Executiva Nacional Provisória; em dezembro de 1979 também ocorreu o II Encontro dos Núcleos do Movimento Feminino pela Anistia.

Importante salientar também que a regulamentação da Lei de Anistia, pelo Decreto N°. 84.143 de 31 de outubro não significou a reparação histórica dos que sofreram com os longos anos de exceção. Para Greco (2003), os efeitos e o saldo político da luta pela anistia ainda são negativos, uma vez que o processo continua em andamento e que a Lei parcial trouxe no seu cerne a representação de anistia como amnésia, reciprocidade, e desta forma não resolveu a questão dos mortos e desaparecidos e não disseminou a tortura enquanto instituição.

As mesmas dirigentes que formaram o MFPA-RS seguiram o rumo da abertura partidária permitindo que estas se dispersassem para lutas de ordem específicas dentro dos seus respectivos partidos, ou mesmo fora deles. A luta pela anistia continuou especialmente para os movimentos pelos Direitos Humanos e pelos familiares dos mortos e desaparecidos políticos, que não aceitaram a Lei 6.683 como uma conquista, mas como um passo para outras reparações e seguiram lutando para que o Estado reconhecesse seus excessos e assumisse suas responsabilidades. Apenas em dezembro de 1995, a partir da Lei 9.140 o Estado reconheceu como mortas as pessoas que durante o período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, uma vez detidas por agentes públicos, desapareceram. Os familiares passaram a ter direito ao óbito de seus entes, direito que até então lhes era negado. Além disso, a lei permitiu que fosse criada uma Comissão Especial, vinculada ao Ministério da Justiça, com representantes dos familiares e outros designados pelo Presidente da República.

Mais um passo foi dado em agosto de 2002, com a Lei 10.536, que alterou a data final de 15 de agosto de 1979 para 05 de outubro de 1988, já que a partir do trabalho realizado pela Comissão foram verificadas mortes seguidas de desaparecimentos; e a Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, que reconhece os atingidos por atos institucionais ou complementares de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988, como anistiados políticos, uma vez que estes entrem com pedidos de indenizações pelos anos que ficaram impedidos de exercer suas

atividades profissionais e sejam deferidos pela Comissão de Anistia¹²⁹, criada pelo Ministério da Justiça em 2002.

Dois problemas pontuais devem ser considerados: a exigência da abertura dos arquivos repressivos, e o apontamento de agentes do estado que se utilizaram do regime ditatorial para cometer excessos. Sabe-se por relatos dos sobreviventes, que a violência instituída pelos militares ultrapassou qualquer possibilidade de semelhança com crimes por motivação política, e aí não se deve interpretá-los como crimes conexos aos políticos, parte da Lei que lhes deu a não esclarecida reciprocidade. Os crimes, estes sim muito claros, cometidos por agentes do estado contra militantes políticos ou mesmo suspeito de militância, caracterizam-se por crimes contra a humanidade, portanto sem possibilidade de serem anistiáveis, uma vez que são imprescritíveis. Os assassinatos e execuções, os espancamentos e as torturas de toda ordem, os inúmeros casos de estupro e as sevícias acompanhadas pelo prazer de pessoas sádicas que não foram reconhecidas como ameaças à sociedade e devidamente punidas, são crimes comuns e não passíveis de interpretação diferenciada porque foram cometidos por militares. Os responsáveis por estes crimes, como os quaisquer cometidos por civis em uma sociedade regida por leis, não devem ser desconhecidos ou isentados.

Para este trabalho as memórias revelaram posições com o peso dos 30 anos num momento de efervescência de rediscussão da Lei entre os Ministros da Justiça, Tarso Genro, Ministro Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e organizações pelos Direitos Humanos, a OAB, etc. As mulheres do MFPA-RS, inseridas nesta conjuntura quando são convidadas a acionarem suas memórias logicamente deixam o presente incidir sobre o passado e

¹²⁹ Dentre os conselheiros da Comissão de Anistia está José Carlos Moreira da Silva Filho, Dr. em Direito das Relações Sociais e Professor do PPG em Direito da UNISINOS, que investiga em relação a anistia política no Brasil as aporias entre memória e esquecimento, verdade e justiça. Este, por sua vez, defende a construção de um “exercício de memória” para a cicatrização das feridas abertas na sociedade civil durante a ditadura que se encerrou sob o manto de uma “política do esquecimento” com a anistia de 1979. Ver mais em: FILHO, José Carlos Moreira da Silva. **A Concretização do Direito à Memória e à Verdade e o respeito aos Direitos Humanos: uma análise do processo de anistia política no Brasil.** Disponível em: http://www.ajd.org.br/OLD/pdf/ADJ_A_Concretizacao_do_Direito_a_Memoria.pdf>. acesso em março de 2010.

reelaboram questionamentos, afirmações e até mesmo realizam autocríticas. E cabe a nós investigadores atentarmos para esta correlação de forças entre passado e presente dar significado ao que as memórias deixam escorrer. Para Filho (2008)

Recuperar a memória não significa apenas reforçar a garantia de que as ditaduras e os totalitarismos nunca mais ocorrerão. É mais do que isso. Significa fazer justiça àquelas vítimas que caíram ao longo do caminho. Fazer justiça significa dar voz aos emudecidos pela marcha amnésica do progresso; significa resistir à destruição do diverso e do plural sob a desculpa da unidade, seja ela a da soberania nacional, a do desenvolvimento econômico ou a da razão científica; significa renunciar ao frio e distante ponto de observação neutro, universal e abstrato e dar lugar ao olhar da vítima, pois este nunca é desinteressado e distante, pois este recompõe a realidade esquecida e negada, restaurando a humanidade em quem lhe dá ouvidos. O ouvinte passa a ser cúmplice da testemunha. O relato passa a ser um acontecimento. (FILHO, 2008, p.168)

De acordo com os organizadores do livro relatório: *Direito a Memória e a Verdade* (2007), a luta da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos políticos iniciou ainda na década de 1970:

A legítima pressão exercida por militantes dos Direitos Humanos, ex-presos políticos, exilados, cassados e familiares de mortos e desaparecidos a favor da Anistia e do direito à verdade adquiriu vigor em meados da década de 1970, até resultar na conquista da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei da Anistia. Tiveram papel marcante nessa jornada o Movimento Feminino pela Anistia e o Comitê Brasileiro pela Anistia, com várias unidades estaduais, impulsionados por lideranças como Therezinha Zerbini, Mila Cauduro, Luiz Eduardo Greenhalgh, Eny Raymundo Moreira, Madre Cristina Sodré Dória, Iramaya Benjamin, Helena Greco, Lícia Peres, Teotônio Vilela, Paulo Fonteles e muitos outros. (BRASIL, 2007, p.30)

Na memória da fundadora do MFPA-RS a homenagem aos mortos e desaparecidos políticos ficou marcada como uma última ação do movimento, que não casualmente foi no dia 27 de junho de 1979, data da assinatura do ditador-militar Figueiredo do Projeto de Anistia que foi enviado ao Congresso Nacional, ou seja, a sensação de concretização do objetivo. Lícia narra o que considera derrotas e vitórias:

A Lei da Anistia é uma lei histórica do país (...) claro que não foi a que nós desejávamos Ampla, Geral e Irrestrita, para os marinheiros, militares, a

questão dos corpos dos mortos e desaparecidos a elucidação, quem é que não quer o todo de repente? Tudo o que é legal e tudo o que é justo? Que é legítimo e justo? Só que não foi possível, foi o que foi possível sem ser o ideal. (...) Então o que eu digo é o seguinte que os familiares têm direito a quererem uma explicação do que aconteceu, tem todo o direito, direito a verdade. (...) Quando eu vi aquela pesquisa da *Folha de São Paulo*¹³⁰ de que 82,5% não sabiam o que era o AI-5 eu pensei: será que eles venceram? Eles queriam a alienação, fiquei pensando me deu uma tristeza, foi quando eu escrevi aquele artigo *Desmemória*¹³¹ que vocês devem ter lido na *Zero Hora*, foi publicado, fiquei indignada! (...) A gente começou a dura negociação da anistia, é por isso que às vezes eu fico muito aborrecida, a anistia no limite do possível, do que era possível, nós lutamos até o fim para conseguir uma ação, refutando dizendo não aos terroristas, não tem terroristas, fomos a Brasília, tivemos em encontro com Teotônio Vilela no qual ele disse que percorreu as prisões do Brasil inteiro e não viu bandido e nem terroristas, ele viu jovens idealistas, ele cumpriu também um papel muito importante, porque ele assumiu aquela causa, mas difícil a negociação, terrorista não, crime de sangue não. (...) Discutíamos que a gente queria ampla, geral e irrestrita, do “lado de lá” eles queriam que fosse o esquecimento, e havia aquela ideia, o esquecimento, passar a borracha, começar tudo de novo, a pacificação do país. E na oportunidade, não é? Tanto que a anistia foi festejada, e quando falam da revisão dá a impressão de que nós negociamos mal, de que foi mal negociada o que não é verdade. Quem olha os registros e vê o que foi, nós fomos no limite do limite, então tem que se olhar dentro da época, foi possível para a época. (...) Realmente o movimento conseguiu arrombar portas, porque a resistência era menor até pelo ideário a mulher seria menos perigoso, menos agressivo, e a gente começou com a pacificação, com o direito. (PERES, abril de 2009).

Ainda que não tivessem conquistado “o todo”, a luta pela Anistia também marcou Enid Backes, uma das integrantes do MFPA-RS:

Acho que torturador tem que ser punido (...) memória não se bota debaixo do tapete e não é no sentido revanchista, as pessoas têm que ser cobradas pelos seus atos, no sentido que ela teve um beneplácito do estado. Então as pessoas não podem simplesmente se acobertar no Estado e dizer que cumpriram ordens. Esse sofrimento me marcou muito, esse sofrimento dessas criaturas que vivenciaram tudo isso, não é? Por outro lado, me mostrou também a coragem de muitas pessoas, que naquele momento pessoas que não tinham nada, nem o porquê de se meter, por que não tinham razões pessoais para fazê-lo, no sentido familiar, como a Mila Cauduro, uma pessoa bem situada na vida e coisa se botou publicamente contra todo um *status quo*, claro ela era comadre do Brizola, mas o Brizola não era uma questão tão... se botou publicamente com coragem, então eu conheci muitas pessoas corajosas, a própria Lícia, o marido da Lícia o Glênio, uma pessoa brilhante, e nas passeatas do movimento com a gurizada. E a gente ia enfrentando as coisas e enfrentávamos ao mesmo tempo com uma paixão e uma alegria, eu acho que a questão da anistia foi o que me mostrou

¹³⁰ O resultado da pesquisa encontra-se disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u478933.shtml>. Acesso em março de 2010.

¹³¹ O artigo encontra-se disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2334340.xml&channel=13&tipo=1§ion=1012&edition=11309&template=3898.dwt>. Acesso em março de 2010.

mais paixão e mais alegria ao mesmo tempo, porque parecia aquela história que um dia a gente ia trazer os três “Flávios”, que a gente chamava (que era a Flávia Schilling, Flávio Koutzii e Flávio Tavares). Bah foi um troço importantíssimo quando a gente conseguiu trazer a Flávia de volta da prisão, depois o Koutzii e o Tavares [a ordem é ao contrário], quer dizer tu vias as coisas acontecerem, eu acho que foi... a luta pela anistia em termos desses movimentos, foi a que mais mexeu comigo, mexeu com o sentimento, com as entranhas, e com necessidade de se questionar constantemente. É um foco constante de questionamentos, pega a questão da moral, da ética, do perdão o que significa, e do sofrimento, tem muito sofrimento aí ligado. (...) A gente acha que ficou aquém, não é? Por que deixou de lado essa história do perdão meio que irrestrito demais, na minha opinião, acho que foi uma questão negociada, uma questão que naquele momento era possível conseguir. Então eu acho em termos do movimento pela anistia, o que isso significou? Acho que naquele momento era o possível, enfim se fez. (BACKES, novembro de 2008)

O sentimento de “missão cumprida” já revelado por Mila Cauduro, quando recebeu de volta a faixa da anistia, e o dever de cumprir o próprio sentido do que clamava o *Manifesto da Mulher Brasileira* foi a realização dessas mulheres que se engajaram pela pacificação da família brasileira no estado do Rio Grande do Sul. Afinal este desejo primeiro foi o alcançado pela anistia parcial do governo, embora depois o grupo tenha passado pelas modificações, condizentes com os anos, nos quais a sua base de apoio e sustento pôde se radicalizar, aproveitando-se dos espaços que já haviam sido conquistados pelas mulheres. Embora o MFPA-RS tenha se dispersado após a anistia limitada a memória do movimento não se contentou em ficar no esquecimento e na amnésia, como a Lei queria que tivesse acontecido com a história da resistência política daqueles anos. Se o movimento pela anistia fosse entendido por elas como uma busca pelo esquecimento, pelo bloqueio dos arbítrios militares, das torturas, das prisões, desaparecimentos, mortes injustas então estas também não trabalhariam contra a desmemória, como colocado por Lícia Peres. Pelo contrário a própria fundadora do MFPA-RS fez parte da Comissão de Luta Contra a Ditadura que tinha como lema a frase: “Para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça”.

A trajetória do MFPA-RS, contada por cartas, documentos, recortes de jornais, foi cultivada para que esta não se perdesse diante dos aprofundamentos e

das conquistas posteriores. Este dever de memória somado ao desejo de auto consagração e não esquecimento esteve presente desde a chegada do *Manifesto da Mulher Brasileira* em Porto Alegre até agosto de 1979 e foi preservado por 21 anos até que fosse aberta ao conhecimento quando o acervo passou a constituir a documentação que representava um núcleo “de luta contra a ditadura”, criado em 2000.

Em relação à constituição desse lugar de memória a concepção de “lugares da memória” do historiador francês Pierre NORA nos ajuda a compreender as razões pelas quais estes lugares se concretizam e como se ligam a identidade regional. NORA organizou uma obra emblemática para a caracterização da identidade nacional francesa relacionada aos lugares e objetos de memória, pois como nos conta o historiador “a memória pendura-se em lugares como a história em acontecimentos” (NORA, 1993, p.25). Nos três volumes de *Les Lieux de Mémoire*, o autor classifica a Memória e História como uma antinomia, embora tenham uma relação de dependência para suas construções, se caracteriza em oposição uma a outra, nas palavras do francês:

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, sem elo vivido no eterno presente; **a história uma representação do passado**. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. (NORA, 1993. p.09. Grifos nossos.)

A reconstrução e representação do passado, embora seja tarefa designada à História, não está à mercê somente dos profissionais desse campo, pois a sociedade como um todo participa e interfere na sua construção, que segundo NORA está ligada aos lugares materiais e simbólicos que pode ser arquivos, bibliotecas, dicionários, museus, comemorações, festas, pois:

Os lugares de memória são antes de tudo restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. (...) Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso

manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p.25).

Conscientes de que as operações de conservação da memória não são espontâneas e nem naturais, os grupos que estiveram como oposição durante a ditadura permanecem com a tarefa de criar eventos, lembranças, arquivos para que a memória da resistência seja conhecida e não caia no esquecimento. O dia 28 de agosto desde 1979, marca no calendário histórico no Brasil a sanção da Lei de Anistia, que é emblemático para ensejar discussões sobre a transição política brasileira. Ao completar 21 anos da Lei 6.683/79 no ano de 2000, no Memorial do RS foi realizada uma solenidade de comemoração pelo primeiro ano da criação da Comissão do Acervo de Luta Contra a Ditadura – formado em 2000, na gestão do governador estadual Olívio Dutra. Na oportunidade criou-se um evento em que foram doados documentos que pudessem subsidiar o conhecimento público da história da ditadura no RS. Na ocasião Mila Cauduro entregou documentos pessoais junto com o advogado Omar Ferri à coordenadora do órgão, na época, a militante dos Direitos Humanos, Suzana Lisboa, que falou sobre suas intenções em “construir um patrimônio da luta pela democracia e de denúncia de violações da liberdade democrática e dos direitos humanos cometidas durante a ditadura.” (CORREIO DO POVO, 29/08/2000, p.06). Nas palavras da ex-presidente do MFPA-RS “o Memorial passa a ser o santuário da história do RS.” (Idem). A criação de momentos, espaços, concretos ou simbólicos representam a fixação dos “lugares de memória”, e ainda contam com uma *re(A)presentação* do passado, e neste caso, de um passado que não desejamos ser experimentado pelas novas gerações, no entanto este não deve ser omitido ou esquecido nem pelo presente e nem pelo futuro.

O artigo chamado *Desmemória* escrito por Lícia Peres em agosto de 2008, na sua ambiguidade não deixa de ser também um chamado a memória já que foi assinado abaixo: Socióloga, Ex-presidente do Movimento Feminino pela Anistia. Desse modo, pluralizar sua opinião e dividi-la com os leitores não deixa de ser uma forma de reviver aquela luta, provocando a população ao questionamento daquele movimento e da sua importância.

3 O PERFIL DO COMITÊ CENTRAL DO MFPA-RS

O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos – ou as vítimas, os transgressores, os artistas – que produzem impacto. **Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial**, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. (PORTELLI, 1997, p.17, grifos nossos)

Lícia, Mila, Francisca, Lygia, Cláudia e Angelina essas foram as mulheres que integraram o Comitê Central do Movimento Feminino pela Anistia no Estado do Rio Grande do Sul (MFPA) entre os anos de 1975 e 1979. Essas seis mulheres agiram como dirigentes de um grupo que se deslocou cotidianamente em uma fronteira que se dividia entre direitos políticos e Humanos, e no caso de alguns a anistia significava sobrevivência. Em meados de 1970, em plena ditadura civil-militar, essas mulheres, assim como tantas outras pelo Brasil, buscavam transformações na realidade na qual estavam inseridas, o que não as isentou de também modificarem a si próprias. Para algumas delas, o envolvimento com o espaço político não era novidade, todavia se suas experiências estavam ligadas a partidos o movimento pela anistia lhes proporcionou deslocamentos inovadores, os quais as fizeram cambiar entre espaços antes desconhecidos, o movimento levou-as a outras realidades sociais. Convém ressaltar que as motivações dessas mulheres em participarem desta luta não estavam restritas às questões ideológicas, partidárias, mas também tinham raízes afetivas, carregadas de solidariedade e amizade.

Quando iniciamos este estudo, cujo objeto se direciona para a trajetória do MFPA-RS, visamos utilizar a história oral na intenção de que as integrantes do grupo dessem suas impressões acerca daquela luta, e que fossem revelados por elas os significados que as atividades pela anistia tiveram nas suas trajetórias pessoais. No entanto, constatamos que a maior parte do grupo de filiadas – de uma lista de 45 -

se dispersou e que a chance de entendermos esta militância estaria nas lideranças, que trabalharam de forma efetiva e assim poderiam enriquecer as histórias do MFPA-RS. Para a nossa surpresa, das seis lideranças apenas duas puderam narrar sobre o significado do envolvimento no MFPA-RS. Quanto às demais, privilegiamos suas histórias de vida na intenção de que suas trajetórias nos trouxessem alguns elementos sobre o que as motivou fazerem parte do grupo, e também as modificações em suas vidas políticas após esta experiência. Sendo assim, buscamos com essas entrevistas um pouco da trajetória política, profissional e social das lideranças do MFPA sem esquecermos de salientar os espaços de socialização, nos quais estavam inseridas essas mulheres.

Percorrer a trajetória do grupo que deu andamento ao Movimento Feminino pela Anistia por meio da história oral faz com que sejam descortinadas aproximações com as motivações, articulações e a influência das relações pessoais nas escolhas das participantes. Sem contar que “o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social.” (ALBERTI, 2005, p.163)

A possibilidade de conhecimento das memórias destes movimentos sociais faz com que se tornem visíveis ou ignorados alguns agentes históricos que vivenciaram a lenta e negociada transição política brasileira. Entendemos que o MFPA-RS funcionou como uma espécie de “laboratório” político, no qual as mulheres puderam “experimentalmente” práticas políticas tradicionais, cujos resultados podiam não ser tão surpreendentes, além de ações políticas renovadas, apresentadas pelos novos movimentos sociais dos quais poderiam modificar a ordem política, já que surgiam no momento em que a oposição legalizada contra a ditadura se “transmutava” na intenção de alcançar a abertura democrática.

3.1 A HISTÓRIA ORAL DE VIDA: POSSIBILIDADES E LIMITES

Para Portelli “a História Oral é a arte do indivíduo” (PORTELLI, 1997, p.18), todavia esse indivíduo só pode ser compreendido se analisado de acordo com a sua atmosfera política, social e cultural com as quais interage. O indivíduo consciente disso passa a ser um agente histórico. De acordo com essa lógica, o resultado da análise nada mais é do que o produto do agente social relacionado com seu contexto, no qual poderá ser ativo sobre suas percepções da realidade; ou sugado, subsumido, passivo diante do que lhe é apresentado. Os agentes locados na primeira situação estão muito mais suscetíveis de, com seus pares, construir uma coletividade e de algum modo destacarem-se em meio aos que ficaram como espectadores. As mulheres enaltecidas nessa investigação certamente se deram à coletividade.

Estranhamente alguns grupos sociais que necessariamente não ficaram passivos à sua conjuntura, como as mulheres e as oposições políticas, ficaram, por séculos, omitidos pela história. O que dizer quando se trata da resistência feminina ao *status quo* político vigente? As integrantes do Movimento Feminino pela Anistia do RS não se desejaram invisíveis, muito pelo contrário, constituíram a documentação do grupo, arquivaram institucionalmente essas preciosas evidências, fizeram e fazem parte de um grupo que priorizou a constituição de uma memória social a ser legada pelos ouvintes interessados.

A História Oral brasileira ganhou adeptos no campo da História na mesma época em que a palavra de oposição era considerada sinônimo de crime ou subversão. A metodologia passou a ser desenvolvida no Brasil exatamente no mesmo ano em que nascia o MFPA, 1975. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas foi a primeira instituição a realizar entrevistas com o objetivo de “estudar a trajetória e o desempenho das elites brasileiras desde a década de 1930 (...) como forma, inclusive, de compreender como se chegou ao regime militar (1964-85) então vigente.” (ALBERTI, 2005, p.160).

Embora o estudo aqui apresentado também tenha o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o trágico período da ditadura brasileiro a nossa referência da contribuição da história oral para o campo da história política está em:

Uma história política entendida não como História dos ‘grandes homens’ e dos ‘grandes feitos’, e sim como estudo das diferentes formas de articulação de atores e grupos, trazendo à luz a importância das ações dos indivíduos e de suas estratégias. (ALBERTI, 2008, p.82)

Elucidamos com isso as trajetórias individuais dentro de um determinado grupo (o MFPA-RS) que capacitou a História Oral de vida a buscar: 1) muitas das questões levantadas pela documentação escrita que foi pré-selecionada e arquivada pelas próprias presidentes do MFPA-RS, ou seja, contamos com a possibilidade de que a cobertura sobre a trajetória tenha sido até maior do que o que foi cuidadosamente organizado pelas guardiãs dessa memória; 2) a memória feminina e suas as representações dotada de percepções, sentidos, significados que contribuem não só para o conhecimento histórico, mas para o caráter subjetivo, parte obrigatória das fontes orais. As colocações de Salvatici são inspiradoras para a compreensão do papel que pode desempenhar a história oral em nossa pesquisa:

A história oral é contemporânea aos movimentos sociais, e, principalmente, reivindicada pela história das mulheres. Nasceu da necessidade de registrar as experiências dos sujeitos que estiveram à margem dos que tinham o poder do registro. As mulheres, nesse caso, a partir da década de 1970, estão em busca de reconhecimento enquanto agentes sociais, e conscientes de que não podem mais ser representadas e interpretadas pelos homens, que por séculos tiveram o domínio do registro, corporificam essa nova metodologia que se tornou imprescindível para a democratização da história. (SALVATICI, 2005, p.38).

A contribuição da história oral para a história das mulheres é incontestada e a relação desses dois campos é muito estreita, pois a própria construção dos campos se deu em momentos concomitantes fazendo também com que a metodologia fosse legitimada, justamente, por trazer à luz a história de grupos marginalizados. De acordo com Joutard (2000), os pesquisadores que trabalham com a história oral precisam saber “respeitar três fidelidades à inspiração original: ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades

“indescritíveis”, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono.” (JOUTARD, 2000, p.33). Cumprido este “dever de casa”, nós investigadores estaremos aptos a realizar “a melhor homenagem que se pode prestar à memória dos excluídos”, que é, “transformar sua memória em história.” (JOUTARD, 2000, p.37)

Nessa questão de valorização dos grupos à margem da história se posicionam, por outro lado, os pesquisadores Fentress e Wickham (1992) que não se opõem a isto, mas reivindicam um aprofundamento do conhecimento sobre a constituição da memória. Para Fentress e Wickham, embora a História Oral tenha se justificado e se justifica para dar conta das questões gerais relacionadas ao campo da história social, alguns estudiosos que utilizam a metodologia pecam por não avançarem na utilização da memória como fonte, pois não a enfrentam como tal. Dessa forma, ficam a explicitar a metodologia de maneira obsessiva, e utilizam as memórias como uma história pronta, sem compreendê-las e interpretá-las adequadamente como fontes orais que são. Se antes a História Oral era criticada por sua característica subjetiva, atualmente esta discussão foi superada por sabermos que a imparcialidade também é parte da elaboração dos documentos escritos.

Fentress e Wickham (1992), afirmam que a particularidade da História Oral, diante dos outros ramos da história é o que a define: o fato de assentar na memória e não em textos (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p.14). Para que a memória seja utilizada de forma objetiva e convincente como instrumento de pesquisa é necessário desenvolver um método, que já foi exercitado pelos historiadores, pois:

Ao analisar um texto oral, relacionando-o com outros, documentos escritos ou outras peças informativas, os historiadores conseguem, frequentemente com razoável certeza, “restituir” o texto à sua versão original e situar esta versão original no seu contexto social, criando essa particular perspectiva do passado que o “documento oral” requer. (Idem, p.18)

Assim, o método nos orienta a cruzar as fontes orais com fontes documentais evitando o risco de tratá-las apenas como “modelos textuais”,

valorizando-as como um fenômeno que se constitui paradoxalmente, carregado de subjetividades. Na História Oral é indiscutível o caráter subjetivo das fontes, é o que lhes confere o diferencial, pois como postulou Portelli “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.” (PORTELLI, 1997, p.31). Além das fontes objetivas documentadas no calor dos acontecimentos, que não se modificarão não importa o tempo que incidir sobre elas, as memórias ativadas pelas entrevistas constituem um novo evento, um evento interativo entre entrevistado e entrevistador, do qual o produto é “o retorno ao fato.” (ALBERTI, 2004, p.10). Para Harres a história oral nos proporciona ainda:

Trabalhar no âmbito mais profundo das percepções dos protagonistas e das representações por eles construídas. Avanços na reflexão teórica, em especial em relação à subjetividade, memória e narrativa pessoal, acompanham a prática da história oral, que se desenvolve cada vez mais assumindo seu caráter interdisciplinar. (HARRES, 2008, p. 106)

Seguindo esses pressupostos, além dos questionamentos que norteiam o estudo sobre a trajetória do grupo escolhido, o mesmo é parte do interesse que nos levam a problematizações, algumas dessas se colocam de maneira genérica:

- E as mulheres? Como contam suas histórias? Onde estão localizadas na vida pública? A quem interessam suas ações, seus posicionamentos? Elas na política? De que “lado” estão? Por quais espaços transitam? Por quais anseios lutam?

Cabe lembrar que mais do que somente investigar a trajetória de um movimento de resistência ao regime vigente imposto, um grupo de mulheres em meio à década de 1970 se mobilizou enfrentando: os militares repressores, terroristas, autoritários; a sociedade favorável ou passiva imersa naquele regime; e por fim, preconceitos ligados à diferença sexual no âmbito político num período de exceção. Sendo assim, traçar um perfil de um grupo, mesmo que reduzido de mulheres, não se revela apenas por tratar de uma coletividade particular, singularizada, estanque. Mais do que isso se trata de apresentar essas agentes e

suas especificidades para que possamos compreender como se deram as trajetórias de tantas mulheres que se engajaram não apenas nos movimentos pela anistia, mas em outros movimentos sociais, e estiveram em algum momento dividindo caminhos, anseios, emancipações, conquistas com essas mulheres. A busca pelas trajetórias de vida dessas protagonistas não significa que se pretende moldá-las, identificando-as como um grupo homogêneo, dotadas de similitudes e isentas de contradições. Pelo contrário, o dado comum que as uniu já é a temática que as colocou no mesmo plano histórico, se existe algo mais importante do que colocá-las em pé de igualdade é compreender os entrelaçamentos sociais para que alcançassem o afinamento político que foi concretizado. Como nos colocou Portelli:

A História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos. (PORTELLI, 1997, p.16)

Para a realização das entrevistas o processo de seleção se deu em duas etapas: a primeira foi de acordo com a lista de mulheres registradas nas fichas de filiação das apoiadoras do MFPA/RS que apontam quarenta e cinco mulheres. As listas (MFPA-RS, Fichas de Filiação) com informações básicas das mulheres mais próximas ao Comitê Central seguem abaixo:

NOME	PROFISSÃO	DATA DE NASCIMENTO
Alcina Fontoura de Mello	Professora Est. (aposentada)	1915
Ana Lúcia Corrêa Guedes	Estudante	1951
Ana Maria Souza de Alencastro	Socióloga	1944
Beatriz Karam Guimarães	Socióloga	1952
Celita de Azeredo Nasi	Dona de casa	1926
Cláudia M. Rodrigues Behrens Dorf	Advogada	1948
Daisy Zucolotto Righi	Secretária	1958
Elida Rubini Liedke	Professora	1949
Enid Diva Marx Backes	Socióloga	1931
Hélida Liane Cordeiro de Figueiredo	Estudante	1958
Ignez Soares Pinto de M.	Advogada	1936

Ivone Rodrigues Nogueira David		1957
Jucly Vinhas Py	Inativa – SEC	1919
Jussara Vieira Fonseca	Enfermeira	1949
Leni Beatriz Colares		1950
Leonor Lauffer Barbosa	Labores domésticos	1937
Lygia Tavares	Dona de casa	1928
Marfisa Palma	Prendas domésticas	1922
Maria Isolina Soares Martins	Enfermeira	1922
Maria José Lenise de Sá	Dona de casa	1941
Maria Letícia de Arruda Tim	Funcionária pública	1949
Maria Luiza Jaeger	Socióloga	1951
Marion Rejane Gattini Araújo	Comerciária	1954
Maria Tereza Nasi de Azevedo	Naturalista	1950
Nara Rúbia Staub	Industrialista	1953
Neusa Henrich da Rocha	Estudante	1957
Nelly Terezinha Gattini Zuccolotto	Comerciária	1935
Olívia Freitas Tavares	Prendas domésticas	1899
Olga Gomes Cavalheiro Araújo	Advogada	1941
Prudencia Palma	Inativa	1897
Raquel Cunha Waldow	Sociologia PUC	1942
Rachel Vieira da Fonseca	Balconista	1935
Rejane Bandana		1934
Selma Freitas Schardong	Prendas domésticas	1914
Sirlei Fonseca Lopes	Secretária	1948
Sônia Maria Moreira Scherer	Assessora Parlamentar	1952
Susana Barcellos	Bioquímica	1946
Suzana Recena Grassi	Artesanato	1944
Tusnelda Klim Staub	Prendas domésticas	1935
Vera Maria A. da Silva	Revisora	1957
Mariza de Nadal Santana	Socióloga	1948
Thusneida Klim Sousa		1937
Marina Tereza Rieger	Comerciante	1938
Margarida Costa Coelho de Souza	Estudante	1944
Maria Goulart Dornelles		

A busca inicial por essas mulheres para a concessão de entrevistas não foi

satisfatória pelo fato de a maioria ter mudado de moradia (na maioria das fichas consta o endereço no qual residiam naquele momento), de sobrenome, ter perdido o contato com as lideranças do grupo, ou mesmo ter falecido. A lista de filiadas revela uma diversidade de idade – na época variava de dezessete anos a setenta e oito, prova de que a adesão se deu nas diversas gerações. Igualmente entre as atividades, que no caso de algumas está em branco, percebemos as mais diversas, no entanto destaca-se o número de Sociólogas, (Ana Maria Souza de Alencastro, Beatriz Karam Guimarães, Enid Diva Marx Backes, Raquel Cunha Waldow, Maria Luiza Jaeger, Elida Rubini Liedke, Mariza de Nadal Santana) certamente muito motivadas pela recém-formada Lícia Peres. Dessas fichas foram entrevistadas somente duas mulheres: Elida Rubini Liedke e Enid Diva Marx Backes, ambas Sociólogas, revelaram como conheceram o MFPA-RS:

Eu me vinculei a Associação dos Sociólogos me envolvi muito com a Associação dos Sociólogos, a gente sempre tinha... a gente atuava como um movimento social era mais do que uma Associação era um movimento social. A Maria Luiza Jaeger foi presidente várias vezes a Enid Backes... Tinha muitas pessoas tanto daqui da UFRGS como da PUC que participaram da Associação, e a gente então se dividia se fazia representar nas várias frentes de luta, menos na luta estudantil, na luta estudantil a gente não se metia, mas quando se tratava, por exemplo, de problema sindical mandava um da Associação por que a Associação representava o Sociólogo, nós não tínhamos sindicato como tem agora, não é? E quando tinha problema de repressão dentro das universidades lá ia alguém das Sociais. (...) A gente participou dessas lutas, e a Lícia Peres com a Dona Mila Cauduro organizaram o Movimento Feminino pela Anistia, não é? Foi aí que eu entrei lá também através da Associação dos Sociólogos. Eu participei de reuniões, de discussões. (...) Isso era 1976 eu estava barriguda eu me lembro que eu não conseguia correr, por que a gente tinha que correr tudo tinha que correr, tudo tinha que ser ligeirinho meio escondidinho, mesmo com esse respaldo do MDB ninguém estava livre de ser pego de uma hora para a outra. Eu estava bem barrigudona então a gente fazia tudo correndo, subia a escada correndo, descia a escada correndo, fazia não sei o que, e eu me lembro que eu ficava sempre atrás do mulherio com um barrigão assim correndo, não é? (risos) mas eu queria participar também. (...) O André [Forster] seguiu uma carreira política com o Pedro Simon e a Associação ficou meio que parada, aí um grupo assumiu a entidade e aí gente se envolvia com diversos movimentos sociais numa espécie de frente ampla contra a ditadura, então eu entrei nesse movimento pela anistia com a Lícia Peres com a Dona Mila Cauduro através dessa entidade, da Associação dos Sociólogos que eu fiquei sabendo e a gente começou a participar de palestras, reuniões a gente ia lá na Assembleia e tal. (...) Não cheguei a trabalhar numa base de dia-a-dia no MFPA com a Lícia, a Dona Mila e as outras mulheres etc., não cheguei a trabalhar nesta base do dia-a-dia, sempre estava através da Associação. (LIEDKE, 2008).

A Lícia me convidou para fazer parte, então durante 1975 eu me engajei no

MFPA. Mas a gente já tinha, a gente eu quero dizer um grupo de Sociólogos, tinha claro que nós tínhamos que revitalizar a Associação Gaúcha dos Sociólogos, o André Forster era Sociólogo, (...) ele entrou na militância do MDB e a Associação estava mais ou menos amorfa, para não dizer morta. E aí nós estudantes, porque nós éramos estudantes ainda, falamos com alguns professores, mas os professores enquanto professores não se interessaram muito, a não ser um: o Enio Silveira, ele abraçou a causa, só que ele morreu. Então acabou sendo presidente da Associação Gaúcha dos Sociólogos, retomada por esse nosso grupo, a Maria Luiza Jaeger, então foi a primeira presidente depois dessa retomada da Associação. (...) E a gente formou a Associação dos Sociólogos que fazia parte de todo esse movimento pelas lutas democráticas foi todo um centro de resistência, acho que não tinha manifesto de qualquer coisa por aí que a Associação não assinasse. (BACKES, 2008).

A partir desses relatos podemos perceber a importância proporcionada pelos vínculos institucionais, para o crescimento do MFPA-RS. O curso universitário, as colegas da universidade, e as associações, sindicatos e movimentos dialogavam entre si em favor das diversas demandas. Os vínculos pessoais com as dirigentes do MFPA-RS também foram motivações para algumas mulheres filiadas¹³², visto que estas passaram a ser conhecidas no decorrer da pesquisa como:

1) Juely Vinhas Py apareceu na entrevista sobre Mila Cauduro como sendo muito conhecida desta;

2) Olívia Tavares é a mãe de Flávio Tavares, jornalista que na época estava preso nos cárceres uruguaios;

3) Margarida Costa Coelho de Souza é filha de uma das integrantes, Lygia de Azeredo Costa.

Num primeiro momento as entrevistas tiveram uma abordagem temática, embora tenham apontado vários aspectos das suas trajetórias de vida. As fontes orais produzidas para essa pesquisa foram elaboradas de acordo com os interesses direcionados ao objeto. Entretanto, a necessidade de se ter uma maior compreensão

¹³² A única conhecida por mim previamente a pesquisa do MFPA-RS era Leni Beatriz Colares que também cursou Ciências Sociais na UFRGS, mas que foi entrevistada para um outro trabalho já que sua atuação foi bem mais intensa durante o final dos anos 1960 na organização Ação Popular. Ver mais em: VARGAS, Mariluci Cardoso de. **“Eu tenho orgulho de nós mulheres daquela época!”**. **Memórias da militância feminina contra a Ditadura Militar no Rio Grande do Sul** (1968-1973). Pelotas, 2007. Monografia de conclusão em Licenciatura Plena em História. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/acervo/acervo_monografias_5.html>

sobre as protagonistas fez com que buscássemos mais sobre suas Histórias de Vida, no entendimento de que alguns aspectos pessoais as motivaram a se inserirem na esfera política. Sendo assim, optou-se por ouvir essas mulheres, o passo seguinte da seleção girou em torno dos nomes que constavam nas atas de reuniões, ou como elas próprias chamavam: o Comitê Central.

A segunda etapa de entrevistas foi de investimento no núcleo das líderes: Lícia, Mila, Quita, Lygia, Cláudia, Angelina. Embora Lícia já tivesse cedido uma entrevista, numa outra conjuntura de trabalho no ano de 2005, foi indispensável que a entrevista fosse novamente revisitada, podendo ao mesmo tempo coletar pistas para recompor a trajetória de cada uma das integrantes. O fato de duas delas já estarem falecidas (Quita e Lygia), e o de Mila já não ter condições de narrar não se tornou empecilho. Parentes próximas¹³³ como netas e sobrinha-afilhada foram contatadas e deram um tom ainda mais familiar às lembranças. A surpresa maior foi a localização de Cláudia Rodrigues, pelo fato de Lícia não ter nenhum indício do seu paradeiro e pelo nome Behrensdorf ter desaparecido da sua assinatura, já que era nome de casada na época. Angelina Guaragna foi a única a não ser localizada e, portanto, não pôde dar seu testemunho.

A História Oral temática antes privilegiada em função da recomposição do MFPA dividiu espaço com a História Oral de Vida. A partir daí foi possível traçar a origem social e política dessas mulheres e buscar entender a partir dessa seleção as motivações que fizeram essas mulheres se deslocarem de um possível anonimato político para uma posição significativa de oposição às normas políticas vigentes.

¹³³ No caso de Quita, Márcia Prado Rotta que me recebeu numa manhã de setembro no cafezinho da Assembleia Legislativa do RS, local que serviu de palco para muitas das lutas do MFPA, essa conversa-entrevista não contou com gravação; No caso de Lygia, Patrícia Coelho de Souza foi muito solícita nos e-mails e nos encontramos no Mercado Público de Porto Alegre numa tarde de setembro. Já no caso de Mila Cauduro, sua sobrinha-afilhada Zulmira me recebeu após muitas conversas travadas ao telefone em uma tarde chuvosa de sábado, na bela residência da Dona Mila. Zulmira me permitiu ainda conhecer a doçura de mulher, que aos 93 anos além de vaidosa foi muito receptiva. Esses encontros só foram possíveis graças a algumas pistas fornecidas por Lícia Peres (menos no caso de Mila que é sua comadre). Para encontrar Márcia e Patrícia contei com a colaboração de funcionárias da Câmara Municipal de Porto Alegre– bancada do PT, e Assembleia Legislativa do RS. Desde já estendo o meu agradecimento.

3.2 TRAJETÓRIAS PÚBLICAS E PRIVADAS

A historiadora social das mulheres, Michelle Perrot, já demarcava que “a dificuldade da história das mulheres deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos, quanto privados.” (PERROT, 2005, p.29). Não raro as mulheres foram ignoradas como agentes históricos, o que lamentavelmente na história da luta pela anistia no Brasil não pode ser considerado exceção. Na intenção de contribuir para modificar esse quadro, buscamos reconstruir seus perfis e suas práticas sociais aspirando aproximar-nos dos seus pontos de vistas e objetivos de vida, contradições e afirmações.

3.2.1 Lícia Margarida Macedo de Aguiar Peres

A primeira presidente do MFPA-RS, Lícia Peres, foi sempre muito atenciosa quando acionada para falar sobre as questões que envolvem a Anistia. Ela é a representante mais solicitada além de única ex-presidente em perfeita condição de saúde. Geralmente recebe historiadores, jornalistas e interessados na sua bela residência com vista para o centro e parte da zona sul de Porto Alegre. A aposentada não se incomoda em narrar, pelo contrário, se interessa em relatar sobre um assunto que faz parte da sua vida. Em meio a algumas indignações se alegra em demonstrar objetos que simbolizam a organização e a dedicação à anistia, como um broche azul da pomba do MFPA¹³⁴ utilizado por elas na época.

No início dos anos 1960, a jovem Lícia, baiana de origem, viajou até Porto Alegre para acompanhar uma exposição de arte em homenagem a sua cidade natal Salvador. Ao se disponibilizar para o passeio ao sul do Brasil Lícia certamente não imaginava que estava fazendo uma viagem ao lugar que seria o seu “canto no mundo”. Em meio à exposição de arte a jovem conheceu o jornalista Glênio Peres que encantado de imediato “recitou para Lícia o poema A MESA – de Carlos

¹³⁴ Lílá Galvão Figueiredo foi a criadora do logotipo do Movimento. A Artista Plástica estava entre as fundadoras do MFPA em São Paulo. Ver capítulo 1.

Drummond de Andrade.” (PERES, 2008, p. 18).

Lícia e Glênio Peres se conheceram, namoraram por correspondência, noivaram em Salvador consentido pela tradicional família da baiana e casaram-se em 1964. A bela caçula¹³⁵, única mulher dentre os dois irmãos, encarou o desafio de morar há mais de três mil quilômetros de distância do lugar onde nasceu. Do nordeste brasileiro Lícia carregou para o sul sua paixão e energia, da tradição familiar herdou a boa educação, os bons costumes, mas jamais se colocou como uma mulher moldada para viver silenciada no lar. Mesmo antes do *boom* feminista pelas ruas, Lícia já se colocava favorável aos direitos femininos, princípios os quais passou a defender futuramente.

Ainda no ano de 1965, Lícia experimentou o temor repressivo quando o marido Glênio Peres, no seu primeiro mandato como vereador, foi levado pela Polícia Federal para prestar esclarecimentos sobre sua participação em manifestações. Graças ao alarde feito pelos companheiros de jornalismo de Glênio, o vereador foi solto em seguida. Lícia abalada pelo susto acabou perdendo o bebê que esperava. (PERES, 2008, p.19)

Desde o golpe a jovem se colocou atenta às injustiças sociais e às arbitrariedades do regime militar. Em 1969 passou a cursar Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) completando o bacharelado em 1975. No meio universitário em pleno governo Médici, com a repressão agindo diretamente nos corredores estudantis Lícia conheceu a dura realidade de professores e colegas que se colocavam contra a ditadura. Quando era possível protestar Lícia estava com o movimento estudantil, e ficou muito conhecida nesse meio. No mesmo ano em que completou o Bacharelado, a Socióloga recebeu o convite de Dilma Roussef para assumir o núcleo gaúcho do MFPA. Glênio conhecia a família e o advogado-militante Carlos Araújo companheiro de Dilma fazia parte das

¹³⁵ Vaidosa Lícia não revela sua idade.

reuniões do IEPES¹³⁶ do MDB na Assembleia Legislativa destinadas a discutir questões conjunturais.

Lícia já frequentava as atividades do MDB e ao ser solicitada para disseminar o *Manifesto da Mulher Brasileira*, na ocasião ela se lembrou das mulheres que discursavam e acompanhavam as campanhas eleitorais de 1974 e já falavam em anistia: Mila Cauduro e Francisca Brizola. Na chamada por apoios também aproveitou seu prestígio dentre as colegas Sociólogas que se filiaram ao MFPA, como Elida Rubini Liedke, Enid Diva Marx Backes, e aquela que mais tarde foi a Presidente do CBA-RS, Raquel Cunha Waldow. Lícia ainda lamenta sobre a dificuldade que foi para umas das colegas, Enid Backes, apoiar:

Ela uma pessoa muito corajosa, muito coerente, viúva com sete filhos, logo em seguida que ela assinou ela me disse: - Olha o diretor do meu colégio me disse que ou eu retiro a assinatura ou ele me demite. Na hora eu fiquei chocada, e eu disse para ela: - Olha Enid, se você quiser eu tento pegar a tua assinatura. Imagina uma pessoa com sete filhos e com a única profissão lecionando, e ela pensou e disse: - Não, eu mantenho a minha assinatura. E lhe comunicou e ele demitiu ela na mesma hora. Quer dizer perseguição mesmo, perseguição política, as pessoas usavam isso para perseguir. (PERES, 2005)

Lícia presidiu o MFPA-RS por um ano e meio quando passou para a vice-presidência do grupo até o último preso político ser libertado. Teve uma participação indispensável e atuante estando presente em praticamente todas as situações em que se encaixasse o assunto da anistia. A campanha para a reeleição do marido Glênio em 1976 foi o motivo que a levou sair da presidência, demonstrando um posicionamento de coerência com a idéia de apartidarismo criado por Therezinha Zerbini para o movimento.

Em 31 de janeiro de 1977, data de seu aniversário, Lícia acompanhou o marido na Sessão Solene de Posse dos vereadores eleitos em novembro de 1976 e ouviu o “Discurso na Terra do Silêncio” ser proferido por ele denunciando a “ausência de liberdade, o grande buraco aberto nos direitos humanos” (PERES, 2008, p.45) e a existência de “torturados e torturadores” (Idem). Em seguida o mandato de Glênio

¹³⁶ Está melhor explorado no Capítulo 1.

foi cassado o que possibilitou sua doação à campanha da anistia por todo o período em que esteve impossibilitado de exercer suas atividades parlamentares. O marido aproveitou, inclusive, para divulgar a luta por meio dos seus escritos poéticos (PERES, 1978, p.37-38) homenageando as mulheres da anistia:

BRAVA GENTE

Mulheres

sois perigosas

guerrilheiras desarmadas

De noite agitais o sono –

pesadelo dos tiranos,

de dia agitais o lenço

da paz pelos torturados

- De onde tirais a força

para lutar com palavras

e fé contra as ditaduras?

Por certo de vosso ventre

onde se gera a criança

livre que o mundo terá

Quando não houver exílios

nem prisioneiros de ideias

algozes espancadores

espiões da violência

exploradores de homens

- Que fareis, bravas mulheres?

Descansareis da guerrilha
pela anistia no mundo
embalando em vossos braços
os filhos da Liberdade.

Nas palavras utilizadas por Glênio, em homenagem às mulheres, percebemos o grupo representado por mulheres desarmadas, pacificadoras, embora fossem guerrilheiras. Entretanto o poema revela que as mulheres optaram pela resistência apenas por este ser um momento de insurgência militar, de violência sem precedentes contra os filhos gerados pelas entranhas que lhes davam força para lutar. Por outro lado, estavam neste lugar por tempo determinado, visto que assim que passasse o tempo de excessos, voltariam apenas a embalar os seus filhos.

Além do marido, grande parceiro de luta, Lícia guarda na memória muitas pessoas que estiveram ao lado na hora de se posicionar, assim como suas frustrações com algumas outras pessoas ou instituições que se recusaram a recebê-las para um diálogo. Dois eventos ficaram registrados nas suas lembranças não só pela sua importância na História nacional, mas por serem momentos de união e liberdade, como é narrado por ela:

Dois momentos que eu assisti e achei extraordinários: um foi a chegada do Brizola, aquelas crianças pequenas com o pai dando o laço farroupilha a cavalo descendo... a chegada dele foi uma coisa assim muito emocionante, saiu daqui sem poder pegar uma roupa, tangido, depois em Montevideú tangido, você imagina o que era a fiscalização dos exilados da noite para o dia visado. Eu o conheci em 1976 eu fui até Montevideú com o Glênio, ele queria conhecer quem era por que eu estava na direção da anistia e eu acabei indo a Montevideú com o Glênio, não conhecia antes por que eu era de Salvador vim morar aqui depois do golpe militar quando eu me casei. O outro foi o movimento das Diretas eu estava com a Dilma no Comício das Diretas, ela estava ali e eu aqui [demonstra como se estivessem lado a lado] e não podíamos chegar juntas, um milhão de pessoas na Candelária, um milhão! O Brizola era governador do Rio as barcas de Niterói tudo virada, todo o transporte coletivo do Rio à disposição da população, um milhão é uma coisa inimaginável você ver um milhão reunido pelas Diretas, foi um momento lindo, vale a pena viver e ter visto isso tem coisas que são fantásticas de presenciar como História do Brasil. (PERES, 2009).

Na década de 1980 Lícia ajudou a fundar o PDT no RS. Acompanhou a gestão

do marido Glênio Peres como vice-prefeito de Porto Alegre de janeiro de 1985 a fevereiro de 1988, quando este faleceu deixando o filho com apenas três anos de idade. Pelo partido trabalhista Lícia continuou na arena política como Assessora Parlamentar, e em 2004 foi candidata a Vice-Prefeita de Porto Alegre ao lado de Vieira da Cunha.



Imagem 4 – Lícia Peres ao lado de Vieira da Cunha nas eleições municipais de 2004

Feminista convicta ajudou a construir dentro do partido a Ação da Mulher Trabalhista (AMT), pois era preciso “treinar a mulher para o mundo político, um mundo adverso, hostil onde as mulheres não transitavam com naturalidade.” (PERES, 2009). A aposentadoria tem lhe dado mais tempo para se dedicar aos assuntos que não consegue ficar alheia: as mulheres e a política. Compõe o Conselho Diretor da Themis (Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero), o Fórum das Mulheres de Porto Alegre e ainda ocupa a 26ª posição no Diretório Estadual do PDT. Em 1999 nas Comemorações dos 20 anos da Anistia, Lícia Peres foi condecorada com a Medalha Negrinho do Pastoreio, além de ser gaúcha Honorária de Porto Alegre. Questionada sobre os significados do Movimento Feminino pela Anistia, Lícia revela:

Olha foi muito importante porque na medida em que você vai se apropriando cada vez mais, quer dizer eu já tinha uma visão política muito boa porque eu fiz Ciências Sociais que era um curso que me dava... (com todos os embaraços de você ter dificuldade), mas o meu curso era muito politizado e eu tive professores muito bons também, mas tinha que se traduzir aquilo na ação, ação transformadora. (...) Mas eu acho que as pessoas têm esse dever de transformar, o movimento da anistia me deu uma responsabilidade para se estruturar, quando a Dilma me perguntou se eu assumiria, bom assumi tem que fazer, nós só nos dissolvemos depois que conquistamos a anistia no final quando saiu o último preso político, foi que a gente dissolveu o movimento,

quer dizer foram quatro anos e meio de muito trabalho e trabalho assim, cada vez maior, porque primeiro era aqui, depois no resto do Brasil, **depois os deslocamentos**, enfim trabalhando e falando e **depois nos espaços da política do MDB, a gente ter conquistado também não foi fácil**, não ofereceram para a gente: - Olha vocês vão ter espaços nos comícios. Não, nós é que pleiteamos, precisa falar e os comícios reuniam muita gente o MDB foi se fortalecendo e a gente falando da anistia. E a partir daí a gente vai construindo e sabendo o seguinte: **que você transforma que você consegue as coisas se você tem uma boa causa, se empenha e trabalha, você acaba conseguindo.** (...) Então é uma coisa muito gratificante você saber o seguinte, o que é que eu fiz pelo país que estava assim? Eu fiz o que eu pude isso dá uma sensação interna muito gratificante. (PERES, 2009)^

3.2.2 Mila Cauduro por Zulmira Bertucci¹³⁷

A admirável residência de Mila Cauduro possui ares de museu, e não pela mobília ou por alguns objetos tradicionais que atrairiam qualquer colecionador, mas pela história privada que ali se preserva. Pinturas fotográficas emolduradas, símbolos da memória familiar compõe uma das salas que faz frente a uma incrível biblioteca particular que certamente foi parte da formação de Mila e do seu querido marido, já falecido, Raul Cauduro.

A segunda presidente do MFPA-RS, Zulmira Tavares Guimarães, mais conhecida como Mila Cauduro, ou “dona Mila”, presidiu o movimento dos 60 aos 63 anos até o seu esvaziamento. Natural de Porto Alegre nasceu em 1916 e foi educada de maneira tradicional ensinada a prezar pela educação e política. Na infância a família vivia na Estância Santa Rita, o que não impediu Mila de freqüentar a Escola Normal e o curso de Aperfeiçoamento no início dos anos 1930. Formou-se na escola complementar e, a contra gosto do pai, aos 15 anos dava aulas.

O pai de Mila, muito radical e autoritário, era defensor de Borges de Medeiros e de forma alguma aceitaria um pretendente para sua filha que não fosse da mesma facção política. Por sorte Mila conheceu Raul Cauduro, juiz na comarca de Viamão, muito mais dedicado à literatura clássica do que aos assuntos políticos. Na

¹³⁷ Além da afilhada de Mila Cauduro contribuiu para a conversa-entrevista a amiga Regina Flores da Cunha.

década de 1940, após o casamento com o juiz, Mila comentou a irmã, que era funcionária da Secretaria de Agricultura estadual, que gostaria de ver o marido ligado a um cargo político. A pedido de Mila o juiz Raul recebeu a nomeação para a prefeitura de Torres, onde a jovem mulher iniciou seus trabalhos sociais os quais se estenderam mais tarde para as cidades de Farroupilha e Passo Fundo, nas quais esta também foi primeira dama. A afilhada, responsável por Mila, destaca alguns dos trabalhos da madrinha:

Eu me lembro, pequena ainda quando o padrinho foi prefeito, daqueles moradores de Torres como é que tratavam ela por causa do trabalho social... ela ensinava até a tabelinha, não tinha pílula naquela época, mas ela ensinava não é contracepção ela falava em como evitar aquele número brutal de filhos, ela conversava isso com as mulheres, ela já tinha esse trabalho de conscientização feminina. (BERTUCCI, 2009)

Das seis mulheres do comitê Mila foi a que mais cumpriu trabalhos solidários antes do MFPA-RS. Além do seu humanismo é possível que sua ligação com o PTB tenha influenciado largamente suas práticas políticas, que se expressaram em ações de assistencialismo. Fervorosamente getulista¹³⁸ Mila simpatizava com as práticas de amadrinhar, cuidar dos menos instruídos, mais empobrecidos e doentes, reproduzindo com isso o estereótipo feminino tradicional. Acredita-se que o MFPA-RS tenha alterado algumas de suas posições em relação a questões específicas, como, por exemplo, em relação às mulheres na política, que se antes era apenas para dar assistência, depois de 1978 passou a exigir um lugar específico dentro dos partidos. Como primeira-dama municipal seu engajamento se iniciou ao executar ações beneficentes na Presidência da Legião Brasileira de Assistência. Também

¹³⁸Ao remontar as gramáticas políticas que sustentam as relações entre Estado e Sociedade no Brasil Nunes (1997) explica que “durante os 15 anos do primeiro governo Vargas (1930-1945), três novas gramáticas para as relações entre Estado e sociedade foram experimentadas pelas agências e regulamentos recém-criados: implementou-se a legislação corporativista, e foram criadas instituições corporativistas; ensaiou-se o insulamento burocrático, através da criação de novas agências e empresas estatais; buscou-se instaurar o universalismo de procedimentos, principalmente através de tentativas de reforma do serviço público e da implantação de um sistema de mérito. Estas novas gramáticas “modernizantes” interagiram com uma antiga, o clientelismo, que foi traduzido para as instituições formais por meio da operação de um sistema político que beneficiava os grupos locais e estaduais remanescentes do período altamente descentralizado da República Velha, no qual as máquinas políticas desempenharam um papel fundamental.” (p.47). O autor faz um panorama pelos partidos criados depois de 1945 e continua a defender a permanência do clientelismo como instrumento de consolidação partidária, tanto entre os partidos ideológicos como entre os fisiológicos. (p.79)

passou do cargo de Secretária à Presidente da Associação Sul Riograndense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra – Amparo Santa Cruz, envolvida de 1948 a 1962 (CAUDURO, 2003, p.180-181). O somatório dessas experiências juntamente com sua grande apreciação pela leitura desde cedo, inspirou-a a iniciar a carreira de escritora, publicando uma série de livros a partir de 1957.¹³⁹

Mila Cauduro não gerou filhos, mas amadrinou muitos meninos e meninas de famílias próximas, como o filho de Glênio e Lícia, ou do Leprosário no qual dedicava assistência. Entre os afilhados mais próximos estão a sobrinha Zulmira Bertucci, e João Otávio, filho de Leonel Brizola com Neusa Goulart. Segundo a sobrinha Zu, as relações de amizade dos casais Brizola e Cauduro se estreitaram desde o convite de Leonel a Raul para ser o “padrinho branco” (testemunha de registro de nascimento) do caçula João Otávio, sem cumprimento de batismo. Considerando o batismo um rito religioso chama atenção o fato de o casal apadrinhar muitas crianças revelando, deste modo, o apreço por essa prática católica, e o cultivo pelo simbolismo já que logo na entrada da residência do casal um espaço é reservado para devoção ou oração um espaço reservado por uma minicapela.

Em realidade Leonel cultivava um sentimento de gratidão a Raul pelo tempo em que chegou a capital e foi ajudado pelo Bacharel em Direito que dirigia o educandário para o qual o futuro político prestou exames. As dificuldades iniciais para a entrada no internato foram amenizadas pela solidariedade de Raul que “deu 50 mil réis para que o novo aluno comprasse o enxoval” (BRAGA et al, 2004, p.23) exigido para ingresso no internato. Mila e Neusa estreitaram seus laços e a residência dos Cauduro foi um recanto seguro quando Brizola e a família precisaram se resguardar momentos antes de partirem para o exílio no Uruguai logo a seguir do golpe de 1964. De acordo com uma amiga do casal teve um Natal em que Mila enfrentou a polícia uruguaia e foi passar sem o marido, ao lado do afilhado Otávio.

Após a tentativa frustrada de organizar uma resistência à ditadura pela luta armada Brizola “achou melhor aconselhar seus companheiros trabalhistas que se

¹³⁹ *Chuva Miúda* (1957); *Carta Marcada* (1962); *Além do Silêncio* (1968); *Tempos Depois* (1972); *Lar Judaico* (1976); *A política é um dever* (1977); *Socialismo Moreno e Vida Partidária* (1978); *Palavras do Tempo* (2000); *A Revolução Feminina* (2003).

filiassem ao MDB e usassem a luta partidária e o espaço público para modificar a triste realidade do país” (BRAGA et al, 2004, p.93). Mila Cauduro com um largo currículo de trabalhos públicos se candidatou, em 1974, ao cargo de Deputada Estadual pelo MDB momento no qual propôs a Anistia fervorosamente. Embora tenha tido uma votação significativa, a escritora, e mulher da “alta sociedade”, considerada uma “das dez mais elegantes do Estado” (BERTUCCI, 2009) não conseguiu se eleger. Apesar da sua energia para com os assuntos públicos Mila sempre bem arrumada e vaidosa mesmo na vida privada não tinha o hábito de exercer a função de dona-de-casa, como revela Zulmira:

Não fazia nada em casa, quem cuidava da casa era ele, uma figura! Prendadíssima, sabia fazer tudo, costurava como ninguém, tinha noções de tudo, encadernação de livros ela sabia fazer. Qualquer coisa que ela fizesse era de uma habilidade manual acima da média, mas absolutamente não fazia. (BERTUCCI, 2009)

O seu protagonismo político se destacou por meio das ações do MFPA-RS quando fora convidada por Lícia Peres que remeteu à sua combatividade nos discursos de campanha em 1974. Mila influenciou e mobilizou muitas mulheres para a causa da Anistia. Além de Quita, irmã de Brizola, foi convidada por ela Lygia de Azeredo Costa amiga e esposa do seu médico particular, e Edith Coelho de Souza.¹⁴⁰

Suas ações políticas na década de 1970 deram-lhe a inspiração necessária para publicar o seu primeiro livro dedicado a reflexão política, diferenciando-se dos seus escritos anteriores que se dividiam entre novelas e romances. Intitulado *A política é um dever*, Mila atenta para a problemática da democracia e a importância da participação ativa das mulheres frente aos assuntos políticos tão urgentes e necessários, como sintetizou no trecho:

É com esta finalidade que as mulheres precisam se mobilizar - convocando outras mulheres à luta para uma vida melhor: é desse modo que elas devem se unir à sociedade, unindo-se nas lutas sociais e políticas, transmitindo esperanças, acendendo a coragem, a justiça da igualdade - o divino dom que

¹⁴⁰ Edith Coelho de Souza era esposa de José Pereira Coelho de Souza (Partido Libertador) que foi Secretário da Educação do RS durante o período do Estado Novo, autor da obra intitulada *Denúncia: nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre: Thurman, 1941.

elas possuem de não saber distinguir um filho do outro. (CAUDURO, 1977, p.67)

Como já revelado anteriormente, Mila preservava uma fidelidade ao trabalhismo getulista, uma vez que a figura de Getúlio seguidamente era exaltada pela concessão da Anistia em 1945, após a Ditadura do Estado Novo. Nos aniversários da data de falecimento do ex-presidente Mila fazia questão de homenageá-lo diante da sua placa na Praça da Alfândega, centro da capital. O cuidado que tinha com a memória familiar era estendido à herança partidária, o que é lembrado pela afilhada Zulmira e pela amiga Regina:

Ela era responsável por cuidar do túmulo da família, como ela sempre teve dinheiro ela nunca dividiu o valor com os outros [irmãos], ela pagava todo mundo, ela mandava, ela que providenciava, ela que ficava com a chave da capela. (BERTUCCI, 2009)

Mas Zu isso é o túmulo da família, mas e a placa do Getúlio lá na praça? Quem tu achas que mandava limpar e botar flores lá na placa da Praça da Alfândega? Sempre foi ela que tomou conta da limpeza daquela placa, vai olhar o estado que está agora (...) quem cuidava e que trazia em condições era a Mila, ela pagava o Zelador daqui para ir lá limpar e levar flores e tudo mais. (CUNHA, 2009)

Mila levantou a bandeira do trabalhismo no encontro de Lisboa em 1979, ao lado de outras companheiras, estas não foram representadas em seus direitos pelos homens, mas ganharam um ponto específico às mulheres na Carta de Lisboa, documento que projetava o programa a ser instituído pelos trabalhistas:

Dar a mais séria atenção às reivindicações da mulher brasileira, que jamais viu reconhecidos e equiparados seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora; e que, além de ser vítima da exploração representada pela dupla jornada de trabalho, se vê submetida a toda sorte de vexames sempre que procura fazer valer seus direitos. (Principais Documentos Trabalhistas, 2009, p.20)

Embora Mila se posicionasse de forma contrária ao comportamento radical das feministas, tanto que em nenhum momento se colocou ao lado desses

movimentos, não significava que estivesse alheia às conquistas da mulher. Oportunamente em 1980 inaugurou a cadeira feminina passando a ser membro da Academia Rio-Grandense de Letras, até então ocupada somente por homens. Já em 1988 foi Presidente da Academia Literária Feminina do RS. Durante o governo estadual de Alceu Collares (1991 a 1994) Mila foi agraciada com a pasta da Secretaria de Cultura do RS. Após tantas conquistas, encerrou seus afazeres públicos o que não a deteve de seguir no Diretório Estadual do PDT.

Mila recebeu vários prêmios como destacamos: o Troféu Mulher Destaque Nacional 1997, como escritora destaque; a Medalha Negrinho do Pastoreio – maior condecoração delegada pelo Estado; Troféu Mulher Cidadã conferido pela Assembleia Legislativa do RS em 2002; Prêmio Literário Erico Veríssimo em 2005 pela Câmara Municipal. A bagagem extensa de experiências fez com que atualmente, aos noventa e três anos de idade, a escritora e militante política se retirasse da cena pública resguardando-se à vida privada. A afilhada define de forma generosa a “Madrinha Mila”: “minha madrinha era uma pessoa da sociedade, do mundo, uma conciliadora, uma mestra na arte do bem viver!”

3.2.3 Francisca Brizola Rotta por Márcia Prado Rotta¹⁴¹

Francisca Brizola, mais conhecida como Quita Brizola, integrou o MFPA como tesoureira dos 61 aos 65 anos, viveu intensamente a política até seus 82 anos. Nascida no interior do RS em 1914 é a única mulher pelo lado dos irmãos Brizola, que somavam quatro homens do primeiro casamento de sua mãe e mais dois pelo segundo casamento. Notemos que seus laços familiares eram bastante intensos, segundo sua neta Márcia ela era “cega pelo irmão”, Francisca era madrinha de batismo do irmão Leonel.

Francisca casou aos 22 anos de idade com Alcebíades Portaluppi Rotta, tiveram um filho e eram proprietários de um açougue em Passo Fundo. Quita foi responsável pelos mais novos, Frutuoso e Leonel, que por um tempo moraram com o

¹⁴¹ ROTTA, Márcia Prado. Conversa-Entrevista, setembro de 2009. Entrevistadora: Mariluci Cardoso de Vargas. Acervo da autora, sem gravação.

casal em Passo Fundo para estudar. Por ser a mais velha dos irmãos ela cuidava do cotidiano deles e como boa costureira arrumava suas roupas para irem ao colégio (BRAGA et al, 2004, p.19).

A neta Márcia lembra da avó como uma mulher “pioneira, precursora e guerreira, que teve que se virar enquanto minoria num contexto político machista”, pois além de ter sido criada entre irmãos Quita viuvou muito cedo e, embora não tenha estudado, nunca fora alheia à política. Esta acabou por dar um lugar a sua paixão ideológica se engajando fervorosamente ao trabalhismo. Diferentemente do seu posicionamento religioso que ora foi católico e depois passou à metodista, no político-partidário demonstrou extrema fidelidade. Segundo conta a neta, o fato de a avó ser de uma origem humilde fazia com que esta adotasse posições firmes em relação à elite. Além da sua viuvez precoce que acabou por obrigá-la a uma independência, Quita na década de 1940 se sentiu na necessidade de buscar um espaço para si nos locais por onde frequentava fosse para o trabalho ou na política.

Já após o golpe cívico-militar Quita sofreu perseguição profissional, sendo afastada do seu emprego, em função do nome familiar que carregava. Os Brizola não foram poupados da vigilância dos militares, sobretudo o ex-governador Leonel que estava exilado no Uruguai. Aos que podiam se deslocar no Brasil e no RS restava-lhes denunciar os arbítrios contra os que não podiam usufruir de suas liberdades democráticas. Na década de 1970 Quita Brizola aderiu às determinações do irmão que orientava antigos companheiros do PTB a se filiarem ao Movimento Democrático Brasileiro a fim de fortalecer a oposição nas eleições de 1974, como explica o fragmento abaixo:

O Rio Grande do Sul mereceu atenção especial de Brizola, que acabou apoiando Paulo Brossard na disputa por uma vaga no Senado.

O adversário implacável de 1964 se tornava um aliado, apesar das restrições feitas por muitos trabalhistas. A vaga de suplente foi ocupada por Ney Britto, um trabalhista histórico indicado com o aval de Brizola e do presidente João Goulart. A presença de Ney Britto nos palanques era imprescindível para atrair o interesse dos trabalhistas pela candidatura de Brossard. Mas a campanha teve uma presença feminina que representava o aval indiscutível de Brizola à candidatura de Brossard: **Francisca Brizola Rotta**, que visitou várias cidades do Estado, simbolizando o engajamento do irmão exilado na campanha. (BRAGA

et al, 2004, p.102)

A adesão à estratégia trabalhista não só fez com que o candidato apoiado fosse eleito com larga vantagem, como ajudou a difundir a situação vivenciada pela família de Leonel no exílio abrindo caminho para a campanha da anistia que se iniciou um ano depois. Em 1975 das oito mil assinaturas arrecadadas no RS mil foram coletadas na cidade de São Borja, berço do trabalhismo getulista, dando evidência notável à força das campanhas de 1974 além da influência exercida pelos ex-líderes exilados Leonel Brizola e João Goulart.

Dentre as lideranças do MFPA a senhora Quita Brizola representava a familiar mais próxima de um excluído político, Leonel exilado. Afora Mila Cauduro, que também tinha relação de familiaridade com Leonel, apenas Lícia passou pela situação de exclusão com um familiar, depois de 1977 quando da cassação do mandato de Glênio Peres.

Na vida de Quita a fronteira entre o Brasil e o Uruguai, que a separava do irmão-afilhado, não era a única dificuldade a ser vencida. Igualmente penosa era separar as questões de ordem pública – para quem acompanhou o crescimento de uma personalidade política – com as questões de ordem privada, pois como lembra Márcia: a vó “era do mundo” e sua casa era um “comitê”.

A crença na retomada de um novo projeto trabalhista de Quita fez com que essa estivesse presente em junho de 1979 na Sede do Partido Socialista Português em Lisboa. Apoiando o irmão Leonel assistiu a aprovação da Carta de Lisboa dando o norte para o futuro PDT que a mesma ajudou a construir até seus mais de oitenta anos de vida.

3.2.4 Lygia De Azeredo Costa por Patrícia Coelho De Souza¹⁴²

Lygia de Azeredo Costa se engajou no MFPA como Secretária dos 54 aos 58 anos. Natural de São Francisco de Paula nasceu em abril de 1921 e viveu até os 67 anos. Lygia teve uma infância humilde e de dificuldades, pois ainda muito nova aos três anos de idade a menina perdeu a mãe. Embora seus pais tivessem constituído uma família unida com seis filhos o pai seguiu sua vida casando-se pela segunda vez o que fez com que os filhos acabassem por ser criados em lugares diferentes como na casa da madrasta (até nascerem os irmãos do segundo casamento), de tios ou outros parentes. Assim mudando de lar Lygia na adolescência passou a morar em Porto Alegre onde conheceu e acabou por casar-se com Rubens Menna Barreto Costa. O estudante de Medicina da UFRGS era natural de Rio Grande e para se manter na capital Rubens exercia a profissão de professor, oportunidade em que conheceu o futuro governador Leonel Brizola como seu aluno.

Lygia e Rubens tiveram três filhos e uma vida econômica bem sucedida devido à profissão de Menna Barreto, que além de clinicar¹⁴³ foi professor da Faculdade de Medicina. A estabilidade do casal fez com que a residência dos mesmos servisse de porto seguro para os irmãos de Lygia que foram dispersos no passado. A sua “profissão de solidariedade” aos irmãos e de criação dos filhos só ganhava concorrência com as atividades sociais. Apesar da origem simples Lygia acabou por fazer parte da “alta sociedade” porto-alegrense, segundo sua neta Patrícia a avó tinha uma erudição surpreendente considerada sua criação, e ainda: “ela tinha um requinte muito grande, na forma de se relacionar com as pessoas, uma pessoa que primava pela justiça, que ensinava a não pisar nos outros e a não deixar que ninguém fizesse isso.” (SOUZA, 2009).

Lygia é lembrada pela neta como uma mulher sem grande devoção à religião, era muito vaidosa e estava sempre maquiada, bem vestida, munida com

¹⁴² SOUZA, Patrícia Coelho. Conversa-Entrevista, setembro de 2009. Entrevistadora: Mariluci Cardoso de Vargas. Acervo da autora.

¹⁴³ Segundo a neta Patrícia Coelho o avô era referência no Estado e até parar de exercer sua profissão cerca de 100 mil pessoas já haviam passado pelo seu consultório. Em anexo a divulgação de seu consultório propagandeada no Correio do Povo em setembro de 1979.

sua bolsa para algum evento ou convite. E sugere-se que foi essa disponibilidade e a sua primazia por solidariedade e justiça que a fez acompanhar a amiga Mila Cauduro¹⁴⁴ na causa da Anistia, sendo esta última uma ponte de entrada para o envolvimento de Lygia no MFPA-RS.



Imagem 5 – Foto de Lygia de Azeredo Costa (*in memoriam*) na década de 1980

Exercendo a função de secretária do Movimento, assinando documentos, participando ativamente das reuniões, das atividades nas ruas de Porto Alegre (como a arrecadação de assinaturas para o *Manifesto da Mulher Brasileira*), a “avó” Lygia não poupou a neta Patrícia, pré-adolescente na época, dos acontecimentos políticos daquele momento inserindo-a em algumas atividades como é dito por ela:

Eu tinha 12 anos na época estudava no Americano num horário e no outro turno eu ia junto com a vó, porque a primeira coisa foi “catar” assinaturas na rua [a arrecadação de assinaturas para o *Manifesto da Mulher Brasileira*]. Então a gente ia e parava eu lembro aqui na frente da prefeitura que às vezes eu dizia: - Ah, com licença? Posso conversar com a senhora? A gente está recolhendo assinatura... E assim talvez mais da metade no início não quisesse se comprometer em assinar, mas depois de não sei quantos meses as pessoas vinham até a gente para assinar e tudo mais. Então foi todo um caminho que é de uma beleza imensurável tanto o que elas fizeram aqui quanto as outras mulheres do resto [do Brasil], o movimento como um todo. E eu não tenho dúvida nenhuma que a anistia saiu em 1979 foi por causa delas sim! (SOUZA, 2009)

¹⁴⁴ Segundo Lícia Peres, o casal Lygia e Rubens não só eram amigos de Mila e Raul como também Menna Barreto era médico particular de Mila.

A personalidade determinada de Lygia marcou Patrícia por toda a afetividade e influência que a mesma exerceu na sua formação. Na lembrança de Lícia Peres a companheira de movimento era “reservada, quieta, mais calada, da ‘retaguarda’” (PERES, 2009) o que não sugere menos importante, pois era uma observadora indispensável. Exemplo dessa característica foi após o episódio do sequestro dos uruguaios, Lílian Celiberti, filhos e Universindo Díaz. Quando saiu a caricatura do casal Lygia reconheceu de imediato (PERES, 2009) que eram os mesmos que haviam procurado o MFPA para relatarem suas suspeitas de que seriam presos em breve, além de deixarem um dossiê que estavam elaborando sobre a violação dos Direitos Humanos no Uruguai. (PADRÓS apud BAUER, 2006, p. 236.)

Mesmo antes de ter conhecimento sobre a conexão repressiva entre os países vizinhos, e da expulsão da família Brizola do Uruguai, Lygia levou a solidariedade do MFPA-RS ao ex-governador do RS visitando-o no ano de 1977. Lygia participou efetivamente do movimento, as viagens exigidas pela campanha quase sempre contou com a sua presença, que pelo registro das atas esteve presente não somente no abrigo uruguaio de Leonel como também cooperando para a ida das companheiras ao interior como na divulgação do movimento em Pelotas, e para a prestação das últimas homenagens ao ex-presidente Jango. O carro em que as mulheres viajavam era de propriedade do casal Menna Barreto. O automóvel Mercedes, carro de alto valor para a época, conduzido por um motorista particular era o meio de transporte que possibilitava às mulheres se deslocarem pela cidade e nas suas viagens. Em algumas passagens do livro de atas há registros de agradecimentos pelo meio de transporte particular, é interessante observar os comentários de Patrícia sobre esse fato:

Nessa época do Movimento Feminino o “vô” tinha um Mercedes era um dos carros que ele tinha, e ele contratou um motorista para o Mercedes para andar com as mulheres pra cima e pra baixo, pra cá e pra lá. Então na época de fazer, e houve épocas específicas, então vamos fazer um concentrado para o Flávio Koutzii, para a Flávia Schilling, e assim foi indo, e aquele carro andava pra cá e pra lá com motorista e tudo mais. O “vô” não gostava de aparecer, mas “bancava” digamos assim parte disso. (SOUZA, 2009)

Não somente o carro particular foi cedido no momento de campanha como também a residência do casal que servia para encontros, como reunião do Comitê Central, e também para o acolhimento da mãe de Flávia Schilling, Ingeborg Schilling. Ao comparecer na capital riograndense para pedir apoio as autoridades estaduais, Lygia e Rubens permitiram que a mesma se hospedasse na sua casa, mesmo cientes da grande visibilidade por parte do aparato repressivo que ganhava os envolvidos em defesa de Flávia Schilling. O casal também foi muito solidário com os vereadores eleitos e logo a seguir cassados, Marcos Klassmann e Glênio Peres, este último inclusive muito admirado pela neta Patrícia:

O Glênio era uma pessoa que eu tinha uma paixão muito grande tanto que num livro dele lançado nessa época [anos 1970] tem uma poesia que é para mim tem outra que é para mim e para a minha irmã e para uma menina que a vó criava que é “Patrícia Adriana Darjane”... e a outra era Tita a “Esportiva”. (...) A gente ia lá para Viamão a vó tinha uma casa lá e nessa época, logo que ele foi cassado, ele ficava mal e ele e a Lícia iam muito para lá conosco. Então ele se prestava a ficar jogando futebol comigo e mais uns outros. No início o vô e a vó ajudavam muito a família inteira apoiava e tudo mais, o Marcos Klassmann também. (SOUZA, 2009)

No livro editado em 1978, *Caderno de Notícias*, quinta publicação de Glênio Peres estão as poesias lembradas por Patrícia que seguem transcritas:

Patrícia Adriana Darjane

São três sóis?

serão três luas

recém caídas do céu?

Ou quem sabe flores novas

recentemente inventadas

para brotar no jardim?

Nunca vi sol motorista

nem lua de bicicleta

nem flor correndo no campo.

Vai ver são anjos de agora
perfeitos – de carne e ossos –
antemanhãs de mulher.

Ah pudesse aprisioná-las
neste minuto do tempo
e vê-las sempre
meninas.

x x x x x x x x x x x x

Esportiva
Neste país
de 115 milhões de famintos
por bola
vou escalar
a melhor seleção para o Brasil
– modéstia à parte, a minha.

No gol, vai o maior
na zaga, os que tivermos
meia-cancha, a ideal
na frente qualquer um
na esquerda, Tita
– disso não abro mão.

Não me venhas com não-sei-quem-é
a bola sabe

e a grama deita quando Tita cai
 a defesa inimiga sai da frente
 porque sabe que é Tita que aí vai.

Embaixada, lençol e gol de letra
 tudo é com Tita na camisa onze
 tem o pé mais certinho deste mundo
 e uma visão de campo sem igual.

É titular no time dos domingos
 e minha amiga de quatorze anos
 portanto na ponta-esquerda do Brasil
 sou mais essa menina, Tita: a Infernal.

É importante salientar que muitas relações, como as que foram tecidas entre a família de Lícia e Lygia, foram fruto da luta compartilhada dentro do MFPA-RS. As relações entre os militantes, que eram desconhecidos até a inserção no movimento, transformaram-se em sentimentos de amizade, carinho e admiração. A referência às meninas, possuídas de inocência diante daquele mundo de arbitrariedades militares, tende a reforçar a esperança em novos tempos e possui o poder de até mesmo dar uma “leveza” aos “duros” momentos. Assim o escritor Glênio levava na “esportiva” o seu impedimento em poder exercer seu cargo, mas sempre valorizando as pessoas nas posições da “ponta-esquerda” como marca ideológica dos seus amigos protagonistas.

Afora as atividades de solidariedade Lygia também atuou na reorganização do PDT. Antes mesmo da sanção da Lei de Anistia, em 17 de junho de 1979 durante a aprovação da Carta de Lisboa em Portugal, Lygia assinou o documento que selava a retomada do trabalhismo tão logo fosse estabelecido o pluripartidarismo. Para a neta Patrícia o significado da participação da avó no MFPA-RS foi para além de uma experiência política, como narrou:

Começa por uma necessidade de ter um preenchimento, alguma coisa assim, com a possibilidade de auxiliar uma luta que era muito bonita, de poder restabelecer um pouco do sentido de justiça e tudo mais que foi tirado da gente. Eu acho que a “vó” viu uma forma de ser útil também para ela, para coisas que ela julgava ser muito importante. O que ela passou, para mim pelo menos, foi uma coisa muito forte esse sentimento de justiça de igualdade, de lutar pelos direitos, de cada um ter a possibilidade de lutar pelo que acredita e tudo mais. (SOUZA, 2009)

3.2.5 Cláudia Maria Porto Rodrigues

“Um regime de opressão é uma das coisas mais terríveis que eu vi na minha vida, não quero nunca mais que isso volte.” (RODRIGUES, 2009). Essa frase foi dita pela entrevistada Cláudia Maria Porto Rodrigues que integrou o MFPA-RS como Advogada dos 27 aos 31 anos. Nascida em Pelotas em 1948, seus pais eram naturais da cidade vizinha de Rio Grande, e proporcionaram aos filhos uma educação de alta qualidade com direito ao conhecimento de música e literatura clássicas. Do lado materno Cláudia teve conhecimento de sua origem humilde, já pelo lado paterno a origem era mais tradicional, o avô, por exemplo, foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Alfredo Ferreira Rodrigues. Cláudia lembra que o pai era um fantástico contador de histórias, sobretudo da Guerra dos Farrapos, casos herdados do avô Alfredo.

A formação estudantil de Cláudia foi toda na cidade de Pelotas. Ainda jovem estudou no Colégio Católico São José e mesmo que não tenha seguido nenhuma prática religiosa a sua formação foi de raiz católica. A vida econômica da família sofreu transformações e a menina de rica formação passou para a vida adulta tendo que dividir seu tempo entre o trabalho e os estudos para poder se manter financeiramente. Entre as décadas de 1960 e 1970 formou-se no curso Técnico de Economia Rural Doméstica, trabalhou no jornal *Diário Popular*, casou-se, e concluiu o Bacharelado em Direito, profissão que cultivou por mais de vinte anos.

O Movimento Feminino pela Anistia foi a porta de entrada para o desenvolvimento da atividade política na vida de Cláudia, posto que durante a divisão do tempo dedicado para o trabalho, o estudo, o casamento, e num momento de alta repressão, ficava difícil atuar politicamente. O ano de 1975 foi de

mudanças para a advogada que se separou do marido, num tempo em que as mulheres separadas ficavam “mal faladas”, sobretudo nas cidades interioranas, e que a discussão fervorosa sobre a Lei do Divórcio recém tomava fôlego.

A mudança para a capital em consequência de uma oferta de trabalho foi o que faltava para a experimentação da efervescência política que começava a se redesenhar em Porto Alegre. Os encontros no famoso Bar da Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e as pessoas engajadas na política como a Socióloga Enid Backes, Raul Pont (atual Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores) e Jussara Cony (Deputada pelo Partido Comunista do Brasil) estão marcados nas lembranças de Cláudia daqueles anos.

Antes de 1975 em Pelotas imersa na área de comunicação Cláudia conheceu Glênio Peres que além de jornalista fazia visitas pelo interior, especialmente durante as campanhas eleitorais do MDB. A partir desse contato o Movimento Feminino pela Anistia, no seu trabalho inicial de divulgação e arrecadação de apoio pelo *Manifesto da Mulher Brasileira*, esteve em Pelotas, Cláudia conta como foi esse encontro:

Eu liberei a pauta de uma entrevista da Mila Cauduro, Lícia Peres e Quita Brizola. Eu era a entrevistadora de um programa chamado “Sala de Visitas” e tinha mais ou menos meia hora de duração em que se falava sobre diversos assuntos como moda, cabelo, na TV Tuiuti. Eu liberei a pauta como o Ano Internacional da Mulher e elas vieram e nós começamos a entrevista justamente falando do Ano Internacional da Mulher até que lá pelas tantas a gente conseguiu botar [a anistia] no meio da história. Depois fomos repreendidas, a direção da emissora foi repreendida e tal, mas não podia fazer muita coisa depois que já tinha ido ao ar. Em jornal a mesma coisa, matérias que eram feitas puxando em lugar e outro, lá no meio botava o movimento. (RODRIGUES, 2009).

Ao analisar a nota do jornal *Diário Popular* sobre a visita do MFPA em Pelotas fica evidente a cautela ao redigir, sob o limite da censura. A reportagem com o título de *Movimento Feminino atua em Pelotas* (DIÁRIO POPULAR, 10/07/1975) a anistia é colocada sutilmente relacionando o trabalho das mulheres ao Ano Santo de 1975 em que o papa Paulo VI solicita a paz, perdão e amor, notemos que o discurso da Igreja é utilizado como um instrumento para burlar a censura. Daí se

ênfatiza que seja dado o perdão para os cassados em seus direitos pela **Revolução de 64** (grifos nossos). A nota é concluída com uma declaração moderada de Mila Cauduro que coloca o movimento como apoiador do governo Geisel que tem como propósito a distensão política, sendo essa, sinônimo de pacificação e anistia.

Foi então no acompanhamento dessas entrevistas e declarações que Cláudia tomou conhecimento do que se tratava aquele movimento de mulheres. Quando se mudou para Porto Alegre passou a ser membro do Comitê Central do MFPA-RS como Advogada, mesmo com todas as dificuldades de se advogar num Estado de exceção, em que a última palavra era a dos Tribunais Militares. A forma de exercer sua profissão em prol do movimento estava em salvar pessoas que por ventura estavam sendo perseguidas, bem como buscar informações sobre testemunhas sobre prisões e desaparecimentos. Dois episódios pertencentes a trajetória do MFPA-RS ficaram marcados na memória de Cláudia, até pela sua atuação mais precisa: o Congresso Nacional pela Anistia, ocorrido em São Paulo no início de novembro de 1978; e a passagem da *Revista do Henfil* pelo Rio Grande do Sul em abril de 1979, peça de teatro dirigida por Ruth Escobar.

Quanto ao o Congresso Nacional pela Anistia, de acordo com Greco (2003) o evento marcou o avanço dos movimentos pela anistia do país, assim como o processo de internacionalização da luta.¹⁴⁵ Cláudia lembra que participou da

¹⁴⁵ “Registra-se a presença de comitês para a anistia no Brasil ativos em praticamente toda a Europa: Comitê Pró Anistia Geral no Brasil-Portugal, Comitê Brasileiro de Estocolmo-Suécia, Grupo de Brasileiros pela Anistia em Roma-Itália, Comitê Unitário para Anistia da Escandinávia, Comitê Amsterdã-Brasil, Comitê de Berlim e Colônia-Alemanha, Comitê Belga pela no Brasil, Comitê Brasileiro para Anistia-Dinamarca, Comitê Brasileiro para Anistia- Paris/França, Comitê Brasileiro para Anistia-Noruega, Federação de Grupos Brasileiros na Suécia (Estocolmo, Gotemburgo, Lund, Upsala, Malmende, Unrea). (...) Delegações estrangeiras presentes: Comitê Brasil Anistia, núcleo do Comitê França-América Latina; Liga Suíça dos Direitos Humanos, Comissão para o Terceiro Mundo da Igreja Católica de Genebra e Comissão América Latina da Associação *Que Fazer*; Associação Suíça para a Anistia Geral aos Presos Políticos no Brasil, Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai. Além destas, que compareceram ao Congresso, aquelas que mandaram moções e telegramas completam a listagem: Movimento Internacional de Juristas Católicos e Ordem dos Advogados de Paris; Coletividade Terceiro Mundo de Versailles; Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade – Seção Francesa; Centro de Informações para o Desenvolvimento dos povos de Rennes; Comitê de Solidariedade ao Povo Brasileiro-Genebra, Comitê de Defesa dos Presos Políticos do Chile-Genebra, Centro de Informação e Solidariedade ao Paraguai-Genebra, Comitê de Apoio ao Povo Chileno-Genebra, Casa Latino Americana/CASLA-Genebra, Associação de Solidariedade ao Povo Brasileiro-Lausanne, Casa Argentina-Lausanne, Grupo de Mulheres/América Latina-Lausanne;

Comissão de Juristas e que ouviram dos atingidos relatos muito sofridos e contundentes, diz ela:

Tinha gente que já tinha morrido e os familiares sempre estavam com a esperança de que estivessem vivos. E foi justamente o José Genuíno naquela época que identificou para várias pessoas, pais e mães, que os filhos já tinham sido mortos na Guerrilha do Araguaia, foi uma cena assim terrível eu me lembro.

Já o segundo episódio sobre a peça a *Revista do Henfil* é lembrado de forma menos trágica. O fato é que quando a peça passou pela capital gaúcha, membros do MFPA-RS e do CBA-RS conscientes da posição de Ruth Escobar que já havia participado do Congresso Nacional pela Anistia, pediram que a artista ajudasse a divulgar um ato pela anistia que ocorreria em Porto Alegre. Após a primeira apresentação alguns membros da equipe da peça foram presos sob suspeita de serem assaltantes (ZERO HORA, 14/04/1979), encaminhados ao DOPS e à Polícia Federal. Logicamente a busca da polícia estava em apreender o material de campanha pela anistia. A diretora Ruth Escobar contou com o apoio de Mila Cauduro e da advogada Cláudia para a resolução do caso. Após a soltura do grupo a peça ainda se encaminhou ao interior e, por uma questão de segurança, Cláudia os acompanhou, como lembra:

Então eu viajava com eles para garantir que ninguém do elenco fosse preso para poderem apresentar a peça e levar a mensagem. Aí nesse período foi até engraçado porque eu virei até bilheteira de teatro, como eu ia acompanhar só na eminência de surgir um problema então eu vendia ingresso, eu ia buscar cigarro para eles e nós todos ficamos muito amigos, era uma brincadeira. Quando eles estavam indo embora eles disseram: - Vamos que nós estamos indo agora lá para cima!. E eu disse: -Oh vontade não falta!. É quase como seguir o circo [sonho] que a gente tem de criança. (RODRIGUES, 2009)

Sindicato Nacional de Ensino Superior da França; Associação de Auxílio Médicos e Pessoal de Saúde em França; Associação Suíça Para um Desenvolvimento Solidário; Comitê América Latina- Evreux, França; Seção Alemã da Anistia Internacinal; Cimade - Serviço Ecumênico de Solidariedade-Paris. (...)A composição da mesa de abertura do Congresso revela a importância da articulação internacional feita pelo movimento: Lelio Basso (Itália) pelo Tribunal Bertrand Russel e pela Liga Internacional pelos Direitos e pela Liberdade dos Povos, Louis Joinet (França) pelos Juristas Católicos-Comissão Internacional, André Jacques pela Organização Internacional de Apoio aos Refugiados de Todo o Mundo/CIMAD, Etienne Bloch (França) pelo Comitê de Solidariedade França Brasil, Paul Gully Hart (Suíça) pela Associação Suíça pela Anistia Geral dos Prisioneiros Políticos no Brasil e Associação dos Juristas Progressistas de Genebra e Jean Bernard Weber (Suíça) representando dez organizações suíças de direitos humanos.”(GRECO, 2003, 100-102).

Cláudia se orgulha de ter participado do MFPA-RS e embora depois dessa atuação não ela não tenha se partidarizado continuou prestando assistência jurídica ao movimento feminista, contribuindo para a defesa das mulheres vítimas de violência doméstica. Atualmente aposentada do Direito aos sessenta e um anos vive em Pelotas e segue atuando na área da comunicação na cidade, mediando entrevistas, debatendo assuntos do cotidiano, e assim demonstrando posições da mesma maneira como quando conheceu o MFPA.



Imagem 6 – Fotografia tirada durante a entrevista com Cláudia Rodrigues em agosto de 2009

E como ela mesma conclui: “Valeu! Um pouco pelo meu lado romântico, literário, aventureiro de ter me colocado num determinado momento um pouquinho junto com a história.”

3.2.6 Angelina Guaragna

Angelina Guaragna foi convidada já na primeira reunião do MFPA-RS a exercer a função de Assistente da Direção do movimento. No cumprimento dessa tarefa sua assinatura aparece em quase todos os documentos despachados pelo MFPA-RS. Não foi possível traçar um perfil dessa integrante pelo fato de não ter sido localizada. Os únicos indícios das motivações para sua participação no movimento foram associados ao seu marido, João Carlos Guaragna, que além de membro do Diretório Metropolitano do MDB na década de 1970 no Rio Grande do Sul, era um fiel companheiro de Leonel Brizola.

Durante os anos de exílio da família Brizola João Carlos visitava-os com frequência e é muito bem lembrado nas Memórias do ex-governador gaúcho. Na década de 1990 publicou o livro *Brizola, A Revoada do Exílio* em que conta episódios divididos com o amigo e seu trabalho como “pombo-correio”, histórias e notícias que carregava por entre a fronteira do sul do Brasil e do Uruguai.

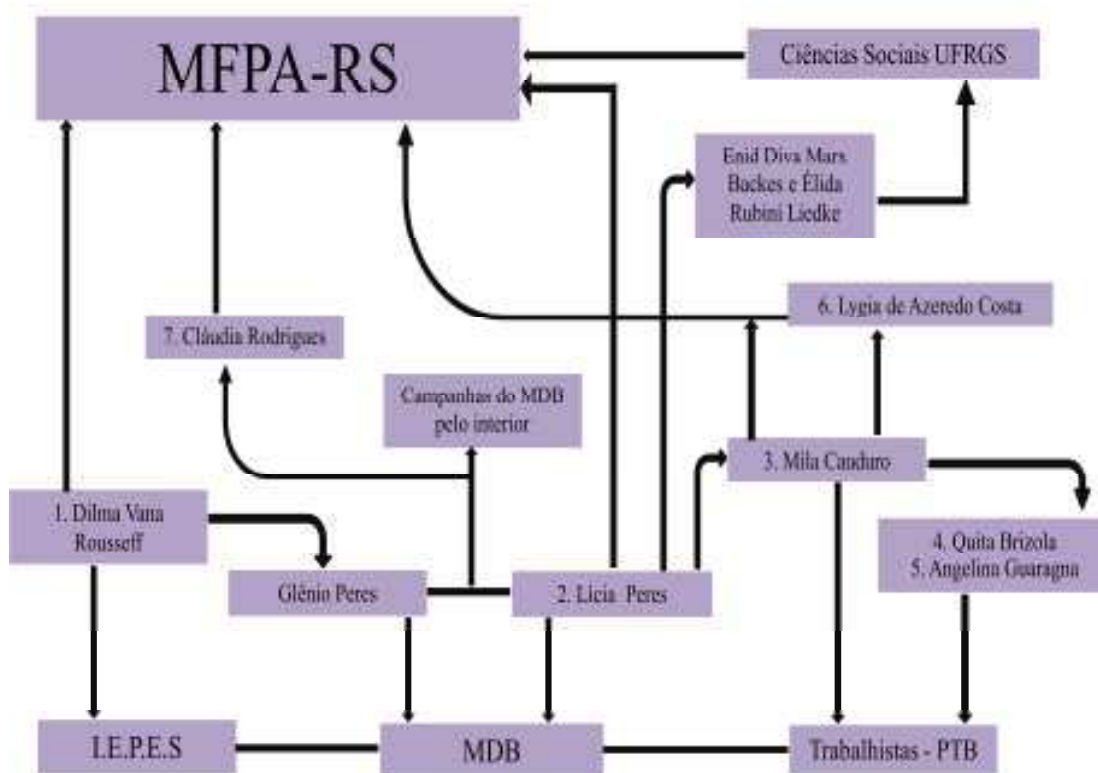
3.3 APROXIMAÇÕES E SINGULARIDADES: OS TRAÇOS PÚBLICOS DESENHADOS POR ELAS

De acordo com Michelle Perrot o século XIX distinguiu de maneira clara as esferas públicas e privadas o que refletiu nas posições de homens e mulheres provocando assim uma dicotomia entre os seus papéis sociais. Para melhor compreender o que delimita os espaços públicos e privados a historiadora se baseou na teoria das “esferas” interpretado por Ruskin no século XIX que coloca como “uma maneira de pensar a divisão sexual do mundo e de organizar racionalmente, na harmoniosa complementaridade dos papéis, das tarefas e dos espaços, reconciliando assim a vocação “natural” com a utilidade social.” (PERROT, 2005, p.279)

Dessa forma, às mulheres estava designado: a reprodução, a criação dos seus, a manutenção da casa e o cuidado com o marido e os filhos. A figura da mulher estava sempre à sombra da mãe, sua função por excelência no espaço da casa, portanto privado. Aos homens ligava-se o livre acesso aos espaços de sociabilidade como cafés, bibliotecas, e todos os locais que tratassem de assuntos da economia e política. É notável que a cidadania que engloba os direitos sociais, civis e políticos foi alcançada ao longo do século XX, sobretudo pelas mulheres do ocidente. Todavia a emancipação no plano político não significa exercer o voto simplesmente, ou se contentar com a legislação de cotas. É importante observar que alguns costumes misóginos prevalecem nas leis e no que se refere ao gênero, à desconstrução social da diferença sexual na política é demasiada lenta.

A partir dessas reflexões buscamos reunir as características das mulheres que reconsideraram a esfera política como local possível para resistir. Os perfis reconstruídos apontaram elementos que nos levam a concluir que no Brasil dos anos setenta do século XX, as esferas públicas e privadas também passaram por modificações, mesmo que para algumas mulheres tardiamente.

As motivações coletivas se esclarecem pela legitimidade que tem o movimento e pela causa que se afere como Instituto de Direito, mas e as motivações pessoais e Individuais? Seriam as mesmas? As oportunidades de estruturar o MFPA-RS ligaram-se inicialmente aos vínculos dessa ordem: Dilma que acompanhava o IEPES conheceu Glênio, marido de Lícia que transitava pelos eventos promovidos pelo MDB e assim conheceu Mila. Essa última, por sua vez, já tinha relações entre os trabalhistas o que possibilitou estreitar as relações com Francisca e Angelina, respectivamente irmã de Leonel e esposa de um dos braços direitos do ex-governador. Lygia não tinha vínculo político, mas era dotada de solidariedade às justas causas e amiga de Mila. Cláudia oportunamente conheceu Glênio através das campanhas do MDB no interior, em Pelotas. O quadro explicativo revela as relações:



É importante reiterarmos que a formação do MFGA-RS se constituiu na atmosfera de grupos que estavam tangencialmente ligados ao MDB por este, ainda em 1975, ser o único partido de oposição legalizado. Somado a isso o MDB além de um espaço para unir as oposições, fosse de seguidores do trabalhismo ou do “partidão”, foi também promovedor de socialização entre seus frequentadores. Se antes, nos anos 1960, o lugar de estratégia da resistência era a universidade, os sindicatos, o espaço mais privado de cada segmento social, a luta da oposição em meados de 1970 já tinha se convencido a investir no espaço partidário. Alguns espaços emedebistas, sobretudo os dentro da Assembleia Legislativa, a partir de alguns parlamentares dispostos a promoverem a resistência, transformaram-se na década de 1970 em possibilidades de articulação da resistência gaúcha. O grupo que estruturou o MFGA-RS nasceu de uma sociabilidade proporcionada pelo MDB que nas suas campanhas eleitorais promovia eventos que gerava agrupamentos como viagens, reuniões, discussões teóricas, como as realizadas pelo IEPES.

A possibilidade de articulação das esferas pública e privada em decorrência das mudanças culturais ocorridas nas décadas de 1970 proporcionou uma variação

nos espaços de sociabilidade das mulheres e entre homens e mulheres. A sociabilidade definida como categoria analítica, na década de 1960 em razão dos estudos do francês Maurice Agulhon passa a ser uma ferramenta não mais apenas para os estudos sociológicos, como para os estudos históricos. Na perspectiva de Agulhon as práticas de sociabilidade podem ser exercidas tanto de forma institucionalizadas, encabeçadas pelo Estado, como informalmente dependente da vinculação social.

Entender a sociabilidade como um conceito que transita tanto no campo da História Social como na História Cultural contribui para uma maior compreensão sobre como se estabelecem algumas práticas, alguns vínculos, valores e comportamentos de um dado grupo social. De acordo com Fernández:

Dentro de la Historia Social, el término sociabilidad remite a las relaciones internas que se dan entre los grupos donde se crean pertenencias, solidariedades, dependências, y alrededor de las cuales se construye un sistema de lazos de solidaridad, que alimentan, regulan y sustentan tales relaciones. Esta sociabilidad adquiere diferentes formas que van desde las totalmente institucionalizadas, avaladas por el estado como corporaciones o asociaciones civiles, hasta las íntegramente informales que involucran los núcleos de relación más íntimos y afectivos. (FERNÁNDEZ, 2006, p.9 e 10)

O MFPA-RS como movimento social acabou por agrupar muitas pessoas que no exercício de sociabilidades estreitaram seus laços pessoais e suas relações políticas. Este movimento se sustentou também por estas relações estabelecidas em torno da Anistia, o que certamente fortaleceu o grupo durante as dificuldades encontradas, sobretudo durante a formação de um movimento de oposição à ditadura. Na falta de uma sede para o movimento, por exemplo, quase todas as lideranças abriram suas casas para receberem as demais companheiras em reuniões para a discussão de atividades. Eram os assuntos públicos interferindo nos espaços privados, e dessa forma estendiam-se os laços políticos também para as relações pessoais.

Para algumas mulheres o grupo de ordem política transformou-se em extensão da família, selando laços de companheirismo, a ponto de forjar parentescos como no caso dos “amadrinhamentos”. Como foi o caso das comadres Lícia Peres e Mila Cauduro.



Imagem 8 – Mila Cauduro e Lícia Peres em uma comemoração de final de ano na residência dos Cauduro em 2008

Por outro lado se inicialmente muitas mulheres aderiram a atuação no MFPA-RS por motivação ideológica e identidade política, além do sentimento de pertencimento a um grupo específico de resistência a ordem política vigente, na medida em que passaram a conhecer os casos dos parentes de cassados, presos e exilados, passaram a ampliar seus vínculos sociais. Dessa forma a sociabilidade contribuiu para sustentar o movimento pela anistia, tanto para se estruturar, por vínculos familiares ou de amizade anteriores a formação do movimento, como para permanecer, através do que se estabeleceu ao longo dos anos de atividade política.

Além da sociabilidade promovida por espaços que unificavam algumas mulheres com posições ideológicas semelhantes e objetivos afins, há uma ambiguidade paradoxal entre a “vontade de ser útil” e o reforço dos papéis sociais femininos baseados em características como a solidariedade, a caridade, a disponibilidade. Para algumas mulheres a integração no movimento serviu como libertação tendo em vista o seu protagonismo político. No entanto, alguns estereótipos femininos tradicionais demoraram a sofrer desconstruções. Muito embora a divisão sexual do trabalho em tempos de guerra – o que pode ser considerado no caso de ditaduras - sofresse alterações permitindo às mulheres uma maior participação, ainda assim elas tomam a posição de retaguarda, para garantir a proteção do lar e o cuidado dos que estiveram em combate. As mulheres do MFPA foram aceitas pelos seus pares enquanto militantes por essas razões e mais ainda:

por muitas delas serem já senhoras e não pertencerem a juventude “subversiva” da década de 1960. As lideranças do MFPA-RS assistiram em sua juventude a Segunda Guerra ou o início da Guerra Fria e vivenciaram toda a etapa de redemocratização e golpe no Brasil. As “senhoras” do movimento da anistia tinham muito a aprender com a juventude da ditadura militar, mas também foram respeitadas, por sua idade, na esfera política. Esse estereótipo é comprovado por Perrot que salienta:

O que dizer do “look” político? Ele tampouco foi elaborado para as mulheres. Femininas demais, elas suscitam o desejo que as transforma em objeto. Mais masculinas, elas atraem para si o sarcasmo. É preferível ter uma certa idade e uma aparência maternal. Na cena política, a mulher é um objeto deslocado, oferecido aos olhares masculinos. (PERROT, 2005, p.339)

A “maternidade social”, como exercício político das mulheres, citada em outro momento pela historiadora francesa, embora fosse uma extensão dos papéis domésticos para além do âmbito privado, permitiu-lhes se deslocarem, adentrarem em espaços antes desconhecidos, e aprenderem com novas realidades. A filantropia, a caridade e depois o trabalho social rompeu com o limite da casa as conduzindo para a rua, seguindo depois para a Assembleia, e até para as fronteiras de enfrentamento, como as visitas ao exilado Brizola.

Uma das observações que surpreendem em relação às opções tomadas pelas mulheres ao romperem com a “calmaria do lar” está ligada às condições financeiras em que viviam. Considerando que, pelo menos, duas delas pertenciam à alta sociedade porto-alegrense, Mila e Lygia, afora Quita, as demais eram parte de uma classe intelectual universitária. Se comparadas às primeiras mulheres a se manifestarem nas ruas, as operárias, essas não tinham demandas que diziam respeito às suas vidas cotidianas, como a necessidade por creches, ou por melhores condições de trabalho.

Em relação à vida conjugal das seis lideranças e da posição dos companheiros quanto o envolvimento das mulheres com o MFPA notemos que afora Quita que já era viúva quando integrava o MFPA-RS e Cláudia que tinha se divorciado, as outras quatro mulheres do Comitê Central eram apoiadas nas suas ações políticas pelos seus maridos. O que não pode ser desconsiderado tendo em vista o prestígio profissional que cultivavam diante do reconhecimento das suas

carreiras, Glênio (casado com Lícia) era Jornalista e Político; Raul (casado com Mila) Advogado e Tabelião; Ruben (casado com Lygia) ex-professor e Médico; e João Carlos Guaragna (casado com Angelina) era do Diretório Metropolitano do MDB.

No que toca as experiências políticas anteriores ao MFPA-RS, excluindo Quita Brizola e Mila Cauduro, as demais inauguraram essas atividades em suas trajetórias. Os deslocamentos entre os espaços que passaram a frequentar são visíveis na vida de cada uma delas: Lygia, por exemplo, se deslocou intensamente da vida privada para a pública-política; Cláudia (além da separação e da nova cidade e novo trabalho) também se deslocou da cidade de Pelotas em meio à ditadura para conhecer a realidade de quem se escondia, de quem era preso na capital rio-grandense, para os congressos que demonstravam a triste realidade dos torturados, mortos e desaparecidos; Mila se deslocou da caridade, da assistência aos adoentados e menos favorecidos financeiramente jogados a sorte em orfanatos aos despossuídos de liberdade; Lícia deixou de ser conhecida por ser unicamente a esposa baiana de Glênio, para ser a presidente do Movimento pela Anistia e mais tarde a gaúcha honorária de Porto Alegre; assim como Francisca que saiu da sombra do irmão e lutou para trazê-lo da sombra do exílio.

A condição do MFPA como “laboratório” político é evidenciada quando percebemos que das seis mulheres do Comitê Central, somente Cláudia não se vinculou a nenhum partido, mas as demais ajudaram a fundar o PDT no RS e duas delas fizeram de cargos políticos, profissão: Mila como Secretária de Cultura; Lícia como Assessora Parlamentar do PDT e candidata a Vice-Prefeita. As atuações públicas não ficaram restritas aos assuntos partidários aproximando estes das demandas específicas das mulheres, como a formação da Ação da Mulher Trabalhista que teve entre outras componentes Mila e Lícia. Finalmente o reconhecimento por parte de algumas premiações e condecorações do Estado as ex-presidente do MFPA-RS, Lícia e Mila, não casualmente delegou a essas mulheres o status de singularidade, que faz com que se reconheçam como importante na história do estado.

A definição de Guardiã da Memória, explicado por Gomes, nos serviu para refletir sobre o papel desempenhado por algumas lideranças após o encerramento das atividades do movimento.

O guardião ou o mediador, como também é chamado, tem como função primordial ser um “narrador privilegiado” da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda / possui as “marcas” do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos), quanto porque é o “coleccionador” dos objetos materiais que encerram aquela memória. Os “objetos de memória” são eminentemente bens simbólicos que contêm a trajetória e a afetividade do grupo. Sejam documentos, fotos, filmes, móveis, pertences pessoais, etc., tudo tem em comum o fato de dar sentido pleno, de “fazer viver” em termos profundos o próprio grupo. (GOMES, 1996, p. 07)

Correspondendo a esse valor as duas presidentes do MFPA-RS se deslocaram, com o tempo, desse “cargo” para ocuparem o lugar de Guardiãs da Memória daquele movimento. Enquanto estava em atividade Mila Cauduro se mostrou uma fiel Guardiã, pois desempenhava o culto aos mortos, a manutenção das sepulturas e o costume de “colocar flores nos túmulos dos seus, no dia dos mortos” (PERROT, 2005, p.39), tarefa esta exercida pelas mulheres desde o século XIX. Quanto ao material coletado e organizado referente às atividades do MFPA a própria Lícia Peres afirma que, sobretudo a parte de organização, é mérito da comadre Mila. Lícia atualmente é a autoridade para narrar a história do grupo e cultiva um relato muito elaborado, fixando os momentos mais difíceis, os episódios mais singulares e não esquecendo as pessoas dotadas de coragem e paixão política. E são esses os lugares elencados pela guardiã para serem demarcados, dos quais a entrevistada não quer se distanciar. Nós historiadores orais, no entanto, temos o dever de ampliar o nosso campo de possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os 21 anos de ditadura civil-militar no Brasil deixaram muitas heranças para a sociedade do final do século XX, e boa parte, senão por toda, do século XXI. Do lado do Estado estas heranças são incontáveis e catastróficas: por tantas perdas consequentes da destruição de um projeto de reformas de base, que se reflete na desigualdade social, no sucateamento da educação, nas ilusões perdidas da reforma agrária; pelas perdas notáveis de pessoas que foram assassinadas ou desaparecidas por agentes do Estado e dos que ficaram com sequelas, físicas ou psicológicas, como marcas da tortura; pelo desfecho da ditadura que se deu muito ao gosto dos militares e que não concluiu o processo de reparação histórica pelas arbitrariedades, quando aprovou uma auto anistia e interpretou-a na sua face mais injusta: a que se relaciona com o esquecimento e amnésia da história política daqueles tempos.

Nesse sentido, acreditamos que o legado da sociedade civil se apresenta de maneira positiva. Esta investigação possibilitou compreendermos que embora tenhamos questões, como as citadas acima, a resolver para que possamos aprofundar a democracia, é possível que as organizações da sociedade civil, que atuaram na segunda metade da ditadura, tenham contribuído sobremaneira para combater a reprodução da cultura política autoritária vigente. Embora já sabido, reiteramos que estes movimentos, especialmente os que reivindicavam a anistia, foram essenciais para o processo de abertura política no Brasil.

O exercício de remontar a trajetória do MFPA-RS, no qual se empenhou esta investigação, foi revelador, pois não se resumiu em apresentar apenas as protagonistas, e as ações políticas desempenhadas por aquelas mulheres. Mais do que isto permitiu que percebêssemos a forma política que regeu as relações entre o Estado – governo militar – e a sociedade – sobretudo a sociedade civil representada pelo novo movimento social analisado. Dessa forma constatamos, de maneira detalhada, pela perspectiva do MFPA-RS, que a lei de agosto não foi uma “graça”

concedida, um benefício dado pelo presidente, como Figueiredo queria demarcar quando reiterava sua “generosidade”. A Lei de Anistia foi a consequência de um processo de luta desencadeada pela sociedade civil, que iniciou este movimento de forma objetiva e organizada em 1975, por meio dos Movimentos Femininos pela Anistia espalhados em núcleos pelo Brasil e que, no ano da sucessão de Figueiredo, ganhou as ruas e os espaços mais politizados e populares do país. É notório que o processo dialógico só foi possível pela transformação que se forjava em uma cultura política democrática que fazia o processo de crítica da coerção, uma vez que a sociedade civil clamava por liberdades a ponto de ser ouvida, e não mais ignorada, pelo poder militar. Assim, entre coerção e consenso foi estabelecida a necessidade de se desenvolver outro tipo de relação entre o Estado e a sociedade civil.

Já comprovado pela historiografia o pioneirismo do MFPA como um movimento de resistência às práticas da ditadura civil-militar constituído legal e publicamente, neste trabalho conseguimos demonstrar como se deu este pioneirismo no RS, e os deslocamentos desenhados por este novo movimento social. Sua empreitada iniciou quando utilizou a “pacificação da família brasileira” para conquistar tanto o apoio dos mais esquerdistas, que estavam impedidos de se manifestar radicalmente, quanto dos mais moderados, que não aprovavam o autoritarismo. Algumas contradições foram observadas no trajeto do MFPA-RS como em suas tentativas de demarcar território nos espaços formais da política, e de singularmente em relação aos novos movimentos sociais, não se comportar como um movimento autônomo, dando, às vezes, indícios de querer pertencer ao MDB. Por outro lado, o MFPA-RS queria ser reconhecido pelo governo militar, como por exemplo, tentando audiências com o ditador-militar Geisel e também demonstravam sinais de querer organizar a população em geral para reivindicarem a demanda. Esta hipótese pode ser conferida quando verificamos que nos primeiros três meses de trabalho de divulgação do *Manifesto da Mulher Brasileira no RS* foram arrecadadas nove mil assinaturas, um número incapaz de ter origem somente nas mulheres ligadas a organizações civis e entidades de classe, como desejava a líder nacional Therezinha Zerbini.

No entanto, entre avanços e recuos, alguns acontecimentos - como a morte de Jango no exílio, a cassação dos mandatos de Glênio Peres e Marcos Klassmann, a expulsão de Leonel Brizola do Uruguai – foram marcantes para o MFPA-RS. Na medida em que aumentavam a sua repercussão entre os demais grupos de oposição, o MFPA-RS se transformava no sentido de ampliar suas demandas para além da anistia. Aos poucos o movimento foi mostrando sinais de que os espaços formais da política eram utilizados, mas que os mesmos poderiam servir de abertura para o caminho de novas organizações da sociedade civil, e como consequência abrir os canais de politização tanto na política formal como nos movimentos de base. A iniciativa de exercer novas táticas estava associada aos novos movimentos sociais, sobretudo aqueles ligados aos problemas sociais urbanos (contra a carestia, melhoria dos bairros, melhores condições de trabalho), que passaram a ser disseminadas pelos focos de resistência a partir de 1978. Foram estas forças associadas que permitiram à oposição uma possibilidade de pressionar o governo, fazendo com que este não ignorasse este movimento de massa que se espalhou pelo país.

Após a preocupação com a Flávia e os “Flávios”, o conhecimento dos sequestros, dos desaparecimentos, das torturas, das mortes denunciadas nos encontros nacionais pela anistia, o movimento aproveitou o abrandamento da repressão e se deslocou para outro lugar da resistência, onde se prezava pelo diálogo plural e pela “anistia ampla, geral e irrestrita”. A experiência de fazer parte de um movimento de massas e de ver a Lei, embora restrita, concretizada foi particularmente especial. E resultou não apenas no retorno de muitos dos exilados, banidos e presos políticos, que foram recebidos nos aeroportos por amigos, familiares e desconhecidos, mas em um saldo positivo para os protagonistas de vínculos afetivos e políticos, que continuaram a existir e se fortalecer após a abertura política.

As lideranças do MFPA-RS não ficaram isentas de transformações, pois os deslocamentos também ocorreram nas suas vidas, tanto no âmbito político, como na esfera pessoal, que foram tocadas por todas as questões experimentadas e

aprendidas no “laboratório político” do MFPA-RS. As motivações das seis mulheres que representavam o Comitê Central do MFPA-RS foram desde a proximidade com pessoas excluídas de exercerem a cidadania pelos atos institucionais, sentimentos de solidariedade e amizade, até a própria sociabilidade proporcionada pelo MDB. Conferimos que estes vínculos foram essenciais para a formação, o desenvolvimento e a sustentação do MFPA-RS. Dessa forma, buscamos atentar para as transformações e conquistas para além da anistia que se quis, visto que o processo de resistência proporcionou modificações produtivas nas consciências das suas participantes tanto no aspecto plural como no âmbito particular. O conhecimento da luta pelos Direitos Humanos, das consequências da repressão militar, das práticas e do jogo político, da luta pelo avanço de inclusão das mulheres somado a promulgação da Lei, certamente fez valer a experiência de protagonismo dessas e de outras mulheres.

O sentimento de orgulho por ter participado daquele movimento naquele momento político e histórico faz parte das construções das memórias das integrantes do MFPA-RS. Muitas são as questões caracterizadas por homogeneidade, tanto em relação à relevância das ações do grupo, como às pessoas lembradas como participantes ativas, como uma admiração pelos que abriram mão de uma vida de apatia para o enfrentamento. O significado da luta para elas é de que embora a anistia não tenha sido justa, foi o que se conseguiu no momento, e num momento daqueles a anistia foi conquista e vitória. Interessante notar que os anos de desejo pela “pacificação da família brasileira”, embora reiterado nos documentos, não aparecem nas entrevistas, pois a luta do MFPA-RS pelas que puderam relatar ficou como pela “anistia ampla, geral e irrestrita”, marca da segunda fase. Quanto a este ponto são conscientes da sua posição cautelosa logo da formação em relação a possíveis violências por parte dos militares. O sentimento de “missão cumprida” vivenciado pelas mulheres logo após a Lei ser sancionada não se aquietou e após 20 anos as ex-presidentes botaram a público um arquivo, construindo assim um lugar para esta memória, da qual elas podiam representar as guardiãs. Estes elementos fazem com que sejam conhecidas as

memórias destas protagonistas, um tanto desconhecidas, em razão de a esquerda armada ser a representante da resistência à ditadura, omitindo os protagonistas dos movimentos posteriores.

Embora o MFPA-RS tenha se dispersado, a luta pela anistia não se caracteriza por encerrada, alguns protagonistas da década de 1970 não estão mais vivos para testemunhar a tentativa do governo federal em forjar uma (re)elaboração da memória oficial. A Comissão de Anistia, encampada pelo Ministério da Justiça, tem realizado um trabalho de reparação aos anistiados que, por terem sido afastados do estudo ou do trabalho, de acordo com a legislação vigente, têm o direito de serem restituídos pelo Estado. Convém salientar que se por um lado os arquivos repressivos não são conhecidos pela sociedade (visto que a pressão por parte dos representantes das Forças Armadas, ou do Ministério da Defesa, é de enfrentamento em relação ao Ministério da Justiça, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e aos presidenciáveis) por outro lado a Comissão de Anistia tem produzido uma significativa documentação investigativa e de testemunhas que revelam suas impressões em julgamentos públicos pelo país afora.

Em relação aos documentos produzidos e os à disposição foi possível concluir que há muitas questões sobre esta temática a serem exploradas, sobretudo ligadas ao Rio Grande do Sul. São inúmeras possibilidades de pesquisas e novos trabalhos a serem realizados, tanto em relação aos materiais escrutinados para esta dissertação – como os acervos particulares, especialmente os disponíveis no Centro da Memória Documental da Ditadura Militar no Rio Grande do Sul, localizado no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, como nos Anais da Assembleia Legislativa do RS, na Câmara Municipal de Porto Alegre, nos jornais, e claro as ricas fontes orais.

Por fim, acreditamos que o MFPA-RS superou as limitações características de qualquer movimento social, na medida em que com o passar do tempo as práticas foram se modificando, e passando das mais tradicionais, que envolvia o diálogo com as instituições desconsiderando o povo, para uma informalidade das

ações que consideravam também os grupos marginalizados e difíceis de terem acesso a negociação. Nota-se com isso que o discurso de buscar as liberdades democráticas foi praticado por aqueles movimentos que se uniram independente de suas divergências ideológicas ou partidárias. Houve um amadurecimento político naquele momento por parte dos novos movimentos sociais que enxergaram a oposição como um movimento unificador capaz de desbancar a ditadura que já andava fragilizada.

Por estas razões concluímos que estas mulheres deram origem a um movimento pioneiro de oposição legal e legítima à ditadura e contribuíram para a articulação da sociedade civil e, junto com seus semelhantes, foram capazes de trabalhar para a formação de uma nova ordem baseada numa cultura política democrática. As modificações pelas quais passaram, sobretudo em relação ao papel das mulheres na política, fez com que suas práticas culturais e sociais, transformassem os seus limites, e criassem uma nova mirada para a abertura política brasileira.

REFERÊNCIAS

1. ARQUIVOS CONSULTADOS

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

ACERVO DE LUTA CONTRA A DITADURA (extinto em 2008 passando a fazer parte do AHRS)

BIBLIOTECA DO SOLAR DOS CÂMARA

MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA

2. FONTES PRIMÁRIAS

2.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO ACERVO PARTICULAR LÍCIA PERES E MILA CAUDURO (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL):

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Livro de Atas. Ata nº1, nº2, nº3, nº4, nº5, nº6, nº7, nº8, nº9.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada ao Papa Paulo VI. 1975.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Pasta de Associadas ao Movimento Feminino pela Anistia. Fichas de Filiação.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada a Paula Albuquerque - Palácio Piratini. Porto Alegre, 30 de jun. de 1975.

ZERBINI, Therezinha Godoy. Cópia da carta endereçada ao General Ernesto Geisel – Palácio do Planalto. São Paulo, 31 de jul. de 1975.

COUTO E SILVA, Golbery. Cópia do Telegrama enviado a Therezinha Zerbini. Brasília, 07 de ago. de 1975.

ZERBINI, Therezinha Godoy. Relatório das atividades do mês de agosto 1ª quinzena. São Paulo, 17 de ago. de 1975.

ZERBINI, Therezinha Godoy. Carta endereçada à Lícia Peres. São Paulo, 20 de ago. de 1975.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES LICENCIADOS DO PARANÁ. Apoio ao MFPA. Londrina, 06 de ago. de 1975.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO. Moção de apoio ao MFPA. Campos do Jordão, 29 de ago. de 1975.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta enviada ao Cardeal Evaristo Arns. Porto Alegre, 20 de set. de 1975.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta enviada ao Vereador Carlos Araújo. Porto Alegre, 11 de ago. de 1977.

SCHERER, Vicente. Carta endereçada a Sra. Mila Cauduro. Porto Alegre, 30 de ago. de 1976.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada a Pedro Simon. Porto Alegre, 03 de set. de 1976.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada ao Deputado Alcides Franciscato. Porto Alegre, 29 de set. de 1976.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada ao Dr. Fernando Palmeiro da Fontoura. Porto Alegre 06 de Nov. de 1976.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada ao Cel. Peri Cunha. Porto Alegre, 08 de jan. de 1977.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB). Manifesto ao Movimento Oposicionista de Porto Alegre. Mar. de 1977.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Mensagem em homenagem a Getúlio Vargas. 24 de ago. de 1977.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada ao vereador Carlos Cezar Araujo.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada ao Presidente da OAB-RS, Justino Vasconcelos. 12 de ago. de 1977.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada a Dom Antônio Cheuche. Porto Alegre, Natal de 1977.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada ao Deputado Pedro Simon. Porto Alegre, Natal de 1977.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada a Therezinha Zerbini. Porto Alegre, Natal de 1977.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Fala de participação na Convenção de Prefeitos do MDB. Porto Alegre, 18 de Nov. de 1977.

ZERBINI, Therezinha Godoy. Carta endereçada à Mila Cauduro. Paris, 16 de jan. de 1978.

CAUDURO, Mila (et.al). Minuta de carta endereçada a Fernando Palmeiro da Fontoura. Porto Alegre, 1º de fev. de 1978.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta para Peri Bevilacqua. sem data.

BEVILACQUA, Peri. Discurso proferido na Assembleia Legislativa. Porto Alegre, 12 de abr. de 1978.

IEPES (et. al). Carta de Unidade e Ação dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul. Viamão, 1º de mai. de 1978.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada ao Presidente do Diretório Acadêmico Maurício Cardoso da Faculdade de Direito da PUC. 22 de mai. de 1978.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB-RS). Convite para o evento do 1º de maio. Sapucaia do Sul, 25 de abr. de 1978.

FERREIRA, Tarcísio. Minuta da carta endereçada ao Senador Paulo Brossard. Belo Horizonte, 12 de mai. de 1978.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada ao Diretório Regional do MDB no RS. Porto Alegre, 04 de jun. de 1978.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Estatutos do Movimento Feminino pela Anistia. Porto Alegre, 28 de jun. de 1978.

COMITÉ BRÉSIL POUR L'AMNISTIE. Paris, ago. de 1978.

César Prieto. Carta endereçada a Sra. Mila Cauduro. São Paulo, 13 de out. de 1978.

CONGRESSO NACIONAL PELA ANISTIA. Carta convocatória. Out. de 1978.

Tese para o 1º Congresso Nacional pela Anistia apresentada pelo Movimento Feminino pela Anistia – seção do Rio Grande do Sul. 24 de out. de 1978.

Carta de Salvador. Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia. Salvador, 09 de set. de 1978.

ZERBINI, Therezinha. Cartão de Natal endereçado a Mila Cauduro. São Paulo, 18 de dez. de 1978.

FENSTERSEIFER, Delci. Carta endereçada a Mila Cauduro do MFPA-RS. República Democrática Alemã. 1978.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada ao MFPA-SP. Porto Alegre, 22 de mar. de 1979.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Nota sobre 13 de maio – Dia da Libertação dos Escravos. Porto Alegre, 13 de mai. de 1979.

COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA/RS (CBA-RS); MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Nota à Imprensa. Porto Alegre, 25 de jun. de 1979.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Voto de congratulações a Mila Cauduro pela aprovação do Projeto de Anistia. Porto Alegre, 23 de ago. de 1979.

Documento francês por Flávio Koutzii. sem data.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada a Aparício Méndez/Presidente da República Oriental do Uruguai. Porto Alegre, 22 de set. de 1978.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Brasileiras por uma brasileira exilada. 28 de Nov. de 1978.

BOLETIM ELEITORAL MDB, Clóvis Grivot. Nov. de 1978.

Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Institucionais (AMPLA). Carta endereçada a Mila Cauduro. Porto Alegre, 16 de abr. de 1980.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Minuta da carta endereçada ao MFPA-SP. Porto Alegre, 22 de mar. de 1979.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Mensagem pelo 13 de maio – Dia da Libertação dos Escravos. 13 de mai. de 1979.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS); Comitê Brasileiro pela Anistia/RS (CBA-RS). Nota à imprensa: Leve uma flor em homenagem aos mortos e desaparecidos. 25 de jun. de 1979.

CONGRESSO NACIONAL, MENSAGEM Nº59, DE 1979 (CN)/ Nº191/79.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Criticas e nossas ponderações quanto ao Projeto de Anistia apresentado pelo governo dia 27 de junho. São Paulo, 07 de jul. de 1979.

COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA/RJ. Encontro Nacional das Entidades de Anistia. os presos, os mortos, os desaparecidos. Jun. de 1979.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Homenagem a Mila Cauduro. 23 de ago. de 1979.

CAUDURO, Mila. A faixa histórica. set. de 1979.

2.2. PERIÓDICOS (RECORTES DE JORNAIS REFERENTES AO ACERVO LÍCIA PERES E MILA CAUDURO):

Movimento para Anistia generosa. **Folha da Tarde**. Porto Alegre. 21 de jun. de 1975.

Mulheres lançam uma campanha pró-anistia. **Zero Hora**. Porto Alegre. 21 de jun. de 1975.

Movimento Pró-Anistia vai até o Cardeal. **Zero Hora**. Porto Alegre. 24 de jun. de 1975.

Posição do Cardeal sobre a Anistia. **Zero Hora**. Porto Alegre. 25 de jun. de 1975.

Dom Vicente recebeu Comissão Feminina que luta por anistia. **Folha da Manhã**. Porto Alegre. 25 de jun. de 1975.

DCE da UFRGS apoia o Movimento pela Anistia. **Hoje**. Porto Alegre. 26 de jun. de 1975.

Nota. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre. 15/07/1975.

Anistia não está nos planos do governo. **Zero Hora**. Porto Alegre. 08 de ago. de 1975.

Ofício. **Diário de Notícias**. 14 de ago. de 1975.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Em torno da moda dos “slogans”. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 14 de set. de 1975.

Nota sobre a mensagem de Evaristo Arns. **Folha da Manhã**. Porto Alegre. 06 de set. de 1975.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA/RS (MFPA-RS). Carta aberta ao Sr. C. M. Assis. **Diário de Notícias**. Porto Alegre. 08 de out. de 1975.

Brasil Mulher. Ano 1/ n.0/ 09 de out. de 1975.

Movimento Feminino atua em Pelotas. **Diário Popular**. Pelotas, 10 de jul. de 1975.

Mulheres a favor da anistia. **Jornal de Debates**. 29 de mar. a 04 de abr. de 1976.

Documento em favor da Anistia; Congresso homenageia Caxias hoje. **Correio Brasiliense**. Brasília, 02 de set. de 1975.

Mulheres pedem anistia ao líder. **Jornal de Brasília**. Brasília. 02 de set. de 1976. p.02.

Anistia. **Zero Hora**. Porto Alegre, 09 de set. de 1976. p.08.

Notas. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 06 de set. de 1976.

Notas. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 13 set. de 1976.

Política por Augusto Segatto. **Sem referência**. 18 out. de 1976.

Convite para missa de 30º dia. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 06 de jan. de 1977.

Tumulto na missa por João Goulart. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 07 de jan. de 1977.

MDB condena incidente ocorrido após a missa em memória de Goulart. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 08 de jan. de 1977.

Notas. **Zero Hora**. Porto Alegre, 12 de ago. de 1977.

Homenagem à Vargas. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 25 de ago. de 1977.

Coroas de flores cobriram a Carta Testamento. **Folha da Manhã**. Porto Alegre, 25 de ago. de 1977.

Informes. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 21 de Nov. de 1977.

Mulheres da Anistia falam com D.Evaristo. **Sem referência**. 22 de Nov. de 1977.

Informes. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 29 de Nov. de 1977.

Setor Jovem quer definição do MDB. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 22 de fev. de 1978.

Polícia prende membros da *Revista do Henfil*. **Zero Hora**. Porto Alegre, 14 de abr. de 1979. p.15.

Resumo. **Sem referência**. 16 de fev. de 1978.

Informes. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 13 de dez. de 1977.

Parentes esperam que Tavares seja libertado este ano. **O Estado de São Paulo**. São Paulo. 13 de dez. de 1977.

Pedida a intervenção de Azeredo no caso Tavares. **O Estado de São Paulo**. São Paulo. 15 de dez. de 1977.

Campanha para libertar Flávio está lançada. Organizadores contam com a opinião pública. **Folha Da Manhã**. Porto Alegre, 13 de mar. de 1979.

Um dia movimentado, o de Nivaldo no Piratini. **Zero Hora**. Porto Alegre, 04 de mar. de 1978. p.09.

MDB debate substituição de Guazzelli, mas adia decisão. **Zero Hora**. Porto Alegre, 10 de mar. de 1978. p.08.

Ato público de hoje tem apoio do MDB. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 28 de mar. de 1978.

Manifestação pela anistia reuniu os universitários. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 29 de mar. de 1978.

Manifestação também em Porto Alegre. **Zero Hora**. Porto Alegre, 29 de mar. de 1978.

O Comitê Unitário lança terça manifesto pela anistia total. **Sem referência**. sem data.

Anistia Irrestrita. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 13 de abr. de 1978.

Dia da Mulher. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 09 de mar. de 1978.

Informes. **Sem referência**, 27 de jun. de 1978.

Mardini volta ao assunto da utilização de Brizola. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 21 de jul. de 1978.

Na zona sul, anistia e modelo econômico são os temas do MDB. **Zero Hora**. Porto Alegre, 24 de jul. de 1978.

Anistia também encaminhou o seu documento. **Zero Hora**. Porto Alegre, 29 de jul. de 1978. p.13.

Mila Cauduro e o MDB: minha situação é a dos colonos no Parque de Esteio. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 16 de junho de 1976.

Figueiredo promete tornar o Brasil uma democracia. **Jornal do Brasil**. 29 de jul. de 1978. capa.

Movimento pela Anistia entrega ofício e pede reconciliação nacional. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 29 de jul. de 1978.

Comissão de cassados vai a Brasília. **Sem referência**. 30 de jul. de 1978.

Exportação de crianças para a França humilha a nação. **Sem referência**. 11 de outubro de 1978.

Manifesto pede anistia às crianças. **Sem referência**. 12 de outubro de 1978.

Mila Cauduro foi falar com o general Euler sobre anistia. **Folha da Manhã**. Porto Alegre, 11 de agosto de 1978.

Um novo documento sobre a anistia. **Zero Hora**. Porto Alegre, 11 de agosto de 1978.

Deputado propõe voto secreto para presidente. **Zero Hora**. Porto Alegre, 24 de agosto de 1978.

Apedido. Homenagem a Getúlio Vargas. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 24 de agosto de 1978.

Homenagem a Getúlio Vargas. **Zero Hora**. Porto Alegre, 24 de agosto de 1978.

Provocações contra a luta pela anistia. **Sem referência**. Porto Alegre, 31 de ago. de 1978.

Congresso Nacional pela Anistia. **Zero Hora**. Porto Alegre, 19 de out. de 1978.

Primeira reunião da anistia começa com divergências. **Jornal do Brasil**. 08 de set. de 1978.

DCE da UFRGS promoveu ato público ontem à tarde. **Correio do Povo**. 13 de set. de 1978.

Notas sobre a Feira do Livro. **Sem referência**. Sem data. dez. de 1978.

Na Feira, a anistia ganha o seu “viva”. **Sem referência**. 02 de dez. de 1978.

Anistia: movimentos brigaram contra a presença da imprensa. **Sem referência**. sem data.

Campanha para libertar Flávio está lançada. Organizadores contam com a opinião pública. **Folha da Manhã**. 13 de mar. de 1979.

Anistia por mais um brasileiro. **Sem referência**. 11 de out. de 1978.

CBA faz ato público e mantém campanha. **Zero Hora**. Porto Alegre, 26 de jun. de 1979.

Glênio Peres e Marcos Klassman pretendem reassumir os mandatos. **Zero Hora**. Porto Alegre, 28 de jun. de 1979.

Opiniões lembram perdas do passado e necessidade de reconciliar logo. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 28 de jun. de 1979.

Viúva de ex-sargento exige julgamento para os culpados. **Jornal do Brasil**. 14 de jul. de 1979. 1º caderno.

Viúva de Raimundo Soares busca restos mortais do marido. **Zero Hora**. Porto Alegre, 14 de julho de 1979.

Ato em favor de anistia irrestrita. **Sem referência**. Porto Alegre, 04 de ago. de 1979.

Vigília pela anistia foi proibida de entrar na catedral. Ficou na escada. **Folha da Manhã**. Porto Alegre, 10 de ago. de 1979. (capa)

Vigília pela anistia fora da catedral. **Folha da Manhã**. Porto Alegre, 10 de ago. de 1979.

Na Catedral vigília pela anistia. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 10 de ago. de 1979.

Anistia faz manifestação na frente da Catedral. **Zero Hora**, 10 de ago. de 1979.

Cardeal impede vigília política na Catedral. **Sem referência**. 11 de ago. de 1979.

Vigília pela anistia até dia 14. **Folha da Manhã**. Porto Alegre, 11 de ago. de 1979.

Revogada sobre Brasília. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 12 de ago. de 1979.

Invalidar posse dos vereadores: Amaral quer procurador Geral da República tomando iniciativa. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 04 de set. de 1979.

Anistia quer soltar preso na Argentina. **Jornal do Brasil**. 16 de fev. de 1979.

Libertação de Flávio é gesto generoso, diz chanceler brasileiro. **Sem referência.** 20 de mai. de 1979.

Flávio Koutzii chega hoje a Porto Alegre. **Zero Hora.** Porto Alegre, 08 de dez. de 1979.

Flávio Koutzii volta a Porto Alegre. **Zero Hora.** Porto Alegre, 10 de dez. de 1979.

Jornalistas querem saber de Flávia. **Jornal Do Brasil.** 08 de Nov. de 1978.

Azeredo quer notícias de gaúcha presa no Uruguai. **Zero Hora.** Porto Alegre, 09 de Nov. de 1978.

Comissão gaúcha vai ao cônsul pedir por Flávia. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 30 de nov. de 1978.

Amigos de Flávia Schilling conseguirão dinheiro para pagar hospedagem na prisão. **Jornal Do Brasil.** 31 de outubro de 1978.

Nota de falecimento Clóvis Paim Grivot. **Sem referência.** 07 de dez. de 1978.

Comitê pela Anistia do Sul arrecadada fundos para libertar Flávia. **Folha De São Paulo.** São Paulo, 11 de dez. de 1978.

Campanha começa enfrentando problemas com a Polícia, mas vai continuar hoje. **Zero Hora.** Porto Alegre, 14 de dez. de 1978.

Polícia impediu a coleta de fundos para libertar Flávia. **Folha da Manhã.** Porto Alegre, 14 de dez. de 1978.

Segurança pública proíbe manifestação em favor de Flávia. **Zero Hora,** 22 de dez. de 1978.

Para junta uruguaia, libertação de Flávia depende do Brasil. **Folha de São Paulo,** 16 de dez. de 1978.

Segurança Pública proíbe manifestação em favor de Flávia. **Zero Hora.** Porto Alegre, 22 de dez. de 1978.

Comitê pela Anistia lança nota sobre Flávia. **Diário de Notícias.** Porto Alegre, 27 de dez. de 1978.

Dia importante para Flávia. **Zero Hora.** Porto Alegre, 14 de dez. de 1978.

Libertação de Flávia. **Diário de Notícias.** Porto Alegre, 24 de mar. de 1979.

Passaporte da mãe de Flávia apreendido no Salgado Filho. **Folha da Manhã.** Porto Alegre, 07 de mar. de 1979.

Acusadas por advogado vão acioná-lo. **Jornal do Brasil.** 15 de dez. de 1979.

Schilling: “advogado caluniou”. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 12 de dez. de 1979.

Anistia no sul critica advogado. **Jornal do Brasil**. 14 de dez. de 1979.

Flávia volta livre e quer ver soltos demais presos. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 15 de abril de 1980.

“Muitas cabeças brancas...” logo lágrimas de Flávia. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 16 de abril de 1980.

Primeiro dia de arrecadação de fundos/Sindicatos apoiam movimento. Sem **referência**. 27 de mar. de 1979.

CBA faz ato público e mantém campanha. **Zero Hora**. Porto Alegre, 26 de jun. de 1979.

Opiniões lembram perdas do passado e necessidade de reconciliar logo. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 28 de jun. de 1979.

Glênio Peres e Marcos Klassmann pretendem reassumir os mandatos. **Zero Hora**. Porto Alegre, 28 de jun. de 1979.

Viúva de ex-sargento exige julgamento para culpados. **Jornal do Brasil**. 14 de jul. de 1979.

Viúva de Raymundo Soares busca restos mortais do marido. **Zero Hora**. Porto Alegre, 14 de julho de 1979.

Ato em favor de anistia irrestrita. **Sem referência**. 04 de ago. de 1979.

Vigília pela anistia até dia 14. **Folha da Manhã**. Porto Alegre, 11 de ago. de 1979.

Revoada sobre Brasília por Mila Cauduro. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 12 de ago. de 1979.

Polícia prende membros da *Revista do Henfil*. **Zero Hora**. Porto Alegre, 14 de abril de 1979. p.15.

3. FONTES PRIMÁRIAS INDEPENDENTES DO ACERVO

3. 1. ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Discurso do Vereador Glênio Peres em 05/01/1977. 29ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª COMISSÃO REPRESENTATIVA DA VII LEGISLATURA.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Discurso do Vereador Glênio Peres em 12/01/1977. 31ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª COMISSÃO REPRESENTATIVA DA VII LEGISLATURA.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Discurso do Vereador Marcos Klassmann em 09/02/1977. SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA 1ª COMISSÃO REPRESENTATIVA DA VIII LEGISLATURA.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Discurso do Vereador Ibsen Pinheiro. Porto Alegre. 87ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIII LEGISLATURA – 12 DE SETEMBRO DE 1977.

3.2. ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso do Deputado Pedro Simon. **Anais da Assembleia Legislativa.** Porto Alegre: CORAG. Junho de 1975. p. 160-181.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso do Deputado Waldir Walter. **Anais da Assembleia Legislativa.** Porto Alegre: CORAG. Junho de 1975. p. 404-409, 417.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso do Deputado Lélío Souza. **Anais da Assembleia Legislativa.** Porto Alegre: CORAG. Junho de 1975. p. 557-558.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso da Deputada Dercy Furtado. **Anais da Assembleia Legislativa.** Porto Alegre: CORAG, 1976. Outubro de 1975. p.77.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso do Deputado Waldir Walter. **Anais da Assembleia Legislativa.** Porto Alegre: CORAG, 1976. Outubro de 1975. p.530.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Aparte do Deputado Pedro Simon. **Anais da Assembleia Legislativa.** Porto Alegre: CORAG, 1976. Dezembro de 1975. p.641.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso da Deputada Dercy Furtado. **Anais da Assembleia Legislativa.** Porto Alegre: CORAG, 1976. Dezembro de 1975. p.641-642.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso do Deputado Romildo Bolzan. **Anais da Assembleia Legislativa.** Porto Alegre: CORAG, 1977. Setembro de 1976. p.420-22.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso do Deputado Waldir Walter. **Anais da Assembleia Legislativa.** Porto Alegre: CORAG, 1977. Novembro de 1976. p.593-94.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso do Deputado Lélío Souza. **Anais da Assembleia Legislativa.** Porto Alegre: CORAG, 1977. Novembro de 1976. p.29-30.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso do Deputado Guido Moesch. **Anais da Assembleia Legislativa.** Porto Alegre: CORAG, 1977. Novembro de 1976. p.03.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso do Deputado Carlos Augusto de Souza. **Anais da Assembleia Legislativa**. Porto Alegre: CORAG, 1977. Novembro de 1976. p.710-711.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso do Deputado Porfírio Peixoto. **Anais da Assembleia Legislativa**. Porto Alegre: CORAG, 1977. Dezembro de 1976. p.521-22.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso do Deputado Rospide Neto. **Anais da Assembleia Legislativa**. Porto Alegre. Janeiro/Fevereiro de 1977, p.29-30.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso do Deputado Hugo Mardini. **Anais da Assembleia Legislativa**. Porto Alegre. Janeiro/Fevereiro de 1977, p.30-31.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso do Deputado Guido Moesch. **Anais da Assembleia Legislativa**. Porto Alegre. Janeiro/Fevereiro de 1977, p.33-34.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso do Deputado Romeu Martinelli. **Anais da Assembleia Legislativa**. Porto Alegre. Janeiro/Fevereiro de 1977. p.36-7.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Discurso do Deputado Carlos Augusto de Souza. **Anais da Assembleia Legislativa**. Porto Alegre. Agosto de 1977. p.507-508.

3.3. JORNAIS

Aniversário da Revolução de 1964 será comemorado. **Correio do Povo**. Porto Alegre. 27 de mar. de 1975.

Mensagem de Geisel no dia dedicado à Mulher. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 09 de mar. de 1975.

Cenas de emoção marcaram o enterro de João Goulart. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 07 de dez. de 1976.

Tancredo fala em reconciliação nacional à beira da sepultura. **Zero Hora**. Porto Alegre, 08 de dez. de 1976, p.21

Só parentes e amigos íntimos na missa em memória de Jango. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 12 de dez. de 1976.

Invalidar posse de vereadores: Amaral quer Procurador Geral da República tomando iniciativa. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 04 de set. de 1979.

Brizola no país: “Vivemos o alvorecer de nova era”. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 07 de set. de 1979.

Para Brizola Governo não teve até agora oposição. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 09 de set. de 1979.

Brizola recebe Coelho de Souza. **Zero Hora**. Porto Alegre, 28 de set. de 1979.

Viúva de Jango não apoia PTB. **Zero Hora**. Porto alegre, 11 de set. de 1979.

Repasse de documentos no 21º ano da anistia. **Correio do Povo**. 29 de agosto de 2000. Nº334, p.06

3.4. LIVROS

CAUDURO, Mila. **A política é um dever**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1977. 89p.

CAUDURO, Mila. **A Revolução Feminina**. São Paulo: JAC Editora, 2003.

PERES, Glênio. **Caderno de Notícias**. Porto Alegre: Coojornal, 1978.

MARTINS, Roberto Ribeiro. **Liberdade para os brasileiros – anistia ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ZERBINE, T. 1979. **Anistia: a semente da liberdade**. São Paulo, Gráfica das Escolas Profissionais Salesianas, 253 p.

4. FONTES ATUAIS

4.1. ENTREVISTAS

BACKES, Enid Diva Marx. Conversa-Entrevista. Porto Alegre, novembro de 2008. Conduzida e arquivada por Mariluci Cardoso de Vargas.

BERTUCCI, Zulmira Guimarães. Conversa-Entrevista. Porto Alegre, setembro de 2009. Conduzida e arquivada por Mariluci Cardoso de Vargas. Participação, a convite da entrevistada, de Regina Flores da Cunha.

LIEDKE, Elida Rubini. Conversa-Entrevista. Porto Alegre, outubro de 2008. Conduzida e arquivada por Mariluci Cardoso de Vargas. O segundo encontro foi acompanhado também por Gabriel Dienstmann, a convite da entrevistadora.

PERES, Lícia Margarida Macedo de Aguiar. Conversa-Entrevista. Porto Alegre, dezembro de 2005. Conduzida e arquivada por Mariluci Cardoso de Vargas.

PERES, Lícia Margarida Macedo de Aguiar. Conversa-Entrevista. Porto Alegre, abril de 2009. Conduzida e arquivada por Mariluci Cardoso de Vargas, acompanhada por Gabriel Dienstmann, a convite da entrevistadora.

RODRIGUES, Cláudia Maria. Conversa-Entrevista. Pelotas, agosto de 2009. Conduzida e arquivada por Mariluci Cardoso de Vargas.

ROTTA, Márcia Prado. Conversa-Entrevista. Porto Alegre, setembro de 2009. Conduzida e anotada por Mariluci Cardoso de Vargas. Sem gravação.

SOUZA, Patrícia Coelho. Conversa-Entrevista. Porto Alegre, setembro de 2009. Conduzida e arquivada por Mariluci Cardoso de Vargas.

4.2. PÁGINAS DA INTERNET

1000 mulheres para o Nobel. Disponível em: <<http://www.mulherdemocrata.org.br/1000mulheresparaoNobel.pdf>>, acesso em março de 2010.

A anistia em julgamento. **Veja**. 1º de mar. de 1978. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_01031978.shtml>. Acesso em março de 2010.

AMARAL, Marina. Anjo da Guarda. **Caros Amigos**. Não está disponível atualmente. <http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed53/marina_amaral.asp>. Acesso em setembro de 2007. Edição 53.

BIRNFELD, Marco A. Caso das “mãos amarradas”: Viúva do sargento morre sem receber a indenização. **Jornal do Comércio**. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=2143>>. Acesso março de 2010.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 400p. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/mortosedesap/id_livro/>. Acesso em março de 2010.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em março de 2010.

FILHO, José Carlos Moreira da Silva. **A Concretização do Direito à Memória e à Verdade e o respeito aos Direitos Humanos: uma análise do processo de anistia política no Brasil**. Disponível em: <http://www.ajd.org.br/OLD/pdf/ADJ_A_Concretizacao_do_Direito_a_Memoria.pdf>. Acesso em março de 2010.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Exposição virtual “20 anos: anistia não é esquecimento”. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/node/5547#node-5547>>. Acesso em março de 2010.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Exposição virtual “Anistia, 30 anos – Por Verdade e Justiça”. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/node/5514#node-5514>>. Acesso em março de 2010.

LANNA, Anna Flávia Arruda. **Mulheres e Anistia: entre bandeiras e fuzis**. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0405.htm>>. (2001) Acesso em março de 2010.

LANNA, Anna Flávia Arruda. **Mulheres e Anistia: entre bandeiras e fuzis**. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0405.htm>>. Acesso em março de 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Anistia Política. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ20BF8FDBITEMIDDB66A11972EE4432A7654440E32B2B6CPTBRIE.htm>>. Acesso em março de 2010.

PERES, Lícia. A Desmemoria. **Zero Hora**. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2334340.xml&channel=13&tipo=1§ion=1012&edition=11309&template=3898.dwt>>. Acesso em março de 2010.

PULS, Maurício; PAIVA, Natália. Oito em cada dez brasileiros nunca ouviram falar do AI-5. **Folha Online**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u478933.shtml>>. Acesso em março de 2010.

RODEGHERO, Carla Simone. Anistia ampla, geral e irrestrita. **Zero Hora**. Disponível em <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2633504.xml&template=3898.dwt&edition=13008§ion=1012>>. Acesso em março de 2010.

RODEGHERO, Carla Simone. Para uma história da luta pela anistia: o caso do RS (1974-1979). **Tempo e Argumento** – Revista do PPG em História, UDESC, 2009 (a). In: http://www.tempeargumento.faed.udesc.br/arquivos/artigo_anistia_udesc.pdf

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/

SELIGMANN-SILVA, Márcio. ANISTIA E (IN)JUSTIÇA NO BRASIL: O DEVER DE JUSTIÇA E A IMPUNIDADE. **Literatura e Autoritarismo**: Memórias da repressão. Revista n°9, jan./jun. de 2007. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/grpesqla/revista/num09/art_02.php>. Acesso em março de 2010.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. **“Eu tenho orgulho de nós mulheres daquela época!”**. **Memórias da militância feminina contra a Ditadura Militar no Rio Grande do Sul** (1968-1973). Pelotas, 2007. Monografia de conclusão em Licenciatura Plena em História. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/acervo/acervo_monografias_5.html>

VIEIRA, Sonia Bressan. **O “abre-alas” do Movimento de Mulheres no Rio Grande do Sul 1910-1990.** Disponível em: <http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_3_32.pdf>. Acesso em março de 2010.

WARREN, Ilse Scherer. **Sujeitos e Movimentos conectando-se através de redes.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPB. Outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/filemanager/fileview/573/>>. Acesso em março de 2010.

4.3. BIBLIOGRAFIA GERAL

ABRAMO, Zilah Wendel. Mulheres na luta pela anistia: um exemplo, a Comissão de Mães em defesa dos Direitos Humanos. SILVA, Haike R. Kleber da (Org.). **A luta pela anistia.** São Paulo: Editora UNESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p.103-107.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005. p.155-202.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo. Possibilidades das fontes orais: um exemplo de pesquisa. **Anos 90.** Porto Alegre, v.15, n.28, p.73-98, dez.2008.

ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: Um balanço do debate. **Lua Nova,** São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ALVAREZ, S.E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos: novas leituras.** Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2000.

ALVAREZ, Sônia. "Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia", in STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p.315-380.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Morais. **Usos & Abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996. 277 p.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes. O Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo (CBA-SP): memória e fragmentos. SILVA, Haike R. Kleber da (Org.). **A luta pela anistia.** São Paulo: Editora UNESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p.83-99.

ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge. **As esquerdas no Brasil.** Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.321-353.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Tomo I – O Regime Militar. 1985.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Principais Documentos Trabalhistas – Bancada do PDT. Porto Alegre, 2009.

BAUER, Caroline. **Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar: terrorismo de Estado e ação da polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Dissertação de Mestrado em História.

BOBBIO, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil**; tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BRAGA, Kenny (et al). **Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004)** - Perfis Parlamentares. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.17, 1996.

CARBONI, Maria Cecília Conte. **Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979**. São Paulo: PUC-SP, 2008. Dissertação de Mestrado em História Social. 98 p.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História** - Brasil, 1954-1964. São Paulo, ANPUH-Marco Zero, v.14, n.27, 1994. p.179-196.

CARNEIRO, L. P. ;KUSHNIR, K. . As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 227-250, 1999.

CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a Liberalização do Regime Autoritário (1974-1985). **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol.48, nº1, 2005 (a), p.115-147.

CARVALHO, Francismar. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos** (Maringá), Maringá, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005 (b).

CARVALHO, José Murilo. **Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil**. El Colegio del Mexico, 1995.

CARVALHO, Luiz Maklouf. A formação política e sentimental de Dilma Rousseff. **Piauí**, nº31, ano 3, abril de 2009.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon. (Introdução e Orgs.). Introdução. **A Volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995. 328 p.

CATROGA, Fernando. História e Memória. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). **Fronteiras do Milênio**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. v. 1. 140 p.

CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**. Vol. 7, nº 13, Rio de Janeiro, 1994. p. 97-113.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**. 11(5), 1991. p.173-191.

CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a Redemocratização do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, 71, 2007. p.173-228.

CIAMBARELLA, Alessandra. As mulheres pedem paz: um olhar sobre o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). **Anais do X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ**, 2002.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. In: **História em Revista/Núcleo de Documentação Histórica**. ICH. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, número 10, 2004. p.169-178.

COSTA, Albertina de Oliveira et al. **Memórias das mulheres do exílio**. (Memórias do Exílio vol. II). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S.E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2000. p.61-102.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2002. Dissertação de Mestrado em Ciência Política.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro e a construção dos direitos de cidadania**. SILVA, Haike R. Kleber da (Org.). **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora UNESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 59-82.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Anpocs, 1995.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. A descoberta do feminismo pelas militantes do MFPA no Ceará. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**, 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_40.html>. Acesso em março de 2010.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Em guarda contra a repressão: as mulheres e os movimentos de resistência à ditadura na América Latina. **Anais XXIV Simpósio Nacional de História**, São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Tese de Doutorado em História Cultural.

ELMIR, Cláudio Pereira. A palavra como um bisturi. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p.191-207.

ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2000.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Teorema, 1992. 278 p.

FERNÁNDEZ, Sandra. Introducción. Sociabilidad, corporaciones e instituciones, Tomo 7, en BARRIERA, Darío (dir.). **Nueva Historia de Santa Fe**. Prohistoria/La capital, Rosario. 2006.

FILHO, José Carlos Moreira da Silva. O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. **Veritas**. Porto Alegre, v.53, n.2, abr.jun. 2008. p.150-178.

FORGET, Danielle. **Conquistas e Resistências do Poder (1964-1984): A Emergência de um Discurso Democrático no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militantes. **Revista Estudos Feministas**. Ano 5, n.2, 1997, p. 349-364.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. **Acervo** - Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel et all. Org. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2005. p.21-44.

GOMES, Ângela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002.

GRECO, Heloísa Amélia. **Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. Tese de Doutorado em História. 559 p.;

GRECO, Heloísa Amélia. Memória vs. Esquecimento, Instituinte vs. Instituído: a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita. SILVA, Haike R. Kleber da (Org.). **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora UNESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p.193-216.

GÜELL, Pedro; LECHNER, Norbert. Construcción social de las memorias en la transición chilena. In: JELIN, Elizabeth e KAUFMAN, Susana. **Subjetividad y figuras de la memória**. 1ª.ed. – Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana; Nueva York: Social Science Research Council, 2006. 17-46.

HARRES, Marluza Marques. História oral: algumas questões básicas. **Anos 90**, Porto Alegre, v.15, n.28, p.99-112, dez. 2008.

HEINZ, Flávio M.; VARGAS, Jonas Moreira; FLACH, Angela; MILKE, Daniel Roberto. **O Parlamento em tempos interessantes**: breve perfil da Assembléia Legislativa e seus deputados 1947-1982 – Os 170 anos do Parlamento Gaúcho: V.3. Porto Alegre: CORAG, 2005.

JACOBI, Pedro R. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987. p.11-23.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. FERREIRA, M.M.; FERNANDES, T.M.; ALBERTI, V (orgs.). **História Oral: Desafios Para O Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p.31-45.

KINZO, M. D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. Tradução de Heloísa Perrone Attuy. São Paulo: Sumaré, 1988.

KRISCHKE, Jair. O Brasil inspirou a Operação Condor. SILVA, Haike R. Kleber da (Org.). **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora UNESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p.233-253.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Ed.UNICAMP, 1996.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**. vol.11 no.1 Florianópolis Jan./June 2003.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Elas se revelam na cena pública e privada: as mulheres na luta pela anistia. SILVA, Haike R. Kleber da (Org.). **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora UNESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p.111-123.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. **Cadernos AEL**, n. 3/4, 1995/1996.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1969)**. Porto Alegre: PUCRS, 2009. Dissertação de Mestrado em História.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, UFMG, n.28, dezembro 2002.

MÉNDEZ, Natália Pietra. **Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação de Mestrado em História.

MEZAROBBA, Glenda. Anistia e reparação: uma combinação imprópria. SILVA, Haike R. Kleber da (Org.). **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora UNESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 157-172.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro. A Anistia e suas conseqüências – Um estudo do caso brasileiro**. São Paulo: USP, 2003. Dissertação de Mestrado em Ciência Política.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo, Ática, 1995.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. (1ªed. no Brasil, 1985).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe militar e a ditadura 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004. p.29-52.

MOURA, Vanessa dos Santos. A literatura gaúcha contesta o regime militar: uma análise interpretativa do romance Os Tambores Silenciosos de Josué Guimarães. **Anais eletrônicos do IX Encontro Estadual de História da ANPUH/RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História**. PUC/SP, São Paulo, n.10, 1993. 07-28. Tradução: Yara Aun Khoury.

- NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Prefácio Luiz Carlos Bresser Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: ENAP, 1997. 2ª Ed. 2001.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas Fundadoras do Feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006. p. 249-272.
- PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.27, nº54, 2007. p. 281-300.
- PERES, Norberto Goulart. **Glênio Peres era o que ele era**. Porto Alegre: Pallotti, 2008.
- PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e Representações, uma trajetória. **Anos 90**. Porto Alegre: PPGH, UFRGS/IFCH, v.13, n.23/24, 2006. 45-58.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (Coleção História & ... Reflexões, 5).
- PINTO, Céli Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, 14, 1997.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo, nº15, abril de 1997. p.13-33.
- RAMOS, Andressa Maria Villar. Ação e Paixão Política: A Dimensão Afetiva da luta pela Anistia (1975-1980). **Projeto História**. São Paulo: EDUC. Nº29 – tomo 1, dez. 2004. p. 291-301.
- RAMOS, Andressa Maria Villar. **As sensibilidades coletivas nas Ações Políticas: A dimensão afetiva no movimento pela Anistia (1975-1980)**. São Paulo: PUC-SP, 2008. Tese de Doutorado em História Social. 346 p.
- REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe militar e a ditadura 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004. p.29-52.
- REIS, Eliana Tavares. **Juventude, intelectualidade e política: espaços de atuação e repertórios de mobilização do MDB nos anos 1970**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. Dissertação de Mestrado em Ciência Política.
- RODEGHERO, Carla Simone. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, vol. 4, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos do IX Encontro Estadual de História da ANPUH/RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia entre a memória e o esquecimento. **História Unisinos**. 13(2):131-139, Maio/Agosto 2009 (b).

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. In: **História Oral**, v.8, n.1, 2005. p.29-42.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. **Revista Estudos Feministas**. v.12, n.2. Florianópolis, maio/agosto, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987 – 2ª edição.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SCHILD, Verónica. Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas “novas democracias”. In: ALVAREZ, S.E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2000. p.149-183.

SCHILLING, Flávia. **Querida família**. Porto Alegre: Editora da Coojornal, 1978.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o Golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90 (UFRGS)**, v.14, 2007. p.127-156.

SCHMIDT, Benito Bisso. Flávio Koutzii: pedaços de vida na memória (1943-1984) – apontamentos sobre uma pesquisa em curso. **História Unisinos**. 13 (2). Maio/Agosto de 2009. p.190-197.

SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil: (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Orgs.). **Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

SINGER, Paul. O feminino e o feminismo. In: SINGER, P. & BRANT, V. (orgs.) **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980.
Unisinos. Vol.13, N°2, Maio-Agosto, 2009 (b). p.131-139.

VIOLA, S. E. A.. **Direitos Humanos e Democracia no Brasil**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008. 220 p.

APÊNDICE

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Logotipo do MFPA

Imagem 2 – História em Quadrinhos, pelo chargista Marco Aurélio, a fim de divulgar a campanha pela Anistia – Acervo particular Lícia Peres e Mila Cauduro

Imagem 3 – Selo da campanha de divulgação do caso Flávia Schilling – Jornal de campanha de Clóvis Paim Grivot (Acervo particular Lícia Peres e Mila Cauduro)

Imagem 4 – Lícia Peres ao lado de Vieira da Cunha nas eleições municipais de 2004

Imagem 5 – Foto de Lygia de Azeredo Costa (*in memoriam*) na década de 1980 – Acervo familiar

Imagem 6 – Fotografia tirada durante a entrevista com Cláudia Rodrigues em agosto de 2009 – Acervo da autora

Imagem 8 – Mila Cauduro e Lícia Peres em uma comemoração de final de ano na residência dos Cauduro em 2008 – Acervo familiar

ANEXOS

ANEXO A - LEI Nº 6.683 - DE 28 DE AGOSTO DE 1979 - DOU DE 28/8/79 – LEI DA ANISTIA

Concede anistia e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o congresso nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

Art. 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformadas, poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo:

I - se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro do Estado;

II - se servidor civil da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes;

III - se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo

Tribunal;

IV - se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governo ou Prefeito.

Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes das Políticas Militares ou dos Corpos de Bombeiro, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos comandantes.

Art. 3º O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º Os requerimentos serão processados e instituídos por comissões especialmente designadas pela autoridade a qual caiba a apreciá-los.

§ 2º O despacho decisório será proferido nos centos e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o Militar de acordo com o que estabelecer o Decreto a que se refere o art. 13 desta Lei.

§ 4º O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbabilidade do servidor.

§ 5º Se o destinatário da anistia houver falecido, fica garantido aos seus dependentes o direito às vantagens que lhe seriam devidas se estivesse vivo na data da entrada em vigor da presente lei.

Art. 4º Os servidores que, no prazo fixado no art. 2º, não requerem o retorno ou a reversão à atividades ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se o tempo de afastamento do serviço ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão.

Art. 5º Nos casos em que a aplicação do artigo cedida, a título de pensão, pela família do servidor, será garantido a este o pagamento da diferença respectiva como vantagem individual.

Art. 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim, na linha reta, ou na colateral, ou o Ministro Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano

§ 1º Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerente e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º A conhecida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, haja sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º Os anistiados, em relação as infrações e penalidades decorrentes do não cumprimento das obrigações do serviço militar, os que à época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O disposto nesse artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o art. 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10. Os servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do art. 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no art. 11.

Art. 11. Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, saldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 12. Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão voltar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art. 13. O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 28 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

JOÃO B. DE FIGUEIREDO

Petrônio Portela
Maximiano Fonseca
Walter Pires
R.S. Guerreiro
Karlos Rischbieter
Eliseu Resende
Ângelo Amaury Stábile
E. Portela
Murillo Macedo
Délío Jardim de Mattos
Mário Augusto de Castro Lima
João Camilo Penna
César Cals Filho
Mário David Andreazza
H. C. Matos
Jair Soares
Danilo Venturini
Golbery do Couto e Silva
Octávio Aguiar de Medeiros
Samuel Augusto Alves Corrêa
Delfim Netto
Said Farhat
Hélio Beltrão

ANEXO B - DECRETO Nº. 84.143 - DE 31 DE OUTUBRO DE 1979

Regulamenta a Lei nº. 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concede anistia e dá outras providências

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 13 da Lei no. 6.683, de 28 de agosto de 1979, decreta:

I - Da Anistia e dos Anistiados

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com este, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundação vinculada ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º Exceuem-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

Art. 2º É concedida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 3º São anistiados, em relação às infrações e penalidades decorrentes do não-cumprimento das obrigações do serviço militar, os que, à época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Art. 4º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais, punidos pelos Atos a que se refere o artigo 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares ou incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

II - Dos Dependentes dos Anistiados

Art. 5º . Os dependentes do anistiado são, também, beneficiados pela anistia, em relação às infrações de que trata o artigo 3º.

Art. 6º Poderão pleitear os benefícios correspondentes, previstos na legislação específica, os dependentes de servidor falecido, ou presumidamente morto na

forma do § 4º, do artigo 6º, da Lei no. 6.683, de 28 de agosto de 1979, que, se vivo fosse, teria direito à reversão ou retorno ao serviço ativo, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma de acordo com este Regulamento.

Art. 7º A esposa do militar, demitido por Ato Institucional, que pediu exoneração do cargo que ocupava para poder habilitar-se ao recebimento de pensão, poderá requerer seu retorno ao serviço público, com obediência às prescrições pertinentes ao artigo 8º, sujeitando-se ao disposto nos artigos 15 e 17 deste Regulamento.

§ 1º Com o retorno, cessará, automaticamente, o pagamento da pensão.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se à esposa do servidor civil alcançada pelas disposições da Lei no. 4.656, de 2 de junho de 1965, e do Decreto-Lei no. 940 (1), de 13 de outubro de 1969.

III - Do Pedido de Retorno ou Reversão

Art. 8º . O requerimento de retorno ou reversão ao serviço ativo, contendo o nome do requerente, o cargo que exercia à data da punição, bem como a data do ato punitivo, será dirigido:

I - pelo servidor militar civil da Administração Direta e Indireta, bem como de Fundação vinculada ao Poder Público, ao respectivo Ministro de Estado;

II - pelo servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembleia Legislativa ou de Câmara Municipal, ao respectivo Presidente;

III - pelo servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal;

IV - pelo servidor de Estado, Distrito Federal, Território ou Município, ao respectivo Governador ou Prefeito;

V - pelo dirigente ou representante sindical, ao Ministro de Estado do Trabalho;

§ 1º O requerimento deverá dar entrada na repartição competente para recebê-lo até o dia 26 de dezembro de 1979, sob pena de não ser considerado, salvo reconhecido motivo de força maior.

§ 2º O requerimento poderá ser entregue à Organização Militar ou órgão da administração civil, vinculado ao Ministério competente, mais próximo do domicílio do requerente ou a que esteja ele vinculado para efeito de percepção de proventos, devendo o Comandante ou dirigente respectivo encaminhá-lo à Comissão Especial, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade.

§ 3º Os requerimentos de servidores civis de órgãos ou entidades extintos ou transformados deverão ser dirigidos à autoridade competente, referida neste artigo, à qual estava subordinado o servidor na época do seu afastamento.

§ 4º Se o órgão ou entidade, em virtude de transferência, estiver subordinado ou vinculado a outra autoridade, a esta o requerimento deverá ser dirigido.

§ 5º O servidor que se encontrar no exterior poderá apresentar o requerimento em repartição consular ou representação diplomática do Brasil.

Art. 9º Quando a decisão sobre o provimento do cargo ou emprego não for de sua competência, a autoridade prevista no artigo anterior, à qual tenha sido dirigido o requerimento, promoverá sua instrução com o parecer da comissão respectiva e o encaminhará à autoridade competente para a decisão.

Parágrafo único: Em se tratando de servidor de entidade da Administração Indireta ou de Fundação vinculada ao Poder Público, o deferimento do pedido deverá ser precedido de manifestação do respectivo Ministro do Estado, Governador ou Prefeito.

Art. 10º Considera-se requerimento, para todos os efeitos; deste Decreto, a manifestação de vontade do interessado, feita por escrito, perante a autoridade administrativa competente para baixar o ato de retorno ou reversão.

Art. 11º Os requerimentos serão processados e instruídos por comissões compostas de, pelo menos, 3 (três) membros especialmente designados:

I - pelo Ministro de Estado respectivo, quando se tratar de pedido de militar, de servidor civil da Administração Federal Direta ou Indireta, ou de Fundação vinculada ao Poder Público;

II - pelos respectivos Presidentes, se se tratar de pedido de servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembleia Legislativa ou de Câmara Municipal;

III - pelo Presidente do respectivo Tribunal, se se tratar de servidor cuja nomeação seja da competência do Poder Judiciário;

IV - pelo Governador de Estado, se se tratar de servidores da respectiva Administração Direta ou Indireta ou de Fundação vinculada à Administração Estadual;

V - pelo Governador do Distrito Federal ou de Território, ou por Prefeito, se se tratar dos respectivos servidores.

§ 1º O funcionamento de cada comissão poderá regular-se por normas especiais de trabalho estabelecidas no ato de sua constituição, tendo em conta as peculiaridades do setor administrativo correspondente.

§ 2º A comissão encarregada de processar e instruir requerimentos de ex-integrantes das Polícias Militares ou dos Corpos de Bombeiros será presidida pelo Comandante da Corporação.

§ 3º A comissão incumbida de processar e instruir os requerimentos de militares será composta de, pelo menos, 3 (três) membros, podendo tomar depoimentos bem como requisitar das Unidades ou órgãos respectivos as informações necessárias.

§ 4º As comissões encaminharão à autoridade competente o requerimento devidamente instruído e processado, com todos os esclarecimentos relativos ao requerente, à existência de vaga e ao interesse da administração.

Art. 12º A autoridade que designar as comissões poderá instituir subcomissões nos Estados, Territórios e no Distrito Federal, bem como junto às entidades da Administração Indireta e Fundações, com a finalidade exclusiva de receber os requerimentos, instruí-los e encaminhá-los à comissão respectiva.

Art. 13º Os pedidos de informações das comissões para instruir os processos, em razão dos prazos legais a serem cumpridos, devem receber tratamento prioritário.

IV - Da Decisão

Art. 14º A decisão será proferida por autoridade indicada no artigo 81, ou pelo Presidente da República quando lhe competir o provimento do cargo, com base no processo devidamente instruído pela comissão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao recebimento do pedido.

Art. 15º O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo, ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava à data do seu afastamento.

Parágrafo único. Para fim de aplicação do disposto neste artigo, entende-se como mesmo cargo ou emprego o de igual nível de vencimento ou salário, semelhança de denominação e de conjunto de atribuições, pertencente ao mesmo sistema de classificação.

Art. 16º Para permitir uma apreciação global, nenhum despacho decisório deverá ser dado antes de 60 (sessenta) dias após a data a que se refere o § 1º do artigo 8º.

Art. 17º O retorno ou a reversão, em qualquer caso, fica condicionado à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º No caso de militar, observar-se-á o seguinte:

I - no interesse da Administração, exigir-se-á que o requerente atenda aos requisitos essenciais de aptidão física, conceito profissional e moral, levando-se em conta os registros anteriores à saída da Força, e não tenha atingido as idades-limite ou tempo de permanência no serviço ativo, previstas no artigo 102, itens I, II, III, IV e V da Lei n. 5.774, de 23 de dezembro de 1971;

II - a reversão ao serviço ativo e a colocação no Quadro obedecerão ao disposto no § 49, do artigo 18, da Lei no. 5.774, de 23 de dezembro de 1971;

III - a situação do militar, após a reversão, obedecerá ao disposto na legislação em vigor.

§ 2º No caso de servidores civis, observar-se-á o seguinte:

I - o servidor, após o seu retorno, será incluído em quadro suplementar, o qual se constituirá sem prejuízo do número de vagas do quadro permanente;

II - o regime jurídico do servidor, em princípio, será o mesmo referido à data de seu afastamento, assegurando-se-lhe o direito de opção pelo regime da legislação trabalhista, se for o caso;

III - quando se tratar de servidor que integrava quadro ou tabela de órgão ou entidade extintos ou transformados, o retorno ou aposentadoria ocorrerá no mesmo cargo, em quadro suplementar, do órgão ou entidade que absorveu suas atividades;

IV - a situação do servidor que tiver seu requerimento deferido, além do previsto neste artigo obedecerá ao disposto na legislação em vigor;

V - na hipótese de concessão de aposentadoria aos que se encontravam afastados em virtude de demissão ou dispensa, cessará o pagamento da pensão concedida aos beneficiários do servidor, devendo ser calculados os proventos, com obediência às normas deste Decreto.

§ 3º O retorno ou reversão de servidor civil fica sujeito à prova de capacidade do requerente, mediante inspeção médica, à observância do limite de idade estabelecido em lei, e, se necessário, à comprovação de nível de escolaridade exigido para o desempenho do cargo ou emprego.

§ 4º Em se tratando de servidor civil, que ocupava cargo técnico ou científico em setor ou repartição onde a nomeação ou contratação não seja subordinada à existência de vaga, será considerado, para o retorno ou reversão ao serviço ativo, exclusivamente o interesse da Administração.

Art. 18º Não será permitido o retorno ou a reversão ao serviço ativo se o afastamento tiver sido motivado por improbidade do servidor.

Art. 19º Baixará o ato de retorno ou reversão a autoridade competente para prover o cargo.

Art. 20º Os dirigentes dos estabelecimentos de ensino de qualquer grau promoverão, independentemente de requerimento dos interessados, o cancelamento de quaisquer anotações referentes a punições disciplinares impostas a estudantes no período a que alude o artigo 19 deste Decreto.

V - Da Aposentadoria, Transferência para a Reserva ou Reforma

Art. 21º O servidor que não tiver requerido o retorno ou a reversão à atividade no prazo estabelecido no artigo 80, § 19, ou cujo requerimento tiver sido indeferido, será considerado aposentado, transferido para a reserva ou reformado, computando-se o tempo de seu afastamento do serviço ativo para efeito de cálculo dos proventos da inatividade ou da pensão.

§ 1º O tempo de afastamento do serviço ativo a que se refere o presente artigo será considerado:

I - para os que não requererem, o período compreendido entre a data do ato que motivou o afastamento do serviço ativo e o dia 26 de dezembro de 1979;

II - para os que tiverem o pedido indeferido, o período compreendido entre a data do ato de afastamento e a do despacho decisório.

§ 2º Se os proventos forem inferiores à importância percebida, a título de pensão, pela família do servidor, ser-lhe-á garantido o pagamento da diferença como vantagem individual.

§ 3º Não se aplica a contagem de tempo de afastamento aos anistiados que já se encontravam na inatividade na ocasião em que foram punidos com qualquer das sanções arroladas no artigo 10. Tais anistiados retornam à situação de inativos em que se encontravam antes da punição.

§ 4º Não se aplica a restrição do § 30. aos militares pertencentes ao Ministério Militar.

Art. 22. Ao servidor civil ou militar que retornar ou reverter à atividade será contado o tempo de afastamento do serviço para efeito de aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma.

VI - Das Disposições Finais

Art. 23º. A Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 24º Aos anistiados será fornecido, pela repartição competente, documento que comprove, para todos os efeitos, a regularização de suas obrigações relativas ao serviço militar.

Art. 25º. A requerimento dos interessados, a cassação de medalhas e condecorações ou do direito de usá-las será objeto de reexame pelos órgãos ou autoridades competentes.

Art. 26º O Quadro Suplementar a que se refere o § 29 do artigo 17 será extinto, em cada classe, à medida que os servidores forem aposentados ou exonerados de suas funções.

Art. 27º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

João Baptista de Figueiredo - Presidente da República.

Petrônio Portella

ANEXO C – Lista de gaúchos de acordo com o relatório BRASIL NUNCA MAIS “que tiveram cassado o mandato efetivo e/ou suspensos os direitos políticos no período de 1964 a junho de 1978” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p.93-168).

Dos muitos nomes que não acusam o estado de origem estão alguns riograndenses: Adão Conceição Dornelles Faraco (Vice-Prefeito de Alegrete-RS); Alberto Schoroccter (Supl. de Deputado Estadual-RS); Alcides Flores Soares Júnior (Deputado Federal-RS); Alvaro Petraco da Cunha (Deputado Estadual-RS); Amaury Muller (Deputado Federal-RS); Antonio Apoitia Neto (Vereador em Livramento-RS); Antônio Simão Visintainer (Deputado Estadual-RS); Ari da Silva Delgado (Deputado Estadual-RS); Artigas Castilhos Puignau (Vereador Rosário do Sul-RS); Beno Orlando Burmann (Deputado Estadual-RS); Bruno Segalla (Supl. Deputado Estadual-RS); Cândido Norberto dos Santos (Deputado Estadual-RS); Carlos Fonseca Brun (Vereador em Uruguaiana-RS); Carlos de Lima Aveline (Supl. Deputado Estadual-RS); Clovis Morais Rodrigues (Deputado Estadual-RS); Darcilo Ivo Glacomazzi (Dep. Estadual-RS); Darcy Von Hoonholtz (Deputado Estadual-RS); Dilamar Valls Machado (Vereador-RS); Egidio Mendonça Thurler (Deputado Estadual-RS); E... Rosa de Menezes (Vereador Alegrete-RS); Emir Squeff (Prefeito de Cangussu-RS); Estevam Malinoski (Prefeito de Barracão –RS); Eucydes Gonçalves (Vereador Santa Maria-RS); Flávio Antônio Lopes Ramos (Deputado Estadual-RS); Flávio da Costa Franco (Supl. Deputado Estadual-RS); Floriano Maia D’Ávila (Supl. Dep. Federal-RS); Floriceno Paixão (Deputado Federal-RS); Francisco Paulo dos Santos Lemes (Vereador em Santa Maria-RS); Fulvio Celso Petraco (Supl. Deputado Estadual-RS); Glênio Mathias Gomes Peres (Vereador Porto Alegre-RS); Guilherme do Vale Toniges (Supl. Deputado Estadual-RS); Hamilton Moojen Chaves (Vereador Porto Alegre-RS); Helio Carlomagno (Supl. Deputado Estadual-RS); Helio Ricardo Carneiro da Fontoura (Deputado Estadual-RS); Henrique Henkin (Deputado Federal-RS); Her Agapito da Luz (Supl. Deputado Estadual-RS); Honorio Cardoso Paines (Vereador Alegrete-RS); Indio Brum Vargas (Vereador Porto Alegre-RS); Jair Moura Calixto (Supl. Deputado Estadual-RS); João Belchior Marques Goulart (Bacharel em Direito); João Brusa Neto (Deputado Estadual-RS); João Caruso Scuderi (Deputado Estadual-RS); Jorge Alberto Campezo (Supl. Deputado Estadual-RS); José Lamaison Porto (Deputado Estadual-RS); José Mariano Freitas Beck (Deputado Federal-RS); José Teitelrott (Supl. Deputado Estadual-RS); Justino Costa Quintana (Deputado Estadual-RS); Kurt Walter Graebin (Prefeito de Feliz-RS); Lauro Hagemann (Deputado Estadual-RS); Leonel de Moura Brizola (Deputado Federal-RS); Manoel Antonio Manlmann Filho (Vereador Santa Maria-RS); Manoel Goulart (Vereador Uruguaiana-RS); Marcos Antonio da Silva Klassmann (Vereador Porto Alegre-RS); Matheus José Schmidt Filho (Deputado Federal-RS); Moab Caldas (Supl. Deputado Estadual-RS); Mozart Bianchi Rocha (Deputado Estadual-RS); Nadyr Rossetti (Deputado Federal-RS);

Nelson Amorelli Vianna (Supl. Deputado Estadual-RS); Nelson de Aquino Silveira Machado (Vereador Dom Pedrito-RS); Osmar Lautensckeiger (Deputado Estadual-RS); Otávio Tomazzi Filho (Vereador Santa Maria-RS); Otilio Borgmann (Vereador Getúlio Vargas-RS); Ottomar Ataliba Dillemburg (Supl. Deputado Estadual-RS); Paulo Mincaroni (Deputado Federal-RS); Paulo Rocha (Vereador Uruguaiana-RS); Pedro Gomes Nunes (Deputado Estadual-RS); Renato Souza (Deputado Estadual-RS); Rubem Dario Porciúncula (Deputado Estadual-RS); Rubem Machado Lang (Deputado Estadual-RS); Rubens Calir Viana (Supl. Deputado Estadual-RS); Rui da Silva Teixeira (Prefeito de Cachoeirinha-RS); Ruy Favali Bastude (Vereador em Dom Pedrito-RS); Seno Frederico Ludwig (Deputado Estadual-RS); Sergio Fuentes (Prefeito de Livramento-RS); Siegfried Emanuel Heuser (Deputado Estadual-RS); Terezinha Gisela Chaise (Deputada Estadual-RS); Ulisses Câmara Villar (Supl. Deputado Estadual-RS); Unirio Carrema Machado (Deputado Federal-RS); Vicente Martins Real (Supl. Deputado Estadual-RS); Victor Kurt Schuck (Vice-Prefeito Estância Velha-RS); Waldir Rangrab Taborda (Vereador Uruguaiana-RS); Walter Bertolucci (Prefeito de Gramado-RS); Wilmar Correia Taborda (Deputado Estadual-RS); Wilson Vargas da Silveira (Deputado Estadual-RS); Zaire Nunes Pereira (Deputado Federal-RS).

ANEXO D - DECRETO Nº 82.960, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1978.***Revoga os atos de banimento.***

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, de acordo com o artigo 182 da Constituição,

CONSIDERANDO que o Parágrafo único do artigo 1º do Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969, admite a revogação de banimento que o Poder Executivo haja determinado no uso da faculdade conferida pelo mesmo Ato Institucional; e

CONSIDERANDO que a permanência do banimento de brasileiros deixaria de corresponder ao propósito da Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978, a vigorar em 1º de janeiro de 1979,

DECRETA:

Art. 1º É revogado o banimento, determinado pelo Ato Complementar nº 64, de 5 de setembro de 1969, e pelos Decretos nºs 66.319, de 14 de março de 1970, 66.716, de 15 de junho de 1970, e 68.050, de 13 de janeiro de 1971, de ARGONAUTA PACHECO DA SILVA, FLÁVIO ARISTIDES DE FREITAS TAVARES, GREGÓRIO BEZERRA, IVENS MARCHETTI DE MONTE LIMA, JOÃO LEONARDO DA SILVA ROCHA, JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA, JOSÉ IBRAIM, LUIZ TRAVASSOS, MARIA AUGUSTA RIBEIRO CARNEIRO, MARIO ROBERTO GALGARDO ZANCONATO, ONOFRE PINTO, RICARDO VILLAS BOAS SÁ REGO, ROLANDO PRATTES, WLADIMIR GRACINDO PALMEIRA, SHIMO OSAWA, DAMARIS DE OLIVEIRA LUCENA, OCTÁCIO ÂNGELO, MAURINA BORGES DA SILVEIRA, DIÓGENES JOSÉ CARVALHO DE OLIVEIRA, ADERVAL ALVES COQUEIRO, ALMIR DUTTON FERREIRA, ALTAIR LUCHESSI CAMPOS, ÂNGELO PEZZUTI DA SILVA, APOLONIO DE CARVALHO, CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY, CARLOS FREDERICO FAIAL DE LIRA, CARLOS MINCBAUNFELD, CID QUEIROZ BENJAMIM, DANIEL AARÃO REIS FILHO, DARCY RODRIGUES, DOMINGOS FERNANDES, TÂNIA REGINA RODRIGUES FERNANDES, EDMAURO GOPFERT, DULCE DE SOUZA, EUDALDO GOMES DA SILVA, FAUSTO MACHADO FREIRE, FERNANDO NAGLE GABEIRA, FLÁVIO ROBERTO DE SOUZA, IEDA DOS REIS CHAVES, JEOVAH DE ASSIS, JOAQUIM PIRES CERVEIRA, JORGE RAYMUNDO NAHAS, JOSÉ ARAÚJO NÓBREGA, JOSÉ LAVECHIA, JOSÉ RONALDO TAVARES DE LIRA E SILVA, LADISLAS DOWBOR, LISZT BENJAMIM VIEIRA, MARCO ANTONIO AZEVEDO MAYER, MARIA JOSÉ DE CARVALHO NAHAS, MARIA DO CARMO BRITO, MAURICIO VIEIRA PAIVA, MURILO PINTO DA SILVA, OSWALDO ANTONIO DOS SANTOS, PEDRO LOBO DE OLIVEIRA, RONALDO DUTRA MACHADO, VERA SILVIA ARAÚJO MAGALHÃES, MELCHIADES PORCINO DA COSTA, OSWALDO SOARES, TERCINA DIAS OLIVEIRA, AFONSO JUNQUEIRA DE ALVARENGA, MARA CURTISS ALVARENGA, AFONSO CELSO LANA LEITE, ALUÍZIO FERREIRA PALMAR, ANTONIO EXPEDITO CARVALHO PEREIRA, ANTONIO ROGÉRIO GARCIA SILVEIRA, ANTONIO UBALDINO PEREIRA, ARISTENES NOGUEIRA DE ALMEIDA, ARMANDO AUGUSTO VARGAS DIAS,

BRUNO DAUSTER MAGALHÃES E SILVA, CARLOS BERNARDO VAINER, CARMELA PEZZUTTI, CHRISTÓVÃO DA SILVA RIBEIRO, CONCEIÇÃO IMACULADA DE OLIVEIRA, DANIEL JOSÉ DE CARVALHO, DELCI FENSTERSEIFER, DERLY JOSÉ DE CARVALHO, EDMUR PÉRICLES CAMARGO, ELINOR MENDES BRITO, FRANCISCO ROBERVAL MENDES, GUSTAVO BUARQUE SCHILLER, IRANI CAMPOS, ISMAEL ANTÔNIO DE SOUZA, JAYME WALWITZ CARDOSO, JAIRO JOSÉ DE CARVALHO, JEAN MARC FRIEDRICH CHARLES VAN DER WEID, JOÃO BATISTA RITA, JOÃO CARLOS BONA GARCIA, JOEL JOSÉ DE CARVALHO, JOSÉ DUARTE DOS SANTOS, JOVELINA TONELLO DO NASCIMENTO, JÚLIO ANTÔNIO BITTENCOURT ALMEIDA, LÚCIO FLAVIO UCHÔA REGUEIRA, LUIZ ALBERTO BARRETO LEITE SANZ, MANOEL DIAS DO NASCIMENTO, MARCOS ANTONIO MARANHÃO COSTA, MARIA AUXILIADORA LARA BARCELOS, NELSON CHAVES DOS SANTOS, OTACÍLIO PEREIRA DA SILVA, PAULO ROBERTO ALVES, PAULO ROBERTO TELLES FRANCK, PEDRO ALVES FILHO, PEDRO CHAVES DOS SANTOS, PEDRO FRANÇA VIEGAS, PEDRO PAULO BRETAS, RAFAEL DE FALCO NETO, REINALDO GUARANY SIMÕES, REINALDO JOSÉ DE MELO, ROBERTO CARDOSO FERRAZ DO AMARAL, ROQUE APARECIDO DA SILVA, SAMUEL AARÃO REIS, SÔNIA REGINA YESSIN RAMOS, TAKAO AMANO, TITO DE ALENCAR LIMA, UBIRATAN DE SOUZA, UBIRATAN VATUTIM BORGES KERTZSCHER, UMBERTO TRIGUEIROS LIMA, VALNERI NEVES ANTUNES, VERA MARIA ROCHA PEREIRA, WÂNIO JOSÉ DE MATTOS, WASHINGTON ALVES DA SILVA, WELLINTON MOREIRA DINIZ, WILSON DO NASCIMENTO BARBOSA, BRUNO PIOLA, GENY CECÍLIA PIOLA, ENCARNACION LOPES PERES E NANCY MANGABEIRA UNGER.

Art. 2º - Com a vigência deste Decreto cessa a suspensão de processos e de execução de penas, bem como da prescrição de ações e de condenações decorrentes dos atos de banimento ora revogados, de conformidade com o disposto no Parágrafo único do artigo 1º do Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de dezembro de 1978; 157º da Independência e 90º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

ANEXO E - DOCUMENTO DISTRIBUÍDO A POPULAÇÃO PORTO-ALEGRENSE DURANTE O ATO POLÍTICO DE VIGÍLIA PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA DURANTE A APRECIÇÃO DOS DEPUTADOS E SENADORES DO PROJETO ELABORADO PELO GOVERNO FIGUEIREDO. DATA DA VIGÍLIA: 10, 11, 12, 13 E 14 DE AGOSTO DE 1979.

NOTA DE ESCLARECIMENTO AO POVO DE PORTO ALEGRE

Estamos em vigília pela ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA. Por enquanto somos 26 entidades e associações. Somos pessoas que foram cassadas, associações de bairro e vila, sindicatos, professores, pessoas da igreja, estudantes e parlamentares.

Gostaríamos de esclarecer à população que essa vigília interessa a todos os trabalhadores e oprimidos. Pois a luta pela ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA é parte inseparável de todas as nossas lutas por maior LIBERDADE.

Liberdade para morar com tranquilidade nas vilas e bairros de Porto Alegre. Pois com essa maior liberdade a polícia não poderá invadir ilegalmente as casas e barracos. Não poderão prender, nem bater, muito menos torturar pessoas inocentes. A ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA é um passo para garantir que os direitos dos cidadãos sejam respeitados.

Liberdade para lutar nos sindicatos por salários decentes. Teremos nossos líderes sindicais de volta, termos (sic) liberdade para a livre organização dos trabalhadores. Será muito mais fácil para o trabalhador conseguir um salário maior.

Liberdade para lutar por melhores condições de moradia. Os líderes das Associações não serão presos. Comos (sic) foi o caso do companheiro Negro Edu do Campo da Tuca. A organização do povo sem medo não permitirá que isso aconteça de novo.

Liberdade para lutar pelo ensino público e gratuito. Para que todos os brasileiros que sejam capazes possam estudar, mesmo sendo pobres.

Liberdade para eleger nosso prefeito, governador e presidente. Pois com a anistia AMPLA GERAL E IRRESTRITA ESTAREMOS conquistando mais um de nossos direitos democráticos. Passo importante para a criação dos nossos partidos. Nós sabemos que essa vigília é muito pouco para se conquistar essa ANISTIA. Mas essa vigília se junta à greve de fome dos presos políticos do Rio, Pernambuco e São Paulo, as diversas manifestações e vigílias em todo o país. O que nós queremos é que as pessoas procurem entender que a Anistia é muito mais do que se pensa e do que o governo diz. ANISTIA é a liberdade para poder lutar sem medo pelos nossos direitos.

Nós sabemos que o povo é que vai conquistar essa ANISTIA. Ele vai conquistá-la se procurar as suas organizações para lutarem juntos e unidos. Lutar nas suas igrejas, nas suas associações de bairros, nos seus sindicatos.

PELA ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA.

Comitê Brasileiro pela Anistia, Movimento Feminino pela Anistia-RS, Associação de Defesa e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Institucionais, Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, Grupo de Professores Atingidos da Urgs, Centro Brasil Democrático, União Nacional de Estudantes, Associação de Docentes da Urgs, Associação Nacional dos Médicos Residentes, Associação dos Sociólogos do Brasil, Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas, Associação Gaúcha dos Sociólogos, Instituto dos Arquitetos do Brasil/RS, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre, Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairros, Diretório Central dos Estudantes da Urgs, Diretório Acadêmico Paulo Freire/Unisinos, Centro Acadêmico da Faculdade de Teologia da IECLB, União Metropolitana de Estudantes Secundários de Porto Alegre, Setor Jovem do MDB, Setor Jovem do MDB de Alvorada, Instituto de Estudos Políticos e Econômicos do MDB, Tendência Socialista do MDB, Convergência Socialista, Associação de Estudos – Debates do PTB, Comissão Pró-PT, Grêmio do Julinho, Sindicato dos Jornalistas, Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, Associação dos Moradores do Passo da Figueira, Movimento da Mulher pela Libertação.

Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Jornal Companheiro, Centro Comunitário Piratini, Grupo Teatral “Oi Nós aqui traveiz”

Observação: ainda ocorrem outras adesões de pessoas e entidades.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ABREU, Hugo.....	75
AFONSO, Almino.....	101
ALENCASTRO, Ana Maria Souza de	226-228
ALMEIDA, José Ferreira de.....	77
ALVAREZ, Pedro.....	203
AMARAL, Anselmo.....	98
ANDRADE, Jairo.....	135-136
ARANTES, Maria Auxiliadora da Cunha.....	09-124-138-285
ARAÚJO, Carlos.....	68-116-159-233-271
ARAÚJO, Marion Rejane Gattini.....	227
ARAÚJO, Olga Gomes Cavalheiro.....	227
ARNS, Paulo Evaristo.....	55-60-63-65-66-76-78- 94-121-168-190-205-271-274
ARROYO, Ângelo.....	93
ARRUDA, Wilson.....	117
AURÉLIO, Marco.....	165-294
AZAMBUJA, Maria do Carmo.....	96
AZEVEDO, Maria Tereza Nasi de.....	227
BACKES, Enid Diva Marx.....	08-42-59-72-80-155-164-206- 216-217-226-228-229-233-252-258-282
BAEZ, Joan.....	163
BARBOSA, Rui.....	20-70
BARCELLOS, Susana.....	156-227
BARONE, Antonieta.....	150
BARR, Alfred Roger.....	120
BARRETO, Luís Carlos Menna.....	201
BARROS, Adhemar de.....	159-68
BASSO, Lélío.....	163-254
BERTUCCI, Zulmira.....	237-238-239-240-241-282
BEVILACQUA, Peri Constant.....	23-137-141-144-145-146-148-272

BIDART, Adolfo Gelsi.....	187
BOLZAN, Romildo.....	97-98-117-280
BONIFÁCIO, José.....	75
BRANDÃO, Avelar.....	94
BRITO, Jussara.....	95
BRIZOLA, Frutuoso.....	242
BRIZOLA, João Otávio.....	150-239
BRIZOLA, Leonel de Moura.....	65-66-94-96-101-102-105-111-119- 120-143-150-151-158-181-193-196-208-209-210-211-216-235-239-240-242-244-245-247-255- 256-257-261-266-276-281-286-306
BRIZOLA, Neusa Maria Goulart.....	101-150-208-209- 210-211-239
BROCHADO, Geraldo.....	203
BROSSARD, Paulo.....	96-148-155-171-206-243-272
CÂMARA, Hélder Pessoa.....	59-94
CÂNDIDO, Antônio.....	203
CANTO, Fernando do.....	142
CARTER, Jimmy.....	115-120-141
CARTER, Rosalyn.....	115
CARVALHO, Carlos.....	136
CARVALHO, Sérgio Ribeiro Miranda de.....	145
CAUDURO, Zulmira Tavares Guimarães (ou Mila).....	08-18-40-41-42- 43-58-61-62-77-80-94-95-96-97-98-99-101-102-103-114-116-117-121-122-123-135-136-140- 141-142-143-144-146-148-149-150-151-152-153-155-156-158-162-164-167-168-171-174-178-179- 180-181-182-184-185-188-189-190-194-195-196-198-201-206-207-211-215-216-217-219-220- 228-229-230-233-237-238-239-240-241-242-244-246-252-253-254-257-258-260-261-262- 263-270-271-272-273-276-279-282-294-313
CELIBERTI, Camilo.....	166
CELIBERTI, Francesca.....	166
CELIBERTI, Lílian.....	42-166-167-247
CHAISE, Sereno.....	119-209

CHEUCHE, Antônio.....	121-123-272
CONY, Jussara.....	23-252
COPETTI, Américo.....	142-180
COSTA, Alberto.....	75
COSTA, Lygia de Azeredo.....	22-41-42-43-61-62- 77-94-103-119-150-152-155-164-171-179-180-182-194-211-220-229-230-240-245-246-247- 248-250-257-258-261-262-294
COSTA, Rubem Menna Barreto.....	179
CUNHA, João Carlos.....	211
CUNHA, Peri.....	102-271
CUNHA, Regina Flores da.....	237-282
CUNHA, Vieira da.....	237-296
DÍAZ, Universindo.....	42-166-247
DÓRIA, Cristina Sodré.....	53-215
DORNELES, João Divino.....	76
DORNELLES, Maria Goulart.....	65-101-227
DUTRA, Olívio.....	228
DUTRA, Tarso.....	67
ELBRICK, Charles.....	170
ESCOBAR, Ruth.....	253-254
FAGUNDES, Aldo.....	98
FALCÃO, Armando.....	99-309
FENSTERSEIFER, Delci.....	158-159-272-309
FERNANDES, Margarida Neves.....	53-54
FERRI, Omar.....	219
FIGUEIREDO, Dulce.....	179
FIGUEIREDO, João Batista.....	19-115-123-125-149-154-155-156- 186-191-192-193-194-197-201-207-215-265-276-286-298-304-310
FIGUEIREDO, Lilá Galvão.....	53-58-231
FILHO, Manoel Fiel.....	77-78
FILHO, Olímpio Mourão.....	23

FLORES, Paulo.....	155
FONSECA, Rachel Vieira da.....	62-227
FONTOURA, Fernando Palmeiro.....	96-271
FORNARI, Antonino.....	107
FORSTER, André.....	69-135-136-143-228-229
FORTUNA, Reginaldo José Azevedo.....	59
FRANCISCATO, Alcides.....	98-271
FREIRE, Marcos.....	96
FREITAS, Décio.....	178-179-185-186-187-188-189
FROTA, Sylvio.....	93
FURTADO, Dercy.....	62-70-91-92-280
GALLI, Ivo.....	187
GAMA, Fernando.....	157
GASTAL, João Carlos.....	119-150
GAUTO, Jussara.....	150-207
GEISEL, Ernesto.....	10-11-18-19-21-26-35-42-46-48-54-58-61-66-74-75-76-79-80-93-99-101-105-114-115-123-125-140-146-148-149-154-170-172-179-191-253-265-270-281-286-309
GEISEL, Lucy.....	170-179
GENRO, Tarso Fernando.....	136-214
GIACOMAZZI, Carlos.....	187
GONÇALVES, Wanderley.....	211
GOULART, Denise.....	101-102
GOULART, João Belchior (ou Jango).....	23-44-55-65-77-92-93-100-101-102-103-104-105-107-108-116-121-143-210-211-243-244-247-266-274-281-282-306
GOULART, João Vicente.....	101-102-210
GOULART, Yolanda.....	65
GRASSI, Suzana Recena.....	227
GRECO, Helena.....	138-215

GRECO, Heloísa.....	138-289
GRIVOT, Clóvis Paim.....	136-150-181-182-273-278-294
GUARAGNA, Angelina.....	41-42-43-61-103-150-152-220-230-255-257-258-262
GUARAGNA, João Carlos.....	94-136-255-256-262
GUAZZELLI, Ecléa.....	62-69-70-90-91
GUAZZELLI, Sinval.....	69-105-118-141-193
GUEDES, Ana Lúcia Corrêa.....	226
GUIMARÃES, Beatriz Karam.....	227-228
GUIMARÃES, Josué.....	105-290
GUIMARÃES, Magnus.....	105-206
GUIMARÃES, Ulysses.....	64-79-172
HENFIL, Henrique de Sousa Filho.....	59
HERZOG, Vladimir.....	77-78-79-126
JACQUES, André.....	163-255
JAEGER, Maria Luíza.....	178-227-228-229
JARDIM, Rubem Moura.....	183
JOBIM, Nelson.....	214
JONES, Stuart Edgar Angel.....	92
JONES, Zuleika Angel.....	92
KLASSMANN, Marcos.....	42-44-109-110-111-135-198-203-208-248-266-279-280
KOUTZII, Clara.....	172
KOUTZII, Flávio.....	45-116-143-169-171-172-174-192-217-247-273-278-292
KRATZ, Arthur Rodolpho.....	63-66-76
KUBITSCHECK, Juscelino.....	23-92-97-98
LACERDA, Carlos.....	23-92
LAMARCA, Carlos.....	159

LIEDKE, Elida Rubini.....	42-84-85-181-226-228-229-234-258-282-
LIMA, Alceu de Amoroso.....	23
LISBOA, Suzana.....	219
LOBO, Ana.....	54-55
LOPES, Sirlei Fonseca.....	227
LORENZON, Algir.....	180
LORSCHIEDER, Aluísio.....	94
MACARINI, Paulo.....	23
MACEDO, Vina Goulart.....	65
MAGALHÃES, Ercília Avelar.....	117
MARDINI, Hugo.....	62-106-107-277-282-151
MARTINELLI, Romeu.....	106-107
MARTINS, Carlos Corrêa.....	136-192
MÉDICI, Emílio Garrastazu.....	46-68-99-154-172-191-232
MELLO, Alcina Fontoura de.....	226
MELLO, Ednardo D'Ávila.....	78-93
MÉNDEZ, Aparício.....	170-178-189-273
MENDONÇA, Gerson.....	187
MOESCH, Guido.....	106-110-280-281
MONTEIRO, Dilermando Gomes.....	93
MONTEIRO, Euler Bentes.....	148-154-155-156-277-155
MONTORO, Franco.....	75-97
MORAES, Glauco Pinto de.....	136
NUNES, Helvídio.....	197
NETO, Rospide.....	105-281
PONT, Raul.....	08-69-252
PERES, Glênio.....	42-45-67-72-77-94-102-107-108-109-110-154-166-203-208-211-232-236-244-248-252-258-266-277-279-280-291

PERES, Lícia Margarida Macedo de Aguiar.....	08-18-40-41-42-43-58-60-61-62-63-65-67-68-71-74-77-80-94-95-103-104-108-112-114-122-144-150-151-152-154-155-156-160-164-165-167-171-174-178-179-180-181-182-183-194-195-196-197-198-202-204-206-215-216-217-219-220-228-230-231-232-233-235-236-239-240-244-246-247-248-250-252-257-258-260-262-263-264-270-273-282-284-294
RIEGER, Marina Tereza.....	227
ROCHA, Brochado.....	171-203
ROCHA, Neusa Henrich da.....	227
RODRIGUES, Cláudia Maria Porto.....	08-41-42-62-77-94-154-155-156-181-188-220-226-230-251-252-253-254-255-257-258-261-282-294
RODRIGUES, Lauro.....	77-116-150
ROHRSETZER, Attila.....	201
ROTTA, Alcebíades Portaluppi.....	242
ROTTA, Francisca Brizola (ou Quita).....	41-42-43-61-62-77-94-180-101-103-122-141-150-151-155-164-165-180-182-185-194-230-233-240-242-243-244-252-258-261-262
ROTTA, Márcia Prado.....	43-230-242-283
ROUSSEFF, Dilma Vana.....	68-69-167-168-234-236-237-258-259-286
SANTANA, Mariza de Nadal.....	227-228
SÁTYRO, Ernani.....	197
SCHARDONG, Selma Freitas.....	227
SCHERER, Sônia Maria Moreira.....	227
SCHERER, Vicente.....	62-65-66-76-89-94-102-155-187-205-206
SCHILLING, Andréa.....	176
SCHILLING, Cláudia.....	176-187
SCHILLING, Flávia.....	38-45-116-160-168-169-174-176-177-178-179-180-181-183-184-185-186-187-188-189-190-193-195-217-247-248-266-278-279-284-292-294
SCHILLING, Ingeborg Maria Wasp.....	174-176-179-187-248

SCHILLING, Paulo.....	176-185-188
SCHILLING, Valéria.....	176
SCHIRMER, Cezar.....	105-107-180
SILVA, Luís Inácio Lula da.....	36-37
SILVA, Vera Maria A. da.....	227
SILVEIRA, Antônio Azeredo da.....	179-186-187
SIMON, Pedro.....	64-91-92-95-96-111-118- 123-136-141-146-151-154-162-163-171-183-197-206-209-210-228-271-280
SOARES, Elizabeth Challup.....	201
SOARES, Manoel Raymundo.....	201-203
SOARES, Nivaldo.....	117-141-142-143-147- 159-179-275
SOUSA, Thusneida Klim.....	227
SOUZA, Augusto Amaral de.....	193
SOUZA, Carlos Augusto de.....	79-100-105-107-108- 118-119-141-142-281
SOUZA, Edith Coelho de.....	240
SOUZA, José Pereira Coelho de.....	150-211-240-281
SOUZA, Lélío.....	62-64-65-67-76-108- 280
SOUZA, Margarida Costa Coelho de.....	227-229
SOUZA, Patrícia Coelho de.....	43-230- 245
STAUB, Nara Rúbia.....	227
STAUB, Tusnelda Klim.....	227
TAVARES, Flávio.....	45-116- 169-171-178-180-217-229
TAVARES, Olívia Freitas.....	170-171-180-227-229
TEIXEIRA, Waldomiro.....	211
TIM, Maria Letícia de Arruda.....	227
VANUCCHI, Paulo.....	215

VARGAS, Ruth.....	63
VASCONCELOS, Justino.....	67-185-271
VIDAL, Daniel Frias.....	178-180
VIDELA, Jorge Rafael.....	172
VIEIRA, Laerte.....	75
VIEIRA, Maria Flor.....	173-180-185-188-194
VILLELLA, Teotônio.....	197-201-211-215-217
WALDOW, Raquel Cunha.....	164-168-180-188-189- 194-201-204-206-227-228-233
WALTER, Waldir.....	63-64-65-67-77-98- 105-106-108-119-142-150-206-280
ZERBINI, Eugênia Cristina.....	53
ZERBINI, Euryale.....	53-55
ZERBINI, Thereza Godoy (ou Therezinha).....	40-52-53-54-57-58- 59-60-61-68-72-73-74-75-89-97-115-123-135-167-168-195-206-215-233-265-270-271-272
ZIRALDO, Alves Pinto.....	59
ZIULKOSKI, Paulo.....	119
ZUCOLLOTTI, Nelly Terezinha Gattini.....	227
